

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FRANCISCO PEDROSA DE ANDRADE

**AS LETRAS DA MISÉRIA:**

a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)

Recife

2019

FRANCISCO PEDROSA DE ANDRADE

**AS LETRAS DA MISÉRIA:**

a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** Cultura e Memória

**Orientador:** Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A5531 Andrade, Francisco Pedrosa de.  
As letras da miséria : a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964) / Francisco Pedrosa de Andrade. – 2019.  
158 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.  
Inclui referências.

1. História. 2. Civilização - História. 3. Literatura e História. 4. História intelectual. 5. Pobreza I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Título.

900 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-123)

FRANCISCO PEDROSA DE ANDRADE

**AS LETRAS DA MISÉRIA:**

A representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 10/04/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Lourival Holanda (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Para André Monteiro, que tinha cinquenta nomes diferentes para o sol.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer dessa trajetória que constitui a feição de um mestrado foi de fundamental importância o apoio de determinadas pessoas. Sem elas, com sua constante lealdade e paciência, este trabalho não seria concluído.

Saliento a ajuda na correção de Claudia Parente, colega historiadora. Sem o seu auxílio, seria muito mais difícil para este acadêmico disléxico entregar este trabalho. Minha estima e gratidão.

Agradeço à minha família em nome de Cida Pedrosa, Sennor Ramos e Vladimir Pedrosa. Sem seu apoio incondicional e compreensão nesse momento tenso da minha vida e do país, creio que o fardo teria sido demasiado pesado. Obrigado por emprestar um pouco os seus ombros.

Desejo agradecer ainda ao meu orientador Flávio Weinstein. Ao longo do mestrado surgiram várias notícias alarmantes a respeito da saúde mental na pós-graduação. As matérias colocavam que este grupo, do qual participamos, apresentava uma tendência maior, se comparado à sociedade como um todo, de recair na depressão e ansiedade. Um dos pontos centrais desse estresse mental seriam as relações complicadas com os orientadores. Toda vez que lia estas matérias, sentia-me sortudo por poder contar com alguém sempre disponível e que sabia medir bem as orientações com a liberdade que impus aos meus caminhos acadêmicos. Um companheiro dessa jornada. Também gostaria de estender minha gratidão ao professor Antônio Paulo por ser uma ilha de leveza no cotidiano cinza de uma pós-graduação. Ao professor Lourival Holanda, que com sugestões atenciosas e inspiradoras ajudaram a estruturar este trabalho final, deixo minha sincera gratidão.

Gostaria de lembrar os amigos que foram tão importantes em toda essa construção. A começar pelos colegas de mestrado Karla Vieira, Dário Santos, Guita Galvão, Yves Albuquerque, Rafael Souza e Lorena Taulla, por terem compartilhado comigo a empolgação e angústia dos estudos. Queria em especial ressaltar o meu amigo Lucas Souto, que há sete anos me acompanha nas peripécias acadêmicas. É um amigo para a vida toda, dado a mim pela universidade. Aos amigos do colégio que, com sua companhia, diminuíram a pressão dos meus dias. Em nome destes quero destacar João Ricardo Cumarú e Marcelo Maciel, que por também fazerem mestrado, um em ciência política o outro em sistemas complexos,

conseguiram dividir comigo muitos dos problemas e dúvidas que acometem um jovem acadêmico. Relembrar ainda Anna Carolina que, mesmo em Portugal, não perdia a chance de exercer o cuidado comigo, sempre atenciosa com o que eu estava sentindo e escrevendo. Ela foi um importante lugar de apoio e conversas. Enfim, para todos estes o mais querido e tenro abraço.

Acentuo o papel do meu amor, Isabella Cavalcanti, em toda minha caminhada até aqui. Talvez tenha sido a pessoa que mais compreendeu e acompanhou todo o sacrifício e felicidade de conseguir completar essa dissertação. Com todo carinho que tenho, desejo te dedicar estas páginas.

Gostaria, por fim, de oferecer este trabalho final em memória de meu querido amigo André Monteiro. Desde nossa adolescência, você lia e comentava minhas coisas com atenção e candura. Tenho certeza de que não seria diferente com essa dissertação. Na verdade, o capítulo três, que trata de literatura, teve bastante aproveitamento do meu trabalho de conclusão de curso, que você leu e comentou. Muito do que você sugeriu eu introduzi no trabalho final. Por isso, gosto de pensar que esta dissertação tem um pouco de você. Mais uma vez, obrigado.

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar a representação da miséria no campo intelectual e literário de Pernambuco nos anos de 1958 a 1964. Salientando a historicidade das práticas e discursos sobre a miséria, buscamos inseri-lo dentro das abordagens da história cultural. Para tanto, propomos uma reflexão teórica e metodológica a respeito das fontes literárias e intelectuais. Depois, debruçamo-nos no estudo de obras do campo intelectual como as de Celso Furtado, Paulo Freire, Josué de Castro, Goldim da Fonseca e Manuel Correia de Andrade, ressaltando o papel de uma estrutura de sentimento no campo intelectual deste período. Para os meios literário são interpretadas inicialmente as obras pioneiras de João Cabral de Mello Neto e Mauro Mota. Depois disso, analisamos os livros de uma formação de jovens escritores como Edilberto Coutinho, Edmir Domingues, Félix de Athayde, Francisco Bandeira de Mello, Fernando Pessoa Ferreira, Paulo Fernando Craveiro, Olímpio Bonald Neto, Audálio Alves e Carlos Pena Filho.

Palavras-chave: História cultural. História literária. História intelectual.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the representation of acute poverty in the literary and intellectual fields in Pernambuco, from 1958 to 1964. By highlighting the historicity of the practices and discourses about poverty, the work intends to be inserted into the approaches of cultural history. In order to do so, it poses theoretical and methodological considerations regarding literary and intellectual sources. Furthermore, the work is also based on the study of remarkable pieces from the intellectual field, such as the work of Celso Furtado, Paulo Freire, Josué de Castro, Goldim da Fonseca and Manuel Correia de Andrade - references that were important to underline the role of a structure of feeling in the intellectual field from the period researched. Thereon, in order to understand the literary field, the work initially interprets the pioneer books of João Cabral de Mello Neto and Mauro Mota. After that, the thesis analyzed a young generation of writers from the time, such as Edilberto Coutinho, Edmir Domingues, Félix de Athayde, Francisco Bandeira de Mello, Fernando Pessoa Ferreira, Paulo Fernando Craveiro, Olímpio Bonald Neto, Audálio Alves and Carlos Pena Filho.

Key-words: Cultural History. Literary History. Intellectual History.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>LETRAS E IDEIAS: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS. ....</b>	<b>30</b>
2.1	SUBJETIVIDADE E VERDADE: POR UMA EPISTEMOLOGIA DA NARRATIVA.....	30
2.2	A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA LITERATURA.....	36
2.3	CONSIDERAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA INTELLECTUAL.....	41
<b>3</b>	<b>O PENSAMENTO COMO FONTE DA AÇÃO.....</b>	<b>51</b>
3.1	CIÊNCIA E POBREZA: JOSUÉ DE CASTRO E A FORMAÇÃO DE UMA IDEIA.....	51
3.2	NO VÓRTICE DA MUDANÇA: RESPOSTAS AO SUBDESENVOLVIMENTO.....	68
3.3	A MISÉRIA COMO HÚMUS DA REVOLUÇÃO.....	82
<b>4</b>	<b>A REVOLTA DE ORFEU.....</b>	<b>92</b>
4.1	TRAÇOS DO CAMPO LITERÁRIO E OS PIONEIROS DA POÉTICA SOCIAL.....	92
4.2	DELINEANDO UMA FORMAÇÃO.....	106
4.3	VERSOS E FRASES DA MISÉRIA.....	121
4.4	A GÊNESE DO MEDO.....	132
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>137</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
	<b>APÊNDICE A - EPÍLOGO.....</b>	<b>156</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a primeira década do século XXI, era comum que os jornais estampassem em seu noticiário o triunfo sobre a miséria. Em sites governamentais tinha destaque a seguinte abordagem:

Desde 2002, quando o País conquistou o pentacampeonato de futebol, 36 milhões de brasileiros saíram da situação de extrema pobreza. Essa revolução é resultado dos programas de inclusão social, que têm na linha de frente o programa Bolsa Família. Esse programa é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como bom exemplo de política pública para redução das desigualdades sociais e combate à fome. “O mundo todo olha o Brasil não só por conta da Copa do Mundo, mas também pelo sucesso de nossas políticas de combate à pobreza”, disse a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, em entrevista coletiva hoje no Centro Aberto de Mídia João Saldanha, no Rio de Janeiro. Mais do que boas ideias, o Brasil hoje tem resultados concretos desses programas para mostrar, disse a ministra. “Hoje não existe mais fome no Brasil a não ser em grupos isolados”, comentou. Ela lembrou que o ministério estima que 300 mil famílias estão fora do Cadastro Único dos Programas Sociais. “O governo hoje está buscando localizá-las para incluir nos programas sociais”, disse. Nos últimos anos, os relatórios anuais da ONU sobre o fim da pobreza no mundo destacam o Programa Bolsa Família como importante exemplo a ser seguido para o combate à fome e redução das desigualdades. O programa é citado pela ONU como referência de “política acessível” em termos econômicos para países em desenvolvimento, dado seu baixo custo – no Brasil, o investimento representa menos de 1% do PIB de mais de R\$ 4,5 trilhões. (Portal Brasil, 2014)

Em periódicos privados nacionais, dos mais variados tipos, ou mesmo nas publicações internacionais, o acento permanecia o mesmo. Era possível ler:

O Mapa da Fome 2013, apresentado nesta manhã em Roma pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), mostra que o Brasil conseguiu reduzir a pobreza extrema - classificada com o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 ao dia - em 75% entre 2001 e 2012. No mesmo período, a pobreza foi reduzida em 65%. Apresentado como um dos casos mundiais de sucesso na redução da fome, o Brasil, no entanto, ainda tem mais de 16 milhões vivendo na pobreza: 8,4% da população brasileira vive com menos de US\$ 2 por dia. O relatório da FAO mostra que o Brasil segue sendo um dos países com maior progresso no combate à fome e cita a criação do programa Fome Zero, em 2003, como uma das razões para o progresso do País nessa área. Não por acaso, criado pelo então ministro do governo Lula, José Graziano, hoje diretor-geral da FAO. De acordo com o documento, a prioridade dada pelo governo Lula ao combate à fome - citando a fala do ex-presidente de que esperava fazer com que todos os brasileiros fizessem três refeições por dia - no Fome Zero é a responsável pelos avanços (...). Inicialmente concebido dentro do Ministério de Segurança Alimentar, o programa era um conjunto de ações nessa área que tinha como estrela um cartão alimentação, que permitia aos usuários apenas a compra de comida. Logo

substituído pelo Bolsa Família, o Fome Zero foi transformado em um slogan de marketing englobando todas as ações do governo nessa área. (Paraguassu, 2014).

É rapidamente notado que as matérias acima, tanto quanto outras do mesmo período, ainda que mantendo um tom diferente – uma usando uma linguagem mais descritiva, outra acentuando o caráter épico das conquistas – compartilham uma base comum: a de que existia um paralelo desse combate à pobreza com os governos do Partido dos Trabalhadores, de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e seus programas sociais. Esses últimos eram capitaneados pela Bolsa Família e seus associados, por exemplo, o Brasil Caridoso e o Brasil Sem Miséria. Descritos como projetos de distribuição de renda de baixo custo – menos de 1% do PIB era gasto dando auxílios que variavam, em 2014, entre R\$ 77 e R\$ 164 – eles serviam como modelo mundial de diminuição do pauperismo em países em desenvolvimento.

As explicações para tal quadro destacam a vontade política dos governos petistas. Esses, por sua vez, buscavam embasamento em um discurso de conciliação de classe, visando o crescimento nacional. O discurso trouxe, na prática, um aumento real do salário mínimo e a possibilidade de crédito aos trabalhadores, tanto quanto o aumento real na lucratividade do empresariado. Esse modelo político foi possível graças à articulação histórica que o partido tinha com o proletariado fordista, organizado nos sindicatos após a redemocratização, e com as novas alianças mais amplas, visando à governabilidade, com partidos de centro-direita, a exemplo do PMDB. A isso somou-se um contexto macroeconômico favorável de crescimento nos preços das *commodities* nacionais, relacionado ao crescimento do consumo pela China. Essa espécie de “estado de bem-estar” promovido pelo PT, em que o governo tinha um papel importante como redutor da miséria ao passo que permanecia aberto para uma concepção liberal de mercado, pareceu uma fórmula bem acabada. O país tinha atingido quase o pleno emprego e o presidente Lula saiu de seu mandato como um dos políticos mais bem aprovados – com índice em torno de 85% - da nossa recente história democrática.

A crise de 2008, que assolou o mercado mundial, foi sentida de maneira leve pelo país, tanto que eventos com grande apelo midiático como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, que visavam coroar o então otimismo ganho com o crescimento, foram marcados. Porém, o equilíbrio de poder que sustentava o governo e a fase econômica favorável se mostraram mais sensíveis do que pareciam. Logo a crise se abateu na economia trazendo vários revezes que anteriormente pareciam impossíveis. Em 2015, houve um aumento relativo, depois de mais de uma década de diminuição, da extrema pobreza. Esse

declínio das políticas econômicas foi acompanhado de uma crise política sem precedentes. Em jornais desse momento apareciam notícias como esta:

É triste de ver. Nos sinais, nas calçadas, debaixo dos viadutos, na periferia ou nos grandes centros, ela volta a se mostrar com uma crueza desconcertante. A miséria tem mil faces e com a crise que assola o País ganha cada vez mais força e destaque na paisagem cotidiana das cidades brasileiras. Ela está estampada nos rostos de flanelinhas, carroceiros, meros pedintes, vendedores de balas, basqueteiros de cadeira de roda, ferramenteiros, mães com filho de colo, ambulantes diversos, desempregados sem teto, um contingente crescente e variado de necessitados que toma as ruas. Institutos atestam que há, hoje, cerca de 90 milhões de brasileiros classificados como miseráveis ou na linha da pobreza extrema – estatisticamente, cidadãos que sobrevivem com uma renda familiar inferior ao salário mínimo. Isso é mais de um terço da população total. Em meados dos anos 70 o número não passava de 30 milhões e estava concentrado basicamente no campo. Os miseráveis migraram para as metrópoles. Montaram favelas e moradias improvisadas por onde podiam. Na virada do século já somavam perto de 60 milhões de excluídos e, de lá para cá, não pararam de crescer, a um ritmo de 3% ao ano. Nem mesmo os programas sociais implementados por seguidos governos foram capazes de barrar esse avanço e, com o atual corte de despesas na área, o universo tende a explodir. Um trabalho recém-concluído pelo pesquisador Samuel Franco, do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), aponta que em quase 20% dos lares brasileiros nenhum morador tem atualmente emprego. Em um ano a alta foi de 770 mil famílias sem qualquer membro com rendimento de trabalho formal ou informal e – por tabela – com baixíssimas condições de bancar seus dependentes. A falta de trabalho é a maior chaga que pode acometer uma sociedade. Por trás dela vem o gradual empobrecimento da população. Percentualmente, a parcela dos lares onde ninguém está ocupado passou de 18,6% ao longo de 2014 para 19,3% no primeiro semestre deste ano. No período, quase um milhão de vagas foram sumariamente extintas. E muitos dos dispensados passaram a engrossar o mafuá dos cruzamentos, montando um verdadeiro pit stop de comércio persa nas esquinas, praças e avenidas. A pobreza fora de controle, com milhares de indivíduos sem perspectiva ou condições de sustento, retrata o Brasil desses dias, que mergulha na maior recessão dos últimos 25 anos. (Bergamasco, 2015)

A primeira *débaçle* começou pela sociedade civil, com destaque para os protestos de 2013, que alinhavam as frustrações de uma geração que, formada nos governos de centro-esquerda, almejava mudanças estruturais. Esses movimentos, motivados inicialmente pelo reajuste no preço das passagens de ônibus, logo encarnaram, contraditoriamente, o antipetismo crescente de determinadas camadas médias e altas da sociedade. Essa dinâmica rapidamente levou a um estremecimento das alianças políticas do governo, desencadeando uma crise institucional que levaria ao racha com o PMDB e outros partidos da base aliada. Esse processo alcançou seu ápice com o golpe<sup>1</sup> contra a presidenta Dilma Rousseff, que

---

<sup>1</sup> Utilizamos o conceito de golpe não apenas como uma terminologia ligada a um campo político, mas também como valor explicativo do fenômeno. Queremos dizer que o termo impeachment tem em seu bojo uma

culminou com a presidência da República passando às mãos do vice, Michel Temer. Com a promessa de restaurar a economia – enxugando o corpo do Estado e propondo reformas impopulares como as trabalhistas e previdenciárias – o governo peemedebista, em sua legitimidade débil, tornou-se a expressão mais acabada da crise. O resultado foi o corte do aparato assistencialista do Estado, seguido pela intensificação do aumento da pobreza e do desemprego – que em 2017 alcançou a casa dos 14 milhões – aumentando a insegurança social. As matérias dos periódicos ostentavam esses problemas. Em 2017, numa reportagem fotográfica do El País intitulada “O Brasil volta à pobreza”, as imagens da miséria são destacadas com toda sua dramaticidade. Uma delas, especificamente, registrada por Silvia Izquierdo, mostrava uma mãe com o filho nos braços e lágrimas nos olhos, olhando atentamente para câmera. Uma madona trágica que revela o poder estético e assustador da miséria. Nas lentes dessa fotógrafa vemos essa interpretação que tinha por objetivo expressar as contradições pelas quais o país passava (FIGURA 1):

FIGURA 1 - O Brasil volta a pobreza



Fonte: (DANA; IZQUIERDO, 2017)

---

explicação apenas institucional e jurídica. Como se o processo estivesse em normalidade com o rito das câmaras de deputados e do senado. No caso do termo golpe se salienta todo o interesse político, indo além do meramente técnico, indispensável para a queda da presidente.

Neste preâmbulo sobre os fatos da nossa história recente, as fontes jornalísticas, em sua miríade de interpretações expostas até agora, sugerem uma questão da qual o historiador não pode se esquivar.<sup>2</sup> É rapidamente perceptível a mutabilidade das constatações a respeito da pobreza do país. Esta última se coloca de maneira fundamental no debate público, pois levanta afetos e demarca posições políticas. Assim vemos em poucos anos uma considerável atitude positiva recair em um pessimismo avassalador. Esse curto recorte temporal nos faz questionar a possibilidade de uma historicidade das formas através das quais se interpreta a miséria. Ela, que ao longo das décadas parece ser uma constante na nossa história, se inscreve na variedade dos discursos e práticas. A pesquisa dessas apreensões serve não só para perceber como nossa visão desse problema presente é marcada pela história, mas também para destacar do passado vozes e contextos que são negligenciados. Escutá-los, em suas condições específicas, pode nos trazer, além de um conhecimento do problema, sugestões de como enfrentá-lo.

Alguns sociólogos brasileiros, partindo de trabalhos empíricos feitos nos últimos anos, analisam ao seu modo uma genealogia das desigualdades sociais. Um dos mais importantes é Jessé de Souza e o seu livro *A ralé brasileira*. Neste estudo há uma grande variedade de dados para traçar os perfis sociais das camadas menos favorecidas da população. Para o autor, a existência dessas pessoas que se encontram desprovidas de quase nenhum capital cultural ou econômico é o traço mais marcante da identidade brasileira. Esses grupos não são apenas dominados devido a sua situação de classe, ou seja, de uma visão unicamente econômica<sup>3</sup>. É imperativo ainda uma dominância cultural, em que os obstáculos sociais – desde a formação do pensamento prospectivo até uma política dos afetos – vão passando de geração a geração. Nesse sentido, ele estuda como se institui e se reproduz uma condição sistemática para manter esses indivíduos invisibilizados e excluídos da sociedade como um todo.

Para tanto, Jessé constrói uma crítica ao modo como esses grupos são apreendidos pela ideologia dominante no Brasil que, mesmo estando presente no senso comum, tem suas raízes

---

<sup>2</sup>Os textos jornalísticos publicados aqui foram retirados de vários sites: Portal do Governo, Estadão, UOL, Globo, IstoÉ, El País e BCC. Eles serviram para mostrar as várias opiniões que circulavam nos jornais a respeito da pobreza. Podem ser acessados nos links postos na bibliografia.

<sup>3</sup> O autor forma uma crítica contundente ao economicismo, que seria uma interpretação centrada unicamente na economia da pobreza. Isso porque a ralé não é apenas um recorte de renda – a extrema pobreza que está abaixo da classe trabalhadora –, mas também uma forma específica de interpelação cultural marcada pela exclusão. Por exemplo, capacidades que consideramos muitas vezes como naturais, como a de concentração, na verdade faz parte de processos de aprendizado familiar que estimulam tarefas que alimentam essa capacidade, como a da leitura. Essa visão também cultural explica, segundo o autor, a recorrência dos entrevistados da ralé que passavam horas na frente da lousa sem entender ou se concentrar em nada. A diferença de classe é bastante diversa, e como foi dito acima, pode ser incorporada em um detalhe como o modo que olhamos o mundo.

na genealogia de nossas ciências sociais. De início, mostra o alcance inicial da obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre que, em seu conceito de personalismo, estrutura as bases da democracia racial. Esta última é abordada com o viés positivo da miscigenação brasileira de origem portuguesa. A outra face dessa tradição seria a corrente de Sérgio Buarque de Holanda – modernizada por Roberto Damatta –, que analisa de modo negativo essa natureza informal. Em contraponto ao personalismo de Freyre é colocado o problema do patrimonialismo, que também teria origem ibérica, onde há uma mistura entre o espaço público e o privado, favorecendo a corrupção. Para o autor, essas duas interpretações são apenas aparentemente contraditórias, pois ambas têm em comum a noção de que os problemas do Brasil estão em uma origem cultural longínqua, a colônia portuguesa, que se contrapõe à mentalidade ascética dos colonizadores ingleses do novo mundo. Essa espécie de culturalismo genético, que considera inferior uma cultura em relação à outra, não consegue perceber os mecanismos institucionais de dominação<sup>4</sup>. Esses não se reduzem a uma cultura homogênea tida como inferior, mas como um processo histórico de perpetuação da desigualdade que privilegia as classes médias e altas desde a escravidão.

Essa abordagem tem suma importância devido ao fato de não acentuar de modo exagerado a singularidade brasileira, mas sim revelar a continuidade com uma economia moral que se estrutura no mundo capitalista. O país, em sua modernidade periférica, assume esses valores – que seriam o da igualdade, fundada na ideia de dignidade do trabalho, e o de liberdade, influenciado pela noção de expressividade individual – de modo enviesado. Com isso relega larga parcela da população – à época da pesquisa era cerca de 1/3 – a mais profunda exclusão. É nesse processo violento que podemos acatar a marca de nossa identidade. A leitura deste, para o autor, tem que ser crítica, pois ao mostrar a gênese de nossas incongruências, sua fonte histórica e permanência, termina por oferecer a oportunidade de um aprendizado moral para ir além delas. Esta obra<sup>5</sup> – que como veremos a frente também

---

<sup>4</sup> Em sua vertente conservadora, essa tradição tende a se conciliar com o nosso liberalismo, pois uma de suas consequências é uma falsa contradição: o Estado é visto como o reino da corrupção, em que o homem cordial espalha suas relações pessoais face ao mercado, que seria o reino da razão e eficiência. O autor questiona o porquê de somente o Estado, nessa tradição, ser visto como descaído pelo personalismo. O que no fundo esse argumento apaga é o fato de que o Brasil, a oitava economia do mundo, mesmo sofrendo uma modernização periférica, passou por processos de racionalização capitalista tanto quanto outros países. Por conseguinte, a nossa aparente desigualdade não é culpa do nosso patrimonialismo, mas sim de uma política de privilégios estruturada na instituição do nosso Estado e mercado modernos.

<sup>5</sup> Outro autor que impulsiona esse debate – e que polemiza com Jessé no tocante ao papel do PT na superação da desigualdade – é o também sociólogo Ruy Braga. No seu livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, traça o perfil de como a situação da classe trabalhadora muda ao longo do tempo e quanto este processo é intimamente ligado ao modo como se relaciona com o Estado. Desse modo, essa classe,

merece ressalvas –, assim como o contexto histórico em que nos inserimos, servem como o ponto de partida deste estudo.

Existe em nossa história ecos que trazem uma identificação com o presente. Vemos isso em especial com a pobreza, que parece um cancro inesgotável até os nossos dias. Porém, se interpretarmos com atenção a retórica utilizada em alguns textos, logo nos abate o estranhamento. Este que, para Robert Darnton, é o passo inicial da investigação histórica, pode ser visto na reportagem de Tad Szulc para o *The New York Times*. Esta última segundo Josué de Castro teve para a época “dimensão histórica idêntica à da carta de Pero Vaz de Caminha” (CASTRO, 1964, p 149). Veremos essa questão de modo mais detido no capítulo dois. Podemos perceber que a desigualdade de classe não é, de fato, uma novidade, mas os dados e o tom de urgência e medo são peculiares. A descrição da região contrasta bastante com as narrativas jornalísticas tratadas até agora, como podemos ler abaixo:

Recife, Brasil, 22 de outubro – Os componentes de uma situação de revolução tornam-se cada vez mais visíveis na vastidão de um Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e perseguido pela praga da seca. Nessa área vivem 20.000.000 de pessoas com uma renda média anual de menos de US\$ 100. A desnutrição crônica e a doença avassaladora impedem que essas pessoas sobrevivam muito além dos trinta anos de idade. A miséria como questão social é explorada através de uma crescente influência esquerdista nas cidades superpovoadas. As Ligas Camponesas infiltradas por comunistas que organizam e doutrinam, têm se tornado importante fator político nessa área. O primeiro ministro de Cuba, Fidel Castro, e Mao Tse-Tung, o presidente da China Comunista, são apresentados como heróis a serem imitados pelos camponeses do Nordeste e pelos estudantes (...). O analfabetismo chega a 75%. Existem setores do árido Nordeste em que a renda anual é de aproximadamente US\$ 50, em que aproximadamente 75 por cento da população é analfabeta. A ingesta diária é de 1.664 calorias. A expectativa de vida é de 28 anos de idade para os homens e 32 anos de idade para as mulheres. Metade da população morre antes dos 30 anos de idade. A taxa de natalidade é de 2.5 por cento anuais. As doenças gastrointestinais têm um enorme impacto letal em crianças abaixo de um ano de idade. Em dois povoados do Estado do Piauí, selecionados aleatoriamente, nenhuma criança sobreviveu além de um ano de idade. Aquelas que sobreviverem são atacadas por uma doença que provoca ascite, a esquistossomose, transmitida por um caramujo que habita os rios poluídos. Os ancilóstomos e a tuberculose também matam muito. Os chamados rendeiros, agricultores que trabalham em pequenas parcelas de terra, são muitas vezes forçados a trabalhar de três a quatro dias por

---

extremamente empobrecida no final do século XIX – no caso brasileiro que teve uma industrialização tardia – é, com os governos de Getúlio Vargas, colocada dentro do pacto nacional. Isso se intensifica ainda mais no pós-segunda guerra mundial, quando o modelo fordista tende, mesmo que de maneira limitada, a trazer uma estabilidade empregatícia e uma inserção do consumo das classes trabalhadoras. Esse processo, com avanços e recuos, intensificou-se de maneira potente nos governos petistas. Porém, essa inclusão da classe operária, segundo Braga, não se deu nos moldes do antigo fordismo, pois foi pautada em um poder de compra exercido em uma situação empregatícia marcada pela insegurança. Essa abordagem, que teve destaque no governo Lula, criou um novo grupo chamado de precariado, que seria uma parcela crescente de trabalhadores, e abaixo dos considerados operários, à mercê das mais leves flutuações do mercado, ao contrário do antigo operariado do Estado de bem-estar social. Ambos os entendimentos, guardadas suas diferenças – a primeira com um enfoque marxista, que investiga a formação do novo proletariado; e a outra com influência de Pierre Bourdieu, que tende a considerar a violência simbólica – têm em comum uma abordagem histórica do problema de classe no Brasil e das soluções encontradas no decorrer do século XX.

semana sem remuneração. A maioria dos habitantes do Nordeste não são consumidores ou produtores no sentido econômico. A sobrevivência física é a única preocupação que se transforma em desespero quando assola a seca periódica. Enquanto a miséria no Nordeste sempre existiu em graus variáveis, uma série de fatos humanos, sociais, econômicos, e políticos emergiram em anos recentes para transformar essa grande região em cenário potencial de uma explosão revolucionária. (Szulc, 1960).

Toda a linguagem utilizada, aparentemente hiperbólica, levanta questões ao leitor contemporâneo. Como um dos principais jornais americanos em 1960 despende tanto tempo para falar de uma região periférica como o Nordeste? E por que a miséria do povo se torna um problema tão fatal? Analisando o pano de fundo histórico logo percebemos que o texto comunicava determinados preceitos da política americana em plena guerra fria. Na época de um dualismo político com a URSS e o alinhamento de Cuba ao socialismo em 1961, a América Latina tornou-se um centro de preocupações geopolíticas. A carestia do continente era pensada como fermento de movimentos sociais que poderiam simpatizar com o socialismo. O Nordeste, dentro de uma teoria que frisava a desigualdade regional, tornou-se a chaga do subdesenvolvimento brasileiro. Era um barril de pólvora prestes a explodir com todas as suas contradições. Esse tom poderia ser lido, para sublinhar o recorte específico desse trabalho, no Estado de Pernambuco, transformado em peça chave nessas disputas. Um artigo de jornal escrito por Hobsbawm em sua visita ao Recife em 1963 – quando não era ainda uma autoridade do campo histórico – traz vários elementos dessa atmosfera:

Qualquer pessoa que queira saber o que é uma região subdesenvolvida poderia começar pelo Recife, a capital do empobrecido Nordeste brasileiro - aquela vasta área de cerca de 20 milhões de habitantes que deu ao país os seus mais famosos bandidos e revoltas camponesas, e ainda lhe fornece um fluxo de migrantes subnutridos, Recife tem 800 mil habitantes, bem mais do que o dobro da população em 1940; metade vive nos barracos indescritíveis que cercam todas as grandes cidades sul-americanas, em meio ao cheiro característico das favelas tropicais: imundície e decomposição de matéria vegetal. Como vivem, ninguém sabe. Assim como na maioria das outras cidades da América do Sul, não há indústria suficiente para absorver esses fluxos de imigrantes (...) Ao mesmo tempo, há sinais de rebelião. As bancas de jornal estão repletas de literatura de esquerda: Problemas da Paz e do Socialismo, China em Reconstrução e o jornal das Ligas Camponesas, que são fortes nessa região. (Mas há também uma abundância de Bíblias.) O Estado do qual o Recife é a capital acaba de eleger um governador bastante de esquerda, graças principalmente ao voto dos trabalhadores da cidade. As pessoas do campo - escravos das fazendas de açúcar e algodão, pequenos camponeses do Sertão - são em grande parte analfabetas e, portanto, não votam. A força das ligas camponesas é irregular e não se tem a impressão de que fizeram muitos progressos ultimamente, mas o potencial de organização é imenso. (Hobsbawm, 1963).

O tom incendiário do texto pode parecer desproporcional para uma leitura atual, porém o acesso a certas referências da história social e política, algumas citadas acima, pode esclarecer o significado do alarde. Por exemplo, ao sublinhar a pessoa de Miguel Arraes, que

em 1963 foi eleito governador do Estado de Pernambuco, o indicando como símbolo da esquerda local, o pano de fundo é um movimento político de esquerda nascido nos anos anteriores: a Frente do Recife que, através de uma aliança entre vários partidos progressistas locais como o PCB<sup>6</sup>, PSB e PTB, formou um grupo coeso para disputar pleitos no estado. Sua origem remete ao Congresso de Salvação do Nordeste<sup>7</sup>, que propôs um novo modo de interpretar os problemas sociais da região. Presidido por Josué de Castro, o Congresso defendia que o problema da pobreza era econômico e social, não devendo, por exemplo, ser resolvido com assistencialismo, como no caso das secas. Se não mudassem as estruturas que sujeitavam a miséria das classes trabalhadoras, o problema continuaria o mesmo. Essa formação política elegeu ainda Pelópidas da Silveira e contou com a participação de vários artistas e intelectuais. Todavia, seu desenvolvimento se deu paralelamente à realidade social e seu respectivo engajamento em vários setores da sociedade Pernambucana.

Nesse contexto, a cidade do Recife apresentava algumas condições peculiares que se tornam mais claras à luz da sua história urbana. Seu fundamento remete ao desenvolvimento do centro da cidade, ainda no período holandês, no qual podemos destacar o período nassoviano em que se construíram palácios, canais, aterros e uma multiplicidade de prédios públicos. No século XIX podemos destacar as reformas do Conde da Boa Vista que, inspirado em Paris, trouxe engenheiros franceses como Louis Vauthier. Foram construídos alguns monumentos públicos, como o Teatro de Santa Isabel, e a reforma do Palácio do Campo das Princesas. O ímpeto modernista começou com mais força nas obras impulsionadas pelo

---

<sup>6</sup>O partido comunista brasileiro era uma força política de suma importância no período. Em termos eleitorais, tinha conseguido porcentagens importantes no decorrer do pós-guerra quando, por exemplo, em 1945 obteve 41% dos votos em Recife. No momento em que foi posto na ilegalidade, em 1947, esse poder eleitoral ficou estremecido, porém para vários grupos o apoio comunista era necessário para alcançar a vitória. A cidade do Recife contava com uma considerável classe operária em várias fábricas – com destaque para as têxteis –, que eram o fundo político desse partido. Porém outro fator a se destacar era o predomínio intelectual das teses desse partido no campo da esquerda. Segundo Marcelo Ridenti, o congresso do partido de 1958, que estabeleceu a estratégia da revolução brasileira em etapas – contrariando a posição da revolução imediata anterior – fez com que o partido estabelecesse novas alianças, que defendiam uma frente ampla nacionalista para consolidar a produção industrial nativa contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio do campo. Desse modo, primeiro se faria uma revolução burguesa para depois entrar na etapa comunista. Essas ideias foram fundamentais para a esquerda da época e serviam como uma liga ideológica dentro da Frente do Recife.

<sup>7</sup> O título demonstra o toque messiânico com que o problema da miséria é abordado no encontro. A este se juntaram outros congressos importantes, que definiram algumas linhas de pensamento sobre a questão da pobreza da época como o de Salgueiro – que permaneceu com uma abordagem mais conservadora, apostando na luta contra a seca – e o da CNBB realizado em Campina Grande – que começou alinhar o pensamento católico aos problemas de então. Essas e outras questões são desenvolvidas no livro *A frente do Recife*, de Fernando Azevedo. A obra mostra o pormenor do desenrolar político da Frente e sua ligação com os partidos da época. Por exemplo, sua adesão estratégica à eleição de Cid Sampaio para governo do Estado – que, em contrapartida, foi responsável pela desapropriação do Engenho Galileia – e do seu rompimento. Posteriormente, um novo acordo foi feito com o PSD para a eleição de Miguel Arraes. Ainda é mostrado o pano de fundo intelectual e moral que sustentava os enunciados dos militantes deste momento, o que veremos mais a frente.

mandato de Sérgio Loreto no início do século XX. Esse político foi o responsável pela reforma do porto do Recife nos anos de 1920 e da criação da Avenida Boa Viagem. Nesse período, várias casas históricas foram demolidas e novidades como automóveis e luz elétrica espantaram o povoado. Nos anos de 1930 e 1940 apareceram uma miríade de planos diretores, em que a resolução final foi a construção de largas avenidas tendo como centro o Bairro do Recife. Nesse sentido, erigiram a Avenida Guararapes que muito chamou atenção dos jornais da época. Outro ponto importante foram as políticas que buscavam combater os mocambos no governo Agamenon Magalhães. Elas resultaram na expulsão de diversos moradores de baixa renda que não contavam com assistência social adequada. Sublinhando esses fatos, demonstra-se que nossa história urbana é também uma história de violência.

No período do nosso recorte é também perceptível que o desenvolvimento urbano da cidade estava em estado crítico. O processo de povoamento, que se dava de modo lento no centro da cidade – ilhas de Santo Antônio e São Pedro, além da Conde da Boa Vista – e nas principais vias de transporte – os rios Capibaribe e Beberibe se somando as rotas Oeste e Sul – foi acelerado intensamente<sup>8</sup>. Vários vetores desse movimento vinham do campo, onde mudanças de ordem econômica, como a decadência da cultura do açúcar, empurraram levas camponesas para as metrópoles. Esse êxodo rural chegou às cidades sem qualquer planejamento. Como consequência, muitos desses grupos não conseguiram ser absorvidos pela demanda de emprego local – ficando no desemprego, subemprego ou sendo absorvido de maneira fugaz pela rede fabril – nem foram abarcadas pelos aparatos urbanos<sup>9</sup>. O saneamento básico era precário, o transporte insuficiente, a educação e saúde pública muito limitadas<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Todo esse processo é bem registrado nos trabalhos de Virginia Pontual, como em *Uma cidade e dois prefeitos*, no qual o crescimento urbano é mostrado desde o núcleo original, pelos tentáculos até a consolidação da mancha urbana e da região metropolitana no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Assim, vemos como os aterros – que aumentaram de modo maciço – e a tentativa de melhorar os aparatos urbanos de transporte vão sendo arquitetados. Junto a esse modernismo tardio é descrito também como a especulação imobiliária de parte da elite vai empurrando a população menos favorecida para áreas menos prestigiadas como os mangues e os morros. São esses processos que vão caracterizando a cidade como zona de problemas e conflitos.

<sup>9</sup> Em seu livro *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, o economista Paul Singer analisa como a urbanização da cidade do Recife se liga com a constituição econômica de Pernambuco. Demonstra como a nossa história econômica, focada no açúcar, foi excessivamente dependente das variações do mercado externo. Com o passar do tempo, a região do Nordeste, devido à baixa industrialização, perdeu competitividade para as regiões Sul-Sudeste, tornando-se uma economia periférica que abastecia o mercado nacional. Essa realidade é intimamente ligada com a decadência da produção do açúcar, que por não conseguir abastecer toda a mão de obra local, terminava por expulsá-las para as cidades, que não estavam preparadas para receber esse novo contingente de pessoas. Elas acabavam se tornando um exército de reserva industrial – um montante de desempregados. Veremos a articulação dessas ideias no decorrer da dissertação.

<sup>10</sup> No primeiro capítulo do livro *O movimento e a linha*, Flávio Weinstein apresenta alguns dados relevantes sobre a situação da população pobre do Recife. Primeiramente, o crescimento urbano fez com que a população entre 1940-50 tivesse um aumento de 50%, tendo o número de habitantes aproximado de 525 mil. Foi mantido algo próximo dessa taxa de crescimento no ano de 1960, com o número de habitantes em torno de 800 mil pessoas. A esses dados se soma que no ano de 1950 havia 36% de analfabetos, somente 5% das pessoas eram

Essa grande quantidade de trabalhadores tornou-se símbolo das reformas – e para alguns, da revolução – necessária a ser seguidas. Muitos destes setores se somaram às fileiras dos movimentos sociais da época e sublinharam os debates sobre a questão social. Também devemos acentuar que o movimento operário de então tornava-se cada vez mais forte, como se o modelo de organização varguista chegasse ao paroxismo liberando forças de mobilização – podemos destacar as greves gerais de 1958 e 1960 com seus respectivos comícios e passeatas. Tudo isso fez parecer que o Recife estava se descaracterizando perante a modernidade sendo, segundo Mario Mello, uma cidade “malcriada”, uma ilha em ebulição.

No campo não seria diferente. As mobilizações camponesas em Pernambuco aludem às ligas fundadas pelo PCB – nome de inspiração italiana – ainda na década de 1940. Após sua perseguição no Estado Novo houve um hiato que ficou conhecido como *pax rural*, pois as lutas de classes foram controladas por um sistema de dominação que incluía os coronéis e o Estado, através da polícia e do judiciário. Esse poder, exercido de forma física na perseguição aos movimentos sociais com amplo apoio das delegacias regionais, também se dava na ordem simbólica dos senhores de terra, que centralizavam em si a organização de seus latifúndios. Esse processo começou a ruir, de maneira mais sistemática, quando ocorreu a ruína da economia açucareira tratada acima. Com isso, tentou-se aplicar uma nova lógica de organização da produção centrada em grandes conglomerados industriais chamados de usinas. Estas que substituíram as antigas tentativas de industrialização do açúcar, como nos engenhos centrais do século XIX, necessitavam, para sua produção, de uma quantidade enorme de terras. A consequência foi a incorporação dos antigos engenhos e das terras dos lavradores de cana a estas empresas. A expulsão dos posseiros – moradores temporários que davam parte da produção aos patrões ou dias de trabalho em troca de usufruto da terra – foi apenas um dos elementos destas transformações. Neste âmbito, concentração de terras em latifúndios se intensificou de modo surpreendente. Os engenhos que remetiam às sesmarias, devido a divisão por herança, foram diminuindo ao longo das décadas e na época tinham em torno de 200 a 1000 hectares. As novas usinas, que se assomavam em grandes companhias, no final do processo de acumulação chegavam a dominar 35000 hectares (ANDRADE, 1963, p 100). Toda esta metamorfose do modo de produção canavieiro e do sua organização político não poderia sair incólume de uma nascente agitação social.

---

formadas no primário e míseros 1,5% no ginásio e ensino superior. A mortalidade infantil era muito elevada, principalmente se comparada às outras capitais da época, tendo nos anos de 1940-50 o percentual de 272 crianças mortas antes de completar um ano de vida para cada mil habitantes. Esses dados revelam a situação alarmante de uma população periférica que morava em mocambos, alagados e morros, com auxílio mínimo do Estado.

Nesse contexto, no Engenho Galileia, um grupo de famílias de arrendatários tentou formar uma organização de ajuda mútua, chamada de SAPP. De início, foi amplamente apoiada pelo senhor do engenho Oscar Beltrão. Porém, quando ele tomou conhecimento de que a iniciativa tinha vínculos com antigas lideranças comunistas, tentou coibi-la com diversos tipos de repressão, incluindo a expulsão dos arrendatários. Ao invés de desistirem da empreitada, os camponeses resolveram resistir e buscar apoio na capital, onde uma parceria política foi formada com líderes progressistas, dentre os quais se encontrava Francisco Julião. Assim foi fundada a Liga Camponesa do Engenho Galileia – nome dado em referência às antigas organizações comunistas. No Recife, formou-se um grupo de ação política – com participação de deputados e jornalistas – que tinha como objetivo efetivar as causas da Liga em vitórias nos tribunais, pois a capital era menos suscetível às pressões do senhoril latifundiário. Assim, a reforma agrária tinha virado uma pauta constante no debate público. Este processo alcançou o auge quando, devido a uma aliança política circunstancial entre a frente do Recife e o usineiro Cid Sampaio, por meio de uma conturbada negociação conseguiu-se desapropriar o Engenho Galileia para seus trabalhadores<sup>11</sup>. O triunfo trouxe grande notoriedade e o que era um movimento local, que em pouco tempo, tornou-se símbolo nacional de um forte movimento social. A consequência foi a fundação de várias novas ligas e a transformação de seu principal líder, Francisco Julião, em expoente da esquerda.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 as ligas abandonaram o discurso reformista – a partir da percepção de que era impossível fazer uma desapropriação com reembolso em todos os casos – e abraçaram cada vez mais uma retórica revolucionária. Com a visita de Julião a Cuba e o rompimento com o PCB – o partido defendia que a transição para o socialismo deveria passar por uma etapa de modernização da burguesia nacional –, as ligas camponesas assumiram o lema radical da reforma agrária “na lei ou na marra”. Essa atitude isolou a liga de outros movimentos, tendo que disputar cada vez mais espaço com os nascentes sindicatos socialistas e católicos. Com o tempo, até o golpe militar, a liga caminha para a formação de um partido agrário revolucionário<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Esse processo cheio de reviravoltas é tratado em cada hora, pelo livro *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)* de Pablo Porfírio, que mostra os meandros políticos necessários, convencimento de vereadores e a pressão popular na Câmara para a aprovação da desapropriação.

<sup>12</sup> Azevedo Fernando em seu *As Ligas Camponesas* mostra detalhadamente a formação, entre a continuidade e ruptura, das ligas comunistas com as novas ligas camponesas. É destacado ainda que a participação de políticos e intelectuais de renome trouxe a esse movimento social uma potencialidade de poder muito maior do que realmente tinha. As passeatas de camponeses realizadas no Recife, até então inéditas, traziam uma estética de rebelião constante à capital. A prova da dimensão, podemos dizer geopolítica, das ligas foi a visita de Robert

Dentre as várias propostas de superação desse quadro de pobreza podemos destacar aquela que foi a de maior destaque, tanto em sua estrutura quanto em investimento intelectual. A Sudene, nesse momento, era o baluarte de uma teoria do desenvolvimento que visava suprir a lacuna regional entre o Norte e o Sul do país a partir da promoção de uma política industrial de larga escala. Uma grande quantidade de verbas foi levantada para arquitetar esse grande projeto e figuras como o economista Celso Furtado – que tinha ganhado grande notoriedade com seu livro *Formação econômica do Brasil* – tornaram-se vozes de destaque. Essa concepção de desenvolvimento econômico, profundamente arraigada na superação do subdesenvolvimento, tinha como pano de fundo uma construção cultural do Nordeste como zona embobrecida e problemática. Uma fenda de miséria que deveria ser remediada antes que implodisse em revoltas populares.

Os intelectuais e artistas participaram de modo bastante peculiar desse momento histórico. Um autor que interpreta essa sensibilidade é Marcelo Ridenti no seu livro *Brasilidade Revolucionária*. Na obra, ele defende que, de 1946 a 1964<sup>13</sup>, principalmente no governo Goulart, construiu-se uma estrutura de sentimento<sup>14</sup> que embasava uma leitura da possibilidade de uma revolução brasileira – seja ela socialista ou nacional popular (Ridenti, 2010, p. 89). Essa maneira de sentir e agir no mundo estava embuída no processo de modernização da sociedade brasileira que, apesar de sua expansão industrial, relegava vários setores da população à marginalidade. Para superar isso seria preciso construir um país novo com um novo homem. Este último será buscado dentro do conceito de povo, que nesta época era representado como aquele que continha as raízes do Brasil. Este, por fim, encarnava a realidade da nação para então redimir o desagravo do presente. Para tanto seria necessário que os intelectuais e artistas fossem em direção ao povo para, a partir de suas ideias e obras, incitar essa massa potencialmente revolucionária<sup>15</sup>. Essa visão de intelectual – muito próxima

---

Kennedy que prometia trazer assistencialismo financeiro à região, possivelmente como modo de impedir o que enxergava como uma revolução iminente.

<sup>13</sup> Esse autor defende que essa sensibilidade revolucionária bastante específica se formou nesse período de tempo, mas teve sobrevida na resistência contra a ditadura. Nos anos de 1970 começou a decadência dessa interpretação do Brasil que mesmo com uma retomada no início dos anos de 1980 – com o novo sindicalismo e a redemocratização – não conseguiu se atualizar e permanecer devido ao esgotamento dos meios sociais e culturais que a nutriam.

<sup>14</sup> Esse conceito será mais bem desenvolvido no primeiro capítulo.

<sup>15</sup> Em nível nacional, podemos destacar várias obras e grupos que se enquadram nessa estrutura de sentimentos. Como a tríade inicial do Cinema Novo filmados em 1963: *Deus e o Diabo na terra do sol* de Glauber Rocha; *Vidas Secas* de Nelson Pereira Santos e *Os fuzis* de Ruy Guerra. A dramaturgia do Teatro de Arena em figuras como Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Vianinha e o teatrólogo Dias Gomes. É importante a canção política de Carlos Lyra e Sérgio Ricardo. Ainda é importante destacar a publicidade revolucionária dos Centros de Cultura Popular da UNE no teatro, cinema e literatura, por exemplo, nos livros da coleção *Violão de Rua* que teve poemas de Ferreira Gullar (Ridenti, 2010, p. 90). E não devemos esquecer o documentário *Um cabra*

da noção de vanguardismo do marxismo-leninismo<sup>16</sup> – somava-se então o objetivo de resguardar a soberania nacional a partir de uma grande transformação.

Em Pernambucano, a mudança do status de parte das elites intelectuais foi sentida de modo bastante singular<sup>17</sup>. A miséria trazia um senso de urgência em que tomar um partido, seja reformista ou revolucionário, significava estar filiado a uma rede de sociabilidades específicas. Grupos como a Juventude Universitária Católica mantinham os parâmetros do evangelho social, que traçava paralelos entre a bibliografia marxista e os escritos de João XXIII. Com a radicalização do discurso, ao longo dos anos de 1950 e devido ao respeito da hierarquia eclesiástica por parte da JUC, fundou-se o grupo com ideias mais revolucionárias que seria a Ação Popular. Essa última, apesar de grande articulação nacional, não teve tanta relevância em Pernambuco, visto que os jovens católicos mais radicais estavam militando em outros movimentos. Poderíamos destacar os que gravitavam em torno do projeto de educação popular, que desde o II Congresso Nacional de Educação eram profundamente influenciados

---

*mercado para morrer* de Eduardo Coutinho que, inspirado nas Ligas Camponesas, ficou inacabado pela interferência do golpe militar.

<sup>16</sup> Para o mundo das letras podemos ainda destacar o ensaio *O que é a literatura?* de Sartre. Nesta obra em que o autor começa a desenvolver a aproximação entre o existencialismo e o marxismo – mesmo com fortes críticas ao Partido Comunista Francês – é colocado o problema do imperativo do engajamento político na produção literária.

<sup>17</sup> Um autor que trabalha esse tema no Nordeste, e que tem bastante relevância para a historiografia, é Durval Muniz em seu livro *A invenção do nordeste*. Este trabalho é muito instigante e representou na época uma grande renovação bibliográfica em termos metodológicos e teóricos. Porém, como dividimos recortes similares, e utilizamos abordagens diferentes, é preciso marcar nossa distância, ou posicionamento, perante essa fonte tão importante. Para começar discorremos somente sobre o último capítulo que trata da criação das imagens do nordeste como antro miserável e revolucionário se embasa nas obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos e João Cabral na literatura nas de Di Cavalcanti na pintura e de Glauber Rocha no Cinema. A primeira observação é que, embasado em uma concepção de Discurso Foucaultiana, termina por generalizar determinados usos de linguagem – como o dos autores tratados acima – para toda a região. Em termos de rigor empírico falta ver como a diversidade desse discurso se daria em casos específicos e o que motivou nos autores estudados, sendo de tempos distintos, os usos dessas locuções. O segundo problema de ordem metodológica é que não se aprofunda na bibliografia específica de cada campo artístico que estuda, utilizando de modo generalizado Foucault. Por exemplo, não traça um esforço claro para distinguir o processo cultural que separa uma fonte literária de uma cinematográfica, pois as horizontaliza como partícipes de um mesmo discurso. O terceiro, de ordem teórica, é a utilização da noção de Foucault de geografia como invenção do discurso. Em nosso trabalho, como veremos, deixaremos claro uma noção de referencialidade na qual a miséria e a sua linguagem se inter-relacionam. Neste sentido existe um padrão de referência segundo o qual não podemos, sem muitas ressalvas, caracterizar determinada linguagem artística e intelectual como existentes de modo prioritário em um plano centrado no discurso. Nosso trabalho, então, se distingue deste, pois se baliza por deixar claros os pressupostos metodológicos e teóricos concernentes a cada fonte – literária e intelectual. Não existe então um conceito unificador capaz de lidar, sem perdas, com a diversidade das fontes. É preciso acentuar sua especificidade. Também nos valem do conceito de formação, no sentido de traçar uma gama maior de autores, para não recair em generalizações de imagens a partir de um ou dois nomes. Com isso buscamos, com a diversidade do material empírico, mostrar de modo mais dinâmico a representação da pobreza. Assim propomos um retorno para as práticas – no linguajar de Foucault práticas não discursivas – e sua relação equânime com a linguagem, e não um detrimento da primeira em relação à última.

por figuras como Paulo Freire<sup>18</sup>. Outro que tinha conseguido grande notoriedade era o Movimento de Cultura Popular, que contava em seus quadros com ativistas como Abelardo da Hora e Germano Coelho, decididos a elevar a cultura do povo, lutar contra o analfabetismo, instigar manifestações artísticas e preparar cidadãos para o trabalho. Ainda visavam formar quadros para transmitir, sistematizar e interpretar os aspectos da cultura popular. Nessa concepção de intelectualidade, era dever das elites culturais levar ou instigar os conceitos revolucionários ao povo. Desse modo, as palavras não tinham um significado formal. Os conceitos não tinham apenas valor heurístico. As ideias e a arte eram voltadas para a *praxis*, deveriam passar pelo filtro da ação.

Essa introdução sublinha alguns pontos que são o objetivo principal dessa dissertação: estudar o modo como se apresenta o problema da miséria nos campos intelectuais e artísticos – que, na época, eram bastante interligados, como veremos – em Pernambuco da década de 1950 até o golpe de 1964. A questão da pobreza poderia ser tratada em vários ângulos, como percebido até agora, porém trazê-la dentro da perspectiva proposta nesse trabalho visa entendê-la dentro de uma análise nem sempre usual. Por isso, é importante não colocar as representações culturais em um caráter anedótico ou, poderíamos dizer, superestrutural, se comparado à potência dos movimentos políticos. A arte e as ideias têm um papel constitutivo em movimento paralelo com os outros campos da complexidade social. Compreendendo esse processo, seria possível analisar, por exemplo, o quanto uma questão de classe como a pobreza tem um interesse estético ou como as ideias dos discursos intelectuais modificam a apreensão da desigualdade. Devido aos problemas complexos que essas fontes levantam, especificamente em uma abordagem cultural, é preciso traçar de modo preliminar uma discussão teórico-metodológica, pautada em como a literatura e a bibliografia intelectual lidam com a realidade social. Ou, em outros termos, levando em consideração o tema da dissertação, de como se fundamenta a relação entre os bens simbólicos e a estrutura de classe.

O primeiro capítulo, que segue os pressupostos da pergunta formulada antes, começa discutindo a relação entre história e literatura e a capacidade de ambas de se aterem a uma dizibilidade da realidade. É desenvolvida uma abordagem que levanta o problema de como a

---

<sup>18</sup> A luta pela educação, como vimos em consequência das altas taxas de analfabetismo, se tornou um paradigma nacional. O sucesso da experiência freiriana em Angicos nos anos de 1962 – em que alfabetizou 380 trabalhadores em 40 horas – coroou o seu método que levava em consideração o contexto social para o aprendizado. Outro fator também de suma importância, que dava traços esquerdistas à luta pela alfabetização, era que segundo a Constituição da época apenas adultos alfabetizados poderiam votar. Desse modo, era interesse do campo progressista alfabetizar trabalhadores que poderia fortalecer seus movimentos políticos. Artisticamente, várias filmes, poemas e livretos foram produzidos voltados para este fim.

ficção não é uma invenção apenas linguística, mas sim uma potência que pode guardar um diálogo com a sociedade. Este capítulo funciona como uma tomada de posição na qual são questionadas determinadas correntes relativistas que tendem a pensar a história como retórica, como uma rede de discursos apartados de um poder referencial com a realidade. É também mostrado o inverso disso, de um certo positivismo ingênuo, que defende a capacidade de uma apreensão factual total da realidade. Entre esses dois caminhos se pautará o posicionamento epistemológico deste trabalho. Por fim, é questionado, a partir de uma problemática política, a necessidade de aliar uma análise como a da miséria, pautada em um pressuposto de veracidade. Em termos metodológicos é de fundamental importância os trabalhos dos sociólogos Pierre Bourdieu e Raymond Williams. O primeiro, com seu conceito de campo, tem como contribuição uma concepção da realidade social e, especificamente da arte, percebendo nela sua autonomia simbólica, ao passo que mantém uma relação de homologia com outros campos. O segundo, com sua noção de estrutura de sentimento – que, como veremos, tem uma semelhança com o conceito de hábitos de Bourdieu – tenta fazer uma ponte entre a experiência individual e a estrutura social. Essa abordagem visa considerar que a literatura deve manter uma relação de autonomia em seus significados porém, como todo bem de produção cultural, tem uma ligação maior com outros aspectos do mundo social.

Em sequência, iremos analisar os termos de uma abordagem cultural dos intelectuais. Assim como a literária, mas dentro de um problema singular, questionamos os princípios teóricos que separam a formulação das ideias do todo social. Esses princípios tendem a se embasar em uma filosofia das ideias que se sustenta na noção de que existe uma separação entre a mente – em estado puro – que interpreta ou traduz e o mundo social. Ao contrário dessa concepção idealista, também devemos escapar das tendências de um materialismo mecânico, em que as ideias são retiradas de modo automático da realidade. É nesta relação do conhecimento como atividade cultural que embasaremos nossa abordagem. Em termos de método, destacam-se as nuances da atividade intelectual, como os seus lugares institucionais, meios de publicação e filiações teóricas – que têm ainda um perfil político – mais amplas. A nova história política, em figuras como Rene Remond, e os textos de Robert Darton serão fundamentais. Em termos gerais, este trabalho se inclina, mesmo tendo consciência das dificuldades, a erigir uma análise que seja duplamente literária e intelectual, levando em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos desses dois campos.

O segundo capítulo trata do campo intelectual. O propósito inicial é mostrar a relação entre a trajetória intelectual de alguns indivíduos com destaque no debate público da época e

como seus textos sistematizam a questão da desigualdade. Sublinharemos que, apesar da diversidade, estas práticas intelectuais participam de uma estrutura de sentimento comum. De uma sensibilidade compartilhada que as colocam perante os problemas da miséria. Para o período, é impossível se esquivar da personalidade de Josué de Castro que, desde os anos de 1930, vinha tratando o problema da fome no Nordeste. Na época, ele tinha se consagrado como um dos intelectuais brasileiros com mais força internacional – presidiu o Conselho da ONU sobre as políticas da fome – e em termos locais era uma grande referência intelectual com vasto acesso aos debates políticos. Além de livros clássicos como *Geografia da Fome* devemos destacar outros que tiveram grande impacto na década de 1950. Só para citar alguns, temos o *Livro negro da fome* e o *Sete palmos de terra e um caixão*. Porém, outras figuras também inferiam de modo direto no campo intelectual. Podemos lembrar dois nomes já citados aqui: Paulo Freire, no campo acadêmico, com seu livro *Educação e atualidade brasileira*; e Francisco Julião, no campo político, com seus diversos textos e discursos na época. É importante mencionar ainda o livro de 1963 *A terra e o homem* no Nordeste, de Manoel Côrrea de Andrade, que se tornou um clássico para os estudos agrários. De maneira mais tangenciada revelaremos também como se davam os debates em nível nacional, como o caso dos livros de Goundin da Fonseca que, na época, com forte eloquência nacionalista, chegavam a várias edições. Nesta etapa, poderemos ver como a questão social adentrou os mais diversos campos da intelectualidade da época e de que maneira, com suas particularidades, construiu uma inteligibilidade desse dilema.

O terceiro e último capítulo trata do meio literário. É mostrada, inicialmente a trajetória de dois escritores, João Cabral de Mello Neto e Mauro Mota. Para estes, tentaremos revelar, como de modo pioneiro, em fins dos anos de 1940 seus trabalhos trazem traços políticos com forte engajamento social. Seja em poemas como *Morte e Vida Severina* de Cabral ou *A Tecelã*, de Mota, é acentuado o caráter de representação da pobreza. Ambas figuras terão forte influência em uma formação de escritores dos anos de 1950<sup>19</sup> que traz

---

<sup>19</sup> Edilberto Coutinho (1938-1995) nasceu na Paraíba e foi advogado, escritor e jornalista. Chegou ao Recife em 1951, após concluir o ginásio em Curitiba e se formou em direito em 1957. Em 1970, passou a morar no Rio de Janeiro. Escreveu para os principais jornais do País, chegando a ser correspondente internacional na Europa pelo Jornal do Brasil e nos Estados Unidos, pelos Diários Associados. Dentre os vários prêmios que ganhou, destacamos o Casa de las Américas, com seu livro de contos Maracanã adeus. Edmir Domingues (1927-2001) nasceu no Recife, tendo se formado em direito em 1950. Foi funcionário público e escritor, membro da Academia Pernambucana de Letras (APL), e recebeu prêmios como o Mário de Andrade. Félix de Athayde (1932-1995) nasceu em Olinda e, aos 16 anos, já publicava seus poemas nos jornais locais. Foi bolsista de jornalismo na Espanha, tornando-se amigo de João Cabral. No início dos anos 1960, voltou para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, onde trabalhou no jornal A Última Hora e colaborou com o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Muito ligado a Miguel Arraes, com o golpe de 1964,

nomes como Audálio Alves, Carlos Pena Filho, Olímpio Bonald Netto, Fernando Pessoa Ferreira, Paulo Craveiro, entre outros que começam a pautar em suas obras o desagravo social da população pernambuca. Este processo, antes de automático e reflexivo, se deu aos poucos e a partir do amadurecimento de determinadas questões estéticas<sup>20</sup>. Dessa maneira, tendo consciência do fundo social e cultural desta década, já explicitado anteriormente, poderíamos então mostrar como a literatura, em sua linguagem específica, tratou do problema da miséria. De como o engajamento social, tornando-se uma exclamação geracional, influenciou o mundo da escrita. No poema *Ofício da esperança*, de Audálio Alves, para que mesmo rápido possamos colocar à prova o que dizemos, são notadas determinadas imagens importantes. Citemos abaixo esse poema:

Ofício da esperança

Frente ao mar e frente aos montes,  
 -, oito montes que são ondas  
 serenas que o mar deixou -,  
 me ocultei. Assim oculto,  
 tiro tinta de meu sangue  
 e palavras de meu nome:  
 sentei-me, mas, ao sentar-me,  
 junto a mim sentou-se a fome

---

exilou-se primeiro na Argélia e depois no México e em Cuba. Voltou clandestino ao País, ficando nessa condição até encerrar o processo que respondia no DOPS e poder voltar a trabalhar no Correio da Manhã. Escreveu longo ensaio sobre a poética cabralina. Francisco Bandeira de Mello (1936-2011) nasceu no Recife e foi poeta, advogado e jornalista. Formado em direito nos anos de 1950, ganhou o Prêmio de Poesia do Estado de Pernambuco com o livro *Pássaro Narciso*, em 1955. Foi redator do *Jornal do Commercio* durante boa parte da vida e membro da APL. A partir do governo Roberto Magalhães, entre 1983 e 1986, exerceu cargos públicos como os de presidente da Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur) e secretário estadual de Turismo, Cultura e Esporte. Fernando Pessoa Ferreira (1932-2010) nasceu em Olinda. Após se formar em direito nos anos 1950, saiu do Recife para atuar em jornais no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Viveu em São Paulo a partir de 1968. Foi preso brevemente na ditadura militar, acusado de esconder procurados pelo regime, em 1969. Paulo Fernando Craveiro nasceu em 1934 em Monteiro, na Paraíba, tendo se formado em direito nos anos de 1950 no Recife. Estudou estilo literário na Espanha e jornalismo nos Estados Unidos. Foi secretário de Estado no governo do interventor Nilo Coelho em 1967. Passou a vida como redator e trabalhando pontualmente no meio televisivo em programa na TV Jornal. Atualmente tem 84 anos de idade. Olímpio Bonald Netto nasceu em Olinda em 1932 e formou-se em direito, em 1957. Trabalhou como advogado, chegando a ser procurador federal. É membro da APL. Participou de vários conselhos culturais no Recife na área de cultura e preservação patrimonial. Está com 86 anos. Audálio Alves (1930-1999) nasceu em Pesqueira (PE) e formou-se na Faculdade de Direito e em Letras pela Fafire. Foi advogado atuante, membro da APL, presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), diretor do suplemento literário do *Jornal do Commercio* e o primeiro diretor do Espaço Pasárgada. Carlos Pena Filho (1929-1960) nasceu no Recife e morou em Portugal na infância, onde cursou o primário. Formou-se na Faculdade de Direito, em 1957. Trabalhou como jornalista no *Diário de Pernambuco* e no funcionalismo público no governo de Cordeiro de Farias, entre 1955 e 1958. Participou ativamente das campanhas políticas da época. Como podemos perceber nessas trajetórias, esses escritores mudaram de rumo durante a vida. Foram, quase todos, do campo da esquerda para o da centro-direita. Exerceram diversos cargos públicos. Institucionalizaram-se na APL. Uns continuaram advogando, outros focaram somente no jornalismo. Tiveram papel de liderança em órgãos e jornais locais e nacionais. Sofreram reveses políticos. Esses detalhes mostram a variedade, que é também literária, desse grupo

<sup>20</sup>Neste capítulo é demonstrado como esse grupo passou de preceitos mais formalistas no início da década de 1950, com forte relação com as maneiras de escrever – chamada por vezes de neoparnasiana – da geração de 1945. Esse rompimento formal, que se dá de modo gradual, será acompanhado com mais afinco neste capítulo.

Então,  
 digo ao mar que tenho sede  
 e aos montes que tenho fome.  
 Mas, se ali murmurava o verde  
 (só murmúrios),  
 por aqui basta distância  
 (nem murmúrios)  
 e suave o verde some  
 Digo sede e digo fome,  
 digo paz - e essa palavra  
 rói a linha de meus lábios

Agora,  
 frente ao mar e frente aos montes,  
 ao juntar papel e tinta,  
 cai de mim e se elabora  
 um dia de luz tão ampla  
 que o maior de nossos dias,  
 a ele serve de aurora:  
 céu tão alto e luz tão limpa  
 que a dor - cristal ou nódoa –  
 volverá a luz de origem. Ah,  
 nosso amor transite apenas  
 entre a mão e a pedra virgem.

Logo de início, a posição do eu lírico que busca o conforto da natureza entre oceanos e montes é confrontado com o termo cruel da fome. Na segunda estrofe, ao perguntar ao remanço da natureza onde encontrar alimento e água a resposta se dá pelo silêncio dos murmúrios. Nessa condição, a palavra paz é impossível. Para esses homens que viviam no crepúsculo do que seria o golpe, em um ambiente de agudização dos conflitos, as sílabas da paz estavam exiladas. Na terceira parte, conclui-se que somente a invenção pode redimir a realidade. Apenas o ofício da criatividade, que é símbolo da esperança, é possível. As palavras, nesse sentido formal, não diferem da distância entre a mão e a pedra. A mão do poeta, como uma ação prática, pode construir o mundo. Esse, que é o primeiro poema do livro de Alves de 1962, já diz muito sobre a atmosfera poética desse autor e, de certa forma, da sociabilidade literária que compõe. Neste sentido, nossa abordagem do segundo capítulo trata do campo literário e de uma estrutura de sentimento, como faremos no capítulo dois, mas também da constituição de uma formação. Ou seja, manteremos uma análise abrangente da experiência cultural de uma época e suas representações, presente no conceito de campo e estrutura, para uma mais restrita, ainda que flexível, de formação. Os meandros destes conceitos vão ser melhor explicados no próximo capítulo.

Depois que deixamos claras as linhas mestras desse estudo e como pretendemos desenvolvê-las nos capítulos a frente, é importante levar em consideração os limites de qualquer pesquisa. Seja por questões de prática – a duração limite de uma dissertação de

mestrado – ou por quesitos mais abrangentes como a inesgotabilidade do conhecimento, esse texto deve ser encarado como uma contribuição. Tendo consciência que trabalhamos com autores muito estudados e outros dos quais inexistente bibliografia – ambas as situações são problemáticas para um pesquisador – pretendemos entregar um olhar novo sobre a questão da pobreza. Esse olhar será estruturado dentro do campo da história e se embasará nas fontes literárias e intelectuais já notificadas para compreender um recorte temporal e espacial específico. Porém, ao estudar o passado não gostaríamos de supor uma posição de neutralidade, como se tivéssemos dando conta de um acontecimento social controlável e seguro. Por isso, salientamos mais um motivo para começar esta introdução com considerações que dizem respeito ao exato momento em que escrevemos estas linhas. Este se arquiteta no fato de que o debate a respeito da pobreza está sempre em disputa e que quando se escreve sobre ela, ainda que não queiramos, acabamos por tomar uma posição. Nesse sentido, como Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história*, leremos o passado como um relâmpago que ilumina o presente. Que traz dúvidas inescapáveis. Apenas nessa abordagem acreditamos que, mesmo erráticos, podemos sugerir algo sobre a natureza intolerável da miséria

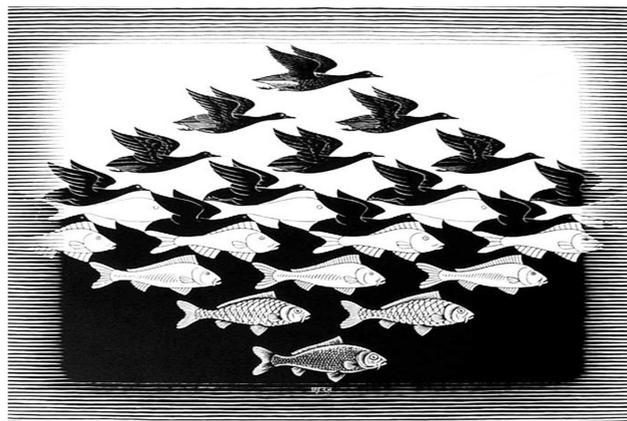
## 2 LETRAS E IDEIAS: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nesta seção iremos trabalhar as bases das concepções teóricas e metodológicas da dissertação. Avançaremos no debate a respeito da relação entre verdade e narrativa dentro da historiografia visando a construção de um caminho investigativo autônomo. Depois trabalhamos a especificidade metodológica de uma abordagem histórica – inspirada nos estudos culturais – da literatura e das ideias.

### 2.1 SUBJETIVIDADE E VERDADE: POR UMA EPISTEMOLOGIA DA NARRATIVA HISTÓRICA

Em seus trabalhos, o gravurista M. C. Escher busca representar figuras impossíveis. Seguindo uma razão própria, desenhos paradoxais ganham coerência. Em uma de suas obras mais famosas, “Céu e água” (FIGURA 2), de 1938, temos uma interessante composição. Nos extremos, há um cisne e um peixe que, aos poucos, na verticalidade, vão se transformando no fundo branco e negro do quadro. Acompanhando esse processo, percebemos que o céu está repleto de peixes e o mar de cisnes. Na realidade, ambos existem em uma relação de necessidade, mesmo que sejam diferentes. É nessa dialética da ambiguidade, de potências estranhas que não encontram uma síntese, que se estrutura o desenho.

FIGURA 2 – Céu e água



Fonte: (CARVALHO, 2016)<sup>21</sup>

<sup>21</sup> CARVALHO, Luciana. A arte de ilusão de Escher volta ao Brasil. Exame, 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/a-arte-da-ilusao-de-escher-volta-ao-brasil-veja-fotos/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Da alegoria presente nessa imagem traçaremos o paralelo entre história e literatura. Esses saberes mantêm uma íntima relação desde a antiguidade grega em textos como a *Poética*, de Aristóteles, e o *Crátilo* de Platão<sup>22</sup>. Ao longo do tempo o diálogo fundador da filosofia clássica vai se transformando de modo bastante fluido. A história, muitas vezes, era considerada como partícipe das letras – por exemplo, no conceito de belas artes. Ou a literatura era tida como expressão fidedigna do passado de uma comunidade — o Canto II da *Iliada*<sup>23</sup>, muitas vezes, foi tido como uma descrição da marinha grega. Porém, é no uso contemporâneo desses dois campos,<sup>24</sup> de modo particular na sua capacidade de formular o conhecimento, que as fronteiras ficam cada vez mais complexas.

A constituição da história como ciência no momento positivista do século XIX baseou-se em uma colonização. O domínio e a articulação das fontes davam ao historiador um lugar privilegiado: aquele que autoriza que determinados vestígios do passado tenham ou não um princípio de validade científica. Esse momento epistemológico era aplicado, de maneira sistemática, às fontes consideradas oficiais, que seriam as mais seguras em garantir uma factualidade. No entanto, outros documentos, como a memória e a literatura por exemplo, em vez de apresentarem uma passividade — à espera da extração de conclusões científicas — traziam seu próprio discurso de legitimidade. A consciência dessa problemática por parte dos pesquisadores trouxe novas perspectivas para o campo das ciências humanas.

A partir da década de 1970, os novos métodos e objetos de estudo apresentaram questionamentos sobre a possibilidade do conhecimento histórico. A disciplina não mais poderia ser embasada em um modelo científico advindo das ordenações clássicas das ciências

---

<sup>22</sup> É importante destacar a longa influência da leitura aristotélica, na qual a literatura é tida como superior à história por relatar aquilo que é possível, abrindo mão do conceito de verossimilhança ao passo que a história é responsável por dizer como as coisas de fato ocorreram. Não existia uma distância formal entre ambas, já que a história e a poética usavam de metrificacão e metáforas. O que mudaria seria a relação com o objeto: a literatura o transfiguraria a partir do crivo criativo do poeta, enquanto a história o alcançaria diretamente como elemento externo.

<sup>23</sup> Em uma extensa passagem, Homero descreve as naus dos aqueus, apresentando uma longa lista dos capitães e da tripulação. Ao narrar essa passagem, Homero pede inspiração à musa para que possa dizê-la em toda sua veracidade. No mundo grego, esta capacidade de evocar os fatos a partir da ficção foi chamada de *Enargeia*. Neste sentido — próximo à utilização futura do narrativo da tradição latina —, a verdade pode aparecer a partir de uma potente narração.

<sup>24</sup> Tanto a literatura quanto a história não tiveram os mesmos significados ao longo do tempo. Literatura poderia significar, de maneira ampla, toda a produção escrita de um povo. Foi somente no século XIX que significou uma parte específica da cultura voltada à escrita ficcional e “imaginativa”. O mesmo valia para a história que, na antiguidade, tinha um caráter próximo da crônica e dos anais. Na idade moderna, aproximou-se das práticas do antiquário e da história eclesiástica para somente no século XIX se tornar uma disciplina científica e universitária.

da natureza. O papel de destaque que a narrativa e a subjetividade passaram a ter na pesquisa levou vários historiadores a novas reflexões. Desse momento, podemos destacar os trabalhos instigantes e pioneiros de Paul Veyne e Hayden White. Essa discussão importante, por redimensionar as fronteiras da pesquisa, impulsionou uma problemática sobre o questionamento do instrumental metodológico usado até então. Se a história é tão ficcional — no sentido de uma invenção narrativa — quanto qualquer outra, qual seria sua especificidade? Desse modo, qual é a capacidade dessa disciplina, assim como da literatura, de dizer algo do real? Amalgamadas em sua necessidade da ficção, ambas acabam por se estruturar em uma falha epistemológica. A verdade factual e sua promessa de controle sobre o mundo não é reservada para essas práticas. Porém, existe outro caminho viável: dessa incapacidade para se adequar a um modelo podemos construir uma alternativa, apoiados na impossibilidade tecer o possível.

O primeiro passo seria se abster da noção de ficção como mentira, ou seja, um falseamento do real. Essa tradição é fundamentada em uma noção de neutralidade em que práticas consideradas permeadas pela subjetividade, como aquelas implicadas nas narrativas, seriam consideradas incapazes de alcançar a verdade. Essa negação do subjetivo nos termos modernos pode ser ligada à negação das emoções na tradição clássica,<sup>25</sup> remetendo a Platão, que trata o corpo como prisão na obra *Apologia a Sócrates*. Porém, o laço foi reatado em Aristóteles, que imprime o papel do ódio na *Retórica* para a compreensão da verdade<sup>26</sup>. Neste sentido, o desafio proposto seria o de fundar uma epistemologia em que a subjetividade, emoção e narrativa sejam centrais. Isso porque, antes de meros reflexos sensíveis, elas são maneiras de interpretar o mundo e têm algo a dizer sobre a vida que as ciências ditas objetivas não conseguem. É preciso lidar com um conceito de verdade que, antes de ser autocentrada nos modelos usuais da ciência da natureza, dê conta da pluralidade de maneiras de esclarecer ou compreender os fenômenos da vida. Assim, áreas nas quais a narração e a subjetividade são inescapáveis, como a literatura e a história, têm sim a possibilidade de construir um

---

<sup>25</sup> É importante realçar que não existia no mundo grego o conceito de subjetividade. Porém, a subjetividade no sentido moderno, sobretudo a partir do movimento romântico, elege as emoções como aquilo que melhor caracteriza o mundo interno dos indivíduos. Existe então uma ligação moderna entre o conceito de subjetividade com o de emoção. A negação de um implica, conseqüentemente, a negação do outro.

<sup>26</sup> Esse debate já avançado no campo filosófico poderia ser útil para a historiografia. A paixão e a sensibilidade foram, ao longo do tempo, exiladas como potenciais elementos de interpretação. Porém, as emoções são uma lente pela qual apreendemos a realidade. Seu papel, inclusive, como julgamento moral e determinante das ações, não pode ser reduzido a uma passividade irracionalista. Assim, admitir a paixão na ciência não seria um recuo, mas um avanço para uma epistemologia da multiplicidade. Ver MARIM, Caroline Izidoro. *Da natureza das emoções ao seu papel na determinação da ação*. Rio de Janeiro, 2010. e NOVAES, Adauto (org.) *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

conhecimento inteligível sobre o mundo. Dito isto, é preciso sublinhar que essa proposta epistemológica é avessa a algumas tendências relativistas<sup>27</sup> que tentam acentuar a linguagem apartada do real no conjunto dos saberes e o conceito de verdade – mesmo que fuja da concepção estreita do positivismo – como algo superado. Assim, é como se todas as disciplinas fossem unidimensionalmente discursivas e o conceito de verdade seria, então, diluído perante a pluralidade de práticas narrativas. Aqui, é proposto justamente o contrário: o pluralismo da verdade. Que existem formas múltiplas de afirmar, provar e interpretar o conhecimento no mundo. A história, como as demais ciências humanas, junto com a literatura, podem se ater a este conceito de verdade. Podem construir um discurso capaz de interpretar a dinamicidade do real. Essa condição baseada na capacidade da narrativa de erigir uma verdade condicional<sup>28</sup>, como vimos até agora, liga a história com a literatura, porém, como o céu e a água, elas guardam suas particularidades.

Para reativar sua capacidade de encontrar a verdade, a história precisa redimensionar o estatuto da prova. Esta não é mais vista como uma ponte capaz de traduzir todo o passado. Todavia, pode, em sua busca, desde que se estabeleça um método de pesquisa adequado, trazer aproximações objetivas. Desse modo, a procura por uma verdade provável está no centro da intenção historiográfica e a narrativa, antes de ofuscar este processo, na verdade, é fundamental para o significado da prova. Isso porque um texto devidamente interligado, antes de atrapalhar, fortalece, de maneira significativa, determinadas conclusões empíricas. Neste sentido, as emoções e o estilo — podemos falar inclusive de beleza — potencializam o poder

---

<sup>27</sup> O problema do relativismo, que começou a se fortalecer em meados dos anos de 1980, é que ele não consegue se desvincular radicalmente dos pressupostos positivistas. Acaba por ser, muitas vezes, o antirreflexo daqueles que combatem sem oferecer, com o rigor necessário, uma alternativa. É importante, desse modo, tentar sair dos binômios verdade/ficção, método/intuição, paixão/razão, etc. e construir, sem uma subserviência ou complexo de inferioridade com as ditas ciências exatas, uma ciência autônoma. Buscar demonstrar que não existe razão sem subjetividade e que a resposta automática a isso não é defender que toda verdade é somente passional e sim, atrelada às contingências das emoções. Assim, é possível formar um conhecimento referencial com a realidade. É interessante demonstrar ainda que uma ciência que depende – como na prática todas as outras – da linguagem não deve, necessariamente, se render ao irracionalismo pela falta de uma referência absoluta. Ou seja, pela incapacidade de esgotar completamente o objeto estudado. É justamente o contrário: as inconstâncias da linguagem são um desafio, poderíamos dizer bem-vindo, para aqueles que buscam atingir, mesmo que erráticos, uma alusão à realidade.

<sup>28</sup> A ciência tradicional positivista, embasada em um conceito restrito da verdade, acaba apagando o fato de que, na história do conhecimento, houve interessantes momentos de problematização. Na investigação sobre o entendimento humano, David Hume defende que a ciência é constituída pelo hábito. Dessa maneira, o que é tido como verdadeiro está sempre de acordo com aquilo que é possível de acontecer. Assim, o saber não seria algo meramente retórico, como no nominalismo medieval, nem um meio de exatidão impecável. Com esse pequeno parêntese não gostaríamos de defender uma epistemologia empirista como a de Hume. Porém destacar que as verdades prováveis e condicionais estão ancoradas na história das ciências. Essa sugestão pode ser uma alternativa para as disciplinas ou práticas, como é o caso da literatura, ancoradas na narrativa de se manter apegado a um conceito de verdade sem recair no posicionamento positivista. Esse princípio epistemológico estará presente em toda a dissertação.

de um discurso. Dessa maneira, conclui Ginzburg tratando de uma faceta de seu projeto historiográfico:

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção, como procuro mostrar nas páginas que seguem, não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível. (GINZBURG, 2002, p.45)

No caso da literatura é necessário pensar a faculdade que a experiência ficcional tem, cognitivamente, de estabelecer uma verdade<sup>29</sup>. Nesse sentido, podemos concordar com Jacques Bouveresse<sup>30</sup>, que sublinha a potência da literatura como conhecimento prático. Seguindo esse contexto, a literatura não daria concepções e teorias sistematicamente fundamentadas como a filosofia. Tampouco seria carregada de um rigoroso método empírico ao modo da ciência. É no esclarecimento dos sentidos obscuros e enigmáticos da experiência humana que está sua contribuição. Mesmo que utilize de expedientes filosóficos e científicos, é essa realidade incontrolável da linguagem enquanto experiência que dá à literatura seu lugar específico. Por exemplo, ao tratarmos da guerra, um especialista militar pode traçar listas de

---

<sup>29</sup> O texto literário para Pierre Bourdieu, em seu livro *As regras da arte*, carrega consigo elementos constitutivos do campo artístico ao qual pertence. E, no caso específico de Flaubert, é como se seu romance *A educação sentimental* fosse uma protossociologia da sociedade da época. Com isso, não quer hierarquizar o saber sociológico acima do literário. Pelo contrário, o autor propõe que, em determinados momentos do campo literário e científico, os romances ocupavam um papel similar a estudos sociológicos. Como se em suas páginas fossem lidas uma verdade social daquela sociedade. Por exemplo, no contexto brasileiro, como veremos, os romances regionalistas serviam também como referência documental da realidade das camadas pobres da população. O sociólogo trata da ambiguidade presente na literatura e sociologia. Desse modo, a literatura seria um dos meios para alcançar a parte da verdade contida nos campos sociais em determinadas sociedades. De maneira ainda mais incisiva, o autor propõe que a arte traz marcas cognitivas do meio social ao qual pertence. Desse modo, inspirado no livro *O olho do quattrocento*, de Baxandall, a literatura pode ser imbuída, de modo inconsciente, dos pressupostos sociais básicos para sua criação. Assim, ao analisar o romance de Faulkner, o autor mostra o fundo social da leitura — no qual se leva as expectativas embasadas na referência escrita ordinária de seu tempo —, quebrada pela narração inusitada do autor.

<sup>30</sup> O filósofo, em seu livro *La connaissance de l'écrivain: sur la littérature, la vérité e la vie*, problematiza a capacidade da ficção de encontrar a verdade. Seguindo essa perspectiva e concordando com Bourdieu, termina por negar a obsessão textualista de certa crítica e sugere que a literatura pode dizer algo sobre a realidade. Assim se revelariam questões inalcançáveis para outras ciências: “La supériorité du roman, comme outil philosophique, ne réside pas dans le fait qu'on peut attendre de lui la production des théories, implicites ou explicites, plus adéquates sur certains sujets, mais dans son pouvoir d'éclaircissement plus grand de réalités énigmatiques ou obscures, comme c'est le cas précisément de la vie telle qu'elle est la plupart du temps vécue”. [A superioridade do romance, como ferramenta filosófica, não reside no fato de poder esperar deste a produção de teorias, implícitas ou explícitas, mais adequadas sobre certos assuntos, mas no seu maior poder de esclarecimento de realidades enigmáticas ou obscuras, que é precisamente o caso de como a vida é vivida a maior parte do tempo] (BOUVERESSE, 2008, p 19, tradução nossa).

mortos ou explicar as estratégias dos comandantes. Porém, somente a literatura, como o clássico *Guerra e Paz*, de Tolstói, consegue trazer o terror íntimo e as tramas interpessoais presentes em um conflito bélico e, sem isso, a verdade seria simplesmente incompleta. Desse modo, a literatura é mostrada como uma grande experiência singular de pensar a vida, quase um laboratório das sensibilidades.

Devemos voltar então à imagem de Escher. Ela mostra a aliança necessária dos contrários como capaz de sugerir um caminho para a superação da antiga atitude unilateral da história positivista. Partindo desse raciocínio, o historiador, ao se deparar com a literatura, não deve tratá-la somente como um rastro do passado, mas como outro discurso com sua forma específica de edificar a veracidade. Assim, em vez de certa hierarquia do conhecimento, deve-se buscar a articulação entre modos de dizer a verdade que, mesmo dialogando, mantém seu valor independente. Tudo isso não seria apenas um passo à interdisciplinaridade, mas um importante alicerce epistemológico. Nesse contexto, cabe ao historiador respeitar o timbre e a expressividade de cada fonte para que, de modo horizontal, busque construir sua interpretação. É o intérprete que funda o diálogo na multiplicidade.

Para concluir essa explanação teórica, além de demarcar uma postura a ser seguida na pesquisa, também recaímos em uma disposição política perante aquilo que estudamos. Quando se trata da miséria que, como visto, é uma presença constante na formação do Estado brasileiro, deve-se resistir a qualquer análise que relativize a realidade de sua existência. Considerar a presença de uma multiplicidade de discursos sobre o tema, ao longo do tempo, não significa, assumindo o relativismo já posto, afirmar que esta é uma invenção apenas discursiva<sup>31</sup>. Desse modo, sustentar a substância concreta e violenta que a desigualdade de classe insere na nossa sociedade não pode cair em uma epistemologia que prega, de modo estreito, a linguagem distante da realidade. É levando em consideração a sua inescapável referência ao real que poderemos, mesmo a contrapelo, arquitetar uma compreensão baseada no princípio de verdade trabalhado até aqui. Por outro lado, também não devemos considerar as produções escritas analisadas como reflexos fidedignos da situação de parte da população,

---

<sup>31</sup> É fundamental a posição de Carlo Ginsburg a respeito da historiografia sobre o Holocausto. Uma das tendências que ganhou visibilidade, inclusive midiática, foi aquela que, embasada em um revisionismo, questionava a existência do holocausto. Elas descreviam o caráter político — como se pudesse existir o não político — presente nos relatos dos sobreviventes. Estes, por serem na maioria de natureza oral e com toques de ficção, estariam perto de invenções passionais que não lidariam com o todo do problema. Alguns historiadores, como White, dimensionaram o problema como uma disputa política de discursos diferentes. Ginsburg, em contrapartida, mostra o caráter falso desses argumentos e revela o perigo político de uma atitude relativista na historiografia. (GINSBURG, 2002).

já que se tratam de vestígios que recebem os condicionantes do seu tempo. É então com um procedimento crítico que esperamos perceber as maneiras culturais – literárias e intelectuais – de lidar com a miséria e sua terrível verdade e o que determinada época pode, em seus limites, nos contar. As escolhas aqui feitas, dentre as várias possíveis, são direcionadas para reafirmar a aliança entre o saber e a política, dado o fato de que toda escolha teórica também age no mundo.

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA LITERATURA

Afastando as intenções relativistas do trato com a narrativa e dissertando sobre os espaços específicos da verdade histórica e literária, é preciso estabelecer uma tomada de posição metodológica. Devido à pluralidade de significados que a literatura teve ao longo do tempo e das diversas correntes “teóricas” que a estudaram só poderíamos apresentar alguns elementos da história da crítica. Porém, podemos definir esse campo de estudo, em linhas gerais, em duas abordagens pretensamente antagônicas. Como bem salientou Bourdieu:

A história da crítica da qual desejaria apresentar aqui um primeiro esboço não tem outro fim que não o de tentar levar à consciência daquele que escreve e de seus leitores os princípios de visão e de divisão que esteve no princípio dos problemas que eles se colocam das soluções que lhes dão. Ela faz descobrir de imediato que as tomadas de posições sobre a arte e a literatura, assim como as posições nas quais elas se engendram, organizam-se por pares de oposições, frequentemente herdadas de um passado de polêmica, e concebidas como antinomias insuperáveis, alternativas absolutas, em termos de tudo ou nada, que estruturam o pensamento, mas também o aprisionam em uma série de falsos dilemas. Uma primeira divisão é a que opõe as leituras internas (no sentido de Saussure falando de “linguística interna”), ou seja, formais ou formalistas, e as leituras externas, que fazem apelo a princípios explicativos e interpretativos exteriores a própria obra, como os fatores econômicos e sociais. (BOURDIEU, 2010, p 220)

O problema da abordagem textualista é a abrangente desconsideração de elementos culturais e sociais na constituição da produção literária. Esse abandono de uma análise cultural se faz presente em várias correntes como o formalismo russo e o estruturalismo<sup>32</sup>. A primeira tende a transformar em lei o processo de automatização e ruptura, opondo a linguagem comum à literária, presente na transformação histórica do campo. Por sua vez, o estruturalismo ascende ao nível do universal, determinando conceitos e processo estruturadores retirados do cânone literário. Ambos, sem levar em consideração a história específica e as objetividades do campo artístico, acabam por recair em um primado quase

---

<sup>32</sup> Bourdieu, além dessas correntes, critica também as do new-criticism e do desconstrutivismo, que, na figura de Michael Foucault, acaba por centralizar a leitura na análise do discurso.

idealista<sup>33</sup>, no qual os valores intratextuais se sobrepõem às evidências, às vezes explícitas, advindas de uma socioanálise.

A segunda corrente seria aquela que perceberia uma correspondência, podemos dizer imediata, entre a literatura e seu contexto. Em nível vulgar, o texto literário torna-se uma referência necessária para alcançar um pano de fundo econômico ou político<sup>34</sup>. Em uma abordagem mais sofisticada, existe uma mediação entre a arte e o meio, ou seja, os bens simbólicos não seriam meras consequências da sociedade em que se inserem. Essa tentativa de erigir conceitos intermediários, não conscientes da complexidade da produção literária, acabam por não conseguir justificar, na variedade de casos, a determinação da arte por uma estrutura social. Muitos dos estudos dessa corrente são inspirados em uma teoria do reflexo<sup>35</sup> do marxismo dogmático. Nessa teoria, a relação subserviente da infraestrutura com a estrutura acaba causando as distorções comentadas acima. O caráter específico, inclusive cultural, da literatura — sua singularidade dentro da complexidade simbólica de um tempo — acaba sendo resumido a modelos explicativos redutores.

Perante esse quadro, esboçado de maneira simples, uma história da literatura que almeja fazer um diálogo com os estudos culturais deve começar a traçar outra trilha. Esta iniciaria pela negação do antagonismo entre a análise de texto e o social. O desafio dessa abordagem seria o de manter a autonomia do campo literário, entendendo sua especificidade, porém levando em consideração que este se constrói na relação com outras esferas da

---

<sup>33</sup> Uma argumentação teórica interessante contra a vertente formalista é dada por Raymond Williams no seu livro *Marxismo e Literatura*. Ele defende que a linguagem deve ser entendida como atividade presente em um mundo material complexo, não podendo, de modo algum, ser reduzida a princípios universais estanques. Como, por exemplo, nos conceitos típicos da história da literatura positivista que definem escolas como o classicismo e o romantismo. A literatura seria, então, a produção prática da língua dentro de uma cultura e situação específicas.

<sup>34</sup> Bourdieu critica essa corrente que faz do artista um porta-voz inconsciente da sociedade, deixando de lado a autonomia necessária do campo literário: “Quanto à análise externa, quer pense as obras culturais como simples reflexo, quer como ‘expressão simbólica’ do mundo social (segundo a fórmula empregada por Engels a propósito do direito), relaciona-as diretamente às características sociais dos autores ou dos grupos que lhes eram os destinatários declarados ou hipotéticos, que elas supostamente exprimem. Reintroduzir o campo de produção cultural como universo social autônomo e escapar à redução operada por todas as formas, mais ou menos refinadas, da teoria do ‘reflexo’ que sustenta as análises marxistas das obras culturais e, em particular, as de Lukacs e Goldmann, e que jamais enunciada completamente, talvez porque não resistiria a prova da explicitação.” (BOURDIEU, 2010, p 230)

<sup>35</sup> Raymond Williams traça críticas aos estudos que tendem a trabalhar com uma dupla simplificação. A primeira já tratada, seria a redução da literatura a sistemas formais relativamente fixos. A segunda é que reduzir a literatura ao reflexo acaba por compreender, de maneira também resumida, o que se chamou de estrutura. Para o autor esta última é, na verdade, permeada por uma dinamicidade que não pode ser reduzida a um conceito. Por exemplo, ao dizer que determinado romance obedece a determinadas tendências da sociedade burguesa, este último conceito, a “sociedade burguesa” é, na verdade, uma simplificação de várias relações econômicas, culturais e políticas diferentes. Desse modo, pensar a literatura com os meios sociais é um ato de perceber como ela, em sua maneira própria, compõe um diálogo com outras tendências da sociedade — sejam quais forem — também singulares.

sociedade. Assim, esse diálogo se daria de modo que os valores propriamente literários em sua complexidade pudessem corresponder às posições em outros campos<sup>36</sup>. Por exemplo, escrever uma literatura com significação social, ao passo que se criticava a composição de sonetos, no início dos anos 1960, significava uma ligação entre uma posição formal com uma política — de esquerda ou direita. Dessa perspectiva, não existiria algo de estático que pudéssemos chamar de campo literário, que se estruturaria de acordo com o campo cultural mais amplo. O que ocorreria seria uma dinâmica de movimentos paralelos entre várias tendências sociais em determinado contexto. Sendo assim uma leitura histórica acentuaria ainda a mutabilidade desse processo ao longo do tempo.

Por conseguinte, poderíamos destacar o contato da literatura com outras instituições sociais. Algumas das mais importantes, de acordo com o mundo letrado, podem ser representadas de maneira abrangente pelas escolas e universidades. Sendo estes equipamentos fundamentais para uma sociabilidade que compartilha visões de mundo e constrói as referências básicas estabelecidas no campo da arte, constituindo, na maioria das vezes, uma genealogia própria entre discípulos e mestres. Podemos salientar ainda, em sua função legitimadora, o papel das academias de letras que acabam por consagrar as produções locais e, dentro dos embates, podem servir como verdadeiros espaços de disputa. Por exemplo, os conflitos entre os acadêmicos estabelecidos e os jovens escritores que contestam seu lugar hegemônico. É importante ainda ter em conta os jornais, tanto quanto espaços de convivência, principalmente para a época estudada, quanto local de exposição da crítica especializada. Esta última — em sua composição de aceitação e rejeição, dependendo da posição que ocupe no campo em relação à obra — tem o papel, na prática, de divulgadora de determinados gostos que constituem, em certa medida, as possibilidades de leitura em um tempo. Por fim, é imprescindível levar em consideração o modo como a obra é recebida pelo público. Este não deve ser entendido como ser passivo ou simplesmente como um arquétipo — um leitor virtual para o qual o autor escreve —, mas sim como um criador de valores compartilhados em seu ato de interpretação. Os leitores se tornam, então, uma verdadeira comunidade de leitura que

---

<sup>36</sup> É fundamental para este estudo o conceito de campo de Bourdieu. Nele é definido que as relações sociais em determinada época se configuram como relações de força que, ao se confrontarem, lutam pela hegemonia simbólica desse campo. É uma tentativa de não recair em análises individualistas ou estruturalistas, pois as posições dos agentes no campo e a partir daí suas disposições formam uma ligação com a configuração de todas as outras forças deste e de outros campos. Por exemplo, ao tratar a relação entre o campo econômico e o artístico, o sociólogo mostra que o primeiro, em termos de valores, funciona como o inverso do segundo. Assim, o sucesso artístico não se dá pela eficiência financeira, mas pelos valores de julgamento intrínsecos ao mundo da arte. Em conformidade com o que se propõem aqui, é justamente nesse conceito que o autor defende a diluição entre a abordagem textualista e a social.

partilha entre si um universo simbólico comum, pautado em relações concretas com o texto<sup>37</sup>. Explicitando esses elementos caros do meio cultural não devemos, como já indicamos, tratá-los como simples análise externa, pois estes influenciam a atividade de composição literária.

Isso pode ser visto em conceitos intrinsecamente literários, como o expresso na concepção de forma, considerada o ponto chave de uma crítica textualista. Podemos sublinhar dois usos desse conceito: um externo, que seria a superfície, a expressão material que distinguiria a obra, a tendência clássica; e um interno, que seria o impulso pessoal de moldar as formas em busca de um efeito, a tendência romântica (WILLIAMS, 1979). Superando essas interpretações, é cabível pensar a forma como relação comunicativa, dependente da sua percepção e criação — sendo propriedade tanto do criador quanto do leitor. É através dessa relação cultural específica, dessa sociabilidade, que a forma poderia se inserir dentro das relações sociais<sup>38</sup>. É evidente para aquele que estuda a literatura ou a arte, de maneira geral, que dominar o vocabulário formal de uma prática requer entendê-la em sua multiplicidade de práticas. Tanto do ponto de vista específico de considerar como os gêneros se subdividem em um momento e as convenções de produção que, inevitavelmente, são atreladas a ele, quanto sobre a questão de como determinada posição formal poderia ressoar em outros elementos da sociedade. De quão político existe por trás da escolha de certos significantes. É fundamental, por fim, ainda enfatizar que, apesar de estar cercada por vários elementos condicionantes, por exemplo, como dito as convenções ou seu diálogo com posições de ordem política, isso não impede de maneira nenhuma que esta possa ser impulsionada por projetos individuais que deixam sua marca autoral nas obras<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> O conceito de comunidade de leitura, que vem da estética da recepção alemã, é interpretado de modo particular pelo historiador Roger Chartier, nos quais é analisada a leitura popular na França do antigo regime. O autor tenta, a partir de um estudo empírico das fontes, mostrar uma coletividade de leituras que partilham determinados elementos culturais comuns. Desse modo, não é como se existisse um arque-leitor invisível por trás do texto, mas sim práticas reais de leitura. Outra contribuição desse autor, também útil aos estudos culturais, é a noção de cultura escrita. Para ele, os textos não se desenvolvem de modo homogêneo ao longo do tempo, como se o exemplar que tivéssemos na mão fosse o mesmo de épocas passadas. Nesse ponto de vista, o contexto material da escrita, como o livro enquanto objeto e seu modo de divulgação, soma-se a práticas que, por exemplo, podem ser vistas na profissionalização da profissão de editor ou nas mudanças da relação entre o escritor e a editora.

<sup>38</sup> Essa perspectiva pode ser percebida em Bourdieu quando defende uma “homologia entre o espaço propriamente simbólico e, em particular, em sua forma, e o espaço das posições no campo de produção” (BOURDIEU, 2010, p. 234). Neste sentido, as produções e tomadas de posições estéticas também têm consequências políticas e até econômicas.

<sup>39</sup> A relação de inovação formal contra-hegemônica por parte da vanguarda mostra essa flexibilidade em relação às formas estabelecidas. Porém, essa subversão, por ser comunicativa, se dá dentro dos parâmetros da cultura. Não é uma invenção súbita de um gênio criador, mas sim fruto de condições históricas específicas da prática literária.

O papel dos autores dentro das propostas trabalhadas até agora pode ser atualizado em uma abordagem que leve em consideração a experiência social<sup>40</sup>. Segundo esse pressuposto, as relações sociais são vistas como algo presente ainda em formação. Dessa maneira, o passado não pode ser visto como uma cristalização de práticas em documentos, mas sim o vestígio de uma experiência ativa e viva da cultura<sup>41</sup>. Um lugar no qual a subjetividade em seu estado de acabamento está imersa na estrutura social. Consequentemente, não visamos reduzir o indivíduo à coletividade, mas sim considerar que ele é fruto de uma imbricada relação em que a criação pessoal e os condicionantes coletivos possam criar um espaço de liberdade para ação<sup>42</sup>. Assim, abrindo mão de uma leitura ingênua, da espécie de um “gênio criador”

---

<sup>40</sup> Um modo interessante de esclarecer essa experiência social presente na sociabilidade letrada foi mostrado por Raymond Williams. O autor procura analisar como se daria a diversidade dentro do processo social em que salienta três categorias. A primeira é a tradição que, ao passar por uma seleção do que deve integrar ou extrair, torna-se algo da ordem contemporâneo e não apenas um arcaísmo do passado. É algo que ratifica o presente e propõe uma continuidade predisposta, ligada a um grupo específico em seus interesses culturais. Porém, pode ter o sentido menos ativo quando se alimenta da noção de conservação de hábitos tradicionais que, na verdade, é a resistência de determinados setores perante a marginalização de certas práticas culturais na ordem dominante da sociedade. Por outro lado, a tradição é viva, existindo abertura para leitura e interpretação. Em casos mais diretos, a própria reavaliação da seletividade pode ser questionada. Neste sentido, comunga-se não com um processo de conservação, mas com seus limites, com um de transformação social. Depois trabalha com a ideia de instituição, que seria aquele processo de aprendizado do indivíduo e sua reprodução nas relações sociais. Essa tendência incorporativa pode ser vista na escola, igreja e, mais recentemente, no próprio sistema de comunicação. Existe ainda a categoria de formação, que são os movimentos conscientes, intimamente ligados aos processos de especialização social, como as vias intelectuais e artísticas. As relações entre formações e instituições se dão de maneira variável e nem sempre correspondente. A formação, dentro das categorias apresentadas é a mais dinâmica. É onde a experiência cultural, por exemplo, dos artistas e sua produção se conjuga com a sociedade, seja fortalecendo ou se opondo a seus poderes hegemônicos (WILLIAMS, 1979, p.118). Essa última categoria é empiricamente usada por Williams para estudar a geração Bloomsbury, o círculo em torno de Virgínia Woolf. O foco, mais do que delimitar fronteiras rígidas, é perceber com numa sociabilidade de intelectuais existe um compartilhamento de uma consciência social e valores morais parecidos – que influem nas produções políticas, intelectuais e estéticas da formação (WILLIAMS, 2011, p.201). Destaca que mesmo uma formação sendo um núcleo bastante diminuto e, por vezes, minoritário dentro da sociedade, pode em seu desenvolvimento e emergência se tornar tendência dominante no futuro. Esse conceito, por sua dinamicidade, vai ser amplamente utilizado no trabalho, inclusive como modo de corrigir certa cristalização cronológica e esquemática presente na noção de geração.

<sup>41</sup> É interessante destacar o conceito de estrutura de sentimentos de Raymond Williams (1979), definida como uma experiência social dada na atividade presente da vida. É uma estrutura, pois tem relações internas específicas de agregação e tensão, algo coletivo. É sentimento porque, estando ainda em processo, tem a necessária dimensão privada e idiossincrática. É um modo de analisar a socialidade constitutiva do indivíduo criativo em sua relação com a sociedade e formação artística. Pode ser visto no livro *O campo e a cidade*, que trata da evolução da estrutura de sentimento da condição da cidade inglesa que, em um determinado período, significava um sentido de caos social, pobreza e ilegitimidade, presente na obra de Dickens, e foi se transformando aos poucos em uma experiência que destacava esse sofrimento e miséria com a ordem social em que estaria inserida. A experiência de uma geração de escritores, então em estado dinâmico, ia se transformando em paralelo às mudanças urbanas.

<sup>42</sup> Um conceito que tenta abolir o antagonismo entre o estruturalismo que transforma o agente em suporte da estrutura e o individualismo metodológico, seria o conceito de habitus de Pierre Bourdieu. Nesse pressuposto, é destacado o papel formativo que a sociedade tem no sujeito em quem são incorporados elementos estruturantes. É um cabedal, que vai se sedimentando nos indivíduos ao longo de sua formação. O habitus é o encontro entre a história privada e a coletiva de um indivíduo. Segundo o sociólogo Paul Filmer, essas características trazem uma proximidade com a concepção de estruturas de sentimento vista acima. Ver FILMER, Paul; OLIVI, Leila Curi

ilimitado, entende-se que a criatividade é uma conquista de um autor dentro do campo de possibilidades, sempre complexo e difícil de delimitar em um período. O resultado disso não é uma palavra ensimesmada, hermética, mas sim uma que se constitui, dentro do campo literário, da especificidade formal e da trajetória<sup>43</sup> do autor. É, em suma, uma palavra proferida que é integrante do mundo.

Em conclusão, devemos esclarecer que as inspirações conceituais utilizadas aqui não podem ser entendidas como meros instrumentos que se encaixam em todos os contextos de pesquisa. Pensar, por exemplo, que o campo literário profundamente autônomo da França, estudado por Bourdieu, em meados do século XX, obedeça às mesmas regras do meio brasileiro é errôneo. Da mesma forma, as contribuições de Williams, seus estudos sobre literatura inglesa, não são equivalentes automáticos do que pretendemos estudar aqui. Nesse sentido, os conceitos aqui trabalhados funcionam como sugestões válidas, como pesquisas que acentuam problemas correlatos com os quais pretendemos discorrer. Os próprios autores dos conceitos deixam clara a possibilidade criativa do seu uso<sup>44</sup>. Talvez essa disposição seja o desafio de qualquer acadêmico, ou melhor, de todo produtor cultural: como, utilizando o legado da tradição, não recair em uma reprodução simplista. Seria também tentar, mesmo que timidamente, delinear uma contribuição, um lugar mínimo de originalidade.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA INTELECTUAL

Existem diversas analogias entre os métodos utilizados para a história literária e a intelectual, como será percebido no decorrer dessa seção. Porém, também tentaremos deixar evidente a diferença de percurso que singulariza cada disciplina. Vimos, anteriormente que,

---

Rodrigues. *A estrutura do sentimento e das formas sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams*. Estudos de Sociologia, n. 14, v.27, 2009.

<sup>43</sup> A noção de trajetória é importante para Bourdieu. Nela se contrapõem a noção do mito das origens, no qual um fato da infância determina toda a vida de um autor, e o mito do criador incriado, em que é apagado os dados pessoais na obra. Esse conceito objetiva mostrar a trajetória pessoal, bastante variante de acordo com as tomadas de posição ao longo do tempo, e sua conexão com o campo social.

<sup>44</sup> Em um livro de entrevistas entre o historiador Roger Chartier e o sociólogo Pierre Bourdieu é amplamente discutido os limites e possibilidades de conceitos como o de campo. Em uma conferência, Chartier afirma que “Desta maneira, a proposta, ao mesmo tempo teórica e empírica, analítica, permite construir elementos que podem ser reutilizados para pensar situações ou configurações históricas muito diferentes das que Bourdieu definiu como campo já constituído na sua autonomia cristalizada” (Bourdieu, Pierre e Chartier, Roger. *O sociólogo e o historiador*, Autêntica editora, 2012) Essa atitude, acreditamos, está concernente com o próprio trabalho do sociólogo que, em seu livro *As regras da arte*, defende uma utilização acumulativa dos conceitos. Como é o caso de habitus que remete a Aristóteles e foi aplicado também por Panofsky. Ainda no capítulo que remete a *Gênese social do olho*, o autor também desenvolve suas análises em momentos históricos distantes, caso do renascimento italiano.

do ponto de vista teórico, existe uma afinidade entre a história e a literatura. Ela se embasa no fato de ambas utilizarem narrativas e se aterem a um nível considerável de subjetividade. A história e o mundo intelectual também têm uma ligação que poderíamos chamar de óbvia, pois todo historiador, em certa medida, é um intelectual. Em outras palavras, estudar o desenvolvimento dos meios eruditos, mesmo que remontando ao passado, tem, para um cientista social, uma boa dosagem de autoanálise. Essa característica não deveria soar como um impedimento, pois não é por estar imerso em algo que, ao estudá-lo, terá como resultado simples parcialidades enviesadas. Como vimos, a emoção não é um obstáculo para a verdade, mas uma aliada. Desse modo, mesmo implicados no campo intelectual, é possível erigir uma argumentação objetiva<sup>45</sup> sobre este campo. Esse pressuposto será um dos norteadores desse estudo. Porém, é preciso, mesmo que brevemente, mostrar em que ponto a historiografia aprendeu o conceito de intelectual utilizado, com bastante variação, até os dias de hoje.

Pode parecer algo superado tentar definir as origens de um dado fenômeno social. Como sabemos, existe uma rede bastante complexa de continuidades e rupturas na emergência de práticas e conceitos. Todavia, do ponto de vista historiográfico, determinados acontecimentos, mesmo inseridos em um contexto bastante localizado, tem o poder de se tornarem referências para diversas correntes de pesquisa. Por exemplo, as revoluções americana e francesa se tornaram fonte para pensar uma variedade de conceitos comuns para a história política. Dessa mesma forma foi o caso Dreyfus, na França, que concentrou os esforços iniciais para entender o papel dos intelectuais e, devido à influência da academia francesa para a historiografia mundial, também se tornou um símbolo paradigmático. Essa hecatombe política que começou com a condenação do oficial judeu Mathieu Dreyfus por alta traição — que, mesmo sem provas, era acusado de dar informações sigilosas ao adido militar da Alemanha — tinha como pano de fundo a crise da terceira república e a ascensão do nacionalismo radical e do antissemitismo. A controvérsia gerada por um processo judicial claramente problemático dividiu o país entre os prós e contras a sentença. Émile Zola com seu texto “Eu acuso!” encarnou a figura dos defensores de Dreyfus. Um elemento novo foi o

---

<sup>45</sup> É fundamental perceber que esta abordagem de tentar fazer uma ciência dos meios intelectuais pode se confrontar com o modo que, tradicionalmente, os agentes desse meio se enxergavam. Esse modo, assim como na arte, muitas vezes se constrói em categorias enaltecedoras de biografias ou como antagonismos em disputa. Por exemplo, determinados homens de letras como Hugo, Sartre ou Foucault muitas vezes são colocados como sintetizadores das sensibilidades de uma época. Esse tipo de objetivação, que se forma com o inescapável envolvimento afetivo do pesquisador, transforma-se em um espaço de tensão. Esta foi bem incorporada por Bourdieu que, se referindo aos seus estudos do campo acadêmico francês, afirma o grau de sofrimento compartilhado nesse processo. Isso é consequência de que as várias considerações antes tidas como naturais caem por terra. Porém, como o sociólogo afirma, essa agonia própria do autoconhecimento pode trazer elementos positivos e indispensáveis para o desenvolvimento das ciências humanas.

surgimento no debate público de uma categoria que, pautada em um poder simbólico específico, se via na obrigação moral de adentrar no debate público. Os intelectuais<sup>46</sup> eram então um amálgama de ocupações: professores universitários, artistas e jornalistas, que utilizavam do poder de sua opinião especializada para intervir no destino da nação. Algumas de suas expressões como a da disputa pela verdade da narrativa, a influência da posição institucional nos discursos e a tensão com poderes diferentes do ambiente letrado, como o econômico e o político, são elementos observados neste acontecimento ainda constantes no campo intelectual<sup>47</sup>. Esses elementos originais, que são adaptáveis a cada contexto específico<sup>48</sup>, servem como pistas para a disciplina que estuda esta verdadeira guerra simbólica de adversários e aliados que fundamenta o cotidiano da república das letras.

A história intelectual enquanto área específica ou abordagem metodológica teve que superar algumas barreiras. A primeira foi que, por tratar de eventos contemporâneos nos quais o pesquisador está diretamente implicado, existia uma negação bastante positivista da possibilidade dessa disciplina. Esse processo, na França, também estava ligado a uma posição

---

<sup>46</sup> Expressões antigas como “homens de letras” ou daqueles que “viviam da pena” eram utilizadas no censo de profissões feito pelo Estado francês, como bem mostrou Christophe Charle. O nome intelectual, nesse contexto, era utilizado pelos anti-Dreyfus para desacreditar determinados homens do conhecimento como promulgadores da desordem no país. Com o tempo, essa categoria tornou-se descritiva e a identidade de toda uma parcela da sociedade.

<sup>47</sup> No artigo *Nascimento dos intelectuais contemporâneos*, de Christophe Charles, algumas variáveis sociais e políticas são levantadas para analisar a participação dos intelectuais no caso Dreyfus. Sobre o surgimento dessa categoria foi demonstrado as condições favoráveis que existiam na França do final do século XIX. Poderíamos citar a ampliação da educação pública, principalmente da universidade, e também os jornais e revistas que proporcionaram que vários homens pudessem viver de sua produção. Outro fator foi o aumento do público leitor que, da mesma forma, tornou maior a quantidade de escritores que poderiam subsistir da própria arte. O fato de que a maior parte desse grupo estivesse concentrado em Paris também mostrou uma importante influência. Outro fator interessante, levantado pelo autor, era como as opiniões mudavam de acordo com a posição nas instituições. Aqueles mais próximos da consagração, tanto literária quanto acadêmica, tendiam à direita e eram contra Dreyfus. Existiam ainda os ligados ao mercado, como os jornalistas e artistas comerciais, que também tendiam à ortodoxia de direita, salvo algumas exceções. Por outro lado, tanto a vanguarda artística quanto as universitárias — ao exemplo da nascente disciplina de sociologia, menos consagrada que a de direito — tendiam à esquerda ao defender Dreyfus. Um fator particular da alçada deste trabalho é sobre a ligação, no campo da vanguarda, entre escritores e cientistas sociais que, apesar das práticas sociais diferentes, costumavam aliar-se. Por exemplo, a verificação experimental, a ascense intelectual e a especialização dos cientistas sociais se confrontavam com a espontaneidade e informalidade dos escritores. Porém, ambos guardam um ponto de vista homólogo quando defendem que sua produção seja analisada — e aí reside seu poder — unicamente por argumentos internos do campo. Desse modo, tanto o artista da arte pela arte quanto o cientista tendem a desconfiar daqueles argumentos exteriores ao seu campo, como o meramente moral, que marcou a polêmica da sentença.

<sup>48</sup> Podemos citar como exemplo brasileiro, tendo consciência de sua realidade circunscrita, a campanha da abolição da escravatura que, no decorrer da década de 1880, animou o debate público nacional. Nesse ambiente, políticos e artistas — a profissão de cientista era bastante reduzida — também lutaram simbolicamente por uma causa. A categoria intelectual não foi utilizada e as bases sociais do seu surgimento — como a possibilidade da subsistência material dos letrados — não estavam presentes. Todavia, existem similaridades que podem, de modo geral, ser traçadas, como, por exemplo, a centralidade dos escritores no processo e o elemento de disputa que o envolvia.

metodológica. Imperava na academia francesa o paradigma do tempo de longa duração de Fernando Braudel, que colocava à margem os acontecimentos de curta duração. A isso se somava o método quantitativo que priorizava a série de documentos no decorrer do tempo. A história das mentalidades, que deslocava o enfoque do econômico para o simbólico, permaneceu ainda dentro do paradigma quantitativo. Somente após o surgimento de novos questionamentos e instrumentos de pesquisa, o interesse pelos intelectuais começou a surgir. O elemento central desse processo foi a ascensão de métodos qualitativos voltados às trajetórias pessoais e institucionais, à leitura das obras e de publicações como revistas e jornais e ao nascimento da entrevista como fonte de pesquisa<sup>49</sup>.

No contexto americano, o desafio foi direcionado à tradicional história das ideias que tinha como objetivo, a partir do cânone literário e filosófico, construir uma interpretação universal sobre as chaves conceituais que seriam os fundamentos da nação. O advento da história social abalou o domínio que a história das ideias tinha até então, pois questionava, partindo de estudos sobre raça, por exemplo, os pressupostos generalistas que, de certa maneira, apagavam as contradições da sociedade americana. Os historiadores interessados pelas ideias tiveram que responder ao desafio trazido pelos estudos sociais. Então, a ligação entre o contexto histórico e os meios intelectuais tornou-se fundamental. Alguns preferiram fundar a análise internalista, porém, em vez de buscar princípios gerais, inclinaram-se a entender a linguagem específica presente em cada dimensão intelectual, como Carl Shorske, ao utilizar os termos próprios da arte, psicanálise e urbanismo com o pano de fundo da ascensão do Estado liberal burguês na Viena do final do século XIX. Também houve abordagens mais externalistas, que tentavam perceber a influência mais imediata da dimensão política e social nas ideias. Outro ponto de vista, como o de Quetin Skinner, tentava trazer uma contextualização semântica dos conceitos, ou seja, recriava a linguagem política do momento histórico que estudava. Por outro lado, todos tinham uma aversão ao reducionismo — seja por tratar as ideias como epifenômeno da sociedade ou de percebê-las como produtoras unívocas do mundo — e ao anacronismo. Esse processo descrito acima foi bem

---

<sup>49</sup> No primeiro capítulo de *História Cultural*, Roger Chartier trabalha a formação e caminho institucional da história das mentalidades e das ideias. Tratando da primeira geração dos Anales, o autor mostra que o uso do conceito de instrumentos mentais está no âmbito do combate a uma história das ideias tradicionais. Para Febvre, os pensamentos deveriam estar de acordo com relações mais amplas da sociedade e não em uma dimensão separada do mundo das ideias, que consideraria desencarnada. Depois, ele trata da ascensão acadêmica da História das Mentalidades, substituindo a segunda geração dos Annales e seus pressupostos embasados em um debate com o estruturalismo antropológico e os métodos seriais, caracterizados como uma homogeneização das experiências psicológicas/sociais que consequentemente sufocariam o particular e os agentes que fundamentam suas críticas.

tratado por Robert Darnton que descreve bem as linhas gerais que enquadram os novos trabalhos:

Neste ponto, talvez seja o caso de arriscar uma avaliação mais subjetiva das tendências dentro do campo como um todo. Infelizmente, porém, a história intelectual não é um todo. Ela não tem nenhuma problématique norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum. Num dos extremos, eles analisam os sistemas dos filósofos; no outro, examinam os rituais dos iletrados. Mas suas perspectivas podem ser classificadas de “cima” para “baixo”, e poderíamos imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si, passando por quatro categorias principais: a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e mentalités coletivas). (DARNTON, 2010, p.219).

Este trabalho se enquadra na história intelectual propriamente dita, pois procura mostrar, em um conjunto de livros advindos da ciência social, os climas de opinião de determinado período visando descrever um movimento comum. Em outras palavras, é tentando traçar uma ligação entre a sociedade e as ideias, dentro dos termos dessa disciplina, que se desenvolverá a pesquisa.

Para tanto, precisamos deixar claro alguns elementos metodológicos básicos que são indispensáveis para alcançarmos os objetivos aqui propostos. Primeiro, deve-se questionar o ponto de vista de que a ciência não sofre nenhuma influência externa. Em seguida, o que a compreende como subjugada a quesitos políticos e econômicos. O erro dessas práticas de pesquisa está justamente no fato de não formarem um espaço, mesmo que mínimo, de autonomia, no qual as práticas científicas mantenham uma linguagem própria, ao passo que, de seu cabedal específico, interferem e sofrem interferência da sociedade. Assim, por mais que nos meios científicos, com destaque para aqueles das ciências sociais<sup>50</sup>, o imperativo político seja presente, ainda existe uma independência. Essa autonomia, sempre relativa frente às pressões econômicas e políticas, varia de acordo com o estado de determinada disciplina e no contexto em que ela se insere<sup>51</sup>. Dessa maneira, o conceito de campo, agora utilizado para

<sup>50</sup> A politização de determinada disciplina significaria que ela não possui um grau avançado de autonomia. Isso não quer dizer que não se possa, ou não se deva, fazer ciência e manter concepções políticas firmes. Não devemos confundir essa formulação como um chamado à neutralidade positivista. Porém, Bourdieu defende que os argumentos externos por si só já servem como legitimadores da independência científica em jogo. Em determinadas áreas, esse tipo de influência é aparentemente mais distante, pois ninguém desacreditaria ou confirmaria o trabalho de um físico por ele ser cristão ou conservador. (Bourdieu, 2004).

<sup>51</sup> Para Bourdieu, em *Os usos sociais da ciência*, no qual faz um balanço do funcionamento do campo científico e percebe seu desenvolvimento nos institutos franceses dos anos de 1990, o campo científico da época apresentava o poder dividido entre o capital puro, daqueles cientistas que se tornaram importantes por suas realizações; e o capital institucional, que seria a ocupação de cargos e posições burocráticas. Muitas vezes,

os meios intelectuais, torna-se de suma importância. Podemos ver seu delineamento nas seguintes palavras de Pierre Bourdieu:

Em outras palavras, é preciso escapar da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou demandas externas. (BOURDIEU, 2004, p 21).

Segundo essa perspectiva, podemos analisar que o que caracteriza de modo mais evidente o campo científico, como citamos, é a disputa. Esta não é uma simples contraposição aleatória de antagonismos e sim uma tensão entre as posições relativas dos agentes dentro da estrutura do campo. Dessa maneira, uma competição intelectual traz no seu bojo um conflito entre posições institucionais diferentes e até mesmo concepções de mundo. Porém, qual é o objetivo dessa guerra de ideias? Segundo Bourdieu, seria uma batalha pela definição do que é a realidade objetiva e quais métodos são os mais eficientes para compreendê-la<sup>52</sup>. Assim, na ciência, a luta pela constituição da verdade dominante no campo é constante. Uma de suas estratégias principais, muito presente nas ciências sociais, é a elevação de uma demanda social para o conhecimento. Nesse sentido, uma pressão muitas vezes revestida de pragmatismo é levantada para legitimar determinadas pesquisas que têm impacto social. Desse modo, determinados objetos e problemas são levantados como hierarquicamente mais importantes, mas não sem polêmicas intelectuais. Esse ponto é especificamente relevante para nossa pesquisa, na qual podemos sublinhar a elevação da miséria como tema urgente do pré-1964. Assim, toda uma geração de cientistas se engajou nessa luta que, em um sentido estrutural, também é a defesa de determinadas práticas científicas em detrimento de outras. Isso se dá de modo tão poderoso que, mesmo as ciências naturais como a física — como

---

aqueles agentes que não conseguiam se destacar no primeiro grupo buscavam criar sua legitimidade pelos meios mundanos da política. Assim, o sociólogo defende que essa divisão, que nunca é total, tem seu lado importante, porém os deveres institucionais deveriam estar mais à mão do pessoal técnico, ao passo que os cientistas deveriam se dedicar diretamente ao seu trabalho.

<sup>52</sup> Essas características do campo científico destacadas por Bourdieu são de extrema importância, porém gostaríamos de ressaltar a observação feita pelo historiador Jean-François Sirinelli em seu texto *Os intelectuais*, no qual destaca que a abordagem de Bourdieu às vezes tende, na sua centralização da disputa, a uma perspectiva estratégica, mesmo que seja inconsciente e acaba por secundarizar as alianças afetivas nas redes intelectuais. Nesse sentido, mesmo que se apresente de maneira geral, a posição e a tomada de posição no campo não são suficientes para descrever o movimento de determinados agentes. Para tanto, basta observar os elos afetivos que fazem com que duas figuras opostas no campo tracem uma colaboração. Em outras palavras, o afeto é uma competência que não deve ser negligenciada no funcionamento dos campos. Em particular, no ambiente intelectual pernambucano, que nos compete. Seus traços de informalidade fazem com que as ligações sentimentais, muitas vezes, juntem dois personagens de lados opostos do espectro político e social. Essa observação de Sirinelli nos parece bastante sugestiva e foi levada em consideração no andamento da pesquisa.

veremos nas humanas, a presença é gritante —, tem como dinamizador a noção que o desenvolvimento científico deve estar à disposição da soberania nacional para a superação do subdesenvolvimento e, por conseguinte, da pobreza. Um conceito fundamental para a intangibilidade desse processo é o movimento de controvérsia, oriundo do *science studies*. Ele defende que, quando as ideias e proposições no mundo científico se opõem, não é somente uma tensão teórica, mas também de concepções mais gerais, sejam elas institucionais ou políticas. Esse método foi bem trabalhado por Roger Chartier no seu *Autoria e história cultural da ciência* em que discorre<sup>53</sup>:

Por que um dos gêneros que esses *science studies* empregavam ou empregam ainda hoje é o da controvérsia, ou seja, considerar, em um dado momento que o ato de confrontar teorias científicas não diz respeito somente a seu conteúdo, mas também à sua definição da ciência, aos lugares onde se pratica a ciência, às modalidades do trabalho e, em termos gerais, às concepções de prova, à representação do mundo social e às regras que devem governar a comunidade científica (CHARTIER, 2012, p 82).

Outras variáveis do campo intelectual, com destaque para as ciências humanas, devem ser salientadas para esclarecer que abordagem deve ser a mais adequada<sup>54</sup>. Um dos pontos relevantes é a compreensão da influência do Estado em que se encontra o ambiente intelectual nacional. Como vimos, na França existe uma tendência à centralização parisiense, em que os quadros provincianos têm uma ligação próxima com os debates presentes nesse nódulo cultural dominante. Porém, mesmo levando isso em conta, é um equívoco pensar que as províncias são meros reflexos ou simplesmente um celeiro de intelectuais da metrópole. Os quadros regionais representam um dinamizador do debate nacional e são elementos indispensáveis para perceber a aliança entre diversas redes letradas. Esse microcosmo local que tem elementos autônomos pode ser percebido de modo mais agudo a partir da realidade brasileira. Seja pela dimensão continental ou formação tardia do seu Estado moderno — de maneira mais acabada no período Vargas —, existia um grau de separação considerável entre as regiões do país. Nos anos de 1950, que é o nosso recorte, Pernambuco se apresentava como

---

<sup>53</sup> Uma abordagem proposta para o estudo da história das ciências feita por Chartier, que deve ser destacada, é aquela embasada nos conceitos de sincronia e diacronia. Segundo esses termos, ao analisar determinados autores, devemos, dentro do limite de cada pesquisa, perceber os autores passados que os influenciaram — isso seria a diacronia. E também traçar a relação dos autores que produzem contemporaneamente ao objeto estudado — isso seria a sincronia. Essa concepção, que vale tanto para a ciência quanto para a arte, vai ser aplicada na narrativa dos capítulos seguintes.

<sup>54</sup> É interessante desenvolver de modo mais claro o caminho metodológico proposto por Sirinelli no livro *Os intelectuais*. Ele propõe uma tríade: a primeira dimensão seria a identificação dos meios de divulgação (livros, revistas e jornais etc); a segunda, as redes (a sociabilidade entre os vários intelectuais de uma época); e a terceira, os locais (editoras, casas, universidades, departamentos de estado etc). Levando-se em consideração esse três elementos seria possível entender de maneira eficiente o funcionamento dos microclimas intelectuais de cada época.

um verdadeiro microclima intelectual que, em sua genealogia, remetia ao movimento regionalista de Gilberto Freyre. Nesse sentido, o grau de independência que tinham seus equivalentes no peso político e institucional regionais era bastante acentuado e representava um chamado para a construção de uma identidade intelectual própria.

O segundo quesito a ser sublinhado é o papel do Estado como constitutivo do campo intelectual. Isso significa que um dos maiores investidores diretos para o desenvolvimento das ideias — seja pelo financiamento de pesquisas, seja por oferecer cargos na burocracia — nas sociedades modernas continuam sendo os mecanismos estatais. Diversas instituições, como a universidade ou centros de pesquisa, estão diretamente subordinadas a ele ou dependem de seu subsídio<sup>55</sup>. É preciso resistir, a priori, a se fazer uma leitura liberal que coloca o Estado como constrangedor ao criar demandas artificiais para a comunidade científica. Essa perspectiva, que tende a idealizar a iniciativa privada, é o inverso de uma visão estatista, na qual o Estado conseguiria se manter neutro perante as demandas propriamente científicas. Seguindo esse raciocínio, aqui propomos um caminho intermediário no qual o Estado — instituição diversificada — exerce pressão nos agentes intelectuais mas, por outro lado, os libera para seguir as demandas imediatas do mercado. É, por fim, um elemento de libertação e de delimitação de práticas letradas. No caso de Pernambuco, instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundamental para a época, encarnam essas ambiguidades. De toda forma, o espaço de autonomia é mantido mesmo em campos, como o brasileiro e o francês, nos quais a presença do Estado é preponderante.

É necessário, ainda, discorrer sobre a divulgação das ideias para a sociedade ou, em outros termos, como os intelectuais influenciam a cultura política de seu tempo. É importante também deixar de lado uma leitura, que poderíamos batizar de idealista, em que a produção intelectual é vista como motriz dos acontecimentos sociais. Um exemplo clássico é a superação, na historiografia recente, da noção do Iluminismo como vetor da revolução francesa. Nesse sentido, observa-se que a influência da alta produção científica, nosso interesse aqui, passa por vários processos. Um deles seria como as instituições, como a

---

<sup>55</sup> A universidade é um dos espaços mais tradicionais da prática intelectual, sendo assim sua influência é evidente. No Brasil dos anos de 1950, começou a haver uma dinamização dos meios universitários — indo além de cursos tradicionais como direito e medicina —, a partir do exemplo da organização da USP, fundada na década de 1930. O campo das ciências humanas estava em formação e dependia de pesquisadores informalizados que ainda não tinham se estabelecido na universidade. Porém, existiam outras maneiras de trabalhar com pesquisas. Uma delas era pelo contrato para o desenvolvimento de determinadas pesquisas — como Josué de Castro em seu estudo da situação dos operários do Recife nos anos de 1930 — ou pelas fundações, como a Joaquim Nabuco.

educação ou mesmo as políticas públicas do Estado, interpretam de modo específico determinada produção intelectual. Desse modo, existe um esquema de vulgarização — sem o teor pejorativo da palavra — das ideias encontradas nas práticas científicas diretas<sup>56</sup>. É então que se torna fundamental o papel dos mediadores — professores primários, burocratas, políticos e jornalistas — que não sendo intelectuais de alto escalão servem para diluir, na sociedade e nas instituições, determinadas ideias de um período. Para tanto, será visível, principalmente no Brasil dos anos de 1950, o papel dos jornais como vínculos da produção intelectual mais sofisticada com o grande público. Fora isso, o ambiente jornalístico, ao contrário de sua suposta crise no século XXI, tinha a função de sustentar financeiramente<sup>57</sup> e ser palco de debates. Esses movimentos das ideias devem ser levados em conta junto com as nuances e os meios de produção e mediação em voga no momento histórico estudado.

Para finalizar, gostaríamos de salientar que utilizaremos essa teoria e método presentes na disciplina da história intelectual, tendo consciência de que sua aplicação deve respeitar o objeto analisado. Dito de outra forma, alguns desses conceitos estarão mais evidentes no decorrer do texto enquanto outros aparecerão de maneira quase marginal. O motivo dessa explanação, tanto quanto desse capítulo como um todo, é uma tentativa de fugir de certa ingenuidade metodológica presente nas monografias, caracterizada por um esquema de instrumentalização de determinados conceitos ligados a autores geralmente prestigiados sem uma devida contextualização ou problematização epistemológica. Esse retorno a uma reflexão teórica e metodológica para os objetos estudados — aqui a intelectualidade e os literatos — pode, para alguns, parecer extenso ou desnecessário. Porém, em nossa perspectiva, uma maior consciência do processo de pesquisa, de seus pressupostos básicos, só fortalece e dinamiza os capítulos propriamente empíricos que se seguem. Seguimos, assim, uma sugestão bourderiana, na qual ter conhecimento da história do campo em que se está inserido, das suas

---

<sup>56</sup> Devemos deixar claro que a retórica intelectual se modifica a partir das circunstâncias. Pode ser dentro de um mesmo período — por exemplo, quando se divulgam ideias em relatórios, artigos jornalísticos ou livros, a linguagem também muda de acordo com cada convenção — ou em períodos históricos diferentes — em uma linguagem científica do século XXI, a produção dos anos de 1950 pode parecer demasiadamente literária. Dessa maneira, as mudanças na forma do uso de determinadas figuras de linguagem e de estratégias retóricas se transformam no tempo e não devem ser analisadas anacronicamente.

<sup>57</sup> Como dito, é preciso fugir de certo anacronismo. Na sociedade brasileira atual existe uma dependência entre os intelectuais e o meio universitário. Nos anos de 1950 e início de 1960, muitos jornalistas serviam como verdadeiros intelectuais e vinculadores de debates sofisticados, apesar dessa ocupação diferir da especialização dada hoje em dia. Podemos adicionar também que muitos cientistas consagrados — como Josué de Castro e Gilberto Freyre — se utilizavam dos jornais como meios importantes de divulgação de suas ideias. Nesse sentido, não devemos olhar o passado e sua aparente informalidade, no qual o campo universitário não está devidamente formado, com desdém. Só assim entenderemos as formas específicas de produção do conhecimento científico em determinada época.

regras e desenvolvimentos é uma forma de transcender um pouco seus limites, de se tornar, na medida do possível, um pesquisador autônomo e não um reprodutor de conceitos e práticas dominantes na ciência.

### 3 O PENSAMENTO COMO FONTE DA AÇÃO

Nesta parte trabalharemos com as fontes intelectuais do período estudado representam a miséria. Começaremos tratando um contexto prévio que focará, sobretudo, nos trabalhos pioneiros de Josué de Castro sobre a fome. Depois, analisaremos como diversos autores da época tratavam a miséria e o subdesenvolvimento dentro de uma estrutura de sentimento nacional-popular. Por fim, veremos como se intensifica essa estrutura, que vai se aproximar do conceito de revolução, até o pré-golpe de 1964.

#### 3.1 CIÊNCIA E POBREZA: JOSUÉ DE CASTRO E A FORMAÇÃO DE UMA IDEIA

As ideias não estão sob o mundo, mas no mundo. As palavras da ciência tem o significado transformado ao longo do tempo. É preciso, por isso, acentuar sua história. Por exemplo, os termos sobre a miséria não são atados a valores petrificados. Eles participam da construção de um olhar em uma época e espaço específicos. É imprescindível atentar para as práticas mutáveis das quais os intelectuais se valem para compreender esse fenômeno. Assim, faz-se necessário marcar, mesmo que brevemente, a formação do campo social em que se situa o olhar próprio da intelectualidade. Só desse modo poderemos esclarecer como surgiu a estrutura de sentimento sobre a miséria que influenciou em alguns intelectuais na segunda metade dos anos de 1950 em Pernambuco.

As interpretações sobre a motivação da pobreza de alguns povos em relação a outros tem raízes antigas na história intelectual. Podemos remetê-la a dois historiadores que desde o século XVIII escreveram sobre as causas do atraso do povo americano. Estes são Buffon e Cornelius de Pauw. O primeiro argumentava que o estado atrasado do continente devia-se a sua juventude, ou seja, ainda não teria atingido a maturidade das sociedades europeias. O segundo defendia, ao contrário, que não se tratava de um continente criança, mas sim decaído. Ambas as teorias tinham como base explicativa uma comparação negativa entre o novo e o velho continente. Porém, é somente no século XIX que essas concepções alcançaram uma sistematicidade da pretensa ciência desta época. Em sentido geral, existiam duas correntes interpretativas, que muitas vezes se entrelaçavam: a do determinismo geográfico e a do determinismo racial. Em comum, ambas diziam que as sociedades humanas eram derivadas diretamente da condição geográfica ou da sua estrutura racial. Essas teorias tiveram eco no darwinismo social de Herbert Spencer. Para ele, as sociedades humanas evoluíam, partindo do modelo Lamarckiano, segundo a adaptação por características adquiridas. Dessa forma, os

povos que desenvolveram habilidades culturais e físicas superiores passavam esta herança aos seus descendentes, ao passo que os povos considerados fracos passavam do mesmo modo suas frágeis competências. Essa ideia, que serviu de alimento para toda a retórica imperialista, tinha em seu bojo uma noção de progresso humano. No topo estariam as sociedades europeias, racialmente homogêneas, com sua sofisticada cultura, e na base se encontrariam os povos atrasados em sua composição física e de costumes. Nesse contexto acadêmico surgiram disciplinas específicas que tentavam enquadrar as diferenças sociais dos homens, explicar por que alguns são civilizados ao passo que outros são degenerados. Existia a Frenologia que, na figura de Paul Broca, defendia que o formado do cérebro humano indicava as qualidades prévias de um indivíduo. Também havia o destaque à antropologia criminal de Cesare Lombroso – que, segundo Lilian Schwarcz,<sup>58</sup> participou da bibliografia básica dos cursos de direito no Brasil até a década de 1950 – em que o tipo fenotípico do criminoso era um indicativo seguro sobre o seu caráter e intenções. Dentro desse quadro teórico é fácil imaginar onde um país miscigenado como o Brasil se encontrava.

As teorias deterministas tiveram grande apelo entre os intelectuais nacionais até a primeira metade do século XX. Em Pernambuco, a Escola do Recife divulgava e discutia esses conceitos, como por exemplo na *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha – mesmo admitindo a força do homem nordestino – interpretou parte de seus problemas e carências pelo viés do clima e da raça. Dentro do esquema evolucionista, o Brasil estaria condenado à decadência. Sua miséria econômica e cultural era fruto de um clima inóspito e de uma miscigenação racial que, ao elemento europeu, trazia em prejuízo o índio e o negro, sendo este último o real detrator da raça. No trabalho *Crime e Degenerescência*, de Nina Rodrigues, a mistura étnica era colocada como causa da criminalidade e miséria. Porém, antes de alcançar o pessimismo total que o eugenismo trazia, os intelectuais acabaram estabelecendo uma negociação com o conceito de raça. Era fundada na noção de branqueamento na qual, a partir do controle da miscigenação, se poderia com a ajuda de, por exemplo, a imigração europeia, tornar caucasiana a sociedade brasileira. No trabalho *Populações Meridionais*, de Oliveira Viana, essa tese é proposta abertamente. É interessante o quanto o branqueamento era paradoxal. Assumindo que a miscigenação era ruim, defendia que apenas por meio dela, a partir da mistura com imigrantes

---

<sup>58</sup> Os trabalhos dessa historiadora e antropóloga, especificamente seu artigo para o livro *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira* foi importante para embasar nossa leitura sobre as interpretações dos intelectuais sobre os problemas da sociedade brasileira no século XIX e início do século XX.

brancos, era possível superar o atraso da sociedade brasileira. Essas teses, como alguns nomes citados acima, mostram sua influência na grande intelectualidade.

Nesse âmbito, pode se questionar a ausência de uma leitura classista da miséria – que para a história contemporânea é considerada a mais tradicional – neste período. É importante destacar que esse tipo de concepção, no Brasil, não pode se apartar da trajetória do marxismo que, na prática, trouxe o argumento de classe ao campo intelectual. Um de seus leitores pioneiros, versado inclusive na fonte alemã, foi Tobias Barreto, que se vinculava à Escola do Recife. De modo geral, em seus primórdios podemos marcar a recepção das ideias marxistas e socialistas por duas influências. A primeira pela convivência e predominância da militância anarquista no movimento operário no início do século XX. E a segunda pela conciliação da vulgata marxista, de modo bastante simples, com a tradição dominante darwinista e positivista. Podemos perceber essa tendência nos escritos do pernambucano Joaquim Pimenta ou no grupo de estudos marxistas, levado pelos primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho nos anos de 1919-1920, em Recife. Um dos obstáculos foi a dificuldade de acesso aos originais de Marx. A primeira tradução do manifesto, por exemplo, foi feita por um dos fundadores do PCB Octávio Brandão em 1923. É também deste último uma das primeiras obras que aplicam o marxismo para uma interpretação da realidade do país. Em seu livro *Agrarismo e industrialismo*, de 1926, é defendida a tese de uma luta entre o latifúndio atrasado e a indústria moderna na história nacional. A esse socialismo muitas vezes rudimentar, ainda preso ao positivismo dominante, podemos acrescentar os trabalhos de Astrogildo Pereira.

O que pretendemos mostrar é como os problemas da nação, dentro de parte da linguagem científica da época, eram lidos pela lente do determinismo racial e geográfico, imbuído da hegemonia positivista. A pobreza e a “degradação moral” ficariam para grande parte dos cientistas na conta da miscigenação. Isso não quer dizer que todo o século XIX e princípio do XX pensava da mesma maneira<sup>59</sup>. O nascimento de várias disciplinas científicas como a sociologia e antropologia iriam questionar, ou endossar, o mecanicismo dessas teorias. Porém, vale destacar que, em maior ou menor grau, sobretudo no século XIX, essas ferramentas interpretativas faziam parte do debate que dominava o campo intelectual.

---

<sup>59</sup> Podemos destacar como exemplo o pernambucano Antônio Pedro de Figueiredo e suas publicações da revista *O progresso*. Sendo um dos primeiros receptores do socialismo utópico no Brasil, ele pensou de modo interessante os problemas agrários, criticando desde já as grandes propriedades. Porém, seu pensamento, como a da maioria dos socialistas utópicos brasileiros, foi marcado pelo ecletismo filosófico. Socialismo, positivismo, darwinismo e cristianismo andavam em conjunto. Por traduzir um dos marcos da escola filosófica eclética Victor Cousin, ganhou dos adversários, devido a sua cor, o apelido racista de “Cousin Fusco”.

Um dos movimentos a propor uma releitura da nação que não fosse ligado ao vocabulário positivo foi feito pelos marxistas da década de 1930 e, sobretudo, da de 1940, que apresentaram uma leitura classista amadurecida. Em termos exemplares, por sua importância intelectual e política, podemos destacar os nomes de Nelson Werneck Sodré e de Caio Prado. O primeiro publica em 1938 sua *História da literatura brasileira* que lança uma interpretação econômica das letras. Porém, é nos trabalhos dos anos de 1940, como na *Formação da sociedade brasileira*, e nos de 1950, quando era professor do ISEB, que se estruturam suas concepções intelectuais. A leitura que se tornará a linha programática do PCB e de boa parte da esquerda da época vinha de sua pena. O argumento central era que existia no Brasil relações semicapitalistas no campo que, atrasando o desenvolvimento, se aliavam ao capital estrangeiro. A burguesia nacional se encontrava em contradição relativa com esses interesses e representava uma força modernizadora. Neste sentido, era do interesse do proletariado que se constituísse uma aliança nacionalista e democrática com a burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo. Era essa a base lógica da formação de uma frente ampla.

Já a trajetória literária de Caio Prado começa com a publicação de *Evolução Política do Brasil* em 1933, sendo esta sua primeira tentativa de uma interpretação classista da história política do Brasil. Porém, é no seu *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, de 1942, que reside a sua análise historiográfica mais original. Compreende a história nacional dentro do contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional, sendo a colonização uma de suas fases, onde a metrópole centralizava a atividade econômica da colônia. Essa noção de um sentido capitalista que vai continuamente da colonização até os dias atuais – retirada de Roberto Simonsen de sua *História Econômica do Brasil* de 1937 – entra em choque com as noções de Werneck sobre a situação feudal do campo. Essas ideias mais tarde seriam utilizadas pelo autor como fonte crítica ao programa do PCB em seu livro *Revolução Brasileira*, de 1966. Apesar da renovação que ambos os autores trouxeram ao interpretar de modo único a natureza das relações de classe no Brasil, eles sofreriam críticas posteriores devido ao economicismo de seu método. Porém, é inegável que apesar dos limites da bibliografia da época, foram autores prolíficos e originais que abriram as portas para repensar a realidade da condição do povo brasileiro.

Outro autor fundamental para a releitura desse período foi Gilberto Freyre e seu livro *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, que escandalizou parte da opinião pública da época com suas descrições da sexualidade da sociedade senhorial. Em termos epistemológicos, questionou as interpretações racistas. No período em que esteve nos Estados

Unidos, na Universidade de Columbia, conheceu o antropólogo Franz Boas que questionava o determinismo racial hierarquizante. Essa influência é perceptível na obra de Freyre no esforço de superação do arcabouço eugenista para propor uma nova interpretação da sociedade brasileira, embasada na ideia da positividade da miscigenação como força criadora da nação. Neste sentido, vivíamos em uma democracia racial – a mistura do negro, branco e índio – que seria a base daquilo que melhor caracterizaria o país. Existia então a redenção da raça brasileira, na qual elementos outrora considerados negativos, como efusiva miscelânea de costumes, tornaram-se símbolos da nacionalidade.

Para superar os problemas vigentes não era necessário o branqueamento, mas sim uma conciliação entre a modernização ocidental com as riquezas culturais do povo brasileiro. Sobre a aplicação disso na literatura veremos no capítulo seguinte. Essa teoria, passados seus percalços iniciais, tornou-se muito influente no Estado Novo e em toda a primeira metade do século XX. Sua recepção aludia tanto a uma retórica tradicionalista, da preservação da cultura, quanto a reformista que acentuava o protagonismo cultural do povo como baluarte da transformação. Depois essas teses foram criticadas, por exemplo, por Florestan Fernandes, que sublinhava sua concepção apaziguadora da sociedade. As contradições de raça e classe se perdiam no conceito de democracia racial. De qualquer modo, o pensamento de Freyre teve influência capital no funcionamento do meio intelectual em Pernambuco.

Foi nesse arcabouço científico que o jovem médico Josué de Castro<sup>60</sup> começou sua carreira em Pernambuco no início dos anos de 1930. Teve entre suas preocupações iniciais o estudo sobre as classes pobres do Recife. Para tanto, no ano de 1932 dirigiu um inquérito pioneiro para as capitais da época, que se chamava *As condições de vida das classes operárias no Nordeste* –, publicado no livro *Alimentação e raça*, de 1935. Nesse estudo, ele critica, de modo precoce para a época, as doutrinas raciais. Afirma que a “deficiência e inferioridade de alguns povos, atribuído outrora a fatores étnicos e à fatalidade racial, são

---

<sup>60</sup> Nasceu no Recife no ano de 1908. Formou-se em medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, colando grau aos 21 anos. Em 1935, integrou o corpo de professores na disciplina de antropologia física, a experiência da Universidade Nacional no Rio de Janeiro. Seu primeiro contato com a Europa se deu no estágio no Instituto de Bioquímica de Roma, na Itália. Ainda lecionou nas Universidades de Roma, Nápoles e Gênova. Em 1942, tornou-se presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição. Seus livros da década de 30 e 40 são respectivamente: *O problema da alimentação no Brasil*, *Alimentação e raça*, *Documentário do Nordeste*, *A alimentação brasileira a luz da geografia humana*, *Fisiologia dos tabus* e *Geografia da fome*. Ganhou notoriedade internacional com seu livro *Geopolítica da fome*, de 1951. Esta e outras obras foram traduzidas para diversas línguas. Presidiu o Conselho das Organizações para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas. De 1955 a 1963 ocupou o cargo de deputado federal pelo PTB de Pernambuco. Abandonou o mandato para ser embaixador brasileiro junto à ONU, em Genebra, até a cassação de seus direitos políticos em 1964. No exílio, continuou atuando como professor e militante contra a fome até sua morte em 1973, em Paris.

apenas consequências diretas de más condições higiênicas e [...] de uma alimentação má” (CASTRO, 1957, p 75). Assim o problema seria o da fome, que pelas condições sociais que a sustentam, levam camadas consideráveis da população à baixa produtividade do trabalho e às doenças. Para tanto, utiliza como amostra as classes assalariadas de três bairros proletários da época: Torre, Encruzilhada e Santo Amaro, contabilizando 2.585 pessoas. Demonstra, de início, o baixo salário dos trabalhadores que despendiam 71% do que ganhavam para mantimento de necessidades básicas como alimento, abrigo e vestuário – ao passo que nos EUA eram 55%. Esses ganhos não conseguem dar conta de sustentar uma alimentação suficiente para esses homens e mulheres que, comendo pouca carne e leite – proteínas –, consumiam sobretudo feijão, farinha e pão. Um trabalhador médio precisa consumir de 3.000 a 4.000 calorias para se manter saudável. Comparando, a dieta estudada no Recife correspondia, em média, a 1.645 calorias. A conclusão é estarrecedora:

Qualquer pessoa que possua noções gerais de dietética e diante de um regime desta ordem, só tem uma pergunta a formular: “Como se pode comer assim e não morrer de fome?” E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: “Como? Morrendo de fome”. Realmente é esta alimentação insuficiente, carencial e desarmônica, usada pelas classes operárias, na área urbana, a causa principal do seu elevado índice de mortalidade. (CASTRO, 1957)

Essa mortalidade posta acima, que tinha raízes na fome, se mostrava nos números. Recife apresentava 27,9 mortos por 1.000 habitantes, ao passo que São Paulo apresentava 15,3. Esse tipo de carência acometia principalmente as crianças. A mortandade infantil era altíssima. Em Recife, 58% dos óbitos ocorriam antes dos 30 anos. A consequência dessa condição apresentada é o aumento de doenças como a tuberculose que, muito ligada à alimentação, representava 18% das mortes na capital. Josué dava a esse seu inquérito uma dupla finalidade: por um lado, acusar a existência da fome nas classes pobres; por outro, fermentar um movimento de superação, que passaria por uma nova racionalização da “nossa defeituosa organização econômico-social e da orientação unilateral que, até hoje se tem dado, entre nós, aos objetivos da higiene pública”. Neste trabalho inicial percebemos traços de continuidade com as obras vindouras. Podemos destacar a recusa ao determinismo biológico e geográfico e também a noção do estudo científico, formador de uma conscientização, como primeiro passo da mudança.

É interessante que nesses anos de sua jovem produção, Josué de Castro tenha lançado um livro de contos e descrições em 1937 no meio de suas produções científicas. Chama mais atenção ainda que nos dez anos de lançamento deste livro em 1957 o médico tenha, a essas narrativas iniciais, somado outros textos, como o inquérito acima, na coletânea chamada

*Documentário do Nordeste*. A coletânea é dividida em três partes: paisagem viva do Nordeste, estudos sociais e estudos biológicos. É como se o autor, em sua fase inicial, colocasse lado a lado o seu projeto científico e um estético. Como se o tema ao qual dedicou a vida – a fome – em seu rebento inicial precisasse da linguagem da arte para deixar inteligível sua triste verdade. Sobre os contos é importante destacar que, ao contrário da produção científica madura, não se nutriram da mesma originalidade. Eram, sobretudo, textos e percepções de um jovem que se utilizava da convenção do romance realista da década de 1930. Porém, como o autor colocou no prefácio de 1960 do livro *A geografia da fome*, a produção literária serviu desde cedo para revelar a verdade subjetiva da fome que, neste famoso livro, trataria de uma verdade coletiva e social (CASTRO, 1980, p. 36). Autores nacionais como Jorge Amado e Rachel de Queiroz, ou internacionais como Knut Hamsun e John Steinbeck, são colocados como vetores dessa influência. Começamos então a delinear os traços gerais desses pequenos textos para depois, respeitando a cronologia das publicações, ir aos textos científicos.

A maior parte das ficções versa sobre a cidade do Recife em sua paisagem humana e natural. As descrições tem uma forma específica de tentar mapear a cidade, onde o cotidiano é talhado aos poucos na narrativa. Os personagens estão em tensão com o meio, seja o mangue ou o Sertão, e tendem a lutar com ele pela sobrevivência. O tema mais recorrente é o dos mocambos e do ciclo do caranguejo – que nomeia um dos contos. Os homens são empurrados pela condição da pobreza ao mangue e lá constroem a cidade dos mocambos. O manguezal representa tanto o escuro da fome quanto um paraíso de fertilidade onde se pode, por meio dos crustáceos e caranguejos, tirar o sustento. Porém, esses tipos que ocupam o mangue são variáveis. Existem os operários e balaieiros em *O despertar dos mocambos*. A família pobre que precisou construir seu mocambo é descrita n’*O Ciclo do caranguejo*. A situação da vendedora de tapioca e da sua filha prostituta na *Ilha do leite* é mostrada em toda sua tragédia. Essa miscelânea de personalidades convivem em uma urbe complexa em que os espaços de poder se confundem com os bairros. O de Santo Antônio é o das repartições públicas e seus funcionários moram no bairro de São José. Dois Irmãos e Madalena são paragens antigas que remetem ao passado senhorial. Casa Amarela é o bairro dos novos ricos e usineiros. Essas notações são bastante costumeiras na literatura pernambucana. A periferia, em *A cidade*, é separada das vizinhanças acima pela sua condição inseparável de cor, classe e meio:

“Afogados” “Pina”, “Santo Amaro”, zonas dos mangues, dos “mocambos”, dos operários, dos sem-profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “mocambos”. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas

águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana. (CASTRO, 1957)

A relação de paralelismo entre o meio natural e o humano, sem se valer de uma determinação aos moldes do naturalismo, ganham eco no texto *João Paulo*. Nele, um garoto que vivia catando caranguejos no mangue para um padre se mimetiza com esse animal. Em uma passagem na qual o garoto se encontra em meio aos “homens armados de fuzis que tinham resolvido fazer uma revolução”, sua confusão se assemelha aos bichos do mangue. Assim “a sua alma molinha de criança, ainda em formação, tivesse tomado o feitio da alma dos caranguejos” (CASTRO, 1957, p 31). A reação do garoto à insurreição citada – que deve remeter a intentona comunista de 1935 – acima é intrigante, pois o garoto “ficou ali ajudando, inconscientemente, a botar munição nas metralhadoras” (CASTRO, 1957, p 32). O elemento popular carrega traços da sua vida dura. De modo inconsciente, quase natural, traz consigo uma simpatia pela revolução, como se existisse, a partir da leitura desses textos, uma revolução em potencial em sua condição.

Qual seria o papel de um jovem intelectual como Castro nesse processo? A resposta talvez esteja no conto *Assistência Social*. Um jovem médico, recém-formado, trabalha para o setor de saúde de uma fábrica. Sua função é consultar os funcionários para, de forma eventual, dar assistência em remédios. Já que a fábrica era de tintas, a ocorrência de tuberculose era alta. Devido a isso, o médico, Dr. Felix, receitava com frequência remédios aos operários. O gerente da fábrica começou a achar estes gastos dispendiosos e deu um sermão no jovem doutor que “teve vontade de dizer que a providencia seria dar comida e conforto aos operários para não adoecerem todo dia, mas resolveu calar e continuar ouvindo” (CASTRO, 1957, p 44). Continuando com a mesma prática, o Dr. Felix termina demitido. Essa solidariedade se constrói em um patamar moral onde se deve assistir os mais necessitados. Essa narrativa mostra a construção de uma consciência moral específica que, desde a década de 1930, vai se relacionando à miséria.

No que diz respeito aos estudos sociais, eles começam com uma análise literária de Castro sobre *O Nordeste e o romance brasileiro*. Iniciam criticando os intérpretes do romance regionalista que definiam este último como literatura sectária e intencional. Em resposta, o geógrafo diz: “não acredito em literatura neutra, literatura sem tendências, enquistada no absoluto dos cânones da arte” (CASTRO, 1957, p. 59). Por outro lado, não defende que o artista deva ser obrigado a expor em suas obras suas ideias políticas, pois acabaria com a liberdade criadora e original dos indivíduos. Dessa maneira, é proposta uma literatura

balanceada pela sinceridade, pela tentativa de comungar com aquilo que, de fato, faz parte de sua realidade, sem importar modelos artísticos de outros países. Existia então uma relação entre os “romancistas chamados de proletários, porque se meteram por lugares escusos onde só os pobres penetraram e de lá vieram com um cheiro travoso da vida” (CASTRO, 1975, p. 65) e o clima humano do Nordeste. Este último, que conteria “maior sentido de tragédia”, se entrelaçaria com o ímpeto sincero dos romancistas regionalistas. Isso também teria uma reverberação na ciência, no artigo *O regionalismo e a cultura brasileira*. Os intelectuais nacionais, para Castro, deveriam partir do local para entender o universal, pois o país é cheio de matizes que o tornam complexo. Assim, para alcançar a independência econômica e política é preciso estar afinado com as aspirações regionais e singulares do povo.

É curioso, nesses textos, como existe uma relação entre os léxicos político, estético e científico no conceito de regionalismo. Em certa medida, ele é antecedido por uma postura de busca, seja no romance ou na monografia, de uma realidade alijada, que sendo suja e desagradável, ficou à margem da narrativa oficial. Essa peregrinação pelo impuro, o baixo, pela matriz podre do país – que tem uma relação íntima com a poesia de João Cabral, como veremos mais a frente – é alimentada pela ânsia da verdade. A verdade mesmo que carregada de dor. Essa demanda social da ciência como revelador do impróprio da cultura oficial – a pobreza, negritude e sexualidade – aparece em outros textos do *Documentário*, como a *Cidade Ideal*, *A influência negra na alimentação do brasileiro* e *Os problemas dos mocambos*. Nestes textos iniciais surge certa conformação estética, política e científica que será vista de modo mais acabado na *Geografia da fome*. São os primeiros passos da formação de uma estrutura de sentimentos.

Antes de começarmos a tratar da *Geografia da fome* é importante se debruçar, de modo mais claro, sobre a forma como Castro se colocou perante o campo intelectual dominante do início do século XX. No seu artigo, ainda no *Documentário*, chamado *Os Preconceitos de raça e clima*, ele faz um questionamento, embasado na realidade nordestina, das correntes deterministas. É que, devido ao clima do Sertão e pela grande miscigenação, essa região seria o símbolo da decadência do país. É uma zona fadada ao atraso e à degeneração. Em resposta à “conservação destes preconceitos de raça e clima” (CASTRO, 1957, p. 133), é feita uma rápida leitura das correntes geográficas que embasam esse posicionamento. Começa tratando do “cego determinismo” da escola de Ratzel, que mesmo trazendo a ciência à geografia, acabou por constranger o protagonismo humano no meio. Este seria melhor tratado na escola possibilista de Vidal de La Blache que, segundo o autor, foi

pioneira inclusive em pensar o alimento como mediador entre o homem e o meio. O autor aponta que houve um incremento do determinismo de clima pelo racial, na medida que as raças seriam então condicionadas e moldadas pela condição natural, fazendo com que raças bem aclimatadas fossem superiores ao passo que as outras estariam organicamente atrasadas. O autor admite que essa tradição remete a figuras como Montesquieu, porém o seu conteúdo científicista chegou por Lamarck. No campo da cultura, foi em Taine – que influenciou a Escola do Recife e Silvio Romero, já citados – que a mescla entre o meio, a raça e o momento se fundiram. Para Castro, a resposta a estas correntes seria a constatação de que “através da evolução cultural o homem conseguiu escapar logo cedo à ação direta da meteorologia ambiente” (CASTRO, 1957, p. 137). Já para a raça não se deveria recorrer ao determinismo genético para explicar as condições humanas, pois é pelas condições sociais e técnicas que a raça se explicaria.

Castro trabalha com duas inversões: na primeira, as regiões quentes seriam mais aptas ao homem, pois ele poderia viver de modo mais perto da naturalidade sem precisar de apetrechos culturais sofisticados. Na segunda, a miscigenação, como veremos de modo mais forte na *Geografia*, seria importante para a sobrevivência porque as trocas culturais fortaleceriam sociedades em formação. Para se contrapor a esses “pseudocientíficos” nacionais e internacionais diz:

A degenerescência do povo é o resultado mais da organização econômico-social, consequência de hábitos e de princípios, do que de sangue e de clima, e é, principalmente, como já tivemos oportunidade de dizer uma vez – mais um mal de fome do que mal de raça [...]. Diante disto, parece-nos inteiramente desvalorizado o preconceito de raça, que a ingenuidade de uns e a má fé de outros ainda tentam manter de pé num momento em que é impossível se admitir a pureza racial de um povo. (Castro, 1957)

Um ponto forte na trajetória intelectual de Castro, como já vínhamos deixando entender, foi a publicação de *Geografia da Fome* em 1946. Nessa obra é alcançado um grande desenvolvimento de algumas ideias tratadas até aqui. A recusa do determinismo se alia a uma abordagem geográfica definida como: “hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas” (CASTRO, 1980, p. 35). Neste sentido se aplica o método desta ciência baseada na localização, extensão, causalidade e correlação. Essa proposta ecológica, que percebe na alimentação a mediadora do homem com o meio, se constrói no clima de urgência social do combate à fome. Mal este que, visto como um tabu, encarnaria a complexa rede de deficiências econômicas, sanitárias e sociais da nação. O ponto central é uma visão científica e nutricional da fome. Em outras palavras, o imaginário da fome

total, como exemplo dos corpos cadavéricos da Índia ou do Sertão nordestino, deveriam ser entendidos em seu local de excepcionalidade. Desse modo, a fome estudada é aquela parcial, no qual a falta de proteínas e outros minerais vão lentamente solapando a saúde do povo. Assim, a abordagem se agarra ainda mais na desconstrução do tabu da fome: um mal que habita, silencioso, na população brasileira que, mesmo comendo, conserva diversas insuficiências que conduz à doença e ao perecimento. O objetivo é comprovar a existência da fome endêmica nas macrorregiões brasileiras, sobretudo, a Amazônia e o Nordeste, tendo o Sudeste, Centro-Oeste e Sul permanecendo como zonas de alimentação precária, mas não de fome. É também analisar os motivos da sua existência em um país que tem território e capacidade agrícola suficiente para saná-la. Essa abordagem se estrutura em um duplo procedimento, como estudo de um fenômeno localizado e como revelador de um problema que deve ser resolvido com urgência. É, como diz o autor, um “documentário científico desta tragédia biológica” (CASTRO, 1980, p. 39).

Começando pela região amazônica, é destacado um contraste entre a aparente abundância vegetal da região e a fome constante de sua população, que desvela o fato de essa região ser um verdadeiro deserto verde. Entendendo que esse capítulo foi escrito muitos anos antes dos sucessivos planos de colonização que viriam, a região é apresentada ainda como dependente de práticas extrativistas da floresta e de uma agricultura precária. O homem amazonense, que possui uma das rendas mais baixas do país, tem pouquíssimo acesso a leite e carne – excluindo dessa regra a região do Marajó –, sobrevivendo com uma dieta à base de peixes e mandioca. O consumo de frutas é pouco, favorecendo, na época, o surgimento de doenças como escorbuto e beribéri. É interessante o esforço, desde esse capítulo, de tratar a região dentro de uma abordagem de longa duração da ocupação humana. É acentuada uma concepção mordaz, na qual o homem é suprimido pela violência da natureza, não conseguindo se adaptar, em termos alimentares, a estes obstáculos. O ponto alto desse equívoco se dá no ciclo da borracha, em que a ganância desorganizada dos seringais acentuou as diversas deficiências que acometiam o povo do Norte. Este capítulo, junto com o da Região Sudeste, é um dos mais curtos. Mesmo que a conclusão seja que esta região permanece como uma zona endêmica de fome, é no Nordeste que sua reflexão sobre esta questão se aprofunda e alcança uma razão exemplar do fenômeno – são estas partes que interessam mais detidamente ao nosso trabalho.

O Nordeste açucareiro é emblemático quanto ao quesito da influência de escolhas econômicas que interferem na composição nutricional de um povo. O latifúndio açucareiro da

monocultura da cana, se aproveitando dos terrenos ricos de massapê, acabou por restringir a oferta de alimentos importantes. A isso se soma a exploração desmedida dos agricultores que, como no inquérito de 1932, recebem o básico apenas para manter as necessidades. Em toda a história de desenvolvimento da cana, que vai desde a origem do plantio até as instalações das usinas no início do século XX, a monocultura prevalece. O produto, voltado à exportação, termina por marginalizar a alternativa da policultura, necessária à população local. Esse desequilíbrio da “monocultura como grave doença da economia agrária” (CASTRO, 1980, p. 126) só não foi pior devido à criatividade alimentar do negro. Foi graças a ele que a permanência de cultura de leguminosas tornou-se bastante vantajosa. Já o índio pouco interferiu nesta dieta, trazendo, sobretudo a mandioca, que tornada farinha tem fraco valor nutricional, servindo mais para enganar a fome. O branco seria aquele que, na figura do senhor de engenho, também se tornaria mal alimentado pelo excesso de açúcar, causando surtos de diabetes, e de carboidratos. Os brancos ainda reservavam as frutas plantadas no quintal para si, deixando aos campônios uma dieta pobre em sais minerais. É interessante, nesta parte, a aplicação da democracia racial de Freyre como fator explicativo das origens da base alimentar da região. Porém, é acentuado o desequilíbrio desse processo e como a desigualdade latifundiária trouxe a decadência alimentar à região. A imagem do posseiro amarelo pela anemia<sup>61</sup> e com o ventre inchado, devido à hidrólise causada pela falta de proteína, tão rica à literatura, seria um dos exemplos da fome crônica que assola a região há séculos.

O Recife, por ser a maior cidade do Nordeste de então, é mostrada como o desenvolvimento exemplar da epopeia da fome da zona litorânea. Dos seus 700 mil habitantes, 230 mil moravam em mocambos. Essas moradias precárias, como vimos desde o *Documentário*, são o símbolo da urgência da questão social. Esta outra cidade dentro da cidade, que Castro – utilizando um texto de Mário Lacerda de Mello – chamou de “Mocambópolis”, é analisada detidamente. Sua origem remetia às diversas levas de emigrantes da Zona da Mata e Sertão que não conseguiam se estabelecer na nova metrópole. A marginalização seria, antes de uma escolha, uma necessidade. Para traçar as linhas gerais de sua nutrição, é sublinhada a falta, pelo salário de fome dos operários, de comidas básicas como carne, leite e ovos. A consequência disto é uma insuficiência calórica que reduz a produtividade do trabalhador da região e pode ser vista, inclusive, no emprego da mão de obra

---

<sup>61</sup> A falta de ferro na alimentação brejeira e canavieira trazia consigo práticas singulares como a geofagia, que seria o hábito de suprimir essa falta pelo consumo de terra e barro.

escrava<sup>62</sup>. É daí que viria um dos preconceitos clássicos a respeito do povo nordestino. As doenças também proliferavam: tanto as ligadas à higiene, pela falta de saneamento, quanto as advindas da carência alimentar, como as avitaminoses e a tuberculose. Como já vimos, às doenças se somavam a altíssima mortalidade infantil, que decaía muito a expectativa de vida da região. Para sobreviver a essa política da escassez só restava aos moradores periféricos do Recife a alimentação da fauna aquática do rio<sup>63</sup>. Esta é, na figura dos crustáceos, o único salva-vidas proteico perante à inanição potencial.

No capítulo que trata da fome no Sertão, a descrição geográfica de Josué de Castro alcança sua maior extensão. O clima semiárido com secas sazonais e sua flora xerófita são o pano de fundo para a miséria humana. Dentre as três áreas, a catinga – as outras são o Agreste e o Alto Sertão – é a que apresenta de modo mais acentuado a tragédia da fome. Nela existem as “epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito” (CASTRO, 1980, p. 175). A natureza sertaneja não apresenta uma riqueza abrangente o suficiente para sustentar o povo na época de penúria. As frutas são poucas e as leguminosas, escassas em comparação com o Nordeste litorâneo<sup>64</sup>. A fauna, excetuando os pássaros, também é reduzida. Nas épocas de maiores penúrias, o sertanejo se vale das “frutas brabas”, uma mistura de raízes, plantas arbustivas e

---

<sup>62</sup> Apesar de utilizar em diversos momentos o arcabouço freyriano é interessante uma passagem bastante crítica a este no que diz respeito à base nutricional do escravo: “A rigor, o sociólogo não deveria escrever ‘os mais bem alimentados’, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. [...] Porque a verdade é que esta ignorância lapidar daria para reprovar qualquer aluno secundário que estivesse fazendo um exame de história natural, de química, ou mesmo de economia doméstica” (CASTRO, 1980). Essa passagem que diz respeito da confusão de Freyre entre o que significa proteínas e abominas é marcante de uma controvérsia dentro do campo científico daquele que, procurando se firmar, desqualifica seu antecessor. Esta se dá pelo conflito do lugar social dos dois intelectuais. Josué é um dos partícipes da geração que fundou as universidades brasileiras – USP e Universidade Nacional – defendendo assim uma nova concepção científica. Esse novo lugar institucional era avesso a certa característica ensaística que predominava nas gerações anteriores. Esse conflito pode ser visto de maneira interessante no livro *Destinos Mistos*, de Heloisa Pontes, sobre a formação do grupo intelectual da revista *Clima*, muito destes partícipes da renovação universitária.

<sup>63</sup> Ao comparar a utilização dos rios do Recife com os dos engenhos, Castro destaca que o motivo da sua não utilização é pela destruição ambiental provocada pelas usinas. É mostrado ainda o papel do desmatamento da mata atlântica para o empobrecimento da terra e, por consequência, o enfraquecimento da matriz alimentar. Esses destaques a respeito da preservação da natureza, mesmo que visando um melhor aproveitamento nutricional humano, faz com que as leituras contemporâneas destaquem o pioneirismo do geógrafo nas pautas ambientais.

<sup>64</sup> É interessante a crítica que o autor faz a Euclides da Cunha e suas descrições, que considera exageradas, a respeito dos rios sazonais e da flora sertaneja. Diz que este é “antes de tudo um poeta” (CASTRO, 1980, p. 182). É interessante o registro de separação entre uma prática científica, considerada factual e institucionalizada, de outra que, perdendo seu caráter de objetividade, para o autor se torna obra da imaginação poética. Como já pontuamos, mesmo que a obra de Castro participe do que poderemos chamar de um projeto estético da descrição da fome, em mais de uma ocasião é feita a separação entre as duas práticas.

sementes. Muitas são consideradas venenosas pelos sintomas como diarreia, que surge em quem as ingere. É interessante que Castro, desde o *Documentário*, questiona com bases científicas, essa prática popular. Na verdade, muitas dessas frutas, somadas a uma dieta saudável, não são tóxicas, porém ricas em minerais e cálcio. É o caso da mucunã que, com frequência, é apresentada como uma fruta nativa que, bem acompanhada, poderia participar da mesa do nortista.

Um dado curioso é que, dispensando esse quadro dos obstáculos naturais e iniciais, é apresentado outro ponto de vista da alimentação sertaneja. Com a proibição colonial da pecuária no litoral devido aos problemas com a cana, foi no Sertão que esta prática melhor se desenvolveu, tendo destaque os currais do Rio São Francisco. Essa cultura trouxe uma diversidade proteica para a dieta local. Alimentos que sozinhos seriam considerados pobres, como o milho, ao se combinarem com o leite, na forma do cuscuz, passam a ser boas fontes de energia. Assim também é a rapadura ou tapioca com queijo, a batata e as carnes secas. Os folcloristas do início do século XX, como Câmara Cascudo, com certa empolgação chegavam a batizar o Sertão como civilização do couro. Essa descrição visava mostrar que, em períodos de chuvas, a carta alimentar do sertanejo era suficiente para sua manutenção fisiológica, ao contrário de outras regiões. O autor compara o vaqueiro apolíneo e atlético ao trabalhador do canavial amarelo e letárgico. Para ilustrar essa fartura sertaneja no imaginário popular, marcado por São Saruê, a terra do leite e mel, é citado um poema de improviso, presente no livro *Vaqueiros e Cantadores*, de Cascudo: “Quando o inverno é constante/ o sertão é terra santa;/ quem vive da agricultura/ tem muito tudo que planta/ a fartura e boa safra,/ todo pobre pinta manta” (CASTRO, 1980, p. 216). É importante essa dualidade descritiva, pois o autor começa construir a noção de que o problema das secas não é apenas um cataclismo natural, mas uma escolha política.

Mostrando essas duas faces do Sertão, o geógrafo questiona de onde vem a associação imediata entre essa região e as imagens terríveis da miséria. Para responder, é preciso ir à história das secas, atentando para as consequências sociais, biológicas e subjetivas que formaram os cenários da fome. Na de 1877-79, para citar como exemplo uma das mais fortes, morreram aproximadamente 500.000 pessoas, o que equivalia a 50% da população, porém destaca que nas outras secas não é comum a mortandade subir os 33% da população total (CASTRO, 1964). Elas aparecem como a “magreza aterradora, exibindo fáceis chupadas, secas, mirradas, com os olhos embutidos dentro de órbitas fundas” (CASTRO, 1980, p. 229) e as consequências fisiológicas, algumas já citadas, de doenças que se tornam propícias pelo

declínio do organismo. Surgem as endemias da fome, sobretudo nas crianças, em que no corpo esqualido desponta um ventre inchado pela falta de proteínas. As síndromes diarreicas acelera a morte tanto quanto acentua o odor forte que habitava os campos de concentração pública dos doentes. A cegueira, tifo, boubá e tuberculose são outras doenças que minguavam aos poucos os sertanejos. Diante de grande calamidade alimentar só restava a este último o retiro.

Sobre isso, alguns escritores formularam fortes percepções, como Tomás Pompeu, Rodolfo Teófilo e Alceu Lellis. O roçado repartido, a procissão cadavérica dos flagelados e como o “pasto seco se esfarinha pelos ventos de fogo” (CASTRO, 1980, p. 219) vem das suas penas. Porém o autor deixa um comentário mais alongado para o *Quinze*, de Rachel de Queiroz, que tratando da seca de 1915, no qual soma a miséria orgânica à miséria moral que acomete o sertanejo. Para o autor, devido à sua complexa abordagem do problema da seca, valeria assim como Freud fez com *Gradiva* de Jensen, “arrancar-se da sua textura os elementos interpretativos de uma psicanálise dos flagelados da seca” (CASTRO, 1980, p. 229). O terror da sequidão é mostrado então como um duplo subjetivo e social<sup>65</sup>, no qual a imagem do retirante fugindo da fome termina por sair de sua própria humanidade, como na descrição a seguir:

Assim, esgotadas as suas esperanças e reservas alimentares de toda ordem, iniciam os sertanejos a retirada, despejados do Sertão pelo flagelo implacável. Sem água e sem alimentos, começa o terrível êxodo. Pelas estradas poeirentas e pedregosas ondulam as intermináveis filas dos retirantes “como se fossem uma centopeia humana”. Homens, mulheres e crianças, todos esqueléticos, “deformados pelas perturbações tróficas, com a pele enegrecida colada às longas ossaturas, desfibrados e fétidos pelo efeito da autofagia”. (CASTRO, 1980)

Essas representações potentes e sombrias da fome eram acompanhadas, como vimos no capítulo passado, do estabelecimento de uma nova demanda social para a ciência, que terá o papel de, partindo de potências exteriores, medir o grau de legitimidade de determinada prática intelectual. No contexto que analisamos, significa o seguinte: mostrar os problemas advindos da miséria é um primeiro passo, para Castro o mais fundamental, da sua superação.

---

<sup>65</sup> Uma das passagens mais impressionantes sobre essa relação entre a experiência coletiva e individual da fome é a especulação a respeito de dois tipos sociais característicos do Sertão que seriam o cangaceiro e o beato. A fome é apresentada como um fator de modificações profundas na mentalidade humana, mudando seu comportamento e levando a condutas das mais desconcertantes. Os instintos do homem esfomeado se elevam. Para tanto, o autor faz uma análise comparativa com outras espécies que, na seca, tornam-se mais agressivas como as cascavéis e morcegos. Porém, como o homem é um animal cultural, esse tipo de transformação biológica da fome se revela socialmente. É daí que a figura do cangaceiro e do beato fanático servem como extrapolações das tensões dos homens miseráveis. São tanto um fruto da fome quanto uma revolta contra ela. Para comprovar esse argumento, vale-se mais uma vez do método comparativo, ao mostrar, por exemplo, como na Polinésia os surtos de fome eram acompanhados de novos hábitos religiosos e práticas de violência.

O conhecimento, neste sentido, trazia implícita a necessidade da ação. De resolver, com urgência, uma questão moral e política aterradora. Assim, o documentário geográfico da fome tinha como objetivo, segundo o autor: “servir como instrumento de informação para todos aqueles que desejem formular uma política econômica para o Nordeste, capaz de libertá-lo dessas taras ancestrais” (CASTRO, 1980, p. 259). Para tanto, deveria abrir mão de certas ilusões, como a do cataclismo absoluto da seca. Castro defendeu em várias passagens que o motivo da fome era social, vindo do pauperismo da população e de sua exclusão dos meios produtivos e culturais do país. Resolvido isto, seria possível passar pelos obstáculos naturais sem recair no drama da fome. Assim, pontuava que a luta pela superação da fome era um combate contra a arcaica estrutura agrária visando um novo desenvolvimento. Estas questões serão vistas com maior cuidado no capítulo seguinte, pois esses argumentos ficarão mais bem desenvolvidos por este autor no decorrer dos anos de 1950 e no final dos anos de 1960. De todo modo, já se arquiteta um modelo de ação que precisa de uma maneira particular do engajamento do Estado. Porém, parte também de um ativismo do povo que, tomando consciência dos seus problemas, será o verdadeiro motor da sua solução. Esta resolução pela política fica clara em um prefácio tardio do ano de 1960, quando o autor escreve:

Enquanto alguns apregoam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos. Nenhuma outra missão me parece, pois, mais nobre do que a de integrar na consciência cívica do país estas populações marginais que pressentem os perigos e as angústias da hora presente, mas se sentem incapazes de agir na busca de um caminho seguro pela falta de uma visão clara de nossos problemas fundamentais. Nenhum convite poderia ser mais tentador para mim do que o de utilizar este livro como instrumento de captação do interesse do povo para solução de um dos mais graves e trágicos problemas do próprio povo: o problema da carestia da vida e das consequências funestas da subalimentação. (CASTRO, 1980)

Discorremos de forma rápida sobre construção das representações da miséria no campo intelectual brasileiro e pernambucano. Focando na figura de Josué de Castro, mostramos certos elementos do delineamento da estrutura de sentimento nacional popular. A partir deste exemplo particular, de grande influência local e internacional, visamos destacar o arcabouço de conceitos e imagens de que se valeu a obra deste geógrafo. Sobre as omissões, que sempre existirão, tentamos, mesmo que por citações, sublinhar as produções que tratavam do problema, mas em outros contextos. Daí a referência às obras de Sodré e Caio Prado. De qualquer modo, a base sensível pela qual muitos intelectuais apreenderão a miséria, sobretudo no Nordeste, está dada em Castro. A intercalação entre o novo papel do intelectual

universitário, em tensão com a retórica das formações anteriores, é visível. Porém, esse projeto científico não se esquivou de uma reflexão estética em que se mantinha um diálogo constante com a literatura, embora se apresentasse como elemento de tensão: ao mesmo tempo que creditava grande valor às obras artísticas, mantinha uma distância amparada nos novos valores científicos. Essa ambiguidade faz parte do campo intelectual brasileiro no processo de estabilização da nova lógica universitária. Uma multiplicidade de correntes podem ser percebidas no discurso castriano: desde o regionalismo freyriano até a interpretação classista marxista.

Esse amálgama muito presente nos intelectuais da década de 1950 em Pernambuco pode parecer, no mínimo, estranho. Porém, vale algumas observações. A primeira é que Freyre não era sinônimo de conservadorismo, como foi após o golpe de 1964<sup>66</sup>. Sua teoria era vista como aquela que trouxe o protagonismo, do negro e do índio, na formação nacional<sup>67</sup>. Sua própria trajetória política, como liderança local contra o Estado Novo, dava ares de progressismo a sua figura. Neste sentido, a democracia racial freyriana era desarmonizada por uma interpretação de classe. Faltavam ao negro e ao índio, que participaram da estruturação cultural da nação, participação na política. Assim, os heróis populares destes seguimentos seriam os representantes dessa nova transformação vindoura<sup>68</sup>. Caberia então a um grande

---

<sup>66</sup> Essas atitudes ambíguas de Freyre ao longo de sua trajetória evidenciam a complexa rede intelectual em torno do seu nome. Quando o sociólogo se tornou a principal figura intelectual pernambucana, sobretudo no pós-guerra, alcançando sua consagração, vários jovens letrados de diversas vertentes políticas tinham nele um introdutor no campo intelectual local. Isso coloca em evidência que a afetividade, como laço de parcerias que se estendem como respeito no campo do saber, serve como elemento constitutivo de um campo tanto quanto a competição pela hegemonia simbólica dele. Neste sentido, existe um limite na abordagem bourdieiriana que focando, sobretudo, nos aspectos competitivos do campo termina por não se aprofundar neste tipo de laço afetivo que faz com que indivíduos com hábitos e trajetórias diferentes se liguem. Um exemplo é o depoimento de Paulo Rosa – na época um jovem intelectual de esquerda do campo da educação – sobre o papel de Freyre nos anos de 1950: “Prestígio e influência que, tanto por se respaldar em uma produção indispensável para se compreender Pernambuco e o Brasil, quanto pela amplitude de sua audiência, alcançavam não apenas as elites conservadoras, mas os intelectuais de tendências ‘progressistas’. Por conseguinte, não era sem razão o respeito a Gilberto Freyre por suas contribuições no que concerne às ciências sociais, identificado inclusive entre os que discordavam de suas interpretações e atitudes políticas, assumidas na passagem dos anos 50 para 60” (ROSAS, 2001).

<sup>67</sup> Em uma passagem bem posterior à *Geografia*, vemos de modo mais evidente a leitura progressista feita por Castro da concepção da identidade miscigenada do Brasil. Assim, os índios, negros e brancos se unem, mesmo que de modo espontâneo, na resistência ao latifúndio: “No Brasil, a resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres, desprovidos de terras e desejosos de cultivá-la a seu modo, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo” (CASTRO, 1964).

<sup>68</sup> Este é o ponto de tensão entre a nossa interpretação e a de Jessé Souza. Esse autor trabalha de modo bastante crítico, como já vimos, o legado de Freyre. Porém, não demonstra com rigor as mudanças sociais da interpretação desta obra ao longo do tempo. Foca com maior destaque no Freyre conservador, que foi amplamente criticado por Florestan Fernandes. Deste modo, acaba não desenvolvendo adequadamente as várias facetas que uma trajetória intelectual tem ao longo do tempo. No seu livro *Ralé Brasileira* também não estuda com atenção o campo intelectual dos anos de 1950 que, tendo influências diversas como a interpretação freyriana, a marxista, o desenvolvimentismo etc., só aparece representado na figura de Fernandes. Essa simplificação pontual pode ser fruto do caráter didático e abrangente que a introdução do livro se propõe, porém consideramos que pelo menos uma nota explicativa dessa omissão seria fundamental.

movimento nacional popular garantir, de modo definitivo, a soberania nacional e a superação da miséria brasileira dentro de uma lógica de progresso desenvolvimentista. Nela, o país se encontrava no dilema entre o seu presente agrário e sua possibilidade como grande país industrial. As respostas foram várias. Veremos algumas delas no capítulo seguinte. Perceberemos a presença de uma questão já tratada: como superar, por qual ação, a pobreza estrutural brasileira na cidade e no campo?

### 3.2 NO VÓRTICE DA MUDANÇA: RESPOSTAS AO SUBDESENVOLVIMENTO

No pós-guerra, a situação de pobreza descrita pelos intelectuais das décadas de 1940 continuava firme na estrutura social brasileira. Quase metade da população se mantinha analfabeta. A fome endêmica ainda era tratada com políticas públicas pontuais. A seca de 1958 no nordeste confirmou que, apesar do avanço tecnológico do ocidente, o país ainda guardava a expressão mais aguda da pobreza. O êxodo rural e o motor da industrialização avançavam. Nas capitais, transformações urbanas e sociais eram alarmantes. Apesar disso, certo otimismo prevalecia. A recente conquista da democracia – mesmo destacando suas contradições<sup>69</sup> – e a vitória contra o fascismo empolgavam a vida intelectual. As universidades, como destacamos, começavam a se estruturar, de modo lento, pelas regiões do país tendo como modelo a USP e a Universidade do Brasil. Uma nova dinâmica partidária, mesmo com continuidades do Estado Novo, com partidos como o PSD, UDN, PTB e PSB se impunham. Nascentes movimentos sociais urbanos e rurais conseguiam – com muita luta – maior dinamismo e importância no palco político. O mundo letrado começava, cada vez mais, a se engajar, procurando soluções para os problemas recorrentes da recente história brasileira. Em termos culturais, seria a oportunidade de elevar o povo, mesmo com os entraves constitucionais, a um protagonismo forte dentro da nova conjuntura social. O Estado, que desde a ditadura Vargas era instado a planejar econômica e socialmente o país, se tornaria, na década de 1950, instrumento de superação da desigualdade e do atraso reinantes. Neste contexto, desde o segundo governo Vargas (1954), se fortalece um movimento dentro das ciências econômicas e nas humanas em geral. Chamado de desenvolvimentismo,<sup>70</sup> tinha como

---

<sup>69</sup> Devemos destacar que a Constituição de 1946 tinha vários limites de participação política. Citemos alguns: a proibição de analfabetos, metade da população praticamente, de votar; o controle das greves, com poder de cassação, pelo ministério do trabalho; a reforma agrária sendo possível apenas com ressarcimento em dinheiro.

<sup>70</sup> O desenvolvimentismo é um movimento intelectual complexo que marca, até o século XXI, a prática intelectual brasileira. Suas origens remetem à ditadura Vargas, que combatendo o liberalismo econômico, defendia um planejamento estatal. O termo se tornou muito presente no pós-guerra. A partir do segundo governo

linhas mestras um planejamento estatal nacionalista que pregava uma aproximação das teorias sociais com a realidade urgente do Brasil. Essa rede de intelectuais que teve grande adesão fincou-se em algumas instituições importantes, como por exemplo o ISEB<sup>71</sup> e o BNDE. De modo geral, estabelecia-se uma nova estrutura de sentimentos em que a intelectualidade deveria mergulhar no país, conhecendo suas deficiências, para então, junto com o povo, sagrar a vitória contra o subdesenvolvimento.

O Nordeste se apresentava como a região que concentrava, de modo exemplar, os problemas sociais da nação. Mostrava duas faces: o atraso econômico, que se expressava pela miséria e a ordem latifundiária, e a riqueza da cultura popular, considerada representativa de um Brasil autêntico. Pernambuco, e de modo específico o Recife – a cidade mais populosa da região, que continha aproximadamente 18% da população total – acabou por se tornar um viveiro de novas experiências políticas e culturais. Como vimos na introdução, esta cidade apresentava transformações profundas em seu desenvolvimento urbano por concentrar cada vez mais as populações advindas do campo. A isso se somam os novos movimentos sociais como as Ligas Camponesas ou político-parlamentares como a Frente do Recife que trouxeram novas questões ao ambiente político estadual. Isto atraía o interesse de vários intelectuais locais e nacionais, que partindo de suas ideias, se serviam do ambiente institucional propício para estimular o conhecimento dos problemas sociais da região. Assim, podemos destacar o

---

Vargas, de 1954, ganhou participação no Estado pela influente assessoria econômica do presidente. Representou ainda um movimento econômico que visava construir um novo arcabouço científico e institucional que desse conta da demanda social para superação do subdesenvolvimento. O caminho para isto ia contra o argumento da ortodoxia liberal predominante no país que, baseada no Princípio das Vantagens Comparativas de David Ricardo, defendia a continuidade do investimento predominante no setor agrário exportador. A saída para crescer a renda do país ao tempo que a distribuía pelo tecido social seria pela promoção do mercado interno tendo como paradigma a industrialização. Essa disputa dentro do campo econômico, além de teórica, foi institucional – lugares internacionais como a CEPAL e nacionais como o ISEB – e também política. Existiam várias correntes, como aquela que defendia que o predomínio do investimento industrial deveria ser nacional, caso de Rômulo de Almeida, ou de capitais estrangeiros, como em Roberto Campos. A figura mais conhecida do desenvolvimentismo, Celso Furtado, focava no papel da luta contra a desigualdade regional pelo desenvolvimento. Ele se tornou o primeiro superintendente da Sudene, uma experiência que visava investir em projetos de estruturação industrial no Nordeste do país. De todo modo, a historiografia econômica trata de maneira bastante profunda este tema. Se fôssemos nos aproximar dele com acuidade, necessitaríamos de um capítulo inteiro. O que focaremos então é a participação do desenvolvimentismo dentro de uma estrutura de sentimento maior, chamada nacional-popular. Para se aprofundar neste tema sugerimos ao leitor a apreciação da dissertação defendida pelo programa de pós-graduação de história pela UFPE, a ser publicada, de Lucas Souto Maior, intitulada *A luta pelo futuro: O Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)*.

<sup>71</sup> O ISEB teve como base um grupo de intelectuais que se reuniam no Rio de Janeiro, que se denominava Grupo de Itatiaia. No governo Juscelino Kubistchek ganhou o status de instituto e serviu como divulgador intelectual para as propostas de planejamento econômico do governo. Sua influência no campo intelectual foi considerável. Tinham na subdivisão de seus departamentos, além da economia, história e sociologia. Participou dele nomes como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. Na historiografia, se subdivide em duas fases: a primeira, marcada por certo ecletismo, que durou até 1958; e a segunda, de 1958 até o golpe de 1964, que partindo do debate sobre a participa o de capital estrangeiro na Petrobras acabou assumindo uma linha nacionalista e próxima do marxismo.

papel da Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Movimento de Cultura Popular, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, Departamento de Documentação e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como centros importantes de discussão e divulgação intelectual. A pobreza do estado, que se tornara calamidade nacional, tão bem acentuada na análise das obras de Josué de Castro que já tratamos, serviria como fonte de criação de soluções. São nas várias respostas, mas que bebem de uma sensibilidade comum, que analisaremos algumas das dinâmicas das práticas e discursos dos letrados.

Ao observador presente, acostumado a um campo intelectual diferente, parece interessante, nestes tempos, o apego a uma abordagem histórica da interpretação da realidade nacional. Uma parte relevante dos trabalhos das ciências humanas era escrita tendo como pano de fundo uma investigação do passado que visava melhor entender o presente. Como se partindo da história fosse possível conhecer a verdadeira identidade brasileira, camuflada nos discursos dominantes. O período colonial era considerado como berço da nossa dependência econômica e atraso cultural. Era uma herança que deveria ser combatida pelo impulso modernizador. O combate à estrutura fundiária – para muitos considerada semifeudal – e a promoção da industrialização eram as ferramentas conceituais usadas para alcançar este intento. O pós-guerra parecia se sustentar em um chamado à consciência histórica dos problemas seculares da coletividade. Sua superação, perante a velocidade dos tempos, se dava como uma tarefa urgente. Vemos isto, na conclusão da *Geografia da fome*, editada nos anos de 1960, em que Castro afirma que o desenvolvimento é uma “necessidade histórica, um imperativo ao qual não podemos fugir” (CASTRO, 1980, P. 294). Francisco Julião, em livro sobre as ligas camponesas que analisaremos logo em seguida, dizia que a reforma agrária era um processo “irreversível. É que o latifúndio está contra a história. E o camponês, no lombo dela” (JULIÃO, 1962, p. 64). Essas são apenas algumas passagens que acentuam a concepção do progresso do tempo histórico como algo necessário e que urgia a participação política.

Partindo dessa perspectiva, de uma noção de ruptura temporal<sup>72</sup>, nada melhor que iniciar a análise com o texto introdutório, escrito no calor do momento, chamado *O que são as*

---

<sup>72</sup> Uma concepção interessante de como a experiência de grandes mudanças sociais abalam determinadas ordenações do tempo está na tese numero 15 *Sobre o Conceito de História*, de Walter Benjamin. É como se, como no salto de um tigre, os revolucionários utilizassem o passado para fortalecer as intenções presentes. Como se os oprimidos do passado e do presente fosse um só. Dessa maneira, o regime a ser derrubado não era apenas político e social, mas uma forma arcaica de estruturação do mundo, de sua temporalidade. A revolução então, de modo literal, funda um novo tempo: “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é próprio às classes revolucionárias no momento da ação. A Grande Revolução introduziu um novo calendário. O dia com o qual

*Ligas camponesas?*, de Francisco Julião<sup>73</sup>. Este ensaio pretende não apenas contar uma história das Ligas, mas também tecer um estudo sobre a condição de vida do campesinato, que, em seu pauperismo, era o motor do engajamento. Começa tratando a origem histórica das Ligas no contexto das guerras camponesas alemãs. Estes trabalhadores, amparados em sua organização e em uma retórica religiosa popular, advinda da reforma protestante, formam no texto de Julião uma pré-história do movimento camponês. Por outro lado, é apresentado um paralelismo entre os barões e príncipes feudais com os coronéis e latifundiários de nossa época. Uma forma de dizer que o feudalismo deles era também o nosso (JULIÃO, 1962). Este prelúdio também apresenta alguns elementos centrais para o autor e sua militância. Um deles é a ambiguidade com a religião que, como nos primórdios alemães, servia tanto para libertar quanto alienar. Essa discussão do papel da religião no engajamento é primordial devido ao fato de que as massas camponesas das Ligas eram profundamente católicas. Ressalta então a aliança com o clero progressista que, baseado na doutrina social da igreja, poderia ajudar na conscientização dos camponeses. É interessante que, no texto, o projeto de propaganda política e convencimento ideológico é central. É ressaltado, por exemplo, o papel dos violeiros e da poesia popular como veículo de comunicação do ativismo no campo. Para uma cultura oral nordestina, eles seriam os substitutos dos jornais e rádios. Essa rica cultura popular teria, de modo ingênuo, pré-consciente<sup>74</sup>, fatores insurrecionais que advinham da

---

começa um novo calendário funciona como um acelerador histórico. No fundo, é o mesmo dia que retorna sempre sob a forma dos dias feriados, que são os dias da reminiscência. Assim, os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica da qual não parece mais haver na Europa, há cem anos, o mínimo vestígio. A Revolução de julho registrou ainda um incidente em que essa consciência se manifestou. Terminado o primeiro dia de combate, verificou-se que em vários bairros de Paris, independentes uns dos outros e na mesma hora, foram disparados tiros contra os relógios localizados nas torres” (BENJAMIN, 1985).

<sup>73</sup> Julião nasceu em Pernambuco no ano de 1915. Foi advogado e deputado e ganhou notoriedade como liderança política das Ligas Camponesas, sendo seu presidente de honra desde 1958. Sua aproximação com as Ligas se deu a partir da procura dos camponeses do Engenho Galileia, que buscavam sua ajuda política na época em que era deputado estadual pelo PSB, e contatos na capital. Neste momento, iniciou sua trajetória como um dos porta-vozes e articulista deste movimento. Publicou vários livros e panfletos em que podemos destacar *Cachaça*, de 1951, e *Meu irmão juazeiro*, de 1961. Foi exilado no México após o golpe de 1964, retornando na redemocratização para retomar sua carreira política. Malograda esta tentativa, retornou ao México onde faleceu em 1999.

<sup>74</sup> Esta perspectiva está de acordo com a interpretação advinda do marxismo clássico. Nela, o proletariado teria de início uma consciência limitada de sua condição material dentro do capitalismo, chamada de em si, pois advinha de modo imediato de sua experiência de classe e seu consequente antagonismo com a burguesia. Esta apenas alcançava uma consistência maior quando tornava para si, ou seja, quando tinha consciência de seu papel histórico dentro da transformação do sistema capitalista. Especificamente para o marxismo-leninismo, grosso modo, os intelectuais proletários tinham destaque especial na passagem desses dois estágios de consciência.

situação de pobreza dos camponeses<sup>75</sup>. Porém, para alcançar seu estado pleno, era necessário a propaganda advinda dos militantes, que o livro clama no início:

Temos de desbravar, por assim dizer, a consciência das massas, que é uma floresta densa, conquistando-a palmo a palmo, com os riscos naturais, os imprevistos e as surpresas de quem se arroja a um empreendimento desse porte, para depositar nessa terra fecunda e generosa a semente das ideias. A hora é de convocação, de chamamento de todos para o trabalho comum. Os projetos, os planos, a melhor maneira de se atingir o objetivo que nos congrega, isso quem vai ditar não somos nós, mas o povo, a massa, rica de ensinamentos, inesgotável em criação e sabedoria acumulada durante gerações. Confiemos no povo. Integremo-nos na massa. Não bastam as boas intenções porque de boas intenções, como se diz a sabedoria popular, está cheio o inferno. É preciso arrojo. Impõe-se que nos convençamos de uma coisa: a sociedade brasileira está com a estrebaria de augias. Convoquemos Hércules – e Hércules é a imagem do povo – para remover o entulho, edificando uma nova sociedade, uma outra civilização, uma humanidade em que haja humanismo. (JULIÃO, 1962)

Paralelo a este chamado à conscientização política, é elaborada a condição social que o alimentaria. Algumas dessas imagens estão de acordo com as convenções estéticas e sociológicas que remetem a Josué de Castro. Neste sentido, a desumanização do camponês que o coloca em um estado vegetal. Assim seria uma missão “tirá-lo do seu confinamento, da sua condição fitológica” (JULIÃO, 1962, p. 11) para restabelecer sua dignidade. Sua sina seria: “trabalhas de sol a sol. E de domingo a domingo. Morres antes do tempo, de fome. Cansado. Roído pelos vermes. Tua carta de ABC é a enxada. Teu repouso é o chão de hospital. Teu instituto é a cadeia. Tua aposentadoria é o cemitério” (JULIÃO, 1962, p. 73). Essas construções exaltadas fazem parte do estilo do autor, que escreveu vários panfletos, como o *ABC do camponês*, no qual sua verve estética é voltada ao convencimento do leitor humilde.

Todavia, o livro não se reduz a estas construções retóricas. Também são apresentados dados concretos da situação dos homens do campo. O analfabetismo entre eles supera em muito o da cidade, chegando em certas regiões a alcançar 97% da população – como no caso do município de Bom Jardim, terra natal de Julião, que contava com 90% de iletrados. A realidade salarial, caso não fosse foreiro, não ficava para trás. A média salarial era entre 20 e 30 cruzeiros diários muito baixa se comparada aos 300 cruzeiros diários que um trabalhador

---

<sup>75</sup> Esta concepção da rebelião popular como uma revolução não amadurecida é muito comum nos autores da época e ganhariam grande potência na década de 1960, como nessa passagem: “Os episódios de Canudos, Juazeiro, Caldeirão, Pedra Bonita e várias outras rebeliões locais, intempestivas e esporádicas, não são como muitos pensam, fenômenos extra-históricos, mas expressão bem significativa da história do colonialismo feudal. O cangaceirismo, que grassou como terror endêmico da região, e estas epidemias de delírio místico e de ódio destrutivo não passam de expressões desordenadas e descoordenadas do sentimento latente de revolta de populações encurraladas como um gado dentro de uma cerca sem pasto: o regime latifundiário feudal.” (CASTRO, 1964).

deveria ganhar para alcançar o valor do salário mínimo da época. A isto se adiciona os diversos relatos de violência policial contra os campônios que começavam a se organizar.

Um dos objetivos do livro é identificar a base desta hecatombe social que seria a propriedade latifundiária. A saída era uma reforma agrária profunda. Isso quer dizer que, percebendo os limites da proposição constitucional, da reforma pelo ressarcimento financeiro, é proposto a tomada da terra tendo como contrapartida ações do tesouro público. A reforma agrária então seria o antídoto para concentração de renda no campo – segundo um dado de Castro, 3% dos proprietários do Nordeste tinham 50% de posse das terras no ano de 1958 – e a chave para a libertação nacional. Dessa maneira, o livro baseado na experiência das Ligas, vista na introdução, apresenta um método de organização política<sup>76</sup> que se propõe eficiente: seria a integração entre os camponeses organizados com o poder político e jurídico da capital que, distantes do latifúndio, conseguiriam se opor com firmeza ao seu poder dominador. Portanto, uma das respostas seria uma reforma de caráter político, encarnada na reforma agrária, que se tornou um paradigma tanto quanto um grito de guerra de toda esta época.

Para apresentarmos uma visão alternativa, com forte teor moderado a respeito da reforma agrária, podemos citar o jornalista e escritor Godin da Fonseca<sup>77</sup>. Apesar de não estar inserido no campo intelectual pernambucano, sua importância é tal no período do pós-guerra que vale salientar algumas de suas ideias como valor representativo. Para se ter uma ideia, o livro do qual nós trataremos, *A miséria é nossa*, ganhou 10 edições de 1961 a 1963. No total, seus livros de 1950 a 1965 venderam um milhão de exemplares<sup>78</sup>. Sua concepção extremamente nacionalista defendia que a culpa de nossa pobreza extrema era de nossa relação de dependência econômica com os Estados Unidos. Essa visão, influenciada pela descolonização e pelo terceiro-mundismo, se estruturava em um forte antiamericanismo e

---

<sup>76</sup> Seria baseada em uma comissão jurídica, que daria apoio legal às Ligas, e uma política, que junto de lideranças progressistas ajudaria o movimento social a pressionar o poder público. É mostrado também como se deveria constituir a legislação da Liga com as leis de sua democracia interna. Por fim, estabelece um debate comparativo instigante sobre as diferenças entre a organização civil das Ligas com as associações trabalhistas pautadas no sindicato rural. As primeiras seriam preponderantes devido a várias vantagens, desde jurídicas – a facilidade de uso do direito civil se comparado ao trabalhista – até materiais – como a melhor condição financeira dos posseiros e foreiros se comparado aos assalariados.

<sup>77</sup> Outros livros famosos de sua autoria foram *Que sabe você sobre o petróleo?* e *Machado de Assis e o Hipopótamo*. Sua influência ficou circunscrita ao pós-guerra, perdendo bastante visibilidade no decorrer da ditadura militar. Fazia parte, de modo geral, de uma tradição que ganhou bastante fôlego na democracia populista do pós-guerra que seria a do jornalismo de polêmica. Nesta prática cultural era comum travarem em jornais de grande circulação debates acirrados sobre temas públicos. Em termos de curiosidade, realçando seu caráter cômico e provocativo, são interessantes os apelidos que Godin dava aos seus desafetos, como: Gordinho Sinistro, Jabuti da Mamãe e Jumentécnico, este último endereçado a Josué de Castro.

<sup>78</sup> Informações retiradas do artigo: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/23/na-galeria-dos-esquecidos-gondin-da-fonseca/>. Acessado pela última vez em 01/02/2019.

defesa do planejamento estatal. A chave principal de sua leitura passava pela autonomia energética oriunda do monopólio estatal da Petrobrás. Para tanto, mantê-la nas mãos do Estado era a chave da soberania nacional, mas também do fomento de um aumento de renda nacional, combatendo a pobreza. Sua concepção de reforma agrária se propunha a deixar intocados os latifúndios produtivos, devido aos capitais investidos que poderiam se perder com a mudança para minifúndios. Sua proposta era uma reforma em que latifúndio improdutivos, sob administração do Estado, seriam entregues para o trabalho coletivo de camponeses e técnicos selecionados. Os latifúndios improdutivos não viriam apenas do setor privado, mas também de terras do Estado que não estivessem sendo utilizadas. Esta concepção moderada, com certa influência das propriedades coletivas chinesas, conciliava a propriedade comum da terra, estatismo e o latifúndio exportador. Esse é um exemplo de como a questão agrária, que no futuro seria simbolizada pelo radicalismo de Julião, fazia parte do léxico político obrigatória daqueles que pensavam as reformas nacionais.

Um trabalho clássico que traz densidade histórica e conceitual à luta contra o subdesenvolvimento é *A formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado,<sup>79</sup> publicado em 1958. Este livro significou, na carreira do economista, uma síntese de problemas que ele vinha trabalhando na CEPAL e no departamento de desenvolvimento regional do BNDE. Teve como consequência uma base importante de prestígio científico necessário à elevação de sua trajetória como planejador econômico, que alcançou seu ápice quando se tornou o superintendente da Sudene em 1959. O livro traz uma interpretação duradoura da história nacional. Veremos alguns de seus pontos a seguir, ressaltando o seu sentido para o período que estudamos.

Começando pelo período colonial, o livro trata da dicotomia entre a colonização de exportação, que tinha como símbolo o nordeste açucareiro, e a de povoamento, que seriam simbolizadas pelas Treze Colônias (EUA). Estas estabeleceram, desde cedo, uma sofisticada e independente estrutura comercial em que houve uma maior distribuição de renda. Isto principalmente se compararmos com o latifúndio exportador, que tendia a concentrar a renda na mão de um núcleo restrito de senhores. Essa característica história trouxe vantagens relativas às colônias do Norte, que conseguiram estruturar um mercado consumidor

---

<sup>79</sup> Celso Furtado nasceu em 1920 na Paraíba. Fez os estudos secundários no Ginásio Pernambucano de Recife. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Serviu as forças expedicionárias brasileiras na Itália. Começou seu doutorado em economia pela Sorbone em 1946. Em 1949, integrou a CEPAL. Foi um dos formuladores da SUDENE e seu primeiro superintendente em 1959. Esteve na primeira lista de exilados no golpe de 1964. Foi professor durante 20 anos do curso de Economia do Desenvolvimento, da Sorbone. Filiou-se ao PMDB em 1981, sendo ministro da cultura do governo Sarney. Faleceu no Rio de Janeiro em 2004.

importante para a futura industrialização. Essa discrepância aumenta com a decadência do preço do açúcar, causada, entre outros fatores, com a concorrência holandesa nas Antilhas após a restauração pernambucana. O Nordeste, como região exportadora do produto, ficaria à mercê dos preços internacionais e com capacidade limitada de expansão. Isto se devia ao fato de que a procura de produtos primários tendia a ser inelástica, em que o preço tenderia a sofrer interferência mais por processos geopolíticos, como guerras e crises.

O Nordeste representava, economicamente, duas proposições: a monocultura exportadora estagnada e a criação pecuária de baixa produtividade para o mercado externo. Apesar do surto do ouro de Minas Gerais e sua dinamização econômica, este de fato se tornou um elemento do sistema mundial do comércio inglês pelos acordos entre a Inglaterra e Portugal, que trocavam garantias políticas do primeiro por vantagens comerciais. Este tipo de vínculo iria persistir em nossa independência política até o fim dos tratados no ano de 1847. O importante desta leitura é a perspectiva de realçar as raízes coloniais<sup>80</sup> do atraso de certas regiões como o Nordeste. E depois os motivos de certa tendência nacional à dependência econômica com fatores externos, primeiro de Portugal e depois da Inglaterra. Assim afirma: “sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada às economias europeias das quais dependiam. Não constituía, portanto, um sistema autônomo sendo simples prolongamento de outros maiores” (FURTADO, 2007, p. 144). Esta análise daria uma resposta às ânsias de identificar as bases estruturais, a grande continuidade dos problemas do país. É um jogo argumentativo que dá consistência histórica a muitas das proposições desenvolvimentistas.

O estudo alcança um novo patamar quando começa o exame da estruturação da produção cafeeira. Além de elevar a renda nacional, mesmo que concentrado no Centro-Sul, o café foi um importante dinamizador do mercado externo. A transição da mão de obra escrava para a de imigrantes livres representou, com o tempo, uma maior distribuição de renda do comércio exterior. Tratando da abolição e comparando-a à reforma agrária, argumenta que esta última não representa uma perda ou aumento da riqueza, mas de uma redistribuição da propriedade e da reorganização dos investimentos e fatores econômicos. Seria então uma reforma mais de caráter político do que econômico.

---

<sup>80</sup> O autor não era adepto da teoria da feudalização de partes da economia brasileira. Argumentava que o feudalismo era marcado por uma economia de tipo natural que não poderia ser comparada a economia altamente monetizada da colônia. Essa monetarização, se bem que não se desse na dinâmica do tecido social, se formava nas trocas internacionais.

Podemos destacar três elementos centrais para a estrutura de desenvolvimento do período no decorrer desse momento de análise do livro. O primeiro seria o da importância do Estado como planejador da economia. Comenta que o governo foi fundamental no desenvolvimento americano, apresentado em vários momentos como um exemplo paradigmático de sucesso no processo de industrialização (FURTADO, 2007). O segundo aspecto seria uma crítica à ortodoxia liberal, que distante da realidade nacional, carente de dados empíricos, se espantava com a incontrolável dinâmica econômica do país. O exemplo é dado na tentativa de, devido à estagnação da demanda do café no início do século XX, arranjar soluções partindo de uma política monetária, em que se aplicava o receituário europeu em um contexto brasileiro. A consequência disso foi a construção de um corpo de doutrina que quando se confrontava com a realidade acabava salientando, com espanto, as distorções com o modelo que valia de base. Essa prática idealista estava distante de uma ciência crítica que pudesse dar conta dos problemas reais.

O último elemento aponta que foi a partir do desajuste da economia cafeeira que o mercado interno, acompanhado da industrialização, teve cada vez mais relevância nacional. Com o fortalecimento desta tendência houve um conflito com a estrutura econômica agrária dominante. Esse processo de transformação, em termos sociais, não foi estável e trouxe insegurança a vários setores da sociedade. Porém, esse seria o preço a pagar a curto prazo pela mudança, da transformação do Sudeste em centro industrial. Essa noção de que, na urgência pela industrialização, era comum abalar certos setores da sociedade e fragilizar outros, como os camponeses, estava muito presente na concepção de desenvolvimento da época.

Ao contrário de Castro e Julião, não observamos neste trabalho de Furtado as descrições da condição de vida de certas camadas da população brasileira. No entanto, era como se esta condição, a precariedade da vida, estivesse implícita em termos econômicos. Quando compara, por exemplo, a renda do Sudeste com a do Nordeste, o primeiro sendo 4,7 vezes maior, indica um grau alarmante de desigualdade. De mesma forma, quando coloca o poder de compra da economia nordestina ao lado da das outras regiões, mostra que essa baixa se dá pelos salários diminutos que essa região, em seus arcaísmos, possui. No espírito do parágrafo acima é tecido um projeto em que é necessária uma nova ciência, implicada no real, com a ação política, planejamento, que não meça esforços para alcançar a industrialização.

No trabalho de outro economista da época, Paul Singer, que já mencionamos na introdução, estuda-se a relação entre desenvolvimento urbano e a economia na cidade do

Recife. É apresentado o modo como a Sudene, apesar das críticas<sup>81</sup>, conseguiria aproveitar os altos índices de desemprego e subemprego – 31% da população segundo seu estudo – da capital no projeto de industrialização. Com os empregos gerados, seria superado o inchaço populacional da metrópole, marcada pela cidade dos mocambos, e se dinamizaria o mercado local ainda preso nas dinâmicas coloniais exportadoras (SINGER, 1977). Fundada a Sudene, foi em Pernambuco que se concentrou a maioria dos investimentos, com 57,7 bilhões aplicados em 38 projetos. A resposta industrialista ao subdesenvolvimento é somada, em Furtado, a uma crítica à desigualdade regional. Apenas trazendo um equilíbrio econômico entre as regiões seria possível, a partir do fomento pelo Estado, superar o pauperismo e seus riscos políticos. Isto significa não apenas um projeto de estabilização local, mas um projeto de superação nacional do subdesenvolvimento, o alcance da soberania e independência econômica pela indústria. Desse modo, no prognóstico do futuro na *Formação*, dos passos a serem dados, coloca Furtado:

A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século. A articulação significou, simplesmente, desviar para os mercados da região cafeeira-industrial produtos que antes se colocavam no exterior. Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional. À medida que se chegar a captar a essência desse problema, se irão eliminando certas suspeitas como essa de que o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento do desenvolvimento de outras. A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do Sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região Sul, através de cartelização da economia açucareira, prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras. (FURTADO, 2017)

A partir da análise feita até agora, é perceptível que se desenhavam duas respostas que, mesmo tendo elementos parecidos e caminharem juntas muitas vezes, apresentavam soluções diferentes para o problema da miséria. A industrialização e a reforma agrária tinham em comum o ataque ao arcaísmo colonial/feudal. Portanto, uma ruptura histórica dependia do engajamento intelectual para ativar no povo e no poder público o espírito da mudança.

---

<sup>81</sup> As críticas que Singer faz à Sudene dizem respeito ao excessivo investimento estatal se comparado a contrapartida privada. Por exemplo, nos projetos prioritários, o Estado chega a subsidiar por meio de benefícios no imposto de renda, 90% do valor do empreendimento. Para o autor, se a maior parte do investimento é estatal deveria, portanto, abrir mão da empresa privada e criar estatais para gerir o projeto. É isto ou se deveria buscar um equilíbrio melhor entre iniciativa pública e privada.

Porém, existiam conflitos. Por exemplo: para a industrialização ser eficiente era necessário fortalecer o êxodo rural, criando uma mão de obra de reserva industrial consistente. Ao invés disso, a reforma agrária defendia a estabilização de parte dos trabalhadores no campo em pequenas propriedades. Para Josué de Castro, esse dilema do pão ou do aço deveria ser resolvido por um caminho intermediário, que seria atentar para a produtividade rural com a incorporação de tecnologia do campo. Ao mesmo tempo em que avançaria a reforma agrária, as pequenas propriedades, com apoio do governo, participariam dessa nova revolução agrícola. Neste sentido, a alta produtividade rural não contrastaria com a reforma industrial. Isto seria necessário para criar uma base de segurança alimentar para o processo de industrialização. Este último, segundo alguns economistas, deveria se dar de modo rápido, causando desconforto em determinadas camadas sociais, que pagariam o preço do progresso, para somente depois alcançar um equilíbrio no sistema. Para Castro, esse argumento jogava de modo perigoso com as tensões sociais. Por isso, o sacrifício industrial deveria ser mitigado com uma gestão racional e moderna da agricultura. Só assim se resolveria o desequilíbrio entre o campo e a cidade. O esforço do combate à pobreza seria repartido entre todas as classes, para toda a sociedade (CASTRO, 1980).

O projeto de fundação de um novo país que se impunha para grande parte da geração do pós-guerra também significava a criação de um novo tipo de homem. Uma nova mentalidade que fosse compatível com a democracia e o progresso industrial. Que conseguisse, a partir de si mesmo, se apoderar de sua condição para, então, superá-la. Poucos promoveram tão bem essa concepção quanto Paulo Freire<sup>82</sup> no seu livro de estreia *Educação e atualidade brasileira*, de 1959. A obra foi apresentada como trabalho de disputa para a cátedra de história e filosofia da educação da UFPE. Nesta época, o pedagogo ainda não tinha passado pela experiência de Angicos e da coordenação do programa de alfabetização de adultos nacional, muito menos era o intelectual conhecido no mundo todo. Não obstante, algumas de suas ideias já estariam formuladas dentro deste trabalho inicial.

---

<sup>82</sup> Paulo Freire nasceu em 1921 no Recife. Entrou na Universidade do Recife em 1943 na graduação de direito. Nos anos de 1950, teve experiências educacionais com o projeto de extensão do SENAC Pernambuco, onde começou várias de suas experiências como docente. Foi professor da Universidade Federal de Pernambuco, onde em 1961 coordenou o seu projeto de extensão. Realizou, nesta época, sua experiência com alfabetização popular que ocasionou na experiência de Angicos e na sua ligação com o MCP. Foi o coordenador do Plano Nacional de Alfabetização, consolidando o que ficou conhecido como Método Paulo Freire. Estava na primeira lista de exilados, sendo exonerado da universidade. Em 1968 escreveu o seu mais famoso livro: *A pedagogia do oprimido*. No exílio, trabalhou para o departamento de educação do Chile, deu cursos em Harvard e Cambridge e morou em Genebra, na Suíça. Na redemocratização, foi um dos fundadores e se filiou ao Partido dos Trabalhadores. É um dos pedagogos mais lidos e discutidos do mundo. Morreu em 1999 em São Paulo.

O argumento central do livro é que o sistema educacional de uma sociedade tem que estar em ligação orgânica com a sua realidade. Neste sentido, é preciso construir um processo autêntico que esteja de acordo com a atualidade política, econômica e cultural do país. Para o autor, esta última estaria em um momento de trânsito entre uma economia dependente e agrária para uma economia independente e soberana. E de uma sociedade autoritária para uma plasticamente democrática. Para embasar essa argumentação, o autor se vale de autores tradicionais como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Werneck Sodré. Porém, também utiliza as mais recentes publicações do ISEB<sup>83</sup>. Dando continuidade, defende que a realidade nacional se define pela antinomia entre sua inexperiência democrática, fundada na dependência econômica, e a entrada do povo na vida publica<sup>84</sup>, estruturada na industrialização. Neste processo de mudança, o povo   instado a sair de uma consciência passiva, chamada de intransitiva, para uma ativa, que   a transitiva ingênua. A consciência, para Freire – muito próximo da fenomenologia existencialista – se arquiteta na relação do homem com sua circunstância, da capacidade do homem ser sujeito de si mesmo a partir da compreensão do seu arredor. A intransitividade seria um estado, mais uma vez, quase vegetal da ação humana, na qual o homem apenas absorve as mudanças que o acomete, apenas reage às transformações. Podemos dizer que, no âmbito nacional, seria o Nordeste, devido ao seu atraso, o símbolo máximo desse estado inerte, uma região intransitiva. Falta   região uma perspectiva histórica de seu papel no mundo, para perceber o quanto suas ações se encontram em uma continuidade social e política.

A transitividade ingênua é aquela própria da industrialização e democracia, em que o sujeito começa a participar da vida pública pela eleição e da produção pela industrialização. Essa consciência, apesar de mais dinâmica que a intransitiva, ainda não coloca o homem

---

<sup>83</sup> A referência a textos deste instituto são recorrentes, mas o autor guarda algumas críticas às suas formulações. Principalmente no caso do sociólogo Guerreiro Ramos, para quem a consciência do povo em sua intransitividade, vista de modo mais monolítico, passaria   transitividade. Para Freire, não existiria uma intransitividade tão restritiva, cabendo ao homem, mesmo vegetativo, o primado mínimo da ação e reponsabilidade. Também para este autor não existiria um salto entre a intransitividade e a transitividade, mas sim um processo onde existiria o poder mediano da transitividade ingênua para aí, sim, alcançar a transitividade crítica.

<sup>84</sup> Existe no texto do autor um claro otimismo democrático. Ele se funda na percepção de uma ampliação da participação de novos grupos no cenário político. Essa noção do rompimento sensível e anárquico, que a democracia significa aos olhos de um Estado oligárquico e ditatorial, tem afinidades com o livro * dio à democracia* de Jacques Rancier . Para ele, a democracia é a subversão da política como originária de um lugar natural, como se esta pudesse, por exemplo, ser embasada em princípios de legitimidade de nascimento, aristocracia, ou saber, tecnocracia. De um ponto de vista da sociologia bourdieuriana se pode pensar como a estrutura hegemônica do campo político e suas instituições lidam com os novos sujeitos e seus movimentos, que se revelam uma verdadeira heterodoxia política. Ao analisarmos o período, percebemos que as respostas, quando não são revolucionárias – o jogo fora do jogo –, acabam por recair no reformismo. Esta última que, ao nosso ver, representa uma adoção parcial, controlada, dos novos fatores democráticos de participação – o início da sua consolidação como nova ortodoxia – ao preço de impedir consequências mais caóticas da revolta popular.

como sujeito de seus problemas, como agente autônomo e consciente, podendo recair na massificação. Do homem que substitui a passividade intransitiva da tradição pela passividade da homogeneização da sociedade moderna. Caberia à educação levar o homem a uma sensibilidade realmente democrática, em que faria deste o proprietário e aquele que resolve seus problemas. Que analisaria o mundo com racionalidade, tomando consciência de seus limites e propondo mudanças a partir de sua experiência. Seria então o dever da educação nacional, para deixar o homem em conformidade com a sociedade em trânsito, promover a consciência crítica.

É interessante no livro a utilização de termos econômicos dentro de uma semântica pedagógica. Podemos ver isso na proposta de Freire para uma “planificação democrática” no Brasil, que começaria pela superação da educação inautêntica, verbalista e assistencialista, focando cada vez mais na prática e na autonomia. O ensino, para o autor, é do primário ao universitário, estabelecido em uma concepção bacharelesca da educação, em que conceitos são impostos passivamente ao aluno, sem ter de volta qualquer validade prática. Desta maneira, caberia à nova educação preparar o povo para as práticas industriais e técnicas, um pensamento útil que se balizasse pelas experiências locais. A nova educação também deveria sedimentar uma consciência democrática no povo, na qual a participação da sala de aula e a discussão de problemas cotidianos dos alunos seriam o mote para a atividade democrática consciente e responsável. O texto de Freire, salientado o seu contexto de um pacto populista pelo desenvolvimento e de certa ingenuidade no futuro democrático do país, mantém algumas linhas que estarão presente na *Pedagogia do Oprimido*. Por exemplo, a crítica a uma educação bancária, de depósito dos saberes, que deveria se rearticular com o universo simbólico e social do educando. Tendo isso em vista, a *Atualidade* torna-se uma leitura importante de seu repertório e mostra o esforço freiriano de superação da dependência nacional, de sua consciência pobre e autoritária, visando à autonomia. É assim revelada uma das principais ânsias de sua geração: o germinar de uma nova sociedade voltada para si, a criação de um novo homem conseqüente de sua liberdade. A miséria, além de material, também envolve a própria mentalidade do homem brasileiro.

Com a análise desenvolvida até aqui visamos mostrar várias vozes presentes no campo intelectual pernambucano do final dos anos de 1950 e 1960. Acima de tudo, quisemos destacar obras que estudaram com grande atenção os problemas da realidade local e que tiveram o poder decisivo nas formulações que interpretavam a região. Neste sentido, independente dos autores terem nascido em Pernambuco ou que aqui atuarem de maneira

continuada, o que se atentou foi o valor central destas ideias para o funcionamento do campo intelectual do estado. Assim, a escolha se deu pela sua força representativa no momento em que se articularam algumas das principais resoluções para acabar com o problema do subdesenvolvimento. As omissões obedecem ao limite da pesquisa, por isso tentamos dar uma abordagem o mais sintética possível aos textos estudados. Estes intelectuais, muitos que teriam renome nacional e internacional, convergiram para um mesmo campo intelectual em um momento histórico específico. Isso se deu pelo fato de o Nordeste se apresentar como foco dos agravos sociais do país, uma região problema que estava prestes a explodir em tensões sociais. Pernambuco, com o destaque que já colocamos, foi de modo natural um dos centros agregadores destas práticas e discursos. O imperativo de intervir na realidade local representava a guerra pela constituição de um país soberano e sem o cancro da miséria. O Nordeste seria, então, o grande teste do desenvolvimento nacional. As respostas, como vimos, foram várias. Muitas estavam abertamente em disputa<sup>85</sup>. Nasceram de instituições diferentes. Representavam quadros teóricos, que mesmo com bases similares, tinham origem disciplinares diversas. A legitimidade política e social também representava a particularidade, alguns eram parlamentares; outros, professores e técnicos.

Por trás dessas controvérsias que delimitam o funcionamento do campo podemos destacar comportamentos comuns. Problemas e abordagens considerados prioritários em dado momento. O que percebemos com as especificidades locais é a formação de uma estrutura de sentimento entre artistas e intelectuais. Esta seria a procura dos intelectuais de uma suposta realidade nacional que se dava no conhecimento de sua história. Uma ciência e conhecimento adaptados ao país, e por isso, autênticos. Uma demanda social que impunha uma prática na qual, pelo reconhecimento da nossa miséria como filha do subdesenvolvimento, é imperativo que políticas públicas a sanem. Este processo, porém, necessitava da legitimidade política advinda do povo, que participando do destino da nação, seria o motor derradeiro do progresso.

---

<sup>85</sup> Uma das controvérsias que já devem ser percebidas ao leitor diz respeito ao debate se o passado colonial era feudal ou capitalista. Para nossa época parece uma discussão inócua, porém se analisarmos com acuidade esta polêmica revela fatores mais profundos do campo. Para Castro, por exemplo, “não se trata de um debate meramente acadêmico e desligado de qualquer sentido prático. Nele estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como interesses políticos da máxima relevância” (CASTRO, 1964, p. 115). Para o geógrafo apartar a colônia de seu passado feudal era deixar de lado qualquer possibilidade de reforma da estrutura agrária. Isto por que ao se considerar a colônia como já participe do capitalismo não precisaria de uma reforma política, como a agrária, para a superação de seus problemas. Porém, sim, a entrada de novos capitais no campo para desenvolver esse mercado de capitais pouco sofisticados. Neste sentido acreditava que a concepção do capitalismo colonial optava por uma interpretação evolucionista do problema agrário, ou seja, não reformista ou revolucionário. Esta era apenas a opinião de Castro sobre o tema e não cabe aqui discutir sua pertinência. Queríamos mostrar, sobretudo, como uma discussão muito específica de um campo pode agregar consigo implicações intelectuais, ou políticas, consideráveis.

Da luta contra o arcaísmo agrário e tradição política autoritária. Um mundo que precisava ser reformulado. Porém, esse não seria o ponto final desta sensibilidade. No limiar do golpe de 1964, os elementos sociais da reforma e a arena política que o sustentava entravam em maior estado de ebulição. O pacto populista parecia estar prestes a se romper. A revolução aparentava cada vez menos ser um espectro do que uma possibilidade concreta.

### 3.3 A MISÉRIA COMO HÚMUS DA REVOLUÇÃO

O período que antecedeu o golpe militar de 1964 significou em muitos aspectos um aprofundamento de várias experiências que vinham se constituindo no decorrer da década de 1950. A urgência, que marcou o combate ao subdesenvolvimento, caminhava, aos olhos da época, para um acontecimento inescapável. A história estaria prestes a passar pelo seu ponto de mutação. A conjunção de forças levaria a um futuro novo, em que a herança colonial ou feudal estaria superada. Porém, o vetor desta mudança, sua substância, não era previsível. Para muitos, era preciso domar e dirigir esta força para que, evitando a violência, se pudessem restaurar as raízes dos problemas nacionais. Para outras, o tempo da reforma havia passado e a revolução apareceria como consequência natural das contingências do tempo.

Lembremos que esta era a época em que a revolução cubana, a partir de 1961, tinha acenado ao bloco socialista. João Gullar tinha assumido de forma bastante conturbada o espólio de Jânio Quadros e a crise institucional estava instalada. Jango, então vice-presidente, teve que esperar um plesbício que sancionasse o presidencialismo, para só assim liderar o país. A fina teia de equilíbrio do pacto populista estava prestes a se romper. Em seu viés progressista existiam as reformas de base que se propunham a começar as modificações que atacariam os problemas da nação. Em Pernambuco, o governo de Miguel Arraes – o primeiro de esquerda do Estado – inovou em vários aspectos da administração. Um dos mais sublinhados no período era a tolerância, por parte da polícia, aos movimentos sociais, que antes tendiam a ser criminalizados. Diziam que existia um clima de permissividade nas práticas comunistas. A igreja católica fomentava a sua doutrina social que, com grande participação da juventude, teve no Nordeste, e em Pernambuco com Dom Helder, o seu mais forte bastião. O campo intelectual, não podendo ficar indiferente, formulou a seu modo, os símbolos de agitação e mudança que afloravam neste momento.

Celso Furtado, em livro de 1962 chamado *A pré-revolução brasileira*, fortaleceu o debate a respeito da necessidade e contradição do desenvolvimento. Este trabalho foi dirigido aos jovens e teve como mote a visita de Furtado, então superintendente da Sudene, a várias universidades. Ele defendia que, para a juventude, a palavra chave era ação, o ímpeto de abalar o sistema engessado que legava ao país a mais extrema pobreza e exclusão. Para o autor, nascia uma nova consciência da realidade nacional que, apesar de dolorosa e de trazer as angústias da responsabilidade, terminaria por mostrar o núcleo que alimentaria a mudança. Caberia, então, a qualquer política econômica, passar pelo crivo dos critérios sociais, comprovando sua utilidade para superar o subdesenvolvimento. Para tanto, seria preciso ir além das teorias liberais clássicas, em seu apego acessivo à propriedade privada e ao *laissez-faire*, para construir uma prática e teoria desenvolvimentista. Ela teria que se voltar ao Brasil, aos seus problemas concretos, e se pautar nas necessidades que a hora presente demandava. O Estado seria então o promotor dessa organização econômica.

Uma das críticas a este projeto, por parte dos liberais ortodoxos, era que ele seria incapaz de conciliar liberdade individual com o planejamento econômico estatal, como se ação do Estado fosse esmagar a potencialidade da livre empresa comercial e dar vazão à colonização de outras esferas, como a da vida privada. Outra proposição discordante que se colocava perante o projeto desenvolvimentista era aquela que questionava seu custo. Nessa perspectiva, o fim do desenvolvimento se daria pela modificação aguda das estruturas de atraso que, por mais que causassem sofrimento, atingiriam a meta da soberania nacional. O exemplo seria a União Soviética, que se industrializou com o elevado custo do autoritarismo político e da violência social.

Em resposta a estas duas correntes de opinião, Furtado dizia que se deveriam equilibrar bem os meios e os fins. A espera da resolução espontânea do livre mercado, se é que viria, deveria lidar com a miséria latente, cuja superação seria um fim inescapável. Sobre o custo do desenvolvimento, ele defendia que pela racionalização e o avanço político das sociedades democráticas seria possível conseguir um meio de modificação não autoritário. Argumentava que este se deu nas sociedades socialistas como a URSS e Cuba porque a violência era capaz de lutar contra a tirania czarista e a ditadura de Batista. Destarte, em sociedades em processo de abertura como a brasileira, poderia ser possível dar o passo do desenvolvimento, valendo-se da liberdade individual, a exemplo da Europa e Japão no pós-guerra. O que Furtado defendia, afinal, era que, para superar o subdesenvolvimento, seria preciso arquitetar o desenvolvimentismo em cima da liberdade e do humanismo.

Perante esta abordagem programática do projeto desenvolvimentista, a realidade brasileira colocava um grande desafio. Por mais que estivesse em processo de abertura por meio da democratização e industrialização, existia, em sua desigualdade regional, uma forte contradição. Uma parte considerável do país não participava deste momento de formação de uma sociedade aberta. Ao lado do Sudeste industrializado, existia o Nordeste agrário e latifundiário. Em contraponto ao operário da fábrica com direitos trabalhistas, havia o camponês em estado de quase servidão. O Norte do país se apresentava como “a região de mais vasta zona de miséria do Hemisfério Ocidental” (FURTADO, 1962, p. 56). Para essa região, promover a industrialização não teria como consequência uma modificação automática no campo. Isso porque a estrutura agrária, fundada em um arcaísmo político e cultural, transcendia os problemas meramente econômicos. Assim, esses entraves superestruturais seriam um dos principais problemas do desenvolvimento local.

Esta concepção mostra o movimento presente no próprio pensamento de Furtado. A solução mais claramente industrialista da década de 1950 é, aos poucos, substituída pela centralidade, no Nordeste, do problema agrário (FURTADO, 1962). O processo se deu pela própria experiência de Furtado como superintendente da Sudene e do estreitamento do embate social no campo, que crescia a cada ano. Dentro desta interpretação, se houvesse alguma revolução, ocorreria nesta zona. Como dito, pela sua marginalidade na nova fase da sociedade brasileira, era o segmento social campônio o mais propenso a uma insurreição violenta com aspirações socialistas:

Não devemos esquecer que mais da metade da população brasileira deriva o seu meio de vida diretamente do setor agrícola. Na medida em que este se conserve com a rigidez atual, todo movimento reivindicatório que surja nos campos tenderá a assimilar rapidamente técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista. Temos assim, na corrente do processo revolucionário brasileiro, um importante setor de vocação marxista-leninista que em determinadas condições poderá liderá-lo. A consequência prática seria o predomínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Os autênticos objetivos de nosso desenvolvimento, anteriormente definidos em termos de humanismo, estariam parcialmente frustrados de antemão. (FURTADO, 1962)

Como ficou evidente, a revolução brasileira, de caráter violento, tensionava com o empreendimento do desenvolvimento humanista. Em resposta à possibilidade de tal sobreposição, Furtado defendia uma ampla estratégia intelectual, política e administrativa. A primeira seria que o intelectual ou técnico deveria, em sua geração, ter necessariamente uma dimensão social. Com a articulação de várias áreas do saber – economia, sociologia, ciência política, etc. – caberia aos intelectuais fornecerem ferramentas para as políticas públicas. Seriam eles que trariam um elemento de racionalidade à política. O aparato administrativo

também deveria ser reformado. A criação de instituições autônomas, visando o desenvolvimento mais do que circunstâncias partidárias e pautadas em densos estudos empíricos, terminaria por resolver os problemas concretos da região. Por fim, a política poderia, por meio de uma Assembleia Constituinte, trazer os elementos para a mudança da estrutura agrária. Em outros termos, flexibilizar o estatuto da reforma agrária. Além de elevar o nível de vida do campesinato, a reforma serviria como base, a partir da produção de alimentos, da industrialização incentivada pelo Estado.

Este plano, do qual aqui fizemos um breve esboço, seria um antídoto contra as forças violentas que pareciam explodir tanto da esquerda pela revolução socialista, quanto da direita, com um tom profético de um golpe militar (FURTADO, 1962). Portanto, Celso Furtado oferecia uma revolução pelo desenvolvimento em que a consciência histórica da época venceria o atraso colonial e daria a toda uma geração a missão de conquistar para si um futuro país soberano.

Apesar da retórica de Furtado se apresentar bem mais radical do que a veiculada nos anos imediatamente anteriores, é preciso destacar que, no avanço das propostas revolucionárias, sua atuação na Sudene era vista de forma crítica. Para Julião, seria um paliativo: “Cria-se a Sudene. Inventa-se a ‘Aliança para o Progresso.’” Através desses dois instrumentos, busca-se impedir que a fogueira ateadada no Nordeste se transforme em um incêndio que se alastra pelo País” (JULIÃO, 1962, p. 66). Não entrando na justeza da observação acima, podemos perceber em outro intelectual pernambucano, Manuel Correia de Andrade, outra forma de análise. Para ele, o plano de colonização feito pela superintendência era limitado, pois a utilização de terras devolutas, distantes e poucos férteis, era apenas uma tentativa de diminuir a pressão social sem um equivalente custo político. A colonização pioneira do Maranhão, de realocar famílias sertanejas para a zona úmida, seria um exemplo desse programa. A centralidade do argumento era a limitação de tal projeto e sua incapacidade de lidar de forma imediata com o problema da miséria. Era então “uma solução de longo prazo que talvez não impeça a eclosão de uma crise maior que exija medidas a um só tempo mais drásticas e mais urgentes” (ANDRADE, 1963, p. 232). Para este autor, era preciso bater de frente contra o latifúndio e desapropriar terras no coração fértil da produção canavieira, a zona da mata.

Para acentuarmos outro elemento da produção intelectual da época, já adiantado no parágrafo passado, temos que sublinhar o livro de 1963, *Terra e homem no Nordeste*, do

historiador e geógrafo Manuel Correa de Andrade. Este estudo, encomendado por Caio Prado Junior, foi publicado na Editora Brasiliense como uma síntese das relações de trabalho no campo do Nordeste. É neste sentido que traça uma longa história da relação entre o homem e o meio e as consequências políticas e econômicas desta troca no presente.

Dos livros que tratamos até aqui a respeito da desigualdade da região, *Terra e homem no Nordeste* é o que apresenta o maior número de detalhes e mais amplo material empírico. Tendo como mote as relações de trabalho, ele se releva ao leitor como um verdadeiro estudo antropológico da condição de vida<sup>86</sup> do povo nordestino. A partir das três áreas geográficas – Zona da Mata, Agreste e Sertão –, são apresentados os vários tipos de trabalhadores. Os assalariados, que predominam na região sul da Zona da Mata, são os elementos da proletarização do campesinato. Há também os moradores, que se estabeleceram nos latifúndios em épocas de decadência da lavoura exportadora e trabalham como meeiros ou foreiros. Estas formas rudimentares de relação econômica sustentam a teoria feudal do Nordeste, pois representam o pagamento, por parte do morador, de dias de trabalho ao patrão ou de parte da produção pelo uso da terra. São aspectos, portanto, de uma economia de tipo natural. Por fim, existem ainda os corumbás ou catingueiros, homens que migram para a Zona da Mata em época de corte da cana, geralmente oriundos do Agreste e Sertão. Em comum entre eles, mesmo que haja uma variação<sup>87</sup>, há a miséria. O latifundiário domina toda a vida política e econômica da região. Os salários são miseráveis e a fome uma constante. Aos olhos do autor, são quase servos. Um exemplo é o sistema do barracão, imposto aos moradores. O camponês é obrigado a comprar no armazém do patrão, que tem sempre preços exorbitantes, fazendo com que, pelo acúmulo de dívidas, o trabalhador fique alienado, em tempo indefinido, na propriedade. Por vezes, eles são tratados como animais: “Ainda ocorre castigos corporais a trabalhadores [...] no município de Agua Preta, um morador foi ferrado com ferro em brasa como se faz a bois e a cavalos por um administrador do engenho.” (ANDRADE, 1963, p. 117). Este relato, que se soma a todas as análises da miséria local que vimos até

---

<sup>86</sup> Em uma passagem exemplar, podemos ver a descrição de uma choupana na Zona da Mata: “As casas dos moradores, de melhor tipo, compreendem quase sempre uma sala de frente, um corredor, um ou dois quartos e uma cozinha. A maioria, porém, é formada por três cômodos paralelos que se sucedem da sala da frente à cozinha. Nunca, ou quase nunca, são assoalhadas, sendo o chão de terra batida. Não dispõem de instalações sanitárias, sendo os rios utilizados para o banho e as touceiras de mato mais compactas para o atendimento das necessidades fisiológicas.” (ANDRADE, 1963). Passagens como esta geralmente são acompanhadas de fotos que dão um forte poder iconográfico ao relato.

<sup>87</sup> Para Andrade, existe uma diferença de qualidade de vida entre o pequeno proprietário de terras e o trabalhador assalariado. Isto ficaria mais evidente ainda em comparação ao médio proprietário que, apesar de minoritário, constitui uma verdadeira classe média rural. Isto por si só, ao seu ver, já validaria a reforma agrária como elevação da qualidade de vida no campo.

agora neste capítulo, fortalece o sentido da humilhação<sup>88</sup> insustentável, sofrida pelos camponeses.

Toda apresentação da complexidade da geografia humana do Nordeste, suas diversas culturas agrícolas e modos de produção ao longo da história, culminam no início da década de 1960 em seu momento mais grave. Os camponeses, como que cansados de sua condição de vida, desistem de esperar as soluções vindas do apanágio estatal e constroem, com suas próprias mãos, uma alternativa política. As Ligas Camponesas e o sindicalismo rural, que levantam a bandeira da reforma agrária ampliada, são a representação deste processo. Cada vez mais elementos da sociedade entram na luta da questão agrária. A Igreja Católica, ainda que majoritariamente conservadora, tem no Nordeste o bunker de sua teologia social, em que vários padres, por incrível que pareça, tornam-se propulsores da criação de sindicatos e associações. A esta se soma a militância socialista, que ganhou novo folego com a guinada marxista da revolução cubana, transformando antigos agitadores políticos, como Julião, em possíveis líderes revolucionários.

Os jornais não perdiam tempo em demonstrar os sinais de subversão na região. Podemos destacar uma série jornalística de Mauritônio de Meira para o jornal O Cruzeiro, em que demonstra bem as sementes da revolução presentes no Nordeste. Em todo o país, incêndios dos canaviais recaíam em acusações contra o radicalismo das Ligas e elas se tornam emblema de uma sociedade em erupção. Os conflitos armados, como o da usina Estreliana na qual alguns trabalhadores foram assassinados pela polícia, tornaram-se caudatários deste rio da revolta<sup>89</sup>. A revolução estaria por um triz. Podemos observar esta representação nesta importante passagem:

Vê-se, assim, que no Nordeste a sorte está lançada e que os paliativos de uma política de colonização a longo prazo, concebida tecnicamente em gabinetes, sem consultar os interesses dos que mourejam a terra dificilmente contribuirão para minorar a situação dos trabalhadores sem terra e solucionar a tremenda crise em que

---

<sup>88</sup> Em um breve relato, é salientada a humilhação por que passam os moradores de engenho, com suas filhas e esposas sofrendo assédio sexual dos patrões. Assim, seria demonstrada a relação íntima entre o poder político e o erótico. Esse tipo de relação ocasionava, esporadicamente, conflitos violentos entre o patrão e os seus moradores, que terminavam em morte. Em termos de história intelectual, lembra as descrições de Freyre a respeito da vida sexual do engenho em *Casa Grande e Senzala*, que tanto chocou os leitores na época do seu lançamento.

<sup>89</sup> Trabalho importante sobre o desenvolvimento do discurso anticomunista, que encerrava qualquer elemento desviante da ordem social como subversivo, estava presente nas matérias sobre os incêndios dos canaviais e da morte de trabalhadores. Nos primeiros, um fenômeno de ordem natural, como o incêndio espontâneo da cana, ou administrativo, a queimada para acelerar o corte, tornou-se um signo político. Apesar das investigações, nenhum dos incêndios demonstrou ligação com as Ligas. Sobre o segundo é possível analisar como, por exemplo, nos processos jurídicos, a violência entre os trabalhadores e a polícia, mesmo que movida por problemas locais, visava enquadrar os segundos como subversivos. Isso pode ser observado no trabalho de Pablo Porfirio, já citado na introdução, ou no livro de Antonio Torres Montenegro, *História, Metodologia e Memória*.

se debatem. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são altos, sobem cada vez mais, enquanto os salários continuam inferiores ao mínimo. A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, e não esperar pelos doutores, a exigir seus direitos. Passou o medo dos proprietários e dos feitores e organizados por políticos de esquerda como Julião, ou por sacerdotes católicos como Antônio Melo, passam os trabalhadores rurais a exigir maior compensação pelo seu trabalho. Agitam-se, esperneiam, são perseguidos, reagem e exigem a quota correspondente à sua participação na produção, desejam melhores dias. Daí concluiremos que estamos vivendo em um período crítico: ou as reivindicações populares justas são atendidas e dá-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana ou a revolução prevista pelo governador Aluísio Alves será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apoia. Sua situação é tão difícil, suas condições tão precárias que a essa altura ninguém a defende, todos a atacam desde comunistas até católicos, divergindo apenas pela maneira mais ou menos rápida, mais ou menos radical de como planejam destruí-la. Assim a velha estrutura montada pelos portugueses no século XVI e modificada pouco a pouco nos quatro séculos de nossa evolução histórica, acha-se hoje frente ao maior impacto com que deparou, impacto mais sério, acreditamos, que o enfrentado nos fins do século XIX com a abolição. (ANDRADE, 1963)

Documento de grande relevância para o período e que traz novo elemento para a formulação do Nordeste como zona revolucionária é o livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, de Josué de Castro. O livro foi escrito no ano de 1963, mas só publicado em 1965. Na verdade, no prefácio, o autor explica que o texto estava na versão final no dia do golpe militar. Mesmo ponderando adicionar um capítulo sobre este acontecimento, resolveu manter o original como uma representação espontânea deste limiar político. Um dos aspectos que podemos destacar é que este trabalho foi escrito sob encomenda para uma editora americana. Neste sentido, se encaixa bem no ambiente da opinião pública estadunidense, ávida por informações desta nova Cuba que se formava no Norte do Brasil.

Este trabalho então, segundo o próprio autor, tem como ponto de partida desconstruir vários preconceitos e interpretações erradas a respeito da situação política da região. Várias já tinham sido veiculadas na imprensa como, por exemplo, a matéria de Ted Zulc, mostrada na introdução. Devido ao caráter didático, voltado ao leitor estrangeiro, algumas de suas passagens remetem aos trabalhos de Josué de Castro, vistos até agora. É analisada a base da estrutura fundiária do Nordeste, que remete à monocultura da cana e ao colonialismo feudal português. A fome e a miséria seriam mostradas como questões mais sociais e políticas do que naturais. São salientadas as diversas revoltas populares, a exemplo do cangaceirismo, como formas prévias de revolta popular que alcançariam seu maior desenvolvimento na época em que o autor escrevia.

Não cabe agora retomar estas representações que já vimos. Destarte, podemos destacar a força estética desse trabalho de Castro se comparado aos outros. Por exemplo, ao tratar das

Ligas, discorre que começou com a fundação de uma associação beneficente para organizar enterros de trabalhadores do Engenho Galileia. Devido à falta de dinheiro, era muito comum que a prefeitura cedesse um caixão público à família do defunto, que seria devolvido após a cerimônia. Essa grande humilhação para os pequenos agricultores determinou que a luta inicial das Ligas fosse por sete palmos de terra e um caixão. Por uma morte digna. Esse estado de luta, quase vegetal, em uma região que, na verdade, era um cemitério geral, um latifúndio da miséria, é substituído por uma força de vida. Esta é a luta política dos camponeses que, impedidos de lutar pelos mortos, foram combater pelos vivos. É uma punção de vida e fertilidade que, de tão forte, estava prestes a explodir. Esta é a forma e a sensibilidade, junto às descrições geográficas e sociológicas da miséria, que Castro oferece ao olhar estrangeiro. Porém, há novas questões que merecem ser estudadas com mais afinco.

A base da sua interpretação é que o Nordeste passou por três etapas de descobrimento. A primeira foi a portuguesa, na qual se constituíram as bases do colonialismo e do atraso. A segunda foi a norte-americana, que se sustentou no alarmismo de uma possível revolução comunista, em que predominava a incompreensão. A última seria a autodescoberta do povo brasileiro, sobretudo nordestino, de sua própria história de subdesenvolvimento e da consciência de que estava em suas mãos superá-la<sup>90</sup>. O geógrafo procura demonstrar que a agitação social não é fruto de uma influência externa comunista, mas sim o resultado da evolução econômica em que se estruturava a sociedade. As contradições dela, das quais já tratamos, seriam o motor do ativismo político, a começar pelo contexto amplo da América Latina, que seria uma região onde: “dois terços de sua população aperta o cinto sobre o ventre. A metade está atacada de doenças infecciosas e parasitárias. Mais da metade assina em cruz. Um terço pelo menos leva uma existência vegetativa, fora dos circuitos econômico e cultural” (CASTRO, 1964, p. 174). O Brasil seria apenas mais uma zona subdesenvolvida deste todo e o Nordeste seu exemplo mais acabado.

Porém, dentro da estrutura de sentimento geral, assumia que a região estava em um processo de polarização, de confronto entre forças antagônicas com possibilidades reais de terminar em um conflito violento. Tudo é dividido entre direita e esquerda. Entre revolução e reação. O centro tornou-se impossível (CASTRO, 1965). A partir daí, além da possibilidade ou não da revolução, ele faz um diagnóstico de como funciona essas duas tendências políticas

---

<sup>90</sup> É interessante que o autor coloca na literatura, e não na ciência, um dos primeiros reflexos, mesmo que incompleto, dessa descoberta. Mais uma vez faz referência ao romance regionalista, como Jorge Amado, porém destaca ainda a poesia popular de cordel como mais um exemplo da pré-formação desta autodescoberta.

no Nordeste. Para Castro, a direita era economicamente conservadora, pois não queria a mudança, mas politicamente revolucionária porque defendia uma guerra civil ou um golpe militar. Já a esquerda seria economicamente revolucionária, devido ao seu amplo quadro de reformas, porém politicamente conservadora, pelo fato de se apegar ao aparato da democracia liberal.

Esta leitura bastante original pode ser interpretada como uma tentativa de abafar a afetação anticomunista presente na opinião pública estadunidense. Neste mesmo espírito, de tentar demonstrar que os líderes considerados subversivos como Miguel Arraes, Francisco Julião<sup>91</sup> e mesmo Celso Furtado são, na verdade, reformadores que, de certa forma, contém a explosão revolucionária. Antes do combustível, como a imprensa deixa pensar, são os bombeiros do incêndio político que assolava a região. Estas figuras, nas quais o autor se incluía, são apenas ativistas pessoais, ou por vezes individuais, de um fenômeno de transformação estrutural imparável, da sociedade como um todo. Era a consciência coletiva que impelia a mudança:

Por ocasião da sensacional descoberta levada a efeito em 1960 pelos serviços de imprensa e de informação dos E.U.A desta desconcertante terra do Nordeste, a tensão social aí reinante já tinha atingido os limites do tolerável. Esta tensão vinha crescendo paralelamente à tomada de consciência política – a conscientização das massas – a que já fizemos alusão em capítulos anteriores. Na realidade, esta conscientização não representa um problema específico, exclusivo desta região brasileira, ela é antes a expressão regional de um fenômeno hoje universal: a tomada de consciência por parte dos países periféricos, das origens, das causas e da significação dos seus trágicos problemas político-sociais [...] Nesta região do Nordeste, o fato de que poderosas forças de contenção social tenham tentado impedir por todos os meios a formação desta consciência coletiva e conter suas variadas formas de expressão além dos limites do tolerável provocará, num determinado momento, o rompimento brusco desta barragem social, e a consciência coletiva jorrou com uma tal violência que hoje se apresenta não como um fenômeno evolutivo, mas como uma espécie de transmutação social. (CASTRO, 1964)

Podemos perceber que este é o momento de aproximação, e início de radicalização, da estrutura de sentimento nacional popular do conceito de revolução. Ficava cada vez mais evidente que a miséria, ao tardar as reformas, serviria como húmus de uma ruptura violenta com a ordem política. Nesta fase do limiar do golpe ainda percebemos a ambiguidade presente na democracia populista. Por mais que, no íntimo, alguns desses intelectuais desejassem a revolução, é como se seus trabalhos revelassem um último aviso antes de uma

---

<sup>91</sup> Castro definiu Julião como um epifenômeno da agitação de uma época. Como um homem que reagia às condições de seu tempo. Assim o comparou: “Como Joaquim Nabuco, diante da escravidão do negro, fez-se agitador da abolição. Como Antônio Silvino e Lampião, diante dos desrespeitos aos direitos do homem imposto pela prepotência dos latifundiários do Sertão, se fizeram agitadores do cangaço. Sempre o mesmo processo: a agitação latente se exprimindo pela força consciente de uma forte personalidade humana.” (CASTRO, 1964, p. 204). Julião seria, então, um agitador das Ligas.

mudança irreparável. Como uma derradeira tentativa de estender o léxico da reforma o mais próximo possível do dá revolução.

Em suas varias conotações, como vimos, o que se impunha é que a insurreição deixou de ser uma incógnita para ter contornos mais concretos. A mudança, porém, veio pela ala direitista, concretizada com o golpe de 1964, pegando estes intelectuais de surpresa. Muitos deles como Celso Furtado, Paulo Freire e Josué de Castro participaram da primeira lista de exilados. Tiveram, a partir de então, uma destacada carreira internacional e se tornaram locutores da resistência contra o novo regime. Esse momento para estes pensadores, que muitas vezes ao falar do Nordeste se referiam a Pernambuco, representou um choque perante o otimismo democrático do pós-guerra. Era como se a noção de necessidade histórica, de progresso nacional, fosse partida por um anticlímax. Por outro lado, a estrutura de sentimento nacional popular, em seu derradeiro fôlego, abraçou de vez o conceito de revolução. Sobreviveu na arte de protesto contra a ditadura e na estética da guerrilha. Teve no livro *A revolução brasileira*, de Caio Prado Junior, um dos martelos que quebraram a concepção de frente ampla nacional própria da democracia populista. Assim, contamos apenas uma parte da experiência intelectual que tanto influenciou o Brasil e Pernambuco. Como qualquer vivência histórica, foi marcada por controvérsias, ambiguidades, avanços e recuos. Porém, tentamos aqui salientar o elo que unia uma geração que, aliando pensamento e ação, interpretou o país sem pudores, aceitando sua dor e miséria, e tentou modificá-lo.

## 4 A REVOLTA DE ORFEU

Nesta seção serão apresentadas as fontes literárias que tratam da representação da miséria no recorte histórico estudado até aqui. De início veremos, de forma breve, como se estrutura o campo literário pernambucano com foco para como se articulaza os problemas sociais neste meio. Então, nos inclinaremos sobre a obra de João Cabral e Mauro Mota. Após isto, estudaremos o início da formação de jovens escritores da década de 1950 e interpretaremos suas obras que tratam da denúncia da pobreza. Por fim, veremos de como essa formação lidou com o anticlímax do golpe militar de 1964.

### 4.1 TRAÇOS DO CAMPO LITERÁRIO E OS PIONEIROS DA POÉTICA SOCIAL

Um dos fatores fundamentais para o conhecimento de determinado estágio do campo literário é a sua história. Podemos com isso ver os elementos que perpassam o léxico de uma formação e os padrões de continuidade e ruptura. Em Pernambuco, com foco no Recife, a genealogia desse desenvolvimento no século XX tem como fase marcante os anos de 1920. Em sua vertente modernista<sup>92</sup>, no sentido de aceitação dos implementos estilísticos da semana de 1922, tanto quanto do entusiasmo com o desenvolvimento material da cidade, existia a figura do jornalista Joaquim Inojosa. Ele se apegou, sobretudo, aos aspectos formais iconoclastas e atraiu para si inimizades de uma parte da intelectualidade conservadora. Em outra direção, uma escola literária autônoma edificou a seu modo o discurso modernista. Seus representantes principais foram dois grupos que questionavam essas propostas e tentavam procurar uma síntese entre a novidade formal e o conteúdo das tradições locais.

O primeiro era ligado ao Centro Regionalista propriamente dito, que contava com intelectuais importantes como, por exemplo, Gilberto Freyre, que negava os aspectos mais latentes do modernismo e se valia da reinterpretação pela tradição. A reatividade e criticidade se daria mais intensa nesse meio, que enfrentava as conquistas inovadoras do presente se

---

<sup>92</sup> Existe uma diferença entre modernidade, um projeto que remete ao iluminismo visando a emancipação humana, e sua entrada na “maioridade”, com princípios universais de felicidade e liberdade, bem exemplificados no texto *O que é o iluminismo?*, de Kant. Existe a ideia de modernismo, que seria a posição de combate ao antigo, ao tradicional, bem composto pelas teorias de vanguarda. O modernismo como a profecia do moderno. E a modernização, que seriam os aparatos tecnológicos que transformariam a modernidade e o modernismo possíveis. Neste trabalho, tratamos desses três conceitos, porém deixamos claro que eles se aplicam de modo bastante característico ao processo de modernização periférica no qual se encontra o Recife.

utilizando de uma cultura residual do passado<sup>93</sup>. O segundo era a formação que circulava na revista *O Norte*, com destaque para a figura de Joaquim Cardozo, que configurava em sua poética aspectos ambíguos de entusiasmo e negatividade. O fascínio pela técnica, tanto quanto seu aspecto desagregador, era salientado. O que contava era uma interpretação, uma estrutura de sentimentos que levava em consideração o desenvolvimento morfológico da cidade que por vezes destruía elementos afetivos e familiares. Podemos entender essa ambiguidade trágica da linguagem, então, no poema *O Recife Morto*, de Joaquim Cardozo:

### **Recife morto**

Recife. Pontes e canais.  
 Alvarengas, açúcar, água verde, água negra.  
 Torres de tradição, desvairadas, aflitas,  
 apontam para o abismo negro-azul das estrelas.  
 Pátio do Paraíso. Praça de São Pedro.  
 Lajes carcomidas, decrépitas calçadas.  
 Falam, baixo, na pedra, as vozes da alma antiga.

Gotas de som sobre a cidade,  
 gritos de metal,  
 que o silêncio da treva condensa em harmonia.  
 As horas caem do relógio do Diário,  
 da Faculdade de Direito e do Convento  
 de São Francisco;  
 duas, três, quatro... A alvorada se anuncia.

Agora, ao ouvir as horas que as torres apregoam,  
 vou navegando o mar de sombra das vielas,  
 e o meu olhar penetra o reflexo, o prodígio,  
 a humilde proteção dos telhados sombrios,  
 o equilíbrio burguês dos postes e dos mastros,  
 a ironia curiosa das sacadas.  
 As janelas das velhas casas negras,  
 bocas abertas desdentadas, dizem versos  
 para a mudez imbecil dos espaços imóveis.

Vagam fantasmas, pelas velhas ruas,

---

93 Sobre essa posição tradicionalista de Freyre, devemos notar que, apesar de protestar contra os vários problemas reais da modernização, a base dessa reação é fincada em uma interpretação da sociedade senhorial antiga que, ao contrário de encarnar um equilíbrio comunitário, era repleta de conflitos sociais e raciais. Uma sociedade que, comparada à da sua crítica, também era desigual. Essa posição, levando em consideração a especificidade, pode ser vista em *O campo e a cidade*, de Raymond Williams, no qual diversos escritores tradicionalistas reagem à entrada da indústria no campo, construindo uma interpretação, por vezes idealizada, da antiga sociedade senhorial.

ao passo que, em falsete, a voz fina do vento  
faz rir os cartazes.

Asas imponderáveis, úmidos véus enormes.  
Figuras amplas, dilatadas pelo tempo,  
vultos brancos de aparições estranhas,  
vindos do mar, do céu... Sonhos! Evocações!

A invasão! caravelas no horizonte!  
Holandeses! Vryburg!  
Motins. Procissões. Ruído de soldado em marcha.

.....

Os andaimes parecem patíbulos erguidos.

.....

Duendes!  
Manhã vindoura. No ar, prenúncio de sinos.  
Recife  
ao clamor desta hora noturna e mágica,  
vejo-te morto, mutilado, grande,  
pregado à cruz das novas avenidas  
e as mãos longas e verdes  
da madrugada  
te acariciam.

A homologia entre as mudanças da urbanidade e a produção específica da linguagem como experiência literária não se findaria na notação de morte espectral de uma velha cidade. O Recife morto, esartejado, em sua base tradicional do passado colonial agrário e violado pela procissão quase surreal dos andaimes da modernidade também se constituiria de outro modo. Um deles foi o do romance regionalista dos anos de 1930 que, em figuras como José Lins do Rego Monteiro, trouxe vários aspectos do movimento anterior. Outro posterior, que vamos nos deter mais um pouco, é o movimento literário de 1945.

Primeiramente, é necessário abandonar as premissas do realismo, que percebe apenas a produção social da linguagem em tempos modernos se ela explicitamente refletir a realidade. Dentro dessa perspectiva, o poema *Recife Morto* seria mais palpável como consequente da modernidade do que um poema formalista metalinguístico. Contrapondo essa noção, é necessário compreender que mesmo a arte mais desinteressada traça um diálogo específico com a realidade. Por exemplo, ao buscar — essa arte dita isolada — uma forma

que tente transcender o real, que tenha interesse no valor autonomista e indelével da beleza e se sustente na visão da criação por uma subjetividade livre, estaria em espaço de oposição com a nova condição do materialismo da literatura. Não é apenas seguindo uma estrutura cultural dominante que se encerra a produção artística, mas na oposição criativa a essa estrutura.

Nessa perspectiva, o movimento de 1945 propunha uma arte formalista e clássica, pautada pelo soneto decassílabo camoniano e por temas inscritos, muitas vezes, em elegias e madrigais. Esse contramodernismo,<sup>94</sup> que negava a iconoclastia e afirmava a construção metricamente rígida da palavra, teve figuras importantes como Lêdo Ivo, Deodolindo Tavares, Péricles Ramos e, de maneira mais cronológica que temática, Mauro Mota e João Cabral.<sup>95</sup> Milton de Godoy, um de seus membros mais importantes, ligado ao movimento em São Paulo, deixa bem claro em prefácio como essa linguagem autocentrada era produção de uma cultura específica:

Vários fatores contribuíram para isso: o embate ideológico entre nazifascismo e a democracia (além do sempre presente ideário do socialismo-comunismo), que resultou na Segunda Guerra Mundial, avivaram mais agudamente as consciências para problemas universais, donde o desejo de uma expressão antes ecumênica que regionalista; a influência marcante do cinema e outros meios aperfeiçoados de comunicação reforçariam essa visão universalista; a importância da literatura inglesa; o alargamento do panorama cultural, graças às Faculdades de Filosofia e, principalmente, a percepção de que a contribuição de 22 e 30 tinha entrado em período de estratificação. (GODOY, 1966).

É importante destacar duas figuras que, começando sua trajetória nos anos de 1940, influenciariam de modo mais forte a formação posterior. São elas João Cabral de Mello Neto e Mauro Mota. Vamos nos deter de modo mais aprofundado no primeiro devido a sua constante referência nos escritores da formação de 1950. Cabral publicou *A pedra do sono*, seu primeiro livro, em 1942. Nessa obra, é marcante a influência do surrealismo em que as imagens poéticas parecem se desvanecer na inconstância do sonho. A tensão entre a realidade e o inconsciente, o material e o abstrato são constantes. Em seu segundo livro, *Os três mal*

---

94 As polêmicas com os autores da semana de 1922 foram intensas. Esses últimos acusavam a nova geração de se alimentar de um formalismo restritivo que sufocava as conquistas antropofágicas. Os segundos se defendiam ao dizer que a iconoclastias modernista se tornou repetitiva, perdendo seu poder subversivo, acabando por deixar marginal aquilo que seria próprio da literatura: o trabalho artesanal em cima da palavra.

95 João Cabral e Mauro Mota, devido ao fato de pertencerem à mesma época dos membros da geração de 45, são colocados como participantes dela, porém ambos, em entrevistas, principalmente Cabral, tendem a apontar isso como um erro da crítica, na medida em que defendem que não teriam os mesmos interesses estéticos desse movimento. Isso mostra o quanto pode ser frágil o uso do conceito de geração se utilizado de modo apenas cronológico.

*amados* que dá voz aos personagens Joaquim, Raimundo e João, de um poema de Carlos Drummond de Andrade, percebemos uma leve mudança. Ao passo que Joaquim mantém a conjunção onírica e imprecisa do livro anterior, percebemos que suas falas se contrapõem a Raimundo. Este demonstra cada vez mais um discurso voltado à precisão, à matéria e à clareza, que seriam traços aprofundados no futuro. Esse processo, segundo Antonio Carlos Secchin<sup>96</sup>, atinge um estado de *desativação onírica* na obra *O engenheiro*, de 1945. Para o crítico, os poemas se propõem a analisar o sonho por dentro, a anatomia de sua estrutura, para superá-lo com o dado concreto (SECCHIN, 1999). Porém, esse movimento seria marcado pelo conflito. O poeta não conseguiria, de fato, se livrar dos matizes incontrolados do inconsciente. Fundaria assim uma constante luta pelo rigor. Essa semântica pode ser percebida em vários poemas como *A bailarina*, *O engenheiro* e *A mesa*.

Para o crítico, o livro seguinte *A psicologia da composição*, de 1947, desenvolve, em termos conceituais e metalinguísticos, muitos dos problemas colocados na obra passada. É dividido em três poemas longos: *A fábula de Anfion*, *Psicologia da composição* e *Antiode*. O centro temático é uma reflexão densa sobre o fazer poético. O primeiro se utiliza da fábula do herói tebano Anfion para estabelecer os limites entre a linguagem e a realidade. Por mais que as palavras tentem encarnar os aspectos materiais do mundo, sua mineralização, não consegue abrir mão de sua face inventiva e retórica. Esse problema é mostrado na distância entre o projeto de Anfion e a frustração da obra acabada (no poema, a fundação de Tebas), que não consegue atender às expectativas da criação. Mesmo que o herói, equivalente trágico do poeta, buscasse o silêncio da matéria no deserto, o acaso aparecia com seu impulso aleatório para a criação. No cerne da decepção só restaria a desistência, o exílio no silêncio, que figuraria a aporia deprimente após o término da obra de arte. O segundo poema apresenta uma superação desta paralisia. Mostra que, apesar de a linguagem não alcançar a concretização das coisas, é possível, a partir da mineralização do mundo em palavras, conseguir uma forma específica de existir. É um exercício de depuração da linguagem. A busca em que “o silêncio no poema não será o silêncio do poema” (SECCHIN, 1999 p.66). A última parte que tem como subtítulo “contra a poesia dita profunda”, indica logo de início o objetivo de reverter as operações tradicionais da lírica. Nesse sentido, utiliza as imagens do senso comum poético (como a palavra flor) para agredi-lo com construções não usuais (ao relacioná-la com a

---

96 O trabalho de Secchin é uma das fortunas críticas mais importantes sobre o autor. É analisado com minúcia todos os livros do autor e é uma fonte importante para nossa dissertação, mesmo que tenhamos diferenças em relação à abordagem e ao método.

palavra fezes). É reinventando e aceitando o mundo impuro, imperfeito e incomum da matéria que se estabelecerá em alguns dos projetos cabralinos que viriam a seguir.

Esses pressupostos metalinguísticos sobre a relação entre a linguagem e a realidade alcançariam grande grau de sofisticação no livro *O cão sem plumas*, de 1950. Ele foi motivado, nas palavras do próprio poeta, pela emoção ao ler em um jornal que a expectativa de vida no Recife era de 28 anos, menor do que a da Índia, que seria de 29 anos<sup>97</sup>. Essa tomada de consciência da miséria local foi combinada com todo rigor cabralino. No lugar do silêncio anfônico é colocado o desejo de participação na vida<sup>98</sup>. É aceito como na antíode o lado mais baixo da existência, aquilo que é desconfortável e inadaptado a uma lírica conservadora.

A obra ainda vai ao encontro da psicologia da composição, na medida em que a matéria precisa ser conquistada pelo poeta e domada em sua putrefação. Assim, no decorrer do poema, que incorpora o próprio curso do rio, umas miríades de imagens vão se conjugando. O rio e a lama mineral se confundem com a vida orgânica dos homens e animais. É traçado em termos poéticos uma anatomia da terra e uma geografia dos homens. Como vimos no capítulo passado, isso tem homologia com *Geografia da fome*, publicado em 1949, sendo um grande sucesso na época. Por mais que essa estrutura remeta à certa tradição, como o romance de 1930 e figuras como Graciliano Ramos, não podemos simplificá-la como simples continuidade. Seja pelas fontes poéticas de Cabral, que tem forte influência da literatura ibérica do ciclo do ouro espanhol, ou pelo contexto histórico em que se estabelecerá o pacto social das democracias populistas, já trabalhado na introdução, o que se destaca é a especificidade. Na poética nacional, esse trabalho cabralino tornou-se da maior importância. Podíamos escrever uma dissertação inteira só levando em consideração sua obra e a fase específica, considerada mais “engajada”. Porém, como o objetivo é estabelecer uma visão

---

97 Perguntado sobre o livro, o poeta disse: “Esse livro nasceu do choque emocional que experimentei diante de uma estatística em O observador econômico e financeiro. Nela, soube que a expectativa de vida no Recife era de 28 anos, enquanto a da Índia era de 29. Nunca tinha suposto algo parecido. Quando ocorre uma catástrofe na Índia, as senhoras brasileiras fazem tricô para socorrê-la, ao passo que a miséria do Recife é maior”. SECCHIN, Antonio. Entrevistas com João Cabral de Mello Neto. João Cabral: A poesia do menos. (1999) 325-333.

98 Existe uma insistência, tanto do poeta quanto da crítica, sobre a poesia de Cabral não ser panfletária. E de fato, como veremos, o trabalho de referência em torno da miséria se constrói por elementos embasados em profundo trabalho sobre a linguagem. Porém, devemos levar em consideração a forma como ele era lido na prática, no momento em que escrevia. Em 1952, o poeta foi afastado do Itamaraty, acusado de formar uma célula do Partido Comunista dentro do Ministério. Só retomou as atividades em 1954, quando ganhou a sentença no STF, em que alegava taxativamente que não era comunista. Essa perseguição é fruto da histórica cultura política anticomunista no Brasil. Todavia, devemos ressaltar que, em sua trajetória como escritor, seus textos, muitas vezes, foram lidos como próximos de uma retórica, no mínimo, em sintonia com o campo das esquerdas.

ampla, vamos citar apenas alguns trechos de seus poemas. Para começar, algo que mostre o que foi dito acima, da essência metamórfica do homem, lama e rio:

Na água do rio,  
lentamente,  
se vão perdendo  
em lama; numa lama  
que pouco a pouco  
também não pode falar:  
que pouco a pouco  
ganha os gestos defuntos  
da lama;  
o sangue de goma,  
o olho paralítico  
da lama.

Na paisagem do rio  
difícil é saber  
onde começa o rio;  
onde a lama  
começa do rio;  
onde a terra  
começa da lama;  
onde o homem,  
onde a pele  
começa da lama;  
onde começa o homem  
naquele homem.

Difícil é saber  
se aquele homem  
já não está  
mais aquém do homem;  
mais aquém do homem  
ao menos capaz de roer  
os ossos do ofício;  
capaz de sangrar  
na praça;  
capaz de gritar  
se a moenda lhe mastiga o braço;  
capaz de ter a vida mastigada  
e não apenas  
dissolvida  
(naquela água macia  
que amolece seus ossos  
como amoleceu as pedras).

Um fator central e marcante da contribuição cabralina para o campo literário pernambucano é a construção de uma paisagem literária. Queremos dizer com isso que imagens que consideramos naturais, como a ideia do retirante, por exemplo, na verdade foram formadas em momentos históricos específicos. Esse esforço pode ser visto no *Cão sem plumas*, na metonímia entre homem e natureza, e será percebido em boa parte da obra do poeta. Podemos salientar a produção presente em dois livros pouco cotejados pela crítica

especializada. Um deles é a *Paisagem com figuras*, de 1955, e o outro é *Quaderna*, de 1959. Em ambos aparece um paralelo entre a paisagem nordestina e a espanhola no qual, pelo contraste e semelhança, vai se formando uma identidade visual. A paisagem humana é mostrada pela ótica da carência, com a vertente pernambucana, sobretudo, tendo o acento da pobreza e aspereza. Isso pode ser percebido no Pregão turístico do Recife, que tenta mostrar, a contrapelo do estereótipo para estrangeiros, uma visão visceral da cidade onde sua “gente que se estagna/ nas mucosas deste rio,/ morrendo de apodrecer/ vidas inteiras a fio”. Esse poema será ecoado anos mais tarde na perspectiva de formação de um guia alternativo do Recife no poema *Guia prático*, de Carlos Pena Filho, que veremos mais à frente. Para exemplificar esse processo, queremos destacar uma série de poemas chamada *Cemitério pernambucano*, em que o poeta trata sobre o duelo constante entre a morte e a vida. Vitoriosa, a vida se estabelece como a senhora da paisagem. A morte, sua falta, tem o equivalente da concisão necessária para o poema. Os mortos, em sua abundância, são o adubo necessário para a vida, como é necessária a petrificação da linguagem dar cabo à criação. O horizonte da morte, na qual é afogado o homem nordestino, pode ser lido no poema *Cemitério Pernambucano* (São Lourenço da Mata):

É cemitério marinho  
mas marinho de outro mar.  
Foi aberto para os mortos  
que afoga o canavial.

As covas no chão parecem  
as ondas de qualquer mar,  
mesmo as de cana, lá fora,  
lambendo os muros de cal.

Pois que os carneiros de terra  
parecem ondas de mar,  
não levam nomes: uma onda  
onde se viu batizar?

Também marinho: porque  
as caídas cruzeiros que há  
são menos cruzeiros que mastros  
quando a meio naufragar.

As produções que mais evidenciam a denúncia das mazelas sociais, ao passo que apresentam uma linguagem mais acessível, são os livros *O Rio*, de 1953, e *Morte e vida Severina*, de 1955<sup>99</sup>. Eles foram publicados na mesma seção da coletânea *As duas águas*,

---

99 A fim de não nos estendermos na análise da obra cabralina, deixamos de lado a menção direta do livro *Dois parlamentos*, publicado em 1960. Este livro fechou o ciclo de poemas longos com índole social, que havia começado com o *Cão sem plumas*. Nele aparecem duas perspectivas: a primeira, de um senador sulista que visita

como se tivessem em comum mais a necessidade de mostrar o real do que de pensar sobre o fazer poético — como o *Cão sem plumas* e *Uma faca só lâmina*, que estavam no mesmo espaço. Ambos os poemas, como bem ressaltou Secchin, parecem estar de acordo com a preocupação do poeta de estabelecer uma função social comunicativa para a poesia. Ele defendia que, por mais que a poesia moderna tenha lidado com a realidade objetiva e subjetiva, não conseguiu estabelecer uma ligação íntima entre a inovação formal e a vida cotidiana dos leitores. Para restabelecer esse contato deveria não só se ater aos novos meios de comunicação, como o rádio, mas também reestabelecer as práticas orais, que são mais digeríveis. Essas ideias foram apresentadas em uma conferência de 1954 chamada *A função social da poesia*, onde lemos:

Mas os poetas desprezaram não apenas os meios de comunicação postos a seu dispor pela técnica moderna. Também não souberam adaptar às condições de vida moderna os gêneros capazes de serem aproveitados. Deixaram-nos cair em desuso (a poesia narrativa, por exemplo, as *aucas* catalãs, antepassados das histórias de quadrinhos), ou deixaram que se degradassem em gêneros não poéticos, a exemplo da anedota moderna, herdeira da fábula. Ou expulsaram-nos da categoria de boa literatura, o que aconteceu com as letras de canções populares ou com a poesia satírica. (NETO, 1954)

No primeiro livro, *O rio*, o Capibaribe se converte em eu lírico ao narrar seu curso do Sertão ao litoral. Esse poema baseado na estrutura simples das canções ibéricas de *Mio Cid* tem um ritmo candente e de fácil apropriação, típico do romance de cordel. O texto começa com a descrição da paisagem sertaneja, dando ênfase à figura do retirante, que acompanhará a trajetória do rio até o mar. Essa imagética, antes de mero acaso, foi construída no final dos anos de 1940, quando o processo de êxodo rural se intensificou, dando novo fôlego a imagem do migrante sertanejo. Esse paralelismo entre as pessoas e o Capibaribe, irmanados em sua migração que tenta escapar da morte, é realçado também quando chega na Zona da Mata, onde o rio, além de um receptáculo das histórias humanas que o acompanham, também se torna um observador da história econômica. As usinas e seu exército do canavial devoram, não só as vidas dos homens, mas também os antigos engenhos em sua honorável decadência. Essas transformações — que remetem à mudança da estrutura fundiária do Estado, já trabalhada na introdução, — revelam o quanto é violento o ciclo de destruição presente no intestino da produção açucareira. Perante esse quadro, quando o rio chega ao Recife, em sua

---

o polígono das secas e tenta minimizar e descrever o vazio do sertanejo. A segunda é a voz de um deputado nordestino que, na festa da casa grande, descreve a vida do trabalhador de engenho. É interessante que ambas as falas se dão em uma perspectiva distanciada, sendo a primeira, regional e a segunda, de classe. O poema ainda tem uma estrutura interna organizacional bastante sistemática. Isso nos lembra um aspecto que será aprofundado por Cabral em poemas posteriores como o *Serial* e a *Educação Pela Pedra*.

urbanidade excludente, é sublinhado uma crítica às “elites espirituais” locais que, remetendo ao *O cão sem plumas*, ignoram a degradação que os rodeia.

Na cidade – que nos anos de 1950, como vimos, passa por profundas transformações – em que o êxodo rural cresce em companhia dos mucambos, o poeta esboça a geometria dessa nova urbe suja de lama e marcada pela fome. Só resta ao rio sua “simpatia calada” perante a realidade. Tentar entender a miséria humana além da estatística, acentuar na urbe seu léxico impuro, marca o final da viagem do Capibaribe:

A não ser esta cidade  
que vim encontrar sob o Recife:  
sua metade podre  
que com lama podre se edifica.  
É cidade sem nome  
sob a capital tão conhecida.  
Se é também capital,  
será uma capital mendiga.  
É cidade sem ruas  
e sem casas que se diga.  
De outra qualquer cidade  
possui apenas polícia.  
Desta capital podre  
só as estatísticas dão notícia,  
ao medir sua morte,  
pois não há o que medir em sua vida.

Seguindo essa trajetória, temos o segundo poema *Morte e vida Severina*, que retoma alguns temas e imagens de livros anteriores. Feito para o teatro, o texto apresenta a marcante oralidade com formas rítmicas ainda mais próximas da tradição nordestina. O personagem central agora é um homem, o retirante Severino. Logo de início, quando tenta se definir, acaba, a cada frase, perdendo sua identidade. É como um indivíduo imerso em sua condição severina, no anonimato coletivo (SECCHIN, 1999). E não existe maior comunhão entre os homens do que a inescapabilidade da morte. É essa amarga companheira que vai se mostrando, na tragédia das pessoas empobrecidas no caminho, sua forte toada. No Sertão é que começa a atração para a morte que marcará todo o livro, quando o viajante se depara com dois homens carregando um morto. Depois, ao travar diálogo com a rezadeira, é acentuado ainda mais que a morte é, por fim, o melhor negócio que resta. Severino, assombrado com o canavial na Zona da Mata, imagina que aquele abundante verde pode enfim reter seus passos. Porém, essa pujança é apenas a máscara para mais um deserto: o dos homens que trabalham no eito, ao passo que cavam e fertilizam a própria sepultura.

No Recife, em uma conversa com dois coveiros, ele percebe que a morte é de fato onipresente, a única coisa que muda é o modo como as classes sociais diferenciam o ritual de passagem — o cemitério de Casa Amarela, para os pobres, e o de Santo Amaro, para os ricos. Percebe que a morte, seca no Sertão, só se transforma ao se fazer líquida na capital. O retirante decide, então, dar cabo de sua vida, sendo desaconselhado pelo mestre Zé de Carpina. A narrativa muda de foco quando uma mulher vem chamar o mestre para avisá-lo do nascimento do seu filho. Nesse momento em que o auto se encerra, a vida apresenta sua ode: mesmo que seja difícil, na voz da primeira cigana, ou bela como na predição da segunda; mesmo que tenha pouco para oferecer, como os mirrados presentes das visitas, é a obsessão<sup>100</sup> pela vida, sua luta diária contra a degradação, que redime esse longo poema, como nas palavras do Mestre Zé de Carpina:

Severino, retirante,  
 deixe agora que lhe diga:  
 eu não sei bem a resposta  
 da pergunta que fazia,  
 se não vale mais saltar  
 fora da ponte e da vida  
 nem conheço essa resposta,  
 se quer mesmo que lhe diga  
 é difícil defender,  
 só com palavras, a vida,  
 ainda mais quando ela é  
 esta que vê, severina  
 mas se responder não pude  
 à pergunta que fazia,  
 ela, a vida, a respondeu  
 com sua presença viva.

E não há melhor resposta  
 que o espetáculo da vida:  
 vê-la desfilar seu fio,  
 que também se chama vida,  
 ver a fábrica que ela mesma,  
 teimosamente, se fabrica,  
 vê-la brotar como há pouco  
 em nova vida explodida  
 mesmo quando é assim pequena  
 a explosão, como a ocorrida  
 como a de há pouco, franzina  
 mesmo quando é a explosão  
 de uma vida severina.

---

100 Sobre o valor da obsessão, em relação ao seu livro *Uma faca só lâmina*, disse em entrevista Cabral: “Vejo um caráter muito mais ético do que poético nesse poema. Falo da vantagem de se viver com uma obsessão, não importa qual: pode ser uma ideia política, o amor de uma mulher. A pessoa torna-se mais lúcida, mais criativa, mais capaz, se tem uma obsessão. Coloquei mais tarde o subtítulo – *da serventia das ideias fixas* – para facilitar a compreensão do texto”. SECCHIN, Antonio. Entrevistas com João Cabral de Mello Neto. João Cabral: A poesia do menos (1999, p. 325-333).

O escritor Mauro Mota, que produziu uma obra bem diferente de João Cabral, é também de suma importância para este trabalho. Um primeiro ponto a ser considerado decorre deste poeta comandar o suplemento literário do Diário de Pernambuco nesse período e, simultaneamente, ser membro da Academia Pernambucana de Letras. Nessa época, o jornal era muito presente na vida cultural da cidade e aquele que coordenava seu suplemento de cultura tinha relevante poder de ressonância entre a elite letrada. Mauro foi responsável por publicar vários jovens escritores que veremos mais à frente, com destaque para Carlos Pena Filho, de quem Mota leu seus primeiros poemas e publicou o texto *A marinha*, nos jornais no início dos anos de 1950. O primeiro livro de poesia de Mauro, *Elegias*, foi publicado apenas em 1952, porém seus poemas datam da década anterior e já tinham sido publicados espaçadamente em jornais. A temática social na produção do escritor remete ao poema *Boletim sentimental da guerra do Recife*, que trata das meninas que foram seduzidas e abandonadas pelos soldados americanos que serviram no litoral pernambucano. Porém, é somente no livro *A tecelã*<sup>101</sup>, de 1956, publicado pelo gráfico amador<sup>102</sup>, que essa temática ficará mais evidente. Nessa obra são retratadas as penúrias de uma operária que, sendo mãe solteira, precisa acordar cedo para começar a jornada da fábrica. Esse mundo industrial, que aparece com menos frequência em João Cabral, é desenvolvido nesse poema. O apito da fábrica não somente desperta para a labuta, mas também sublinha um cotidiano de privações:

Toca a sereia na fábrica  
e o apito como um chicote  
bate na manhã nascente  
e bate na tua cama

---

101 O setor têxtil tinha uma participação, muitas vezes majoritária, de mulheres na linha de trabalho. Essas operárias levavam muitas desvantagens se comparadas aos homens. Desde salários mais reduzidos até horários de atividades mais extenuantes. Também exerciam funções com menor poder hierárquico, caracterizadas pelo trabalho duro nas máquinas. Outro fator importantíssimo para acentuar a exploração era o que podemos conceituar como dupla jornada. Além de exercerem atividades nos serviços normais, ainda tinham os encargos das responsabilidades domésticas. Para compreender esse processo, o trabalho de Luciana Varejão é essencial, primeiramente pela contextualização da indústria têxtil do Recife no início dos anos de 1960, em que trabalha o contexto econômico e político que influía nesse setor. Depois podemos destacar o grande trabalho documental baseado na análise serial dos processos trabalhistas do TRT, buscando um estudo qualitativo e quantitativo, no qual os gráficos e os relatos processuais se fundem. Porém, o foco é a caracterização da mulher dentro desse setor econômico, no qual a resistência jurídica e nos movimentos sociais se sobrepõe aos obstáculos que se apresentam para o pleno desenvolvimento dos direitos das trabalhadoras. Ver Varejão, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: o labor e o em fretamento ao patronato no setor têxtil do Recife (1960-1964)*. Dissertação, UFPE-CFCH, Recife, 2011.

102 O gráfico amador foi um movimento de publicação que contou com uma profunda reflexão sobre o livro como objeto de arte. Esses livros tinham diagramação bem trabalhada e contavam com ilustrações de artistas como Aluísio Magalhães. Publicou vários escritores. Entre os pernambucanos, podemos destacar João Cabral de Mello Neto, Carlos Pena Filho, Sebastião Uchoa Leite e Gastão de Holanda. Coincidentemente, tirando o livro de Leite, todos os citados acima tinham certo conteúdo social. O gráfico, que tinha como participantes Orlando da Costa Ferreira, Aluísio Magalhães, Gastão de Holanda e José Laurênio de Melo, serviu como ambiente de sociabilidades. Ver Teixeira, Flávio Weinstens. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2007.

no sono da madrugada.

Ternuras de áspera lona  
pelo corpo adolescente.  
É o trabalho que te chama.  
Às pressas tomas o banho,  
tomas teu café com pão,  
tomas teu lugar no bote  
no cais de Capibaribe.

Deixas chorando na esteira  
teu filho de mãe solteira.  
Levas ao lado a marmita,  
contendo a mesma ração  
do meio de todo o dia,  
a carne-seca e o feijão.

De tudo quanto ele pede,  
dás só bom dia ao patrão,  
e recomeças a luta  
na engrenagem da fiação.

O poema também demonstra uma ideia de continuidade do trabalho, como se a miséria, passando por gerações — como na apresentação de Severino em *Morte e vida Severina* — fosse a marca que a tecelã devesse carregar. Seu avô planta o algodão e suas pequenas irmãs o colhem. O trabalho em sua face degradante corrói o corpo e diminui a alma. A tecelã é reduzida à máquina que ela comanda. Essa alienação do indivíduo, a cultura do trabalho operário, torna a vida um objeto:

Ai, tecelã sem memória,  
de onde veio esse algodão?  
Lembras o avô semeador,  
com as sementes na mão,  
e os cultivadores pais?  
Perdidos na plantação  
ficaram teus ancestrais.  
Plantaram muito. O algodão  
nasceu também na cabeça,  
cresceu no peito e na cara.

Dispersiva tecelã,  
esse algodão quem colheu?  
Tuas pequenas irmãs,  
deixando a infância colhida  
e o suor infantil e o tempo  
na roda da bolandeira  
para fazer-te fiandeira.

Ai, tecelã perdulária,  
esse algodão quem colheu?  
Muito embora nada tenhas,  
estás tecendo o que é teu.

Teces tecendo a ti mesma  
na imensa maquinaria,

como se entrasses inteira  
na boca do tear e desses  
a cor do rosto e dos olhos  
e o teu sangue à estampana.

O processo descritivo do cotidiano da tecelã não deixa de apontar as contradições e, sobretudo, hipocrisias da sociedade. Como no *Cão sem plumas* e *O rio*, de Cabral, é mostrada a indiferença, sobretudo da elite, para com esses indivíduos marginalizados. Pode-se dizer que isso tenha uma função comunicativa implícita de denunciar essa realidade; como se quisesse, pelo choque, fundar uma sensibilidade. É assim que diz a tecelã que: “Vestes o Recife e voltas/ para casa, quase nua”. A contradição se sedimenta no choque entre a vida da trabalhadora e de outras meninas da mesma idade:

Vestes as moças da tua  
idade e dos teus anseios,  
mas livres da maldição  
do teu salário mensal,  
com o desconto compulsório,  
com os infalíveis cortes,  
de uma teórica assistência,  
que não chega na doença,  
nem chega na tua morte.

Com essa policromia  
de fazendas, todo o dia,  
iluminas os passeios,  
brilhas nos corpos alheios.

E essas moças desconhecem  
o teu sofrimento têxtil,  
teu desespero fabril.

Teces os vestidos, teces  
agasalhos e camisas,  
os lenços especialmente  
para adeus, choro e coriza.

Teces toalhas de mesa  
e a tua mesa vazia

Toca a sereia da fábrica,  
e o apito como um chicote  
bate neste fim de tarde,  
bate no rosto da lua.  
Vais de novo para o bote.  
Navegam fome e cansaço  
nas águas negras do rio

Como podemos ver, de maneira bastante resumida, existe uma tradição literária pernambucana bastante ativa na primeira metade do século XX. Em sua face mais social, temos as práticas literárias dos romancistas da década de 1930. Depois, e de modo mais claro,

dois escritores importantes simbolizaram essa poética no período. O primeiro, de modo mais extensivo e intensivo, foi João Cabral e o outro, Mauro Mota. Ambos serviram aos participantes da formação de 1950 como pioneiros ou introdutores no universo poético da cidade. Suas imagens e construções formais se tornaram presentes nos escritores vindouros. Porém, um ambiente político e cultural que teve grande ebulição no final da década de 1950 acabou caminhando em paralelo com determinada acentuação no engajamento social da literatura. Esses novos escritores aprofundaram as imagens de miséria e da representação do povo na literatura. Alguns somaram a elas o conceito de revolução e reforma. Vamos, ao seu tempo, começar a narrar a trajetória desses escritores.

#### 4.2 DELINEANDO UMA FORMAÇÃO

A formação de escritores que começaram a publicar nos anos de 1950 ocuparam papéis importantes — e como veremos variáveis — dentro da estrutura de sentimento que embasava uma poética engajada. Esses escritores lidavam com a múltipla rede de influência que vinha desde os anos de 1920. Também se aproveitavam, como veremos, de determinadas tendências da literatura mundial. Devemos mostrar como se formou essa rede de escritores para, depois, nos aprofundarmos no momento em que estes criam notações sobre a miséria. Nesse grupo, todos eram estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que começaram a despontar na cena literária nos jornais locais, apadrinhados pelos mestres de outras épocas. Nomes como Edilberto Coutinho, Edmir Domingues, Félix de Athayde, Francisco Bandeira de Mello, Fernando Pessoa Ferreira, Paulo Fernando Craveiro, Olímpio Bonald Neto, Audálio Alves e Carlos Pena Filho enquadravam-se nessa formação. Em comum, além da sociabilidade acadêmica, também confraternizavam em locais da boemia recifense, apelidada de “a outra universidade” por Carlos Pena Filho — como o Bar Savoy<sup>103</sup>.

---

103 Esses lugares, antes de simples locais de diversão, eram também formadores intelectuais. O contato entre os artistas, políticos, jornalistas, críticos, professores, estudantes e diversos outros grupos transformava-se em um rico meio de cooperação de ideias e engendramento de amizades, essenciais para a construção de uma obra poética. Foi nesse ambiente, por exemplo, que um Carlos Pena se descobriu letrista, em colaboração com um Capiba, no sucesso *A mesma rosa amarela*. Podemos dizer que a boemia recifense era uma escola, uma alternativa ao academicismo universitário, que impulsionava o livre pensar, onde as pessoas poderiam encontrar pensamentos análogos a respeito da realidade da cidade e, a partir disso, formar um discurso colaborador que poderia se transformar em iniciativas reais. O Bar Savoy, especificamente, de grande importância para esse grupo, inspirou um livro de memórias feito por Edilberto Coutinho, em que é retratado o mundo irreverente da boemia recifense, onde as disputas intelectuais conviviam com piadas e poemas humorísticos. A história “oficial” da cidade passava pela lente desta “outra vida” da boemia. O próprio ambiente do bar remetia à memória poética: placas de bronze com poemas eram enfeites. Nos anos 1980, pintaram um mural com seus

Como visto sobre a história da urbanização do Recife, é latente o quanto esses escritores experimentaram as contradições de uma cidade que se transformava em sua modernidade. Especialmente por serem jovens, uma categoria que vinha se afirmando desde o século XIX, o peso das obrigações materialistas do capitalismo se confrontavam num momento que prometia liberdade e criatividade. Como bem avaliou Antônio Candido, ao tratar da história da poesia na comunidade paulista, a juventude era um espaço momentâneo de permissividade antes da entrada efetiva na idade adulta. Esse momento de indefinição era, e ainda é, bastante ambíguo. O entusiasmo de uma liberdade crescente empaca nos limites das determinações sociais. O jovem escritor, ao lado da fraternidade das amizades, sente um isolamento e melancolia crônica. O mundo relegado à imaginação livre da arte não se estende à sociedade, que o impele à responsabilidade.

A cultura burguesa cria o hedonismo juvenil só para retirá-lo em seguida. Essa amargura efusiva que é a juventude, com relevo na década de 1950, passava por uma reestruturação de seu nível de interpretação. Autores americanos como William Saroyan, em seu livro *A comédia humana* ou *O apanhador no campo de centeio*, de J. D. Salinger, de grande sucesso no pós-guerra, interpretam bem o conflito juvenil e as obrigações sociais. No caso francês, temos a marginalidade heroica de um Jean Genet em seu *Diário de um ladrão*, que mistura bem a condição de extrema pobreza com a rebeldia artística e moral (ilustrada por sua homossexualidade) e o existencialismo que, na figura de Sartre e Camus, ao transferir os argumentos ontológicos à responsabilidade individual da liberdade, mostrava-se como a doutrina mais importante do término da guerra europeia. Estes autores tornavam-se uma referência para os novos estudantes<sup>104</sup>.

A produção literária sobre a juventude impulsionava os escritores pernambucanos a escreverem sobre sua experiência, utilizando notações bastante particulares. Nessa época, foram realizados — primeiro no Paraná, depois na Bahia e, por fim, em Pernambuco — os Congressos de Escritores Juvenis, entre os anos de 1950 e 1952. As delegações

---

frequentadores ilustres e batizaram o primeiro andar de Canto do Poeta. Em *Paris boemia*, Jerrold Seigel percebe bem como nesses espaços não institucionais, nessas fronteiras não delimitadas da boemia, há um sintoma da nova realidade de classe e política que os artistas, sobretudo jovens, tinham que passar na sociedade capitalista. A arte exigia que a existência também fosse estética, ao contrário do pragmatismo burguês mercadológico.

<sup>104</sup> Essa trajetória de leitura pode ser constatada na documentação. Em orelha biográfica do seu primeiro livro, Edilberto Coutinho cita Saroyan como seu escritor favorito e relata um fato engraçado. Quando ainda cursava o ginásio, em Curitiba, e participava do jornal da escola, pediram-lhe que fizesse um perfil de um grande escritor, sendo sugerido o de Rui Barbosa. Em vez disso, escreveu o de Jean Genet, causando um escândalo. Sobre o existencialismo, a sua influência na formação é bastante óbvia. Só para nível de concretização, vale ressaltar a participação e visita de Sartre e Simone de Beauvoir, que foram levados ao Savoy durante um congresso de escritores no Recife em 1960.

pernambucanas tiveram Edilberto Coutinho e Aderbal Jurema como representantes. Foi em um desses que Carlos Pena recitou seus primeiros poemas.

Nesse contexto amplo, de contrição da juventude, podemos perceber logo na primeira produção desse grupo que não foi em literatura, mas sim em ensaio, que demonstrava os signos do desconforto. Evaldo Cabral de Mello, que se tornaria um grande historiador, na época aos 16 anos, lançava um trabalho intitulado *Aspectos da descaracterização do Recife*, com prefácio de seu primo Gilberto Freyre. Esse livro foi publicado no ano de 1951 por uma editora organizada por jovens autores e estava ligada às edições do Grêmio Literário Rui Barbosa. Vemos de forma clara o desconforto operante em uma cidade que se metamorfoseava sem pedir licença aos seus habitantes. O intelectual recebe o processo estarecido: “O Recife está ameaçado. Ameaçado terrivelmente de descaracterizar-se. De ser absorvido por outro Recife: o Recife que está começando a nascer. Um outro Recife. Um Recife estranho aos olhos dos provincianos” (MELLO, 1951).

Esse estranhamento da externalidade da modernidade urbana se dava, em sua ambivalência, acompanhado de uma reinterpretação da consciência individual, dos valores internos que regeriam um artista enquanto jovem. Um vivente dentro de uma sociedade cada vez mais massificada e mercadológica. A modernização não é uma experiência que se retém na construção de cidades, é também a formação, ou pelo menos, a percepção de uma nova arquitetura do indivíduo.

O segundo rebento da formação, também em 1951, é um livro de poemas de outro organizador do Grêmio, o então estreante Carlos Pena Filho em seu *Tempo de busca*. O entendimento material de Evaldo Cabral será tracejado em uma vivência lírica singular<sup>105</sup>. Concilia, então, a forma poética, rígida e formal do soneto com o conteúdo ensimesmado de um poeta devotado à solidão em sua busca psicológica. Isso pode ser captado nesse poema escrito no livro *Dez sonetos escuros*, entre 1953 e 1956:

**A solidão e sua porta**  
A Francisco Brennand

Quando mais nada resistir que valha  
a pena de viver e a dor de amar  
e quando nada mais interessar,  
(nem o torpor do sono que se espalha).

---

105 Especificamente nessa primeira fase, vemos dois sonetos que retratam o adolescente: *Soneto da puberdade*, em o *Tempo de busca*, e *Retrato breve do adolescente*, entre os poemas que não foram lançados em livro.

Quando, pelo desuso da navalha  
a barba livremente caminhar  
e até Deus em silêncio se afastar  
deixando-te sozinho na batalha

a arquitetar na sombra a despedida  
do mundo que te foi contraditório,  
lembra-te que afinal te resta a vida

com tudo que é insolvente e provisório  
e de que ainda tens uma saída:  
entrar no acaso e amar o transitório.

O isolamento se alinha à percepção da transitoriedade das coisas. O torpor de uma existência sem referências, desistente, se sustenta em amar a ocorrência do acaso. Podemos perceber que a construção poética se inclina a um psicologismo<sup>106</sup> e uma cadência quase simbolista<sup>107</sup> dos versos. Apesar de manter o rigor da forma, essa perspectiva difere bastante da superfície plástica e artesanal, proposta no movimento de 1945. Esse afastamento é exposto em sua filiação ambígua neste trecho crítico de Carlos Pena, que diz daquela produção passada “pela impossibilidade do eco, por ausência do original francês, tomaram os mais disparatados caminhos [...] cultivaram mais o *enjambement* parnasiano do que todo o parnasianismo junto” ou que faziam “tudo demasiado lógico e excessivamente repetido. Em pouco tempo, lugar-comum” (1953 apud COUTINHO, 1983). Esse texto foi escrito em um prefácio para o poeta Carlos Moreira que, mesmo mais velho, compunha o grupo dos novos escritores de 1950. O intimismo, que marcaria essa nova poética em sua íngreme relação com o formalismo clássico, mostra uma experiência cultural pré-emergente. A produção da linguagem adepta ao universal do movimento de 1945 se encontra dialeticamente com a subjetividade, a vida particular, desses jovens escritores.

Como poderemos perceber, ao fazer o paralelo entre a condição do artista e a modernização pujante da pólis em sua renovação de costumes e relações de poder, logo notamos que não há nada mais cultural do que a forma como um homem se porta na solidão, na ausência dos olhos estranhos. Na verdade, o próprio conceito de solidão — construído, por

---

106 Utilizo esse termo no sentido de uma construção lírica centrada na introspecção e desvelamento da subjetividade do poeta.

107 Carlos Pena morou um bom tempo em Portugal. Entre suas influências centrais, temos Antônio Maria, um dos mais importantes simbolistas lusos. Utilizo esse conceito pela introdução formal de alguns elementos desse estilo na formação de 1950 como a sinestesia — mediada pelo uso da cor — e uma preocupação com aliterações.

exemplo, como princípio da verdade literária em *Cartas a um jovem poeta*, de Rilke<sup>108</sup> — desenvolveu-se na própria interpretação que os homens contemporâneos faziam de si mesmos. A consequência imediata dessa mônada que se impelia ao indivíduo nas cidades era a consciência da incomunicabilidade. Em um conto, na abertura de seu primeiro livro, Carlos Pena discorre sobre o abismo que separa o mundo paterno e adulto dos “velhos paletós azuis cheirando a maçã,” daquele do “fabricante de brinquedos”, que era o ofício do artesão das palavras, concluindo que “a distância era silenciosa e perigosamente enorme”. A mudez que se relegou à modernidade é sintoma de uma crise de experiência, como bem indicou Walter Benjamin<sup>109</sup>. A dificuldade de compreensão que, até hoje é um tocante, se agravava na babel do capitalismo. Éramos ricos em meios tecnológicos, mas pobres no modo e intensidade com que nos exprimíamos. Essa é a temática central de muitos trabalhos iniciais da formação de 1950.

Um dos resultados possíveis perante a constelação de visões interiores, presente na poética dos anos de 1950, é a interpretação particular do regime do tempo. O presente é sempre visto com hostilidade, não somente pelo excesso de estímulos, mas pelo seu tédio patológico. Esse último que, para Benjamin era o “pássaro de sonho que chocava os ovos da experiência” (BENJAMIN, 1985, p. 204), perde sua potencialidade criativa. A cidade monstruosa<sup>110</sup> é vista em sua vacuidade. Fernando Pessoa Ferreira em seu livro de poemas, *A solidão na gaveta*, produz a alegoria que, no poema *Cidade Noturna* (1955), diz “de onde observo, não vejo/ os chifres e alados/ nem olhos, sua fonte/ de arguta ferocidade/ Mas posso ver o deserto,/ humana monotonia,/ construído com perícia/ nos flancos da alimária” (FERREIRA, 1958, p. 45). A bestialidade condiz ao deserto humano da urbe. Isso permanece, não de forma explícita, em diversos poemas contemplativos no seu primeiro livro *Os instrumentos do tempo*, no qual a experiência das horas se alonga vagarosamente em descrições minuciosas e, a seu modo melancólicas, do cotidiano. Essa tendência é ainda presente em Paulo Fernando Craveiro em seu livro de crônicas *O homem só*. Nessa obra, a

---

108 Livro que influencia amplamente o movimento literário de 45, tendo um prefácio instigante, em sua beleza e condição de documentação histórica, de Cecília Meireles.

109 Existem duas interpretações dentro das obras benjaminianas. A do texto *Experiência e pobreza*, mais otimista, que vê na miséria comunicativa da modernidade a possibilidade de criar a partir do vazio, como no Teatro Épico de Brecht. Já no texto *O narrador*, mais pessimista, a perda da capacidade de expressão é vista como irremediável, como algo que encerra o homem em sua decadência.

110 Como bem sugeriu Williams no livro *O campo e a cidade*, ao tratar da retratação de Londres na literatura, essa convenção da monstruosidade da cidade é bastante forte na literatura ocidental. A voragem disforme e caótica da urbe engole os homens e os seus sonhos.

descrição da vida doméstica, da casa nas madrugadas ou em dias de chuva, é uma extensão da mesmice solitária do indivíduo.

A aversão ao presente, nesta fase da formação, faz surgir o primeiro movimento de fuga<sup>111</sup>, marcado pelo símbolo da rememoração. O passado é, como uma verdadeira idade do ouro, o lugar predileto para o escapismo<sup>112</sup>. Edmir Domingues escreve em *Balada* — no qual conta o desaparecimento intempestivo dos cavalos de infância no seu livro premiado *O Corcel de Espumas* —, os seguintes versos: “Se fora a fuga na infância/ talvez nunca se notasse,/ mas nesta quadra presente/ salta aos olhos e a mágoa” (DOMINGUES, 1996, p. 130). César Leal<sup>113</sup>, que era um poeta que despontava também na década de 1950 em seu livro, *Invenções da noite menor*, associa essa fuga memorialística ao passado rural em seus *Quatro poemas rurais*, escritos antes de 1957. A fuga para a infância, a nostalgia, é temática comum na poesia desde as gerações românticas. Na geração de 1920, ela era ligada ao passado senhorial e agremiações populares. Porém, na fase dessa formação de 1950, além de eleger o passado rural, o escape era para um modo diferente de interioridade. Era uma época em que as relações eram puras, onde a ganância e a indefinição eram afrontadas pela honestidade do passado, no qual a consciência era livre. Esse choque é visto nos contos de Edilberto Coutinho, tanto no *Onda boiadeira* quanto no *Contos II*. No conto *A rosa morta*, presente no primeiro livro de 1954, vemos o caminhante solitário e amargurado perante a infância perdida, maculada pela superficialidade banal do presente. Trata-se de uma convenção literária, como bem ressaltou Williams em *O campo e a cidade*: “A cidade moderna vinha associada, desde o início, à imagem de um homem caminhando, como se sozinho, pelas ruas” (WILLIAMS, 2011, p. 382). Isso se revela de maneira mais potente também nas crônicas de Paulo Fernando Craveiro, como na chamada *Homem na rua*, em que afirma que “uma rua é mais do que uma rua no momento em que o homem passa” (CRAVEIRO, 1959, p. 117). Porém, é na crônica intitulada *Aquela rua longa*, em seu livro *O homem só*, que vemos a imagem mais interessante do périplo do caminhante. O autor descreve uma rua infinita, em

---

111 Fuga nesse sentido não é utilização desgastada do poeta como nefelibata que simplesmente escapa à realidade, mas sim como movimento imaginativo de edificação de uma realidade outra que, sendo própria da ficção, interage com outros elementos múltiplos da realidade. Nesse caso, há uma ligação entre a ação dos poetas perante a modernização (representada nessa fuga) da cidade e suas consequências.

112 Esse tema pode ser encontrado também, além dos poemas citados, em várias produções do período, como nas prosas já citadas de *Os gestos* e *Os escorpões*, nos poemas de Audálio Alves, Olímpio Bonald, Francisco Bandeira de Mello e Carlos Pena Filho.

113 César Leal (1924-2013) nasceu em Saboeiro (CE) e graduou-se em jornalismo na Unicap. Foi professor universitário e fundador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE. Foi membro do conselho da Fundação Joaquim Nabuco e eleito para Academia Pernambucana de Letras. Participou ativamente como crítico literário em vários jornais da cidade e recebeu diversos prêmios como o Machado de Assis e condecorações como a de honra ao mérito da República Italiana.

sua repetição maquinal de casas, na qual o protagonista se encontrava sem referência ou rumo, sem uma “bússola”. No final, a angústia era reinante: “Depois havia ainda o escuro, e eu dentro dele, sem paz, continuando na rua que não terminava mais, sem perdão, sem perdão” (CRAVEIRO, 1959, p. 40). A contemplação da cidade é muito forte nesse escritor, a ponto de quase podermos defini-lo — não plenamente, devido ao anacronismo do termo se aplicado a essa fase da modernidade — como *flâneur*.

Voltando ao conto de Coutinho citado, para servir de exemplo, é narrada à casa da avó e o amor primário pela prima, que são controvertidos por uma festa com cigarros e uísque. O narrador enquanto ia para a comemoração, pensava:

Nessa rua havia luzes. Mas a iluminação não me alegrava. Era um tempo friorento. Quase me arrependi de não ter aceito um lugar no automóvel. Mas seria muito pior se tivesse ficado na cama intranquilo e medroso àquela hora da noite. Ficaria imaginando que fora do meu quarto estaria o céu escuro encobrindo os fantasmas mais que brancos, que empurravam para o lugar das coisas inúteis a rosa e a infância morta, o céu pesado da festa, do primo, da avó e da música, do retrato, céu escuro e pesado que tombava sobre meus ombros como castigo de caminho sem esperança. (COUTINHO, 1954).

O segundo movimento de fuga, não é tão ligado ao gênero memorialístico, é aquele que se embasa em intenções mais concretas. É literalmente o da saída do adolescente de casa, desvencilhando-se de suas origens e conforto do lar e aspirando a uma renovação da vida. Esse movimento é geralmente acompanhado do encerramento do estereótipo provinciano da cidade, ao mesmo tempo que é uma busca pela liberdade. A negação da figura maternal da rotina é confrontada com as possibilidades vindouras da viagem. É um movimento contraditório, se comparado ao anterior, pois se encerra na abertura ao futuro. Essa ambiguidade, como analisada, é própria da modernidade, da sedução e repúdio ao novo. Entretanto, nos anos de 1950, esse corte nunca era radical, uma ruptura completa com as raízes, pois sempre terminava com a volta do nativo que assim confrontava suas lembranças. Isso pode ser percebido no livro *Os escorpiões*, em que o protagonista recorre à viagem de navio para Europa, e no conto *A partida*, de Osman Lins, que mostra a saída de um jovem da casa da avó.

Esse também é o tema dos contos *A viagem* e *A volta das horas*, de Edilberto Coutinho. O primeiro retrata o crescimento de uma criança mimada e alienada do mundo que ao viajar ao Rio de Janeiro, encontra sua identidade e retorna para uma reinterpretação dos seus laços com a família. No segundo, a perspectiva é invertida: uma mãe melancólica reflete

motivo da saída do filho. No entanto, é em uma crônica de Paulo Fernando Craveiro que vemos o escape, presente na viagem, uma relação visivelmente pessoal contra o reducionismo panorâmico do Recife:

Os aviadores devem ter uma visão particular do Recife. Lá do alto verificarão que a cidade é mansa como moça que vai à missa. O rio andando pelo centro e pelos subúrbios. As débeis luzes fosforescentes de dentro desta noite na América.

Sinto-me humilde perante as pessoas que estão agora habitando o avião. A altura dá uma grandeza e uma categoria de superioridade. Todo o Recife pode ser contido de uma só vez no olhar.

No meu quarto não posso ver coisas definitivas. Existem apenas móveis sonolentos e alguns livros que dizem as coisas que preciso. E uma vaga fotografia lembrando cidade estrangeira.

Valho muito pouco diante da comparação entre o meu quarto e o avião.

Dia virá em que farei parte do avião. As pessoas são também o avião. Importantes quanto as asas, as hélices, a bússola, graves e exatas como quem morre.

O avião está à minha espera. Seu corpo prolongado e prateado é uma casa e um pouso. Talvez um curto jardim onde se possa encontrar um velho banco e velhas plantas.

A visão do Recife será talvez a última. E à medida que fomos velejando nos ares em direção ao Norte, talvez eu identifique as coisas simples que ficaram: menino no mangue do Derby, homem caminhando só pela rua, blusa branca na tarde. (CRAVEIRO, 1959)

A face mais trágica da experiência cultural dos escritores na modernidade talvez seja representada pela vontade autodestrutiva. O suicídio incorpora o terceiro movimento de fuga e está presente em várias alegorias dos jovens literatos. O limite da incongruência entre o indivíduo e a sociedade acaba por tornar insustentável a própria existência. Como bem sabemos, a temática do suicídio — que desde o século XIX aparece em *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe — está ligada a uma estetização. Em outras palavras, a prática em si torna-se, na verdade, uma imagem da revolta e inadequação do artista. Porém, não podemos reduzir essa forma à sua natureza artística sem dela retirar uma experiência social que constrói sua significação. A claustrofobia que compõe o modo de expressão do indivíduo moderno tem no suicídio seu termo definitivo. Se extinguir é uma forma de podar aquilo que é inaceitável na realidade. Walter Benjamin, em seus escritos sobre Baudelaire, via neste “a paixão particular da vida moderna” ou “o único ato heroico que restaria às multidões doentes das cidades” (BENJAMIN, 1985, p. 100).

No Recife dos anos de 1950, notícias de suicídio apareciam com frequência nos jornais<sup>114</sup>. Os motivos eram variados e iam da infidelidade a brigas com patrões, mas em comum eram perpetrados por pessoas jovens. Uma matéria, por exemplo, reportava o caso de

---

114 No site da Hemeroteca Nacional, ao procurar a palavra suicídio no jornal Diário de Pernambuco, entre os anos de 1950 e 1959, achamos a ocorrência de 1.665 vezes, sendo uma quantidade importante referindo-se a casos reais de óbitos e não a outros sentidos dados a essa palavra.

Monique Ramos, recém-casada e morando em Paris, que se suicidou ao ingerir remédios em excesso, motivada, segundo a reportagem, por depressão/melancolia ou desgosto com o marido embaixador. Esse caso foi acompanhado durante todo o ano de 1950 nos jornais e, devido à meticulosidade das informações, assemelhava-se a um romance policial, em que cada evidência e detalhe sórdido era desvendado no texto. Nos poemas desse período, esse assunto manteria seu poder de atração, como nestes versos de Fernando Pessoa Ferreira, feitos em 1956: “confundo-me entre inúmeros suicídios/ (todos são feitos de beleza e calma) / e enquanto meu amor modela as chamas/ de tantos rouxinóis incendiados,/ astuciosamente sobrevive/ a imaginação compondo angústias” (FERREIRA, 1958, p. 44).

O tema é mostrado com grande força no último conto do livro *Onda boiadeira*, de Coutinho, intitulado *Diagonal*. Uma mulher que se preparava para um encontro com o amante depara, no meio da Avenida Guararapes, com o cadáver de um suicida. A multidão, que a protagonista chamava de “galinhas”, logo se dispersa sem prestar atenção. Ela continua atônita, a observar o corpo, como se fosse algo extraordinário que transpassasse o tédio da tarde. Porém, esse momento de contemplação é logo substituído por uma indiferença, como se na consciência urbana as tragédias não pudessem persistir.

Vimos, de maneira mais corrida, alguns pontos<sup>115</sup> que marcaram a produção dessa rede de escritores, mas não podemos encerrá-los em modelos. Nesse sentido, mesmo que o campo literário apresente temáticas centradas na subjetividade como a solidão, tédio, silêncio, imobilidade, melancolia e suas consequências – a fuga memorialística ou suicida –, elas não se dão de maneira unívoca em todos os representantes dessa formação. Existem sempre variações nas vozes individuais, como mostramos<sup>116</sup>. Devemos lembrar que se trata de uma

---

115 Várias partes desse texto sobre o desenvolvimento inicial da formação de escritores de 1950 foi publicado com mais detalhes na Coletânea Denis Bernardes de ensaio, no dia 26 de agosto de 2018, com o título: *A primavera e o concreto: juventude literária e desenvolvimento urbano*. Se o leitor quiser se aprofundar na temática sugerimos a leitura do artigo. Coletânea Denis Bernardes de ensaios — Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2018.

116 Vários livros poderiam ser, como forma de classificação, colocados dentro da estrutura de sentimento de que tratamos. Alguns deles foram escolhidos por melhor representar determinados temas desenvolvidos no texto, como o da solidão, e também pela exaustividade de estudar estes especificamente em todas as obras. Nesse sentido, alguns livros que não foram tratados e outros que foram citados brevemente — obviamente como dito levando em consideração a variabilidade — também encarnaram muitos dos temas trabalhados. Podemos destacar, na totalidade: *Aspectos da descaracterização do Recife*, de 1951, de Evaldo Cabral de Mello; *Tempo de busca*, de 1952, e *Vertigem lúcida*, lançado em 1959, mas que reunia poemas de 1952-54 de Carlos Pena Filho; *Onda boiadeira*, de 1954, e *Contos II*, de 1957, de Edilberto Coutinho; *A rua do vento norte*, de 1952, e *Corcel de espumas*, publicado em 1960, com poemas de 1952-54 de Edmir Domingues; *Os escorpiões*, de 1954, de Gastão de Holanda; *Pássaro Narciso*, de 1955, e a *Máquina de Orfeu*, publicado em 1961, mas reunindo poemas de 1954-60 de Francisco Bandeira de Mello; *Os gestos*, de 1955, de Osman Lins; *O homem só*, publicado em 1959, mas reunindo a produção dos anos 1950 de Paulo Fernando Craveiro; *A invenção da noite menor*, de 1957,

estrutura de sentimentos, que revela certa experiência e consciência produtivas comuns, porém sempre particular. É uma construção móvel, que lida de maneira criativa com as convenções estabelecidas, interpretando sua forma — como fizeram com o movimento de 1945. Não conseguiríamos dar conta de esgotar criticamente todas as obras de um tempo, pois muitos desses livros mereciam trabalhos exclusivos devido a sua riqueza. Porém, diante do recorte proposto, focaremos no segundo momento na produção desses escritores, no qual essa poética do isolamento vai, aos poucos, modificando suas práticas.

Na produção inicial da formação poética de 1950, como vimos, estando em um diálogo criativo com a literatura do passado, já poderíamos perceber que dentro da emergência da fase inicial da formação existiam certas tendências que indicavam um outro caminho. Diferenciando-se da narrativa intimista e do niilismo esboçado em muitas das produções, vemos a preocupação de relatar outras facetas da modernidade. As superpopulações urbanas que povoavam as periferias atualizavam a externalidade da miséria na paisagem cotidiana. A pobreza não era apenas de experiência, mas também material e as convenções que auxiliavam na descrição deste processo de desigualdade não estavam tão distantes no tempo quanto parece.

Como vimos, o romance realista de 1930, imbuído de forte participação política em figuras como Jorge Amado e Graciliano Ramos, esforçou-se para levantar temáticas populares dentro das letras. Alguns de seus patronos, como Amado, eram amigos próximos de poetas como Carlos Pena Filho. A geração de 1920, já citada, em sua versão mais crítica do regionalismo, também se mantinha ativa e legitimava vários desses jovens escritores. Gilberto Freyre escreveu alguns prefácios como os do *Aspectos da descaracterização do Recife*, de Mello, e *Contos II*, de Coutinho. É importante, mais uma vez, destacar a influência individual de João Cabral de Mello, que começa a reestruturar sua poesia em signos sociais em livros como o *Cão sem plumas*, de 1950, *O rio*, de 1953, e *Morte e vida severina*, de 1955. Sua referência ao momento social específico que Pernambuco passava, acompanhada de um rigoroso trabalho sobre a linguagem, se tornaram paradigmas literários. Imagens metonímicas entre a pobreza do homem e a carência da natureza, a luta da vida contra a morte em um

---

de César Leal; *Caminhos do silêncio*, de 1955, e *Alicerces da solidão*, de 1961, mas juntando poemas de meados dos anos de 1950, de Audálio Alves; *Instrumentos do tempo*, publicado em 1958, mas contendo poemas de 1952-54, e *Solidão de gaveta*, também publicado em 1958, mas contendo poemas de 1955-60, de Fernando Pessoa Ferreira; a *Poesia reunida*, de Félix de Athayde, dos quais os primeiros poemas do livro provavelmente, pela estética e pela evolução cronológica da reunião, são dos anos de 1950, porém não consta na edição o ano exato da escrita.

mundo órfão e o retorno a ritmos populares devem ter causado grande impacto. Somado a isso a construção da mazela industrial e urbana, incorporada na frágil figura da tecelã de Mauro Mota, também não deve ter passado despercebida.

Assim, a formação de 1950 tinha à sua disposição uma realidade social e notações literárias que poderiam, dentro da singularidade daquela década, reinterpretá-la. Esse desenvolvimento pode ser pontualmente percebido em alguns trabalhos como, por exemplo, na poesia de Audálio Alves, em que a piedade cristã muitas vezes se insurge contra a condição precária da humanidade. Essa religiosidade de esquerda, que aumentará e se agravará cada vez mais nesses anos de democracia populista, está presente no livro *Caminhos do silêncio* (1955), com os seguintes versos:

#### **Canção da sétima infância**

Para o menino que é morto,  
As luzes sempre apagadas.  
Navio leve, no porto,  
De carregar madrugadas.

De fome de fruto e flor,  
Outono desesperado  
Jogando folhas, passado,  
Nos braços do mercador.

Nos olhos da tecelã,  
Laranjas talvez de Espanha,  
Flores frias da montanha  
Das terras de Canaã.

Menino morto entre escolhos:  
No leito, nem flor, nem brasa  
– sem ter luz dentro de casa,  
Tendo luz dentro dos olhos.

Nos braços, nem flor, nem lume  
Antes fosse vegetal:  
Terias leite e perfume,  
Mais uma flor no frontal.

Em vez de sal, dou canção.  
Tecelã, por onde fores,  
No corpo terás as cores  
Das vestes nossas, do chão.

Outro escritor que demonstra bem essa forma emergente, quase tímido perante a convenção isolacionista, é Edilberto Coutinho que, em seu conto que leva o mesmo nome do livro *Onda boiadeira*, vemos a construção de uma atmosfera popular. Nesse texto, a trama se passa em uma vila pesqueira bastante pobre, na qual o autor opta por transmitir na escrita a forma popular de falar. A utilização desse português coloquial dentro dessa atmosfera

marginal cria um efeito que visa mostrar uma realidade alternativa ao leitor, cuja base é a da elite cultural da cidade.

Em outro conto, chamado *O rumor*, o que se apresenta é a vida de uma criança pobre do Recife. A fome e a desilusão, com as quais o autor tece uma crítica ao descaso público, se somam à viagem subjetiva do protagonista. Poderíamos dizer que, mesmo utilizando esse desvio temático, ainda permanece um tom de introspecção dessa fase. Isso demonstraria o caráter ainda em formação dessa estética. Muito mais acabado do que o de Coutinho, e também lançado posteriormente em 1958, é o livro *O negro volta ao mangue*, de Olímpio Bonald. O caráter social está bem marcado, mesmo que ainda persistam traços do formalismo anterior. O conto que leva o mesmo nome do livro demonstra bem a realidade periférica de Olinda<sup>117</sup>:

Desceram do Alto Zé do Pinho somente para visitar a Ilha. Nem o terreiro do Pai Biu, nem a gafeira do Coque seduziram o negro neste sábado. Queria a Ilha. Capricho de negro. Recalque de negro.

Há três anos fizera aquele percurso, ao contrário, de bonde. Voltara ao Recife fugido. Saíra da Ilha apanhado. Escorraçado. A canalha da Ilha não admitira Ozéas metido na farda branca de chofer. Não aceitavam Ozéas senão vagabundo, tomador de cachaça e sirizeiro, catando bicho no lamaçal podre do mangue. E quando o negro tomara vergonha na cara, fugira da vida vadia e apadrinhara-se com o tenente, fazendo o curso de motorista no Exército durante o período de convocação, os antigos camaradas passaram a vê-lo como um intruso. E traidor. E safado.

Por isso quando ele aparecera sábado, no torrado, metido na farda branca com botões de metal dourado, lançando chispas à luz clara do candeeiro a carbureto, a molecada recebera-o fria e desconfiada.

Ele bem sabia que não podia ser aceito novamente na Ilha. Desde criança conhecia as leis do mangue e sabia que a Ilha não admitia pudesse o negro melhorar da vida, trabalhando para um burguês. Que o simples fato de submeter-se à farda branca e ao boné era uma traição ao seu pai, aos seus camaradas, violando e fugindo da promessa tácita de ódio que cada coração embalava. (BONALD, 1958)

É importante se ater a esse movimento geracional. De início, nos idos dos anos de 1951, é marcado pela estrutura de sentimento, com grande influência do movimento de 1945, que focava nas notações de melancolia e solidão. Nesse processo se encontrava a emergência de uma reinterpretação da poesia social que se ligava ao romance de 1930 e aos novos trabalhos surgidos de um João Cabral ainda na primeira metade dos anos de 1950. Essa dinâmica bastante complexa não se dava em blocos. Alguns escritores representavam com maior ou menor intensidade e rapidez as novas formas literárias. Alguns romperam de vez

---

117 Vale ressaltar que existe certo resquício naturalista na obra. A Ilha aparece como personificada e se antagonizando com o indivíduo. Não poderíamos, mesmo levando em consideração esse resquício, taxar a obra dentro do paradigma naturalista como se deu no século XIX. Nesse ambiente, o protagonista teve liberdade o suficiente para romper as barreiras físicas e de raça. Talvez essa construção, essa troca complexa entre personagem e ambiente, esteja mais próxima do romance regionalista de 1930. Neste último, destacaríamos o papel da caatinga como condicionante no romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

com a estrutura de sentimento anterior, já outros permaneceram nela e uma minoria conseguiu uma conciliação. De qualquer maneira, tratava-se de uma mudança abrangente. Como nível de acontecimento<sup>118</sup> — levando em consideração seu caráter possível de criar um limite interpretativo das transformações que se formavam —, temos a entrevista de Carlos Pena Filho, em 1955, para o jornal Última Hora, do Rio de Janeiro. No trecho a seguir, o poeta fala sobre a busca estética dos novíssimos, a sua formação:

Nosso grupo de novos, desde seu aparecimento literário, se restringia a pesquisas formais. Queríamos o aproveitamento da palavra, visando a revalorização na estrutura do poema. Disso tudo resultou uma poesia muito pouco humana. Entretanto, a experiência não se perdeu. O caminho percorrido e as conquistas feitas estão aí. Resta agora aproveitá-las em coisas mais concretas. Este passo é difícil e bem poucos transporão os limites por nós mesmos criados. Mas estou certo de que, aquele que conseguir atingir esse ponto, marcará uma fase dentro da poesia brasileira. (ÚLTIMA HORA, 25 jul. 1955).

Essa ruptura consciente de uma experiência estava começando a se formar. Esses propósitos mais concretos foram colocados em prática pelo próprio poeta em 1956. Naquele ano, lançou *Memórias do boi Serapião*, pelo Gráfico Amador, em que se utiliza de modo aberto a imagética popular e ainda emprega a forma metrificada do cordel. As mudanças dos outros membros do grupo se deram de maneira mais esquemática, para traçarmos uma fronteira após 1956 e, como já dito, de maneira variada. Agora nos resta saber como se desenvolveu esta “nova fase da poesia brasileira” e como analisaremos a afirmação que dá título à entrevista: “precisamos fazer uma poesia mais humana”. Uma pista pode ser vista na crônica de Paulo Fernando Craveiro, que reproduzimos abaixo:

Mas o Recife não é somente esse lirismo de praia, de avistar Olinda ao longe, de gente que continua sentada nas cadeiras colocadas nas beiras de calçada das ruas. Há o Recife dos ladrões e dos párias. Dos assassinos e das mulheres que se vendem por sete dinheiros.

Olhemos, tu e eu, os meninos de alma rasgada como suas roupas. Perambulam descalços pelas ruas, sem ao menos ter a esperança de que nos seus ombros pouse a mão de alguém e os conduza ao mistério sem mistério que é a vida simples pelo viver apenas.

Quem tem pena dos meninos que andam sós no meio da rua? Ninguém. Nem eles próprios, que deixam o corpo levando sol e chuva.

[...]

Do alto dos morros canções desesperadas estão sendo emitidas, e a cidade aqui em baixo não parece tão bonita porque permanece silenciosa, e não responde às mensagens dos que estão isolados lá em cima, da mesma maneira que avião em “pane”, pássaro condenado a não descer nunca mais.

De qualquer modo poderemos sair primeiro, tu e eu, para cumprimentar as ruas com nomes lindos: Aurora, Saudade, União, Amizade, Alegria, Soledade, Concórdia. Boa noite, ruas!

---

118 O conceito de acontecimento usado é o mesmo empregado por Dosse no seu livro *Renascimento do acontecimento*, no qual defende que o conceito indica um sentido de ruptura de um processo histórico que é social, mas também hermenêutico. Em outras palavras, o acontecimento não só rompe com a realidade, como ainda traz chaves explicativas para interpretá-la. O acontecimento também cria.

De qualquer modo nada impedirá que andemos desajeitadamente pela cidade, amando o que é feio e o que é bonito ao mesmo tempo, pois o feio e o bonito, em contraste, é a beleza áspera do Recife. Junto com uma rosa poderá perfeitamente estar deitado um menino morto. (CRAVEIRO, 1961).

A crônica acima, chamada *Apresentação ao Recife*, é um grande exemplo de uma nova concepção literária. O mundo interiorizado, os matizes psicológicos, são substituídos por uma necessidade de escancarar as entranhas da realidade. Um painel descritivo e direto é considerado mais útil do que as antigas confabulações oníricas. É necessário agredir a cidade lírica evocada<sup>119</sup> até então. O autor Paulo Fernando Craveiro ilustrou a capa do livro com uma das gravuras de Abelardo da Hora em sua série *Os Meninos do Recife* (1961), na qual crianças cadavéricas são mostradas em seu cotidiano áspero na periferia urbana. Essas imagens são ligadas à ascensão dos novos movimentos sociais como as Ligas Camponesas e a Frente do Recife. A isso se soma uma nova posição que se acomoda nos intelectuais, aí incluído os escritores, que seria a urgência de uma atitude. As letras poderiam contribuir para algo maior que o regozijo estético, pois o poeta tinha uma função política. Dessa forma, não adiantaria, diante de uma cidade e do campo em chamas, pautar-se somente por regimes de metrificção. A forma deveria impulsionar a ação, assim como as ideias o faziam com a educação popular.

O antigo desconforto com o formalismo dos anos de 1945, com sua falta de criatividade denunciada por Carlos Pena, nesse momento começa a se converter em uma negação mais aguda. Mesmo em um ambiente muito distante de Pernambuco, podemos utilizar uma crítica a esta geração, feita por José Guilherme Merquior<sup>120</sup> em seu primeiro livro, *A Razão do Poema*, como exemplo dos ânimos literários de então. No ensaio chamado *Falência da Poesia ou uma geração enganada e enganosa: aos poetas de 1945* (escrito em 1962), ele faz a seguinte acusação: “Por desejar as formas em vez de instaurar as formas; por afastar a linguagem da fonte nacional e popular; por manejar os ritmos do mecânico, os metros sem vida [...] acuso a geração de 1945 pelo crime de ter traído a poesia”. Uma literatura teria que coincidir com as anciãs dos mais necessitados e deveria se inspirar na

---

119 Um contraste lógico entre essa visão da cidade e a Evocação escrita por Manuel Bandeira é bastante visível. Em outro poema que se chama *Recife*, escrito no início dos anos 1960, essa contradição é diretamente afirmada por Bandeira. Nele, escreve com saudosismo: “Eras um Recife sem arranha-céus, sem comunistas/ Sem Arrais e com arroz” (BANDEIRA, 1986, p. 249). Esse ressentimento era possivelmente motivado por uma polêmica, na época em que Pelópidas da Silveira era prefeito do Recife, com Mário Melo, que se opôs à construção do busto do poeta, alegando que esse tipo de homenagem só poderia ser feita a personalidades já falecidas. Uma nova consciência moral, muito próxima de uma nova articulação da esquerda, cingia duas gerações e suas respectivas formas de fazer literário.

<sup>120</sup> É importante evidenciar que Merquior vai se tornar, até os anos de 1970, uma das vozes mais importantes da renovação da crítica literária brasileira. Utilizamos esse seu primeiro livro, quando o autor era muito jovem, lançado em 1963, como fonte documental sobre a crítica ao formalismo dentro desta época. Salientamos que esta é apenas uma fase de sua crítica e não sintetiza suas conclusões alcançadas em ensaios futuros.

cultura do povo para utilizá-la como ferramenta de mutação social. Até mesmo em uma conversa casual esses problemas aparecem na tangente, como por exemplo em uma crônica escrita em 1960 por Carlos Pena, na qual expressa a incontrolável força da nova realidade política.

### CONVERSA DE GRUPO

O grupo é de escritores, mas ontem ninguém discutiu literatura.

O que gosta de atíçar conversa logo foi dizendo: “Menino, o Jânio chegou aí”.

O outro, que diz ser da extrema esquerda, mas de vez em quando vai à missa, perguntou imediatamente: “E quem quer saber desse entreguista?”

A discussão estava armada e o primeiro, que diz não correr de nenhuma provocação, voltou: “E ele é entreguista? Então me diga o que foi que ele entregou. Terá sido a Ilha de Fernando de Noronha aos teleguiados?”

O da esquerda respondeu que a mania do outro era se prender a coisas isoladas. Ele sabia muito bem que Jânio não entregou ainda o Brasil porque não pôde. Ainda não chegou à presidência...

Daí por diante não fizeram mais que aprofundar as divergências:

“Não chegou, mas vai chegar. Quem não chega é o seu, que é vermelho por fora e branco por dentro, feito lagosta”.

“O que interessa é que ele, ainda ontem, disse que a Petrobras é intocável e isso prova as suas intenções”.

“Mas agora todo mundo está dizendo isso. Quando essa história de o petróleo é nosso dava cadeia, o que foi que ele disse?”

“Ora, nesse tempo ele não era político. Não havia necessidade de um pronunciamento. Agora, há”.

“Pelo contrário. Agora é que não há. Quem é que quer tocar na Petrobras, para o deixar tão atento?”

Aí a conversa mudou de rumo com a chegada de um fiel defensor do Governo de Pernambuco, indignado com as notícias publicadas nos jornais do Rio, afirmando que a polícia pernambucana havia espancado estudantes lottistas durante a chegada de Jânio.

Consolou-o um que se diz habituado a essas coisas: “Ah, meu filho, nem ligue. Aquilo é a orientação dos jornais. Cada um tem a sua verdade. Quando o general Cordeiro era governador, o Jornal Pequeno disse que o seu filho, porque trabalhava numa determinada firma, era um negociista. Fazia a firma ganhar concorrências públicas. Era tudo mentira, mas o dono do jornal não estava interessado em saber se a notícia era verdadeira ou não. Garanto que não se indignou com a publicação. Pelo contrário, sentiu-se completamente satisfeito com a calúnia e mandou prosseguir no outro dia. A coisa dói somente quando é na gente mesmo. Nos outros, não é nada de mais. Política é isso mesmo”.

Não continuo a relatar a conversa até o fim, porque ninguém compreenderia que, depois de trocar tantos desaforos, o grupo continuasse amigo.

Garanto que, hoje, estarão juntos de novo, e Deus queira que só discutam literatura. (FILHO, 1960).

Nessa crônica fica bastante perceptível que o espaço da arte estava se organizando com uma linguagem que não se estabelecia com os parâmetros de desinteresse artístico. Era cada vez mais evidente, pelo menos para os sujeitos envolvidos, que a sociedade estava em vias de polarização. Logo, não se poderia ser arredo perante essa nova realidade, pois o debate públicourgia. O nacionalismo de esquerda contra o entreguismo udenista. A tensão estava presente em consciências morais díspares. Nesse ínterim, a tomada de posição virava

um dos pressupostos do fazer literário. Diante disso, era imprescindível que o poeta fizesse suas interpretações frente à desigualdade gritante que o acompanhava. Carlos Pena era inocente ao achar que as letras poderiam ser um campo neutro, já que elas, na forma em que se apresentavam, estavam mais para uma arma. Para um lugar de disputa e representatividade, em que a esperança insurgente se misturava à vontade de modificações concretas.

#### 4.3 VERSOS E FRASES DA MISÉRIA

Vamos agora observar de modo mais sistemático como as novas exigências do campo artístico, vistas nas duas crônicas anteriores, influenciaram de modo mais direto o grupo de 1950, que já deixava a sua fase mais juvenil. Podemos perceber que, de 1959 em diante, a literatura de muitos, se comparada ao que era feito no início da década, apresentava-se irreconhecível<sup>121</sup>. Com o aprofundamento que levaria à crise golpista, do popular desenvolvimentismo de esquerda e de sua consciência moral, novas práticas culturais se acomodavam. As letras, que para muitos representavam a pérola do espírito, se chamuscariam nos discursos revolucionários, pois era imprescindível para a mudança. Denunciar a injustiça tornou-se imperativo humanitário. Católicos progressistas e socialistas estavam compartilhando sonhos parecidos.

Nesse sentido, uma rede de alianças em torno de grupos como o MCP e o próprio governo de Arraes se tornaram pontos definidores. Como dito, a tomada de posição se tornaria essencial. Artistas que antes eram símbolos definidos do formalismo, como Francisco Bandeira de Mello, começaram a mudar aos poucos seus versos. Um exemplo é seu épico da poética do isolamento, o livro *O Pássaro Narciso* que, conduzido pela ideia de produção artesanal, onírica e solitária, é contrastado por versos de 1959 do livro *O Sol Amargo*, como: “Prisioneiros, um dia/ vestimos nossa mão de luta/ de roxas desilusões/ e pálidos abismos/

---

121 Esse processo aconteceu, levando em conta a variação de sua manifestação, em escala nacional. Pernambuco, em nível de emergência, mostrou-se bastante adiantado — como vimos graças à sua situação especial com gerações anteriores de 1930 e da poética cabralina —, aparecendo desde 1956. Para exemplificarmos esse desenvolvimento, poderíamos focar na trajetória de um poeta importante como Ferreira Gullar. Seus versos experimentais da juventude com um trabalho formal radical da *Luta Corporal* (1950-1953) e os poemas *Concretos e Neoconcretos* (1957-1958) contrastam radicalmente com os *Romances de Cordel* (1962-1967) e o livro *Dentro da Noite Veloz* (1962-1975), concebidos sob a égide do engajamento. Nessa segunda fase, Gullar está próximo da direção do PCB e do Centro de Cultura da UNE — que encomendou vários desses poemas. Essa vertente teria outras nuances e dramaticidade com o desenrolar do golpe de 1964, tendo como característica obras como o *Poema Sujo*, escrito no exílio. Gullar, Ferreira. *Toda poesia* (1950-1999). José Olympio, 2001.

prisioneiros, um dia/ vestimos nossa mão/ de luta, comícios de pedra” (MELLO, 1961, p. 109). O comprometimento é, como bem percebido na crônica de Craveiro no início desse capítulo, acompanhado com o ímpeto de traduzir a miséria humana. Audálio Alves, que já apresentava um sentido emergente dessa politização, foi um dos poetas que mais avançaram nesta nova perspectiva literária. Em versos do poema *Ofício da Esperança*, de 1962, escreve com força utópica que “Frente ao mar e frente aos montes/ - oito montes são ondas/ serenas que o mar deixou -/ me ocultei. Assim oculto,/ tiro tinta do meu sangue/ e palavras de meu nome:/ sentei-me, mas, ao sentar-me,/ junto a mim sentou-se a fome”. E continua mais a frente: “Digo sede e digo fome,/ digo paz — e essa palavra/ rói a linha de meus lábios” (ALVES, 1986, p. 22). Essa produção homologada entre a arte e a consciência é sintetizada nos versos do mesmo autor que diz da sua “solidária solidão”. O poeta, recluso no gabinete, segundo o perfil do intelectual antigo, agora estende uma aptidão pragmática: transformar a linguagem em ação. Qual seria, então, o lugar dessa atuação? Onde estaria o ventre da penúria? Gastão de Holanda, em seu conto *Josias e a Imperatriz*<sup>122</sup>, nos dá uma pista ao escrever:

Jogou-o. A brincadeira começava a interessá-lo, a aliviar o coração debilitado por tantas horas de incômoda expectativa. Os galos cantavam dentro do mercado, anunciando a indecisa madrugada. O mundo era belo para Josias. O galo, os ratos, a sua amante, os alvares do reencontro. O mundo era belo para a Imperatriz: a rua deserta, o pão, os seus ratos, a ausência dos homens e, depois de tudo, o alvéolo do sonho.

— Ninguém te compreende — disse Josias, abraçando-a.

Ela recusou a mão que lhe aflagava o seio e jogou outra migalha. Os ratos avançaram, enquanto o céu ia clareando sobre o Recife, a cidade agonizante. (HOLANDA, 1963)

É na paisagem espúria que transmuda homens em ratos, que concebe a beleza apenas como uma réstia dentro de uma podridão maior. É, pois, na cidade, em sua agonia, que mora a atenção dos escritores. A produção simbólica deles, nessa fase, é pautada pela compreensão dos fundamentos da desigualdade. Em outros termos, mais do que buscar simplesmente

---

122 Esse conto foi publicado entre os premiados de uma antologia chamada *Cidade de cada um*, em 1963. Todos os textos tratavam de uma história ambientada em uma cidade específica, mostrando o interesse nascente sobre a literatura produzida com temáticas metropolitanas. Porém, outra obra de Gastão, que não será trabalhada diretamente no texto, tem uma relevância maior. É o livro *Burro de Ouro*, de 1960. A obra apresenta um traço crítico da pequena burguesia, tendo como protagonista um bancário capaz de flexibilizar a moral para atingir o que queria. Era um trabalho de caricatura de um tipo presente nas ruas do Recife. Em resenha publicada no *Jornal do Commercio* de 1960, Carlos Pena escreve sobre esse livro, dizendo que o protagonista “Deculhão é o próprio bairro com a suas mudanças” sendo que este “bairro do Recife, ao anoitecer ou ao amanhecer muda de mãe num golpe [...] Comerciantes, comerciários, banqueiros, bancários, as seis horas da noite começam a ser substituídos pelos garçons, pelas prostitutas, pelos boêmios. O bairro muda de dono” ( *Jornal do Commercio* 10/03/60). Era o livro — o leitor Carlos Pena reconhecia — uma análise social da cidade, um quadro político.

estetizar a miséria, era do feitio da literatura formar um discurso que a explicasse. Nesse sentido, além de buscar a distração, a arte se conjugava a um efeito de reação política. Descrever as injustiças sociais era consequentemente estimular a cólera perante elas, era um conhecimento sobre a cidade que denotava um engajamento.

Para falar desse tema, é impossível se esquivar do épico escrito por Carlos Pena Filho, o *Guia Prático da Cidade do Recife* (1959). Nesse poema longo, dividido em várias partes, é feito um mapa afetivo sobre a maneira de ler a polis. O poeta não segue mais as convenções regionalistas de uma cidade exótica ainda pós-colonial — não seria um panorama para turistas —, mas sim de uma metrópole em suas ranhuras. No início mítico do poema temos a cidade absoluta, dona do mar e do céu, colocada no plano humano ao se afirmar que “é dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa” (Filho, 2011, p. 129). Essa notação de uma construção modelada do espaço, impelida pelo desejo, é o fundamento próprio da composição lírica que irá se seguir. O princípio histórico do urbanismo é sagrado na parte que diz do navegador holandês, forjada em uma sátira que lembra um Lima Barreto e faz a similaridade cômica entre a idade de ouro nassoviana e o presente decadente.

As transformações urbanas são apresentadas, em sua força descaracterizadora, em trechos como no *Chope*<sup>123</sup> que diz: “O bairro de Santo Antônio,/ tanto se foi transformando/ que, agora, as cinco da tarde/ mais se assemelha a um festim” (FILHO, 2011, p. 139). A continuação melancólica dos “Trinta homens sentados” com seus “trezentos desejos presos” encontra eco quando falando das igrejas históricas da cidade que, sintomaticamente, “se fosse gente, há muito/ tinham morrido de fome,/ mas, como é, firme, resistem,/ sozinhas, em seu abandono/ e em seu destino bem triste/ de igrejas quase sem dono” (FILHO, 2011, p. 136). Essa convenção, presente no momento passado, ganha uma maior materialidade e externalidade sendo acompanhada por novas notações.

A crítica dos aparatos urbanos desemboca em uma crítica moral dos principais tipos metropolitanos, como os intelectuais e a pequena burguesia. Novos valores são estabelecidos em contraposição a outros que, em sua restrição, são apresentados com um arcaísmo irônico. É o caso do trecho *Os Oradores*, em que ridiculariza os que “a vida inteira passam/ nas trevas da ignorância/ sem nunca desconfiar” (FILHO, 2011, p.141) remetendo aos eruditos do passado, com sua intelectualidade vazia e abstrata, esbarrando no novo papel social que cabia aos pensadores e educadores como em Paulo Freire. Noutro texto, nos *Secos e Molhados*, o

---

123 Poema ícone da boemia recifense, é recorrente na história da literatura pernambucana.

autor revela o materialismo inútil dos comerciantes portugueses “que na vida leram menos/ que o olho cego de Camões,/ mas que em patacas possuem/ muito mais que Ali Babá” (FILHO, 2011, p. 141). Também os burgueses decadentes, na parte intitulada São José, que guardam valores falidos, caracterizando-os como “de classe média arruinada,/ mas de gravata e até /missa ao domingo, pois sempre/ é bom ter alguma fé” (FILHO, 2011, p. 139). Também trazem uma hipocrisia moral no qual os bairros têm territorialidades distintas de noite e de dia, um sendo reservado para a prostituição e ladroagens e o outro, tão danoso quanto, para comércios e empréstimos usureiros. É uma cidade que convive “com seu pecado diurno/ e o seu noturno pecado” (FILHO, 2011, p. 137), como diz nos versos de *O bairro do Recife*. A dissimulação confortável que vive uma parte da população que, na representação do poema, parece cega perante sua própria desgraça, é colocada em enfrentamento com o lado marginal da cidade. Ali, o signo da pobreza deve ser encarado com os mesmos princípios da crítica moral, porém em um sentido positivo. Em outras palavras, em vez de diminuir as atitudes fúteis da burguesia, a crítica deve fomentar a superação da penúria. A apresentação da cidade assume então um tom chocante, de acusação. A literatura trata dos problemas públicos do dia, como neste fragmento do poema:

#### A PRAIA

Mas não é só junto ao rio  
que o Recife está plantado,  
hoje a cidade se estende  
por sítios nunca pensados,  
dos subúrbios coloridos  
aos horizontes molhados.  
Horizontes onde habitam  
homens de pouco falar,  
noturnos como convém  
à fúria grave do mar.  
Que comem fel de crustáceos  
e que vivem do precário  
desequilíbrio dos peixes.  
Nesse lugar, as mulheres  
cultivam brancos silêncios  
e nas ausências mais longas,  
pousam os olhos no chão,  
saem do fundo da noite,  
tiram a angústia do bolso  
e a contemplam na mão.  
Só os velhos adormecem,  
lembrando o tempo que foi,  
vazios como o vazio  
e fácil sono de um boi.

Apesar desse discernimento geral sobre a mediocridade das máscaras da elite frente às injustiças sociais, essas últimas temporadas têm um território específico que as exacerba. É nas periferias que as fronteiras da pobreza se mostram em sua plenitude. São as provas diretas, só pelo fato de sua existência, de que há algo de humanamente frágil em nossa sociedade. Esse fenômeno, como foi trabalhado, acompanha a ascensão da modernidade e se intensifica nos anos de 1950. É nesse momento que as antigas conversões do cortiço naturalista e dos farrapos humanos do porto começam a se modificar. Esses ambientes e suas sociabilidades, que antes eram quase próximos ao centro, agora se encontram geograficamente afastados em morros e paragens no mangue. Porém, seus habitantes continuam participando do cotidiano urbano. Essa dupla natureza só intensifica a convicção que o desagravo social, as diferenças culturais e de classe dividem a comunidade recifense. Escrever sobre esse lugar é uma forma de conhecê-los em sua dinâmica própria para então, superá-los. É neste intuito que, ainda no *Guia Prático*, Carlos Pena escreve sobre os subúrbios. A figura típica da tecelã é narrada “nos subúrbios coloridos/ em que a cidade se estende,/ em seus longos arredores,/ onde, a cada instante nasce/ uma rosa de papel,/ caminham as tecelãs”. Concluindo com lirismo, mas sem perder a gravidade, surge a chaga do descaso em que “nem se lembram do mangue,/ podre, virgem, vegetal,/ onde os homens são sem sonhos,/ como qualquer mineral” (FILHO, 2011, p. 134). Porém, o poema mais representativo dessa forma pertence a outro poeta.

É na *Dura e Breve História da Ilha do Maruim*, publicada em 1961, de Olímpio Bonald, que esse processo se torna mais complexo. A princípio, é desvelado o ambiente insalubre do mangue, no qual é gestada a Ilha. Ela, que também é um personagem, torna-se logo moradia, um antigo quilombo dos homens que compõe a sua história. É assim neste local “de vidas e caranguejos/ e crianças sem brinquedo/ que se alimentam das sobras/ do que a cidade comeu” (NETO, 1990, p. 38). Nesta descrição física e humana é apresentada a condição social da ilha em sua dinamicidade popular quando discorre que nela há “doze coqueiros,/ duas mangueiras, [...]/ um cais de pedra,/ trinta mocambos,/ um candomblé,/ a gafeira,/ um malassombro,/ dois macumbeiros,/ um líder morto,/ sete assassinos/ quinze mulheres/ que passaram fome/ de mil soldados/ e cem meninos/ que não tem nome” (NETO, 1990, p. 39). A ilha está afastada em sua dimensão mísera, desgarrada do poder público e fadada a perecer no intestino social que a engendra.

O subúrbio é a própria ilha. Seu isolamento não se equipara ao infável existencial da primeira fase da formação, mas é o exílio da carência econômica que implora por redenção. Esta circunstância acuada é expressa nestes versos: “a tua forma de ilha/ sujeitada a quatro lados,/ por quatro lados cercada,/ cimentada ao continente/ mas sempre e sempre isolada, na lama suicidada/ pelas cidades rotundas/ que em ti vomitam mazelas” (NETO, 1990, p. 40). A lama da ilha torna-se a alma daqueles homens. Essa notação literária é forte, pois mesmo estabelecendo o papel do ambiente, é sobre esse indivíduo fraturado que germina em si a revolta tratada no poema. Em uma de suas partes, descreve a formação de ser tolhido pela míngua e desalento:

### **O Homem**

De ódio, fome e de barro  
o homem aqui se compõe  
e possui no seu destino  
e dessa vegetação  
que teima em vingar no lodo  
esterilmente salobro  
uma vida vegetal.

A força de andar de quatro  
na cata dos caranguejos  
quatro membros adquirem  
como troncos que brotassem  
de estranho mato animado  
criando dentro das águas  
um outro grupo animal.

A maré regula a vida  
para os que dela dependem.

E no mês, no sol, na lua,  
no crescer e no minguar,  
presentem também a hora  
que um dia há de chegar  
para vestirem nos corpos  
curtidos de sol e fome  
a decisão derradeira  
de morrer e de matar.

Da cidade das igrejas  
Que flutua além do rio  
Sabem que Deus está vivo  
Pelo soar de seus sinos  
E vêem apenas no céu  
A consciência dos homens  
No bracejar do farol  
Rasgando o peito da noite.

Essa produção literária não reduzia o meio citadino ao único baluarte de engajamento. O corpo do subdesenvolvimento se alastrava com violência e, na verdade, era no meio rural,

em sua fermentação social ampla, que residia a possibilidade revolucionária mais concreta. Os escritores viam ali não apenas um apelo político, mas também uma fonte de inspiração formal. Uma arte comprometida precisava de uma estética popular<sup>124</sup>. Nesse contexto, a subnutrição do campo deveria ser denunciada na métrica do cordel, de origem oral e humilde, e não nos padrões clássicos do soneto. Nesse sentido, temos o pioneiro *Memórias do Boi Serapião* (1956), de Carlos Pena, já citado antes, no qual o boi encarna o próprio sertanejo e é indicada a migração para a cana — provável influência da *Morte e Vida Severina* — e a carestia de uma vida sem expectativas, como nestes versos: “este campo,/ vasto e cinzento,/ não tem entrar nem sair/ e nem de longe imagina/ as coisas que estão por vir/ e enquanto o tempo não vem/ nem chega o milho ao paiol/ solenemente mastigo/ areia, pedras e sol” (FILHO, 2011, p. 39). Em seu trabalho posterior, *O episódio sinistro de Virgulino Ferreira*, a utilização do cordel se torna mais intensa. Lampião, o mítico anti-herói nordestino, é apresentado como um justiceiro popular, notação bastante comum na estrutura de sentimento nacional popular durante a ditadura, apresentado em versos indicados neste perfil: “Teus olhos míopes, tua/ coragem e tua mão/ ficarão paralisados,/ Virgulino Lampião” e continua “Hoje todo mundo sabe/ quem foi ele, o capitão./ Junta o sabe e o não sabe/ e inventa outro Lampião” (FILHO, 2011, p. 24). Carlos Pena teve esses trabalhos pontuais em relação à realidade do campo, apesar de não ter atingido a mesma profundidade de um Guia, foi um dos primeiros a se voltar a essas questões.

Francisco Julião, que falamos no capítulo anterior, mantinha um diálogo entre seu ativismo no movimento social das ligas com uma produção em prosa. Teve um primeiro livro de contos de 1951 chamado *Cachaça*, com prefácio de Gilberto Freyre. Este último dizia que eram “páginas de intenso interesse para quantos se dedicassem, no Brasil, ao estudo do homem do interior, do homem comum, do homem do povo” (JULIÃO, 1951). O livro ainda era marcado pelos modos do regionalismo de 1930, em que a descrição do homem comum apareceria em primeiro plano. Foi no seu segundo livro de ficção, o romance *Irmão Juazeiro*, de 1961, que o autor conseguiu maior dinamismo na apresentação dos personagens. Estes, antes de arquétipo, eram mostrados na sua complexidade psicológica e social, tendo as relações do engenho Bom Retiro como pano de fundo. É interessante o esforço de tecer as narrativas humanas, quase como que pairando por cima de determinadas mudanças

---

124 Essa referência ao conceito de popular não se dava, como nos anos de 1920, na valorização deste como vínculo tradicional contra a modernidade globalizante, mas sim por estarem essas camadas culturais populares à margem do capitalismo e assim, estando longe de suas influências diretas, poderiam se tornar uma promessa de transformação. A questão era se utilizar de temas populares para então devolvê-los novamente ao povo.

econômicas e sociais. Os personagens, todos camponeses, viviam no período de decadência dos engenhos e ascensão das usinas e de fábricas como a de Paulista. Perante as novas transformações que já vimos, o senhor da terra, chamado de capitão, tentava se adaptar expulsando os moradores para criar gado.

Pode parecer, a partir dessa narrativa, que o romance forma um esquema onde o aparato humano é reflexo de uma estrutura econômica. Porém, no romance, ela surge de forma anedótica, como uma nota de rodapé para alguém familiarizado com a sociologia da época. O enfoque principal é apresentar aspectos da vida do campo. As festas dos padroeiros, os folguedos como o bacamarte e cavalos marinhos, e a vida sexual em uma comunidade pequena e extremamente católica. O livro acentua as ambiguidades entre os camponeses marginalizados – em suas moradias rústicas, fomes intermitentes e limites educacionais – e o senhor de engenho. A luta de classe, neste sentido, não é um dado automático e certo. Existe entre o patrão e o camponês toda uma rede de relações interpessoais de compromisso e afeto que interpõem barreiras a um conflito velado. O que perpassa é como esta rede simbólica favorece por último a “casa velha” e degrada cada vez mais as choupanas. É como se Julião oferecesse um relato literário de vários elementos que encontrava na sua prática como líder político das Ligas. Em uma passagem é mostrada a tensão entre o trabalho das fábricas e suas conquistas de direitos trabalhistas e o campo ainda ligado a um meio semifeudal da escravidão, um espaço anacrônico onde vicejava a violência do capitão. Essas imagens são os traço estético, feito pelo autor, do conflito intelectual que já vimos:

- Eu queria que esses diabos todos fossem pra Paulista e por lá mesmo ficassem. Os Lundgren é que sabem ajeitar essa canalha podre. Não alisa o coro deles. Quem trabalha não come.

Nova pausa. Atirara o cigarro fora do terraço.

- Meu programa agora por diante é esse: não dou mais sítio a ninguém. Prefiro conservar uns vinte moradores. Cerco as terras e vou criar. O povo anda insubordinado. Só quer dar um dia por cinco mil réis. Duvido braço desse preço botar ninguém para frente.

- Não bota mesmo.

’essa canalha quando volta de Paulista volta pensando que aqui é fábrica. Fica tudo escorado. Refuga o cabo da enxada. Vem falando de horas de trabalho, em salário mínimo, em sindicato...

- Tem graça. Vosmecê se sujeitando a tudo isso.

- E você pensa que é o fim do mundo? Do jeito que a coisa vai, isso breve chega pro campo. E antes que chegue eu me arrango. Meu avô vendeu os escravos que tinha antes da alforria. Eu, como não tenho escravo, boto essa cabroeira toda pra fora e cerco a terra. (JULIÃO, 1961)

No livro *Princípio Áspero de uma Canção Sem Terra: Canto Agrário* (que trata da significação da luta rural, como podemos deduzir pelo título), escrito em 1962, Audálio Alves atingiu grande profundidade a respeito da condição e luta no campo. Arraes e seu governo de esquerda liberavam o movimento social no campo, e como vimos, era o olho do furacão revolucionário. As Ligas Camponesas e o nascente sindicalismo instigariam vários artistas à participação. Alves, vindo do interior e imerso no catolicismo de esquerda,<sup>125</sup> percebia, na liberação do campônio, um bastião moral. Transformar o trabalho agrícola, aquele considerado puro pois não dependeria ainda da alienação da fábrica, em objeto de arte era de grande apelação política naquele momento. Nesse âmbito, dignificar o camponês era como salvar a própria esperança na humanidade. Em seus poemas, como o *Instante feudal*, identificamos a teoria progressista, balizada pelos comunistas, de que o latifúndio representava um arcaísmo medieval em nossa cultura. Logo, livrar-se dele era um quesito civilizacional. Assim descreve o senhoril: “Cavalgando eu me conheço/ (reconheço o meu cavalo),/ pois a vida – esse intervalo –/ rude é, tão rude assim:/ que não vou além das terras/ de que sou começo e fim” (ALVES, 2013, p. 46). Essa consciência moral de esquerda, em produção simultânea com uma nova forma de fazer literário, é ainda percorrida nos diálogos, em forma de poema, entre o viajante camponês e um menino. Nessas sentenças quase teatrais, a penúria do agricultor, sua morada, a palidez do sonho e o sabor acre do futuro são desenvolvidos. Podemos ler:

II

MENINO – Meu senhor, meu pai regressa.

Houve incêndio e ele teme,

Porque a palha o atravessa.

VIAJANTE – Já o vejo.

MENINO – Meu pai, que houve?

CAMPONÊS – O que vejo: Inda és menino.

VIAJANTE – Gosto dele. Muito fogo em tuas terras?

CAMPONÊS – Nas do patrão.

VIAJANTE – onde as tuas, o teu chão?

CAMPONÊS – O da vida – não existe.

O da morte – não sei, não.

Tenho quadros de esperança

---

125 No livro, há a transliteração direta da encíclica *Mater Magistra*, que foi símbolo da guinada popular da igreja, com grande foco nos camponeses, escrita por João XXIII. No trecho consta: “Mas o que também não se pode negar é que os rurais se afastam dos campos porque veem os seus interesses quase por toda parte desprezados, tanto no que toca a eficiência de seu trabalho, seja referente ao nível de vida dos agricultores”.

e hectares de ilusão. Mas,  
 ao plantar assim sem chão,  
 às vezes saltam raízes  
 de minha imaginação.

Em outros textos vemos cada vez mais crescente o sentimento de insubordinação. Os contornos revolucionários se tornam mais visíveis. Isso é visto, radicalmente, no trecho desse longo poema, chamado *Saudação camponesa* que é, na verdade, uma evocação. Os termos da insurreição estão completos e a aspereza da terra não poderá resistir à perseverança semeada que, rompendo sua superfície, alcança o céu.

Recife, antes que voltem  
 A semear no campo os camponeses e  
 O sol acenda as pedras do teu porto,  
 Faze de bronze os homens de amanhã;  
 De ouro, as foices; e de aço,  
 Essa visão do tempo inicial.  
 Assim, só assim, terei  
 De um a outro extremo deste corpo,  
 Meus mortos sossegados:  
 Quantos morreram  
 Para a calma da flor e a paz dos frutos.  
 Mortos sob palhas e pendões,  
 Sem cova e sem caixão – eternizados  
 Verdes  
 À própria cor do cemitério vasto.  
 Mortos na fornalha irmã, ao fogo  
 Do mais antigo e conhecido cedro.  
 Mortos no mel, então a duplicar-lhes  
 A cabeleira loura.  
 Mortos no tijolo da olaria  
 E no próprio tijolo embalsamados.  
 Mortos no milho, mortos no feijão,  
 Semimortos no pão e,  
 Logo ao se nutrir, dilacerados.  
 Mortos frente ao espelho de seu prato.  
 Mortos frente à morte de seus filhos.  
 Mortos frente ao chão, não frente a frente,  
 Tal como aqueles,  
 Já sem ossos, morrem  
 E tem cova em mim:  
 De fome, de foice, de rifle.

A imagética potente, bastante convincente em seus efeitos, da poética do engajamento levanta alguns problemas interessantes. De início, por se tratar de um discurso que pretende ser descritivo, de denúncia do que está acontecendo de fato, não seria sensato entrar no conformismo de reduzir o indivíduo e a forma a um contexto. Como vimos, é certo que, assim como a estrutura de sentimento passada, esta também se manifesta na pluralidade das

vivências dos sujeitos.<sup>126</sup> A estética não brotou do nada, mas de uma interpretação interativa com os gêneros antigos da literatura social e das contribuições recentes de João Cabral. Em outros termos, a subversão poética está inserida em esquemas de produção específicos em que a linguagem, sempre com um tom autorreferencial, se desenvolve simultaneamente e influi nas redes de sociabilidades políticas e intelectuais da época. Isso se torna claro quando observamos o paralelo entre consciência moral (dos intelectuais e artistas), instituições e movimentos políticos (de grupos como MCP ou no governo de Arraes) e a busca formal (notações populares). Não é, para entrar em méritos realistas, como se esses escritores estivessem descobrindo a essência da sociedade, retirando o véu que a falseava, mas uma maneira, dentre várias, de construir uma interpretação do real e enfatizar alguns de seus elementos marcantes. Talvez, esta deva ser a perspectiva mais interessante: a consequência de uma vontade inconformada, criada e criadora, de transformação daquilo que é vivido. Esse é o desejo entusiasta que se utiliza dos elementos literários como campo de experimentação para um futuro possível. Para um outro mundo que não seja este, denegado ao sofrimento da injustiça, mas um mundo da potência utópica, que recolhe como em um relâmpago<sup>127</sup> a provável insurgência dos marginalizados do campo e da cidade. Não devemos de modo rápido submeter a nossa simplificação militante<sup>128</sup> de eleger este momento de comprometimento político como superior ou decodificador da verdade. Ao contrário, é na experiência ativa de sua sugestão engajada que devemos avaliar as faces da miséria ainda presente, mas diferente, e repensar o papel dos intelectuais perante os cancrios da vida. É na poética, sentida em seu

---

126 Há diversos livros que, em sua variedade, poderiam ser citados nesta nova estrutura de sentimento. Como na passada, não poderíamos, devido ao trabalho árduo e fadado à incompletude, comentar todos. Seleccionamos então os mais representativos em algumas temáticas específicas. Dentre esses, temos: *Memórias do Boi Serapião*, de 1956, *Episódio sinistro de Virgulino Ferreira*, de 1957, e o *Guia Prático da Cidade do Recife*, de 1959, creditados a Carlos Pena Filho; *O princípio áspero de uma canção sem terra*, de 1962, e o posterior *Romanceiro do canto soberano*, de 1966, de Audálio Alves; *Prefácio à cidade*, de 1961, de Paulo Fernando Craveiro; *Dura e Breve História da Ilha do Maruim*, de 1961, *O homem que devia ter morrido há 3 anos*, de 1966, e *Tríptico*, de 1968, no qual parte dessas produções foram, antes de 1964, de Olímpio Bonald. A coletânea *Em redor do A*, com poemas de 1955-66, de Fernando Pessoa Ferreira. Em transição, poderíamos citar os *Contos II*, de 1957, de Edilberto Coutinho, e uns poucos poemas finais, produzidos a partir de 1958, no *Sol Amargo* de Francisco Bandeira de Mello. Não pertencentes diretamente ao grupo poderíamos sublinhar *O burro de ouro*, de 1960, e *Josias e a Imperatriz*, de 1963, de Gastão de Holanda.

127 Referência a Walter Benjamin em suas Teses Sobre o conceito da História. Na quinta seção escreve: “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela” (p. 224).

128 Distanciando-me dessa pressa que a militância política, algumas vezes, impõe ao estudo, também não me identificaria com a neutralidade positivista. O saber sempre é pessoal e político. Utilizo essa passagem para indicar um uso apressado e não rigoroso dos desejos presentes que, anacronicamente, tendem a simplificar a dinâmica do passado. O pesquisador não deveria utilizar a teoria do reflexo para tratar a literatura engajada como se fosse a mais verdadeira. Muito pelo contrário, de acordo com o primeiro capítulo, é de uma aproximação de experiências vivas no tempo, suas relações políticas complexas, em que a sociedade dialoga com as obras, que os estudos históricos deveriam se aproximar.

movimento singular e variável com o todo, não em modelos irreduzíveis da teoria do reflexo, que deveríamos analisar os símbolos incendiários do engajamento.

#### 4.4 A GÊNESE DO MEDO

A erupção política e literária que abalou o meio urbano e rural — que até agora analisamos em sua complexa formação, junto à maneira de os indivíduos lerem o mundo — estava atingindo um horizonte abrupto. Essa fase da história cultural pernambucana e, de maneira geral, considerando o que se convencionou chamar de período nacional-desenvolvimentista da sociedade brasileira, é transposta pela ferocidade de um acontecimento. O caminho composto por essa experiência e consciência linguística esbarra com a crise da intensificação das demandas populares que observarão seu crepúsculo no golpe militar de 1964. Não apenas os patamares da democracia populista, incorporada em Jango, foram dissolvidos, mas toda uma rede de sociabilidades se fragilizou e o grupo de 1950 perdeu muito nesse momento. Algumas figuras centrais já tinham morrido precocemente, como Carlos Pena, de acidente de automóvel em 1960,<sup>129</sup> e outros se mudaram para o Rio de Janeiro, como Edilberto Coutinho e Felix de Athayde<sup>130</sup>, ou Curitiba, caso de Fernando Pessoa Ferreira. Os que ficaram adaptaram sua poética ao novo regime político, como Audálio Alves, que se volta para uma exploração mais experimental, lançando um movimento chamado de espectralismo, e diminuindo o tom social de sua produção. Com o desenrolar da ditadura e seu embrutecimento, as antigas convenções de produção são alteradas. O que antes tinha um lastro institucional e certo apelo público, aos poucos tornou-se tabu e destinado às tangentes subversivas. O golpe, além de um fato político, foi algo de cultural e mesmo existencial para esses escritores.

Em um sentido imediato, as reações perante o golpe foram de perplexidade, como um anticlímax de muitas das convicções tecidas em anos anteriores. Era como se o alarido

---

129 A morte do poeta causou comoção geral na cidade e, de certa forma, se alastrou pelo país. Várias resenhas e poemas foram escritos em sua homenagem. Poderíamos destacar os textos de Jorge Amado, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira para a ocasião. Em sua memória, foi colocado um busto na Faculdade de Direito. Uma fortuna crítica começou a se formar com trabalhos de um Cesar Leal e Renato Carneiro Campos, que serão comentados mais à frente. A sua morte trágica serviu, em certo sentido, para manter cristalizada sua imagem de poeta jovem e boêmio, um quadro de uma década. Talvez por isso, dentre todos os seus companheiros, é o mais lembrado.

130 Athayde é sempre mencionado como participante do grupo, porém seus poemas foram publicados em conjunto em um livro póstumo organizado por seu filho. Como não consta as datas dos poemas lá reunidos achamos, para não recair em achismo e manter o rigor metodológico, que não deveríamos citá-los por mais que aparentassem ser partícipes da produção do período.

revolucionário fosse calado de maneira abrupta. A teleologia de esquerda, a redenção vindoura, mostrou-se falha. Um sentimento de insegurança tomou conta dos meios artísticos e o que era dito sem constrangimento agora habitava a surdina. A primeira lista de exilados políticos foi o emblema inicial da repressão. A saída dramática de Miguel Arraes do governo, sua deposição com os estudantes cercando o palácio, protestos<sup>131</sup> e mortes mostraram o amargor da nova realidade que se formava. A maioria dos escritores, como de praxe do início do golpe, não foi ameaçada.<sup>132</sup> Os tempos mais duros viriam após o AI-5. Porém, existe um relato da esposa de Audálio Alves, logo depois do golpe, em que afirma que ele foi “convidado” a prestar depoimento no Exército<sup>133</sup>. Informa ainda que um de seus poemas de temática rural terminou censurado pela edição de um jornal local. Era provável que seus escritos engajados estivessem na ordem do dia de alguns militares. O fato terminou com essa visita e não houve consequências maiores, pois o poeta continuou advogando como de costume, mas, os efeitos em sua produção foram visíveis. Como dito, nunca voltou ao tom radical do *Canto agrário*.

Era uma época de instabilidade. Para muitos, o nascimento do medo e a derrocada da esperança. Fernando Pessoa Ferreira abandona de vez o formalismo da poética do isolamento

---

131 Em seu poder exemplar, podemos citar a prisão de Gregório Bezerra, líder comunista no campo. Ele foi espancado e humilhado em público, enquanto era conduzido pelas ruas do Recife até o quartel, representando a promessa do que seria a via-crúcis de muitos militantes de esquerda.

132 Exceções a essa regra, podemos destacar os exemplos, além do que vai ser citado a seguir, de Fernando Pessoa Ferreira que, como dito na pequena trajetória no capítulo passado, foi preso na ditadura militar, brevemente, em algum momento entre 1964-68, sob acusação de esconder um procurado político. Outro poeta não citado com frequência no trabalho devido à dificuldade de identificar a data de seus poemas é Felix de Athayde. Como dito também na pequena biografia, ele foi exilado com o grupo de Arraes.

133 Em depoimento de Virgínia Alves, registrado em 2010, é indicado o momento em que Audálio Alves é chamado para depor na delegacia, depois do golpe de 1964, sobre seu livro *Canto agrário*, e enquadrado como elemento subversivo por estar ligado à causa camponesa. Eis a narrativa: “Ele tinha uns amigos políticos. Inclusive, em 1964 criticaram muito a poesia dele porque achavam que ela era subversiva e quase o prenderam. Mas ele tinha um amigo que o conhecia muito de perto e foi com ele que chegou a se apresentar no quartel, aquele lá da BR em Olinda com Paulista. Foi ele e o amigo e passaram a tarde lá, de explicações e tudo, aí viram que realmente ele não era assim tão influente, apesar de escrever um livro chamado *Principio áspero de uma canção sem terra*. Aí ele falava do modo de vida dos camponeses, das injustiças que fizeram com eles. Então, não era nada mais do que isso. Ele tinha amigos políticos, mas ele mesmo não era político. Mas tinha amigo, né? Que falavam muito sobre isso...”. Em seguida, a esposa revela que ele teve um poema censurado no jornal. Também mostra a construção de sua consciência moral em relação à desigualdade no campo, que iria ter que se adequar ao enlaço do regime, como dito a seguir: “Foi. Foi por causa desse livro. Ele tá aqui também no *Principio áspero de uma canção sem terra*. Ele fez, tinha clientes no interior, ele próprio era do interior, nasceu em Pesqueira, então conhecia a vida sofrida do povo do interior, da palha da cana, essas coisas... Então ele fez essas poesias não com a intenção de prejudicar ninguém, mas de ressaltar a pobreza que o pessoal do interior passa. Por causa da política muitas vezes.” ALVES, Virgínia. Virgínia Alves (depoimento, 2014). Recife, LAHOI/DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - UFPE, 2014.

e dedica seu livro *Em torno do A* para Miguel Arraes e Carlos Pena Filho. Era incompreensível para ele que o país continuasse o mesmo com a eventualidade dessa catástrofe política. Estava presente o grande sono do povo e dos ideais e começava a estação da apreensão e do sufocamento. Do poema *A Criação do Medo*, escrito em 1966 e dedicado a Paulo Francis, selecionamos estas duas partes:

### **A Criação do Medo**

De 31 de março de 1964  
A 6 de abril do mesmo ano

I

Na terça-feira, a manhã  
Estava desfeita em dúvidas.

Notícias vinham de Minas,  
Eram trevas repentinas  
Fiando nervosa lã  
E vaticínios de nuvens.

Na quarta feira, a incerteza  
Sucumbia nas esquinas  
E para esconder o rosto  
Nublava os pratos da mesa.

Em Pernambuco, Miguel  
Fora cercado e deposto  
E, lá no Sul, Leonel  
Cavalgava o seu desgosto.

Desabara a ratoeira  
Quando afinal entendi  
Que não tem para onde ir  
Quem nasce em terra estrangeira.

Morreu de morte calada,  
País de praças vazias,  
Pois os canhões acordaram  
Enquanto o povo dormir.

III

Na segunda-feira, Deus  
Recomeçou seu trabalho:  
Plantou um tempo de fúria  
Sobre a murcha calmaria.  
Pôs alicerces de palha  
Nas paredes desse poço  
E surda carpintaria  
Disciplinando o alvoroço  
De quem acorda mais cedo  
Do que os canhões de abril.

Das muitas fomes que a fome  
Atiça pelo caminho,  
Fundiu, o Senhor, um malho:

Criou a fome do medo  
 – sempre o melhor espantalho.  
 É uma fome que aquece  
 E fecunda o que consome;  
 Um claro grito de flor  
 No desconforto do espinho;  
 Um gole largo de dor  
 Mastigada com carinho  
 Até transformar-se em raiva,  
 Até tornar-se mais dura  
 Do que a fome coagulada  
 Na solidão da cintura.

Nesse quadro que, por certo, era paralisante, seria no mínimo precipitado lançar a hipótese de que as imagens chocantes da poética do engajamento tenham sido completamente abafadas. O som ensurdecido de sua composição seria ainda escutado em outros contextos. Seu poder de manifestação, fincado nos meios populares, trazia muito da produção intelectual vindoura. Talvez o que fosse emergente estivesse a ponto de se tornar hegemônico, pelo menos no campo da esquerda. Isso justificaria toda uma literatura que se estabelecia em contraposição à ditadura. Como vimos representava na arte uma novo folego da estrutura de sentimento nacional popular. Quase como um gênero próprio, a poesia política mantinha muitas das notações antigas, porém dentro de determinações distintas já que o peso crescente da censura obrigaria a uma nova sociabilidade, construindo alternativas de publicação ou editoras que não estivessem vinculadas aos círculos oficiais. A própria estratégia da escrita é adaptada, como na canção de protesto, para evitar o rótulo imediato de subversiva.

Em Pernambuco, um novo movimento de escritores começava a se formar no que seria o grupo de 1965. Muitos dos poetas da formação de 1950 se juntariam a esses ou mesmo apadrinhariam sua trajetória — caso de Cesar Leal, que serviu como crítico e iniciador no suplemento literário do Diário de Pernambuco. Escritores jovens como Alberto da Cunha Mello, Marcos Accioly, Lucila Nogueira, Jaci Bezerra, Ângelo Monteiro, entre outros, estariam entre os renovadores da literatura. Utilizavam muitas das convenções literárias pernambucanas, indo do isolamento ao engajamento. Entretanto, o toque político sempre se manteve sublinhado. Orfeu não poderia mais voltar às terras etéreas e aquele que sujou a auréola da arte de lama nunca mais seria o mesmo. A estética da revolta, sua forma implacável, ressoara no infinito das interpretações. Assim, um ciclo simbólico começa a se transmutar novamente e da fagulha não apagada surgiria o novo.



## 5 CONCLUSÃO

A miséria é um tema ativo dentro da realidade brasileira. Podemos dizer, com segurança, que ela é um dos elementos constates de nossa formação como povo, muito mais significativa do que determinadas constantes culturais que o senso comum nos impõe. Destarte, sua condição não é cristalizada e homogênea. Existem várias formas de senti-la, explicá-la e de representá-la. Tendo consciência dessa historicidade da miséria, buscamos tentar fundamentar nossa análise dentro de um recorte específico que seria o dos anos finais de 1950 e os iniciais de 1960. Acreditamos que estes anos foram centrais para a apreensão deste fenômeno terrível que perdurou com muitas de suas imagens por toda segunda metade do século XX. Nesta época, maturaram-se as explicações intelectuais de como a nossa pobreza se desenvolveu no decorrer da história. E que, por ser de natureza econômica, política e cultural caberia à vontade política saná-la. É também desta etapa as notações estéticas que apresentavam a um só tempo um povo criativo, em seus folguedos e folclores, e faminto, sendo relegado à mais potente humilhação. A ideia de que desse cancro do nosso país sairia à força da transformação é sugerida em muitos dos bens simbólicos de então. A nossa motivação inicial foi tentar, com as fronteiras de uma dissertação, esclarecer os elementos de um momento tão fértil de nossa história a partir de fontes intelectuais e literárias.

Quando nos deparamos com o tema, percebemos que precisaríamos de um aprofundamento em determinadas questões teóricas e metodológicas que pudessem sofisticar melhor a análise. Esta fase do trabalho não foi fácil. Sentimos, no momento em que escrevíamos o primeiro capítulo, referente a estas preocupações, que estávamos fazendo algo mal quisto, visto como supérfluo, mesmo que no íntimo julgássemos de grande importância. Esse desconforto inicial, logo percebemos, se enquadrava no desvio que nos propúnhamos fazer em relação à prática comum de lidar com as questões teóricas e metodológicas nas monografias.

É esperado, pelo menos no campo das ciências humanas, que a operação epistemológica seja a mais concisa possível. Em termos teóricos, resume-se a escolha de um ou dois pensadores consagrados, dos quais se selecionam dois ou três conceitos úteis, para serem norteadores da pesquisa. Em termos metodológicos, na história se escolhe uma abordagem pautada geralmente em outros trabalhos empíricos, que se relaciona com a fonte escolhida pelo pesquisador. Para estas duas operações, não se espera que o estudante saiba de maneira rigorosa o contexto ou as aplicações possíveis que determinada abordagem teórica e

metodológica poderiam ter. Nem qual a rede de autores que trabalham com estes problemas e seus possíveis diálogos e desavenças. Também os limites de determinados conceitos perante a realidade estudada. O que se tornou norma é que, após uma breve citação na introdução, os princípios epistemológicos estejam diluídos, ou melhor, implícitos no corpo do texto do trabalho. Não precisa de muita imaginação para supor que a consequência disto é certo grau de automatismo. Por exemplo, é uma piada corrente entre os estudantes de pós-graduação em história a citação quase obrigatória para quem estuda cultura de uma página de Roger Chartier sobre o conceito de representação.

O problema é uma queda considerável na sofisticação necessária para utilizar com segurança e qualidade as ferramentas da pesquisa. Esta é uma preocupação crescente não só para a área das ciências humanas, como evidenciou em artigo o biólogo Ulysses Paulino de Albuquerque<sup>134</sup> a respeito desta questão. Um dos motivos de tal conduta talvez seja a de poupar um jovem pesquisador de ensaiar uma elaboração teórica mais profunda da qual não daria conta. Porém, a nosso ver, este medo da teoria e da metodologia, esta interdição, que pensa assegurar ao trabalho uma base controlável, termina por obliterar ao jovem pesquisador uma compreensão mais acabada e autônoma das questões levantadas na pesquisa. Se fosse possível se aprofundar na reflexão epistemológica, poderia tratar de modo mais complexo e dinâmico o material empírico. É em nome de uma tentativa de promover um maior rigor teórico e metodológico, ao tempo que formamos as bases de um caminho dentre as várias correntes de nosso campo científico, que escrevemos o primeiro capítulo.

Passada essa longa *mea culpa*, devemos retornar aos desafios teóricos que a miséria apresenta. No campo historiográfico, em determinado momento e com justeza, houve um amplo questionamento dos desafios da história de vincular um discurso com referência à realidade. Este movimento questionou o que sustentava os aparelhos de verdade da disciplina até então. As questões impostas pelo *linguistic turn* foram fundamentais para uma dinamização da teoria e metodologia. O problema é que, passado o seu momento de maior criatividade, certas tendências relativistas apreenderam essas correntes com um novo viés. Este seria que a verdade historiográfica não era possível e que a história não participava, ou não deveria participar, do campo científico. Essa negação da ciência, com maior ou menor apego a um irracionalismo, teve consequências que foram além das meramente teóricas.

---

<sup>134</sup> A qualidade das publicações científicas – considerações de um editor de *Área* no final do mandato, acessado pela última vez no dia 21/02/2019: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v23n1/v23n1a31.pdf>.

No campo político, como vimos, o relativismo foi apropriado por grupos de extrema direita que negaram o holocausto. Não caberá a nós aqui traçar a semelhança desse movimento com o nosso contexto atual de pós-verdade, em que no Brasil vemos determinados grupos, por meio da relativização histórica, atenuar os crimes da ditadura militar. Destarte, e dando continuidade, alguns dos teóricos que questionavam os princípios de verdade científicos não tiveram ferramentas concretas para combater esta onda. Alguns terminaram por afirmar que se tratava de uma luta política dos discursos, um da memória do holocausto e outro negacionista, e que o vencedor estabeleceria a verdade sobre o acontecimento. Caberia então, aos segmentos progressistas, fortalecer o discurso que afirmava a existência do terror do holocausto. Para Ginzburg, isto não seria suficiente. Não era uma luta apenas entre discursos concorrentes, mas sim entre um discurso verdadeiro, baseado em evidências empíricas, e outro falso, um meandro retórico.

As consequências dessa posição política e científica, que reafirmava o poder da história de contar o real, foi um esforço de alguns historiadores de reaproximar a disciplina da ciência e de um conceito de verdade. Porém, não era possível deixar de lado os ricos questionamentos que sublinhavam o papel da narrativa e subjetividade dentro da história, mesmo que estes deixassem a disciplina fragilizada perante a ciência tradicional, muito próxima do positivismo. A alternativa foi criar um novo conceito de história em que as verdades, mesmo que relativas, são possíveis, e que o real – mesmo que não se dando de modo imediato – é relativamente aproximado com a ajuda de um rigoroso método de pesquisa. É neste contexto que entramos com nosso tema, a miséria. Não podendo ser relativizada em sua realidade, mas tendo variação nas narrativas discursivas, foi fácil enquadrar a miséria nesse novo movimento epistemológico. Assim, buscamos juntar a história à ciência e verdade, ao mesmo tempo em que consideramos a narrativa, subjetividade e emoção. Esse é o esforço teórico que sustenta este trabalho.

Do ponto de vista metodológico, a relação entre o tema e as fontes também se mostrou desafiadora. Como se tornou evidente na introdução, trata-se da relação entre os bens simbólicos, no nosso caso a literatura e a produção intelectual, e a realidade de classe específica. A abordagem tradicional dessa relação era dada pela bibliografia marxista que, salvo algumas exceções, tendia a se ater a uma abordagem reflexiva. Assim, a literatura e as ideias seriam um reflexo, mais ou menos mediado, das estruturas econômicas. A crítica justa, feita por críticos mais formalistas, foi a retirada da literatura e das ideias de sua própria autonomia e valores intrínsecos. Em contrapartida, os primeiros, também com razão,

acusavam os formalistas e estruturalistas de retirar as produções simbólicas da sociedade, dificultando partes significativas da sua interpretação. A esta problemática dos externalistas versus internalistas tentamos procurar uma saída intermediária. Conseguimos isso com a ajuda dos trabalhos de Pierre Bourdieu, Raymond Willims, Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Tentamos, neste sentido, destacar os valores internos de cada prática simbólica em contato com as relações culturais nas quais se inserem. Em nosso caso, destacamos a apreensão da miséria.

O fruto conceitual desta questão já foi trabalhado, porém gostaríamos de salientar mais uma opção metodológica. Esta se deu na preferência de uma análise horizontal, uma gama de autores de uma época, do que uma vertical, da análise aprofundada de um único escritor. Ambas as técnicas tem vantagens e desvantagens. A primeira, por apresentar uma interpretação extensiva, termina inelutavelmente passando por cima de um aprofundamento dos detalhes de determinada trajetória. A segunda, por se sustentar em uma análise mais intensiva de uma biografia, não consegue se ater tão bem aos elementos comuns, presentes em uma rede de produtores culturais. Optamos pela primeira porque as abordagens intensivas são mais comuns no campo das letras e da história das ideias tradicionais. Buscamos, deste modo, trazer um novo olhar, mais amplo, sobre determinada produção de um período. Assim, esperamos trazer uma sugestão à gama de trabalhos intensivos de autores específicos ou, quem sabe, servir de mote para, a partir do nosso estudo extensivo, nascer uma análise intensiva de um autor ainda pouco aproveitado na bibliografia.

Ao tratar do campo intelectual, deparamos com uma pluralidade de ocupações: geógrafos, economistas, pedagogos, jornalistas e ensaístas políticos. O elemento principal de nossa análise baseou-se na seguinte proposição: ao mesmo tempo em que mostrávamos as controvérsias e diversidades da época, também salientávamos certo problema comum que os unia. Essa tarefa foi facilitada porque os autores escreveram no mesmo estado, Pernambuco, em instituições que dialogavam constantemente.

Nesse contexto, dentro do campo intelectual brasileiro existia o campo pernambucano que vinculava entre si, neste momento específico, algumas das mentes mais criativas do país. Por isso, para um leitor desprevenido, fica a impressão de que não se tratam de intelectuais ligados a um campo regional, mas nacional. O problema dessa perspectiva é que, não analisando o cenário da época, acaba-se por esquecer que o Nordeste, tendo Pernambuco como centro, tornou-se uma das questões mais urgentes da nação. Então, neste momento

muito específico da nossa história, havia uma articulação próxima entre os símbolos do campo intelectual nacional e o local. É interessante, para fortalecer este argumento, ressaltar o fato de que uma quantidade considerável de intelectuais nordestinos dos anos de 1950 conseguiu alcançar renome mais abrangente. O trabalho tentou conciliar a história destes dois campos, se atendo com maior destaque, devido aos limites da pesquisa, aos símbolos intelectuais regionais.

Este grupo heterogêneo, mas que mantinha contato constante, compartilhava uma mesma sensibilidade e dividia bibliografias e conceitos comuns. Por isso a recorrência de termos como estrutura colonial ou feudal, subdesenvolvimento, progresso, industrialização, reforma agrária entre outros. Foi com este cabedal que interpretou a miséria de sua época. Devido às suas chaves de leitura, ainda presentes nos dias de hoje, podemos nos acomodar e não procurar uma voz específica de um determinado tempo. Por isso, foi fundamental destacar os elementos próprios de uma determinada estrutura de sentimento de ler a realidade da miséria.

Para traçarmos esta diferença de modo didático, nos ateremos a um exemplo comparativo. Na época, um elemento quase onipresente era estabelecer uma ponte de ligação entre o passado colonial e o subdesenvolvimento, dentro de uma teoria da dependência. Se compararmos aos dias atuais, tomando como exemplo os trabalhos de Jessé Souza e Rubem Braga, perceberemos o esforço de reconhecer a ascendência de uma nova classe social, chamados de batalhadores e precariado. Perceberemos, como destacado no primeiro capítulo, que determinada retórica científica acompanha um espaço social específico. Por outro lado, não podemos, de modo anacrônico, considerar a geração de 1950 como datada e desatualizada, como se não tivesse nada a dizer ao presente. Pelo contrário, é percebendo a fundamentação conceitual de uma fase passada de um campo que melhor compreendemos o seu desenvolvimento contemporâneo. Mesmo que, para os olhos de hoje, as práticas intelectuais do período estudado aparentem ser estranhas, não podemos diminuir o seu teor sugestivo, o seu eco interpretativo toda vez que deparamos com a pobreza. Tentamos, com bastante esforço, mostrar do modo mais abrangente possível, as práticas e produções simbólicas das ideais, em aliança e conflito, que alicerçavam a experiência neste tempo.

Na literatura o desafio foi diferente. O grupo estudado era muito mais coeso. Formou-se na mesma instituição, a Faculdade de Direito, e guardou de maneira mais íntima um ciclo de amizade e convivência. Neste sentido, ao conceito de campo e de estrutura de sentimento,

foi fundamental a ideia de formação. Ela tenta dar conta das relações sociais flexíveis, bem menos rígidas do que o conceito de geração, no qual se estruturam determinadas práticas culturais. Salientando esta diferença, podemos dizer que a abordagem de uma reconstituição da história do campo, de seus funcionamentos do passado, se deu como no segundo capítulo. A diferença que podemos destacar é que seus elementos não estavam tão interligados com o campo literário nacional.

Neste contexto, percebemos que a fortuna crítica deste grupo de 1950 é uma das menores da história da literatura pernambucana. Um dos motivos pode ser a ausência desses escritores no cânone nacional. Do afastamento que tratamos acima. Porém, devemos salientar dois pontos importantes que devem ser fundamentais para justificar esta lacuna. O primeiro é baseado na reprodução política e institucional do cânone em uma rede de legitimação que envolve críticos, universidades e órgãos governamentais, centralizada no Sudeste. As regiões marginalizadas cultural e economicamente são relegadas a um patamar de análise secundário. Mesmo que em Pernambuco a autonomia intelectual local tivesse força o suficiente para criar uma narrativa histórica e literária singular, não tinha poder suficiente para universalizar esse discurso por limitações de sua própria rede, como o cânone.

O segundo ponto, que se liga imediatamente ao primeiro, é a construção de um modelo interpretativo generalista para analisar esta década. As chaves conceituais, produzidas em parte da crítica dominante, são formuladas para identificar como relevantes o debate em torno do concretismo e neoconcretismo desta fase. A questão se dá em um sistema de oposições como os defensores do verso contra aqueles da espacialidade ou, posteriormente, da poesia formalista em comparação àquela que milita politicamente – o debate posterior entre os irmãos Campos e Ferreira Gullar. A questão é que essa produção conceitual é insuficiente para compreender outras regiões do país. Em Pernambuco, os problemas se passam em outra ordem de legitimação, que remete a um conhecimento específico. Para o observador módico da crítica paulista, o soneto pernambucano da poética do isolamento seria um arcaísmo e as fontes nacionais e populares da poética do engajamento, um exotismo regionalista. Neste sentido, tratar essa literatura em sua compreensão simbólica própria, em seus sistemas de referências, que dialogam com o contexto literário nacional, mas não se reduzem a ele, é um desafio.

Devemos deixar mais claro o que queremos dizer da autonomia que o ambiente literário pernambucano sustenta. Esta que pode ser visível em uma cronologia literária

própria, resumida em gerações como a regionalista, de 45, de 65, etc. Não obstante, não nos propormos a dizer que se tratava de um sistema literário fechado, que se retroalimentava. Pelo contrário, a trajetória de alguns nomes da formação mostrou seus voos ao contexto nacional. O que defendemos é que existe um realce, se comparado ao campo intelectual, da presença de elementos autóctones na produção. Por isso, apesar da homologia com certo movimento do campo intelectual, no sentido de uma subida à politização, esse campo resguarda um funcionamento específico.

Este pode ser visto, na sua singularidade, em uma breve análise da crítica sobre a formação de 1950. Mesmo constando a sua insuficiência, podemos destacar que no tempo de sua produção, houve a apreciação por parte de intelectuais de renome ou entre os próprios membros da juventude literária. Essa produção que, em sua maioria, estava em orelhas e prefácios de livros, demonstra algumas marcas interpretativas e o lugar que as obras estavam tomando dentro do campo literário.

Na fase inicial dos novíssimos, temos a contribuição de Aníbal Machado sobre o livro *Onda a boiadeira*, de Edilberto Coutinho. Nele, percebe-se bem a emergência de uma estética juvenil estruturada dentro de uma fluidez temática e de estilo, dizendo que “aos primeiros impactos com a realidade, a juventude [...] começa a caminhar sob a chuva de conflitos e interrogações. É uma realidade não poética sob a aparência de formas estúpidas e perfeitamente reversíveis, realidade que ela recusa, mas que a comprime” (Apud COUTINHO, 1954, p. 7). Essa insatisfação foi corretamente percebida por Machado e estava se formando no próprio conceito de ser jovem naquela década.

O efeito natural de interiorização, a solidão melancólica dessa condição, aparecem na orelha do livro *O Homem Só*, de Paulo Fernando Craveiro. Produzido pelo departamento de publicação da Prefeitura do Recife, o editor (não identificado) escreveu que “o ‘spleen’ de o homem só é quase uma constante em ‘*O Homem Só*’, intensificado por uma certa tristeza que o autor deixa transparecer nas lembranças dos países europeus em que viveu” (orelha do livro de 1959). No processo de transição, sempre confuso, entre as duas estruturas de sentimento há três momentos que caracterizam bem o misto entre realismo e psicologismo. Na crítica de Gilberto Freyre aos *Contos II*, de Coutinho, vemos: “Há em alguns dos seus contos uma combinação de ambientes poéticos com realismo que, às vezes, resulta em efeitos do melhor sabor artístico e, ao mesmo tempo, psicológico” (Apud COUTINHO, 1957, p. 9). Muitas

vezes essas críticas são pautadas mais em experiências de leituras, bem coadunadas com a proposta do autor, do que em tentativas de interpretação crítica da obra literária.

O mesmo desenvolvimento acontece nas leituras posteriores da poética do engajamento, altamente influenciada pela tese da função política da arte e da crítica marxista. Na análise de Luiz Paiva de Castro sobre o livro de Fernando Pessoa Ferreira, intitulado *Em Torno do A*, que interpela em “nos pôr claramente diante desta necessidade do poeta em nosso tempo. A palavra que, de repente, vem para a rua, quando o poeta, ao sair de casa, vê a angústia do dia a dia, a compreensão do espaço vital, sente a dimensão trágica” (orelha do livro de 1967). Essa feição politizada do intelectual que rompe com a corrente de recepção passada está presente na leitura que Barbosa Lima Sobrinho faz do livro *Canto agrário*, de Audálio Alves. Nesta interpretação, ele caracteriza bem a arte dentro dos esquemas nacionais populares ao perceber o movimento de comprometimento da nova literatura, defendendo que “passa do ‘plano recreativo’ de uma arte pura à área de uma arte humanizada, cristã e, por vezes, revolucionária. Então, já não é a ilusão dos sentidos, o limite e o fim de sua sensibilidade ante as asperezas de uma situação social esdrúxula”. Ele continua a exposição, concluindo que esta situação é “calcária e feudal, que lhe afloram as mãos e se desencadeiam em busca de uma imagética de polarização das reservas morais do homem – particularmente brasileiro, hoje, como nunca, a exercitar nos arraiais do seu destino ao encontro da justiça social” (Apud ALVES, 1986, p. 16). Esses modos de recepção dentro dos esquemas da poética do engajamento não eram retidos apenas por críticos consagrados. Os próprios participantes escreviam sobre seus companheiros. Essa prática, além de reafirmar suas comunhões literárias e políticas, também funcionava como forma de criar um espaço de legitimação próprio da geração. Assim, Audálio Alves comenta sobre o poema *A dura e breve história da Ilha do Maruim*, de Olímpio Bonald, ressaltando o papel de sua geração para a poesia social:

A sua ‘Dura e breve história da Ilha do Maruim’ nada tem a ver com poema de aparente participação, de casual incidência sobre aspectos ferozes da vida ou, mais precisamente, sem nenhuma responsabilidade social. E nada tem a ver porque, sendo um canto de primeira água e de coragem, só a partir dele é que surgem as grandes vozes da poesia social na nova geração pernambucana. Poderia dizer que ele não chegou a influenciar estruturalmente, como ocorre no caso de João Cabral de Melo Neto, o sentido de uma geração (no plano da poesia social, João, à arte dos chamados novíssimos), mas foi, sem nenhuma dúvida, o responsável por uma tomada de posição e de uma posição que, em certo momento histórico, foi dura e breve como sua ilha. (ALVES, 1968)

De todos os membros da formação, aquele que recebeu mais atenção foi, sem sombra de dúvida, Carlos Pena Filho. Sua morte prematura, somada a seu talento inegável,

impulsionou o estudo de sua obra, que não ficou limitada apenas a apresentações pontuais de livros. Por isso, o nível de complexidade e de abrangência é bem maior do que as abordagens passadas. Na verdade, estudar a trajetória da crítica da obra de Pena é, indiretamente, assinalar os conceitos gerais de entendimento para sua geração. No movimento de produção individual existe um campo de significados coletivos que o acompanham. Responder, então, à tradição de receptores de Pena, que foram se multiplicando após sua morte em 1960, é lidar com as possíveis maneiras de compreender sua própria formação. De início, por uma questão de objetivo, deixamos de lado textos como o de Jorge Amado, Ariano Suassuna e Gilberto Freyre que, por serem pautados em experiências mais de saudosismo e homenagem do que propriamente analítica, não forjaram os modelos de leitura de uma produção<sup>135</sup>. Outras experiências mais completas foram priorizadas, salientando seu caráter original.

Existem duas tradições receptivas para o conjunto de livros de Pena Filho. A primeira, de Cesar Leal e José Gonçalves de Oliveira, percebe uma divisão estética na obra do poeta, sob uma ótica internalista. Ela seria marcada por uma primeira fase de desenvolvimento interno da linguagem, de aprofundamento formal, representado pelos sonetos de um livro como *O tempo de busca*. Para esses críticos, essa obra guardaria o máximo de complexidade estética, em que o conteúdo psicológico e interior se comungava com uma sofisticação métrica. Em contraste, teríamos um segundo estágio, fundado na utilização de conteúdo e forma, inspirados na cultura popular. Esse segmento, que seria de álibi mais politizado para a tradição crítica, representava uma queda na qualidade literária. Em vez de se ater ao experimentalismo antigo, o poeta teria diminuído a inovação para se adequar a uma função política. Essa crítica da poesia social salienta a utilização frágil das fontes populares e revela seu aspecto de falsa inovação.

A outra tradição é aquela encabeçada por Edilberto Coutinho, de aspiração a uma crítica social, advogada por uma continuidade na literatura de Pena. Para este autor, a separação não faria sentido, pois é perceptível um caráter mais humanitário mesmo no estágio sonetista, que vai se agudizar até o momento de politização. Não havendo sentido na divisão, Pena seria, desde o princípio, um poeta de atitude engajada, em que toda a obra seria qualitativamente positiva, incorporando o artista como um dos protagonistas para a emancipação libertária do homem. Um humanista ativo. Em decorrência dessas proposições

---

<sup>135</sup> Um dos trabalhos que não analisaremos e que não é necessariamente de ordem pessoal é o do sociólogo Renato Carneiro Campos, que analisa a cor azul na poética de Carlos Pena. Por ser uma abordagem deveras específica, destacando a cromática de sua poesia e que privilegia os aspectos formais, não ajudará a fazer um balanço da totalidade da produção desse escritor.

interpretativas, como bem pode ser notado, propusemos uma possibilidade alternativa de entendimento.

Em via de estabelecer um diálogo analítico com as tradições passadas de recepção da geração, não deveríamos reafirmar as bases desse trabalho, pois já foram devidamente expostas. Assim, passaremos ao questionamento da abordagem crítica. Concordamos com a separação de Cesar Leal, admitindo que de fato existe uma transformação estilística dentro da obra. Possivelmente, Edilberto Coutinho reproduziu o mito da autoria, já comentado, em que busca a todo custo uma coerência dentro de um criador, como se este obedecesse a um desenvolvimento evolutivo. Seu esforço por torná-lo um escritor libertário desde a origem está de acordo com o tempo em que estava inserido, já que nos anos de 1970 os métodos marxistas e a crítica social estavam ganhando força nos estudos literários. Devemos, por último, destacar a amizade pessoal entre ambos. Isso deve ter impellido Coutinho a salientar os aspectos políticos de Pena para que, em um contexto de poesia engajada contra a ditadura, a memória desse poeta seja valorizada e atualizada dentro desses novos símbolos.

Voltando a Leal, não poderíamos coadunar com a conclusão avaliativa que arquiteta um muro qualitativo entre a primeira e segunda fase<sup>136</sup>. É preciso deixar claro que este crítico, inserido em certo contexto histórico, formou uma rica e importante abordagem internalista, pautada na eficiência estética dos textos, perante os exageros discursivos da poesia engajada. Nessa perspectiva, faltou em sua leitura à integração entre estética popular e a realidade cultural da qual faz parte que, como vimos, de grande complexidade de elaboração. Em resumo, aceitamos a divisão estilística, porém não com o intuito formalista de hierarquia de fases, mas em uma história cultural da literatura, que busca a compreensão específica de uma produção em uma realidade simbólica mais ampla.

Assim, é importante destacar que nossa leitura foi pautada por uma noção que tentou ao máximo salientar o movimento, em forma de uma experiência inacabada, que perpassou as práticas literárias da formação. Com isto, tentamos impedir que se fizesse uma leitura em dois blocos monolíticos: um da poética do isolamento (ou do apuro formal, como no caso de Pena Filho) e outro do engajamento. Nesse sentido, tentamos acompanhar como as experiências

---

<sup>136</sup> Nossa leitura, em termos de trabalhos contemporâneos, está próxima das dissertações de Maria Távora, *É Do Sonho Dos Homens Que Uma Cidade Se Inventa: a poesia de Carlos Pena Filho*, e Juarez Lins, *Geografia e literatura: uma leitura interdisciplinar do Recife através da poesia de Manoel Bandeira, Carlos Pena Filho e João Cabral de Melo Neto*, que fazem um paralelo entre a história da cidade com a poética de Carlos Pena. São fontes de diálogos interessantes, com os quais concordamos em muitas de suas conclusões em termos de análise cultural.

individuais vão, aos poucos, se modificando até o ponto em que uma prática literária dá lugar a outra. É importante acompanhar o lento *dégradé* entre uma sensibilidade que perde força e outra que se eleva.

Neste processo, buscamos acentuar sempre as próprias obras como guias das novas práticas poéticas. Isto tem relação com nosso comprometimento em dotar a literatura com força autônoma dentro da análise crítica. Todavia, é evidente que não conseguimos, até para não recairmos em repetições, esgotar em citações todos os meandros deste movimento em um único autor. Neste sentido, buscamos muito mais um equilíbrio com um todo de autores, em suas mais de trinta obras, do que o protagonismo, por meio de citações, de um escritor. Por exemplo, no caso das obras de Carlos Pena, como vimos o mais conhecido da geração, um leitor familiarizado com seus livros provavelmente vai sentir que um ou outro poema também cairia na sensibilidade que estávamos apresentando. Não obstante, tentamos suprir essa lacuna com a voz de escritores menos lidos, mas também significativos. Esta escolha narrativa estaria em conformidade com o olhar amplo do qual já tratamos e talvez seja a contribuição mais candente deste trabalho.

Por último, mesmo que breve, gostaríamos de destacar a homologia entre os campos. Percebemos que existe, por um lado, um forte elemento estético na intelectualidade, como destacamos em Josué de Castro, mas também um papel de interpretação social presente nas obras literárias. Os dois campos não se confundem e, nesta época, estavam muito mais separados do que no início do século. Porém, é perceptível que este diálogo era muito mais íntimo do que no campo contemporâneo. Arriscamos a formar a hipótese de que, para alguns autores da época, a literatura dava força sensível às práticas científicas e a ciência dava força factual à literatura.

Essa intersemiose, como o leitor deve ter percebido, alcançou seu ápice na fase de recrudescimento da estrutura de sentimento nacional popular. Nesta fase, o léxico da urgência e da revolução conduziu várias práticas culturais a uma ação comum. Como se as ideias e as letras fizessem uma associação para tratar, e superar, a absurda ferida da miséria. Além dos enfoques escolhidos, o literário e o intelectual, podemos dizer que essa homologia surgiu em outros campos como o fotográfico, o cinematográfico e o pictórico. Este último, no Atelier Coletivo em que se destacava Abelardo da Hora, teve grande influência na concepção de uma iconografia da pobreza. Os próprios livros eram acompanhados de várias gravuras e

ilustrações – algumas feitas só para serem veiculadas neles –, que traziam grande sofisticação estética.

Estas provas iconográficas da aliança entre o campo literário e intelectual, por meio das publicações, com o pictórico são tão fortes que ousamos lançar mão do conceito de *livro galeria*, como se as ilustrações não só fortalecessem o material e o conteúdo dos textos, mas também permitissem um novo grau de difusão das ilustrações. Devido à demarcação do tempo e recursos para fazer uma dissertação, não conseguimos aprofundar estas interessantes questões. Porém no futuro, se for possível, esta interpretação poderá se somar como um capítulo a mais em nosso estudo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Audálio. *Antologia Poética*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Canto da matéria viva*. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Princípio áspero de uma canção sem terra: Canto Agrário*. 1ª ed. Recife: FUNDARPE, 1986.
- \_\_\_\_\_. Organização: Lourdes Nicácio e Silva. *Audálio Alves: vida e poesia*. 1ed. Recife: Editora Novo Horizonte, 2013.
- BOTELHO, André; BASTOS, Elide; BÔAS, Glaucia (Orgs). *O Moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Editota Topbooks, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Editora Brasiliense, 1963.
- AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da Frente ao Golpe*. 1ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- ATHAYDE, Felix de. *Poema Reunidos*. Nova Fronteira, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. I – *Magia, Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Paris, Capital do século XIX*. In F. R. Kothe (Org), Walter Benjamin. Editora Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Paris do Segundo império em Baudelaire*. In F. R. Kothe (Org), Walter Benjamin. Editora Ática, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: - Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Usos sociais da ciência*. Unesp, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Autêntica editora, 2012.
- BOUVERESSE, Jacques. *La Connaissance de l'écrivain, Sur la littérature, la vérité et la vie*. Agone, 2008.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Zahar, 2005.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Editora Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Editora Cultrix, 1994.

- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira: poesias reunidas e poemas traduzidos*. J. Olympio, 1986.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Companhia das Letras, 2009.
- CAMPOS, Milton de Godoy. *Antologia Poética da Geração de 45*. Clube de Poesia, 1966.
- CASTRO, Josué. *Documentário do Nordeste*. Editora Brasiliense, 1957.
- \_\_\_\_\_. *O livro negro da fome*. Editora Brasiliense, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Sete palmos de terra e um caixão*. Editora Brasiliense, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Geografia da fome*. Editora Antares e Achiamé, 1980.
- COSTA, Édison José da. *A geração de 45*. Letras, Curitiba, n.49, p. 53-60. 1998. Editora da UFPR.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e Representações*. Miraflores. Difel, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história*. Artmed, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e história. Topoi (Rio de Janeiro) 1.1 (2000): 197-216*.
- CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila; LOPES S. L. José. *Autoria e história cultural da ciência*. Beco do Azougue, 2012.
- CHARLE, Christophe. *Nascimento dos intelectuais contemporâneos*. História da Educação 7.14 (2003): 141-156.
- CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. A escrita da história 2 (1982): 65-109.
- COUTINHO, Edilberto. *Onda Boiadeira e outros contos*. Edições Região, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Contos II*. Secretária de Educação de Educação e Cultura de Pernambuco, 1957.
- \_\_\_\_\_. *O livro de Carlos*. J. Olympio, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Presença Poética do Recife: crítica e antologia poética*. 3 ed., Rio de Janeiro: J. Olympio; Fundarpe, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Bar Savoy*. Edições Canto do Poeta, 1995.
- CRAVEIRO, Paulo Fernando. *O Homem Só*. Arquivo Público Estadual e Imprensa Oficial de Pernambuco, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio da Cidade*. Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, 1961.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Editora Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Julio Cesar Tavares. *Poeta da cidade: O Recife na poesia de Carlos Pena Filho*. 5 colóquio de história: perspectivas históricas. Novembro. 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiuodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.915-928.pdf>.

DOSSE, François. *A história*. 1.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DOMINGUES, Edimir. *Universo Fechado ou o Construtor de Catedrais*. Editora Bagaço, 1996.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Ed. Martins Fontes, 2001.

ERIC, Hobsbawm. *Viva la Revolución: utopias na américa latina*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2017.

FERREIRA, Fernando Pessoa. *Os Instrumentos do Tempo*. Livros de Portugal, 1958.

\_\_\_\_\_. *Em Redor do A*. Civilização Brasileira, 1967.

FILMER, Paul; OLIVI, Leila Curi Rodrigues. *A estrutura do sentimento e das formas socioculturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams*. Estudos de Sociologia, v. 14, n. 27, 2009.

FILHO, Carlos Pena. *Livro Geral: Poemas*. Gráfica Flamar. Olinda: 2011

\_\_\_\_\_. *Carlos Pena Filho: 50 anos de memória*. Ed. Atma Comunicação. Recife: 2010

FONSECA, Gondin. *A miséria é nossa*. Editora Fulgor, 1962.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Editora companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Editora fundo de cultura, 1962.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Educação e atualidade brasileira*. Editora Cortez, 2001.

GAZONI, Fernando Maciel. *A poética de Aristóteles: tradução e comentário*. Dissertação, USP, São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Editora Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Gastão de. *Os Escorpões*. 2 ed., Recife: Cepe, 2012.

\_\_\_\_\_. *A cidade de cada um*. Civilização Brasileira, 1963.

HASENBALG, Carlos Alfredo; KABENGELE Munanga; SCHWARCZ M. Lilia. *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

JULIÃO, Francisco. *Irmão Juazeiro*. Livraria Francisco Alves, 1961.

\_\_\_\_\_. *O que são as ligas camponesas*. Editora Civilização Brasileira, 1962.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Ed. Ática, 1994.

JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. *Realidade vs ficção: a literatura como fonte para a história*. Encontro da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>

LAJOLO, Marisa. *Literatura e história da literatura, senhoras muito intrigantes*. Remate de Males, v. 13, 2012.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LINS, Juarez Nogueira. *Geografia e Literatura: uma leitura interdisciplinar do Recife através da poesia de Manoel Bandeira, Carlos Pena Filho e João Cabral de Melo Neto*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2003.

LINS, Osman. *Os gestos*. 3 ed., São Paulo: Editora Moderna, 1994.

LEME, Maria Cristina da Silva; Fernandes, Ana. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. Fupam, 1999.

LEAL, César. *Invenções da noite menor*. Editorial Argo, 1957.

MARIM, Caroline Izidoro. Da natureza das emoções ao seu papel na determinação da ação. Rio de Janeiro, 2010. e NOVAES, Adauto (org.) Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

MAIA, José Alexandre Ferreira. *A busca do tempo no Tempo de Busca: tensões estéticas e ideológicas em Carlos Pena Filho*. Eutomia – Ano I, Nº 2 – Dezembro de 2009. Disponível em: <http://revistaeutomia.com.br/volumes/Ano2-Volume2/especial-destaques/destaques-literatura/A-Busca-do-Tempo-no-Tempo-da-Busca.pdf>

MELLO, Francisco Bandeira de. *O Pássaro Narciso*. Secretária de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959.

\_\_\_\_\_. *A Máquina de Orfeu e O Sol Amargo*. Imprensa Universitária, 1961.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Aspectos da descaracterização do Recife*. Recife: Edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa. Coleção Espaço e Tempo I, 1951.

MERQUIOR, José Guilherme. *Razão do poema*. Civilização brasileira, 1965.

MOTA, Mauro. *Obra poética*. Recife: Ensol, 2001.

MORAIS Quartim, João Org. *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol II. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *História do marxismo no Brasil: teorias interpretações*. Vol III. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

NETO, Olímpio Bonald. *Um negro Volta ao Mangue*. Secretária de Educação e Cultura de Pernambuco, 1958.

\_\_\_\_\_. *O homem que devia ter morrido há 3 anos*. Editora Leitura, 1966.

- \_\_\_\_\_. *O Livro da Poesia*. Edição da Academia Pernambucana de Letras, 1990.
- NETO, João Cabral de Melo. *O cão sem plumas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Educação pela pedra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- NOVAIS, Adauto Org. Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevo Mundo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)*. Anos 90 3.4, 2006.
- PLATÃO. *Crátilo*. Notas e tradução de NUNES, Carlos Alberto. Universidade Federal do Pará, 1973.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68*. Companhia das Letras, 1998.
- PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. 1ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade, dois prefeitos*. Ed. Universitária USP. São Paulo: 1998
- \_\_\_\_\_. *Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas*. Revista Brasileira de História 21.42 (2001): 417-434.
- PCB: vinte anos de documentos 1958 – 1979*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *Metade roubada ao mar, metade à imaginação: a cidade do Recife por Carlos Pena Filho*. Revista Rascunhos Culturais. 2010 Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3694422.pdf>.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Editora 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Políticas da escrita*. Editora 34, 1995.
- RAYMOND, Williams. *Marxismo e literatura*. Editora Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e Materialismo*. Editora Unesp, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Companhia de Bolso, 2011.
- REZENDE, Valdeci. *História e Literatura: algumas considerações*. Revista de Teoria da História ano 1, número 3, junho de 2010.
- REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe, 1997.
- RICCIARDI, Giovanni. *Sociologia da Literatura*. Publicações Europa-América, 1971.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. *História e literatura: uma relação possível*. Revista Científica. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>

SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa 1830-1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SECCHIN, Antonio Carlos. *João Cabral: a poesia do menos e outros ensaios cabralinos*. Topbooks, 1999.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA K. Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. Editora Contexto, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. Por uma história política 2 (1996): 231-269.

\_\_\_\_\_. *As elites culturais*. Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean (1998).

SOUZA, Jessé, and André Grillo. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Editora Contracorrente, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. Editora Companhia das Letras, 1993.

TÁVORA, Maria das Vitórias Mattoso. *É Do Sonho Dos Homens Que Uma Cidade Se Inventa: a poesia de Carlos Pena Filho*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do teatro do estudante e do gráfico amador no Recife (1946-1964)*. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

## Jornais e revistas

AZEVEDO, Guilherme. O desemprego pode colocar o Brasil no mapa da fome, diz líder do órgão da ONU para alimentação, 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/11/06/desemprego-pode-recolocar-brasil-no-mapa-da-fome-diz-lider-do-orgao-da-onu-para-alimentacao.htm>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DANA, Felipe e IZQUIERDO, Silvia. O Brasil volta a pobreza, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/album/1508765677\\_018640.html#foto\\_gal\\_3](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/album/1508765677_018640.html#foto_gal_3). Acesso em: 04 mar. 2018.

BERGAMASCO, Debora et al. A volta da miséria: como a recessão, o desemprego e o recuo das políticas sociais estão empurrando milhares de brasileiros para a extrema pobreza, 2015. Disponível em: [https://istoe.com.br/439221\\_A+VOLTA+DA+MISERIA/](https://istoe.com.br/439221_A+VOLTA+DA+MISERIA/). Acesso em: 04 mar. 2018.

CEPED. 1583/2012: Histórico de secas do nordeste do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/>. Acesso em 22 fev. 2019.

CÔRREA, Alessandra. Com nova metodologia, pobreza do Brasil tem queda mais acentuada, 2015. Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009\\_reducao\\_pobreza\\_banco\\_mundial\\_ac\\_lg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009_reducao_pobreza_banco_mundial_ac_lg). Acesso em: 04 mar. 2018.

EL PAÍS. Brasil lidera a redução da pobreza extrema, diz Banco Mundial, 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575\\_591974.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html). Acesso em: 04 mar. 2018.

EL PAÍS. Combate a fome no Brasil estagnou, diz ONU, 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-fome-no-brasil-se-estagnou-diz-onu,70002496919>. Acesso em 22 fev. 2019.

EXAME. Calculadora da desigualdade coloca seu lugar na pirâmide, 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/calculadora-da-desigualdade-mostra-seu-lugar-na-piramide/>. Acesso em 22 fev. 2019.

Jornal última hora edição de 25 de julho de 1955 – pesquisado no site da hemeroteca nacional.

Jornal do comércio edição de 10 de março de 1960 – pesquisado no Arquivo Público Jordão Emereciano.

PORTAL BRASIL. O Brasil retira 36 milhões de pessoas da extrema pobreza e bate meta da ONU para mortalidade infantil, 2014. Disponível em: [www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brasil-retira-36-milhoes-da-miseria-extrema-e-bate-meta-da-onu-para-mortalidade-infantil-1](http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brasil-retira-36-milhoes-da-miseria-extrema-e-bate-meta-da-onu-para-mortalidade-infantil-1). Acesso em: 04 de mar. 2018.

PORTAL BRASIL. Ipea revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012; 2014. Disponível em: [www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea). Acesso em: 04 mar. 2018.

PRESSE, France. Cepal elogia redução da pobreza no Brasil, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/cepal-elogia-reducao-da-pobreza-no-brasil.html>. Acesso em: 04 mar. 2018.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil reduz em 75% a pobreza extrema entre 2001 e 2012, diz FAO, 2014. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-entre-2001-e-2012-diz-fao,1560931>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SZULC, Tad. A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta. In The New York Times: segunda feira, 31 de outubro de 1960.

UOL. Fome cresce no mundo; no Brasil, afeta 5 milhões, segundo relatório da ONU, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/11/fome-cresce-no-mundo-e-no-brasil-afeta-5-da-populacao-segundo-relatorio-da-onu.htm>. Acesso em 22 fev. 2019.

UOL. Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>. Acesso em 22 fev. 2019.

## APÊNDICE A - EPÍLOGO

Passada a conclusão, com seus esclarecimentos mais técnicos de certos aspectos e ressaltadas o que consideramos as contribuições mais importantes do nosso trabalho à historiografia do tema – incluindo as sugestões de sua abordagem –, gostaríamos de terminar este estudo do jeito que começamos: tentando traçar um pequeno diálogo com o presente.

A situação da miséria não parece tão alarmante se comparada à da época que estudamos. O país é, em sua maioria, alfabetizado – não discutimos aqui a qualidade desta alfabetização – e a educação pública, bem ou mal, é acessível para quase todos. Muitas das doenças trabalhadas, frutos da carência sanitária e da alimentação, quase desapareceram devido a políticas de saúde pública eficientes, como a vacinação. As secas continuaram na segunda metade do século XX como um drama social da região. Por exemplo, a seca dos anos de 1980, que durou sete anos, matou aproximadamente três milhões de pessoas. Segundo pesquisa da Unesco, 65% das crianças nordestinas naquele período estavam subnutridas. Podemos destacar ainda a estiagem dos anos de 1990 que, mais branda que a anterior, ainda atingiu milhões de pessoas com a fome. Sua consequência, em termos políticos pela inaptidão de resolvê-la, é sua continuidade do desgaste do governo do PSDB no Nordeste. Por outro lado, a seca iniciada em 2012, que durou até 2018 em algumas áreas, foi considerada uma das mais intensas da região nos últimos trinta anos. Porém, apensar da perda de quatro milhões de animais e do sofrimento humano, não chegou nem perto de provocar a calamidade social dos fenômenos climáticos já citados.

O motivo para nos referirmos à geração que estudamos, não é uma maior resistência do povo na última seca, mas sim uma escolha administrativa e política que conseguiu dirimir parte da catástrofe. Isto se deu, como vimos na introdução, pelo amplo aparato assistencial do Estado, pautado em programas como o Bolsa Família, e de assistência ao pequeno lavrador. Fora a maior distribuição de água por carros-pipa e construção de poços em regiões de risco. Mesmo com este quadro, como dito, um pouco mais otimista, não podemos concluir que a miséria é um problema do passado ou que está a caminho de sua resolução. Como muito do seu recrudescimento presente se deve à vontade política pautada em pequenas reformas, mais do que em mudanças estruturais, sua redução contínua não está assegurada.

Como vimos, basta reduzir investimentos em um ou outro programa num momento de crise que a face mais profunda da pobreza retorna. O aumento da fome, percebido em todo o

mundo, também reverbera no Brasil onde cinco milhões de pessoas se encontravam nesta situação em 2017. A taxa de insegurança alimentar severa na América do Sul passou de 4,7% em 2015, para 8,7% em 2017. Isto significa um salto de 19,4 milhões de pessoas para 36,7 milhões. Cabe então, apesar dos avanços, mostrarmos que a luta contra a miséria não é uma causa ganha. Que devemos renovar sempre sua apreensão em nossa sociedade. Para isto, o historiador que coloca os problemas no decorrer do tempo, consegue pautar bem o movimento e complexidade deste tema e contribui para o combate contra o esquecimento institucional da história da nossa pobreza.

Assim, podemos dizer que, por mais que o país não seja uma zona de miséria aguda, como alguns países africanos, não deixamos de ser muito pobres. No Brasil, 80% da população tem renda per capita inferior a R\$ 1.700, ao passo que basta apenas ganhar acima de R\$ 2.600 para integrar o grupo dos 10% mais ricos. No Nordeste não é diferente. Os dados do IBGE de 2018 mostram que a renda média, a mais baixa do país, é de R\$ 984. Nada menos que 49,9% da população vive com renda mensal de até meio salário mínimo, ao passo que apenas 7,7% possuem rendimento mensal superior a dois salários. O Nordeste se apresenta, desta maneira, como a região mais desigual de um dos países mais desiguais do mundo. É difícil ficar indiferente às consequências materiais destes dados.

Do ponto de vista intelectual, como foi perceptível, a maioria dos trabalhos que trata da desigualdade presente é do campo sociológico, antropológico e econômico. A abordagem varia entre a tradicionalmente classista ou aquela que traz alguns elementos dos estudos culturais, que realçamos na introdução. No caso da historiografia, com predileção ao recuo no tempo, existe um campo de estudos maduro sobre as relações e a condições de vida dos trabalhadores. Em aproximações mais recentes no tempo podemos destacar os debates interessantes a respeito da escravidão contemporânea, feita por Ângela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães. No campo dos estudos das artes, em específico das letras, o problema da miséria aparece de maneira tímida. Acreditamos que isto se deve, em certo sentido, aos receios ainda vigentes de que uma abordagem em diálogo com o conceito de classe recairia em alguma forma de determinismo econômico ou simplificação reflexiva. Neste sentido, talvez se encontre a contribuição mais abrangente de nossa pesquisa. Tentamos mostrar a possibilidade do crítico cultural e literário de trabalhar, como já dissemos, a relação dos bens simbólicos com a estrutura de classe em uma sociedade. Mostramos como o esforço teórico e empírico, antes de banal, nos oferece explicações complexas sobre esta relação. É possível desta maneira, não tratando do pauperismo como objeto em si dos estudos, mas das

vinculações simbólicas referentes a este, trazer uma interpretação refinada. Uma leitura que traria novos elementos para compreender os produtos culturais, mas também a própria miséria. Esperamos, que mesmo de modo pontual, este trabalho possa servir de centelha a outros pesquisadores da cultura intelectual e da literatura.

Colocando em risco uma aproximação pessoal com a época que estudamos, gostaríamos de enfatizar um dos seus aspectos mais marcantes e encantadores: a apreensão sensível de um problema aterrador e a urgência de interpretá-lo para que, mesmo nesta operação desconfortável, se sedimentem as bases para desafiá-lo e vencê-lo. Esta é uma concepção ativa do pensamento. Uma lição importante para concluir essa dissertação. Em comunhão a este espírito, afirmamos: olhemos para a pobreza, e sem medo, falemos dela